

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOYCE DE ALMEIDA BORGES

**SABERES SOCIAIS E MEMÓRIAS DE TERRITÓRIOS CAMPONESES
EM GOIÁS PÓS-1964**



GOIÂNIA
2019



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Joyce de Almeida Borges

Título do trabalho: Saberes sociais e memórias de territórios camponeses em Goiás (pós 1964)

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, toma-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF de tese ou dissertação.

Joyce de Almeida Borges
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)³

José Paulo Piotrafesa

Data: 27/01/2020

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

JOYCE DE ALMEIDA BORGES

**SABERES SOCIAIS E MEMÓRIAS DE TERRITÓRIOS CAMPONESES
EM GOIÁS PÓS-1964**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Doutora em Educação, na linha Movimentos sociais, trabalho e educação sob orientação do Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa.

GOIÂNIA
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

. Joyce de Almeida Borges
Saberes sociais e memórias de territórios camponeses em Goiás
(pós 1964) [manuscrito] / Joyce de Almeida Borges . - 2020.
CCCXI, 311 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa .
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2020.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, mapas, fotografias, lista de figuras.

1. Saberes sociais; . 2. Território; 3. Memória; 4. Movimentos
sociais do campo; . 5. Goiás.. I. , José Paulo Pietrafesa, orient. II.
Título.

CDU 37



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA FE 017/2019

Ata nº 017 da reunião da Banca Examinadora da Defesa de Tese de Joyce de Almeida Borges.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove (29/11/2019), às XX:XXh, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa, orientador, doutor em **Sociologia** pela UNB; Prof. Dr. Amone Inácia Alves, doutora em **Educação** pela UFG; Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa, doutor em **Ciências Sociais** pela UNICAMP; Prof. Dr. Sérgio Sauer, doutor em **Sociologia** pela UNB e Prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva, doutor em **História** pela UNB para, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da tese intitulada: "Saberes sociais e memórias de territórios camponeses em Goiás (pós-1964)", em nível de Doutorado, área de concentração em **Educação**, de autoria de Joyce de Almeida Borges, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida a autora da dissertação que, em 30 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da tese. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a tese foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **DOUTORA EM EDUCAÇÃO**, pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da tese na secretaria do Programa.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Paulo Pietrafesa, Professor do Magistério Superior**, em 29/11/2019, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amone Inacia Alves, Professor do Magistério Superior**, em 29/11/2019, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valtuir Moreira da Silva, Usuário Externo**, em 29/11/2019, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JADIR DE MORAIS PESSOA, Usuário Externo**, em 29/11/2019, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Sauer, Usuário Externo**, em 29/11/2019, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Àqueles que atuam em diferentes espaços com a paciência histórica e a vontade cotidiana de construir um mundo mais humano e menos violento em muitos aspectos...

“E essa justiça desafinada, é tão humana e tão errada.”
(Renato Russo-Baader Meinhof Blues)

DEDICATÓRIA

A Deus, às forças do universo que me protegem, aos Orixás, aos Encantados e aos Anjos que permitiram que meu caminho estivesse limpo e pudesse chegar aqui com saúde...

Aos camponeses, camponesas, quilombolas e indígenas portadores de saberes da vida, negligenciados pelo poder da classe opressora e burguesa. Dedico esta pesquisa a esses sujeitos, desvalorizados em sua existência, que na resistência, no trabalho e em sua essência carregam em suas mãos calejadas o peso da sua história, de suas lutas e seus sonhos... Em suas faces vejo os olhos de desconfiança, mas, sobretudo, a dignidade de serem homens e mulheres que a cada minuto não poupam esforços para plantar, colher e semear... Aos camponeses (as) de Goiás que muito me ensinaram!

Aos líderes envolvidos nas lutas sociais do campo no Brasil e na América Latina... Aqueles que doaram sua vida, seu tempo, suas trajetórias em prol de uma sociedade mais justa acreditando na transformação coletiva.

A todos os mestres das escolas, das universidades, das palestras, das rodas de conversas, dos seminários, das bancas, dos espaços de diálogos, dos grupos de estudos, das rodas de capoeira, dos pesquisadores, as trocas, os silêncios, as atenções, as perguntas, os debates, acertos e erros. Ensinaram-me a seu modo o valor do aprender, do pensar, da leitura, do filosofar, do escrever, do pesquisar, do duvidar, da análise, do ser eu mesma, do não ter medo, do ousar... muito obrigada e gratidão sincera!! Em especial ao Dr. José Paulo Pietrafesa, orientador que com um sorriso acolhedor, ouvia e orientava, com muito empenho.

Aos professores Jadir, Rejane e Sérgio da banca de qualificação.

A minha família toda, em especial pais e avôs (*in memoriam*), que, em suas singelezas, foram meu porto seguro, e minha grande base para não perder o rumo, não esquecer as origens e ter sempre o pé firme sobre a TERRA!!!

Aos companheiros de trabalho da UEG, aos estudantes, aos amigos de Goiás, Goiânia, Itapuranga, Brasília e companheiros de luta, da militância e dos movimentos sociais.

Aos amigos da capoeira do grupo “Meninos de Angola”, que também representam a resistência...

A Faculdade de Educação da UFG, insituto o qual tenho identificação pelo discurso maduro e provocador realizado tanto pelos docentes quanto discentes. Agradeço a cada um dos professores, por nos incentivar a buscar aperfeiçoamento na formação filosófica e política.

AGRADECIMENTOS

Não acredito na educação como engodo, mas ela foi decisiva na minha trajetória socioespacial. A educação traz mudanças não só pessoais, mas verdadeiramente conjuntas. Fui criada em Aparecida de Goiânia. Desde pequena gostava de ler, me interessava pelas atividades da escola, e minha mãe sempre estimulou-me a prosseguir nos estudos, pois ela dizia que “mulher tinha que ser independente, e não depender do marido”. Neste discurso tem a questão financeira como elemento maior, mas eu sabia e meus professores diziam que a educação traria primeiramente a emancipação de pensamento.

Na infância, na década de 1990, tive bons professores das Escolas públicas, “Escola Municipal João Paulo I e Escola Municipal Amélia Cândida Brasil”. Eram professores que cobravam leitura, escrita, produção de textos, era uma educação tradicional. Agradeço as professoras Joana, Lindalva, Maria, Risonete e a Venerinda. Esta última me marcou bastante, pois foi a que me estimulava mais a escrever e a corrigir meus erros de escrita e de matemática. Nunca foi de dar beijos, nem muitos elogios, era séria, devo a ela as cobranças e exigências, **que me estimulou a ser professora hoje**, pois ela foi à primeira referência de uma professora que eu gostaria de ser. Era ela que imitava no quadrinho quando **“eu brincava de ser professora”**.

A sala de aula era silenciosa, eram poucos momentos de barulho e interação. E quando havia estes momentos, ficava pelos cantos, sempre tive dificuldades de socialização, era tímida, de pouca conversa. O que não significa ser triste era e é apenas o meu jeito. Mas o espaço da escola era o único espaço de socialização para quem não tinha tantas outras oportunidades de lazer e entretenimento. Fora isso era a televisão e o rádio. As brincadeiras eram restritas, pois “a rua já representava perigo”.

Na adolescência fiz parte do grupo de jovens do final da década de 1990 a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP). Era uma das jovens que ajudava a cantar o hino *“ileah ô, ileah ô, a juventude é a bandeira do amor, com o coração, com as duas mãos, com todo o povo, a gente faz um mundo novo. É a juventude do meio popular...”* (momento nostalgia). Esses grupos de jovens possuíam uma conotação que era visivelmente influenciada por uma visão de mundo libertadora na periferia urbana, e fez parte de um contexto importante para os jovens de minha época. Na PJMP discutíamos a importância de se fazer um cursinho pré-vestibular, uma vez que vínhamos de colégios públicos e pouco estruturados, falávamos de desigualdades, da violência, da fome e das injustiças sociais. Era um espaço de formação política, embora naquela época, não possuísse a dimensão disto.

Outra influência importantíssima da minha adolescência que me estimulou a fazer o Curso de Geografia foram as músicas da banda: **“Legião Urbana”**. Eram músicas de contestação social, rebeldia, críticas que me levaram a questionar o mundo, o sistema capitalista. Agradeço a Renato Russo, e a toda geração do rock brasileiro que me ensinaram a ver as coisas como elas são. Na adolescência estudei no “Colégio Estadual Jardim Europa”, já me soltava mais, participava dos teatros, das atividades de grupos, continuei o gosto pela leitura. Deste tempo tenho amizades que conservo ainda. Desta época, agradeço aos professores do Ensino Médio, Nivanda, Denilsan, Renata, Paulo, Sejane, eram formidáveis.

Precisava me formar, em uma universidade pública, prestei o vestibular na UEG e na UFG, passei pra UEG e me mudei para a Cidade de Goiás para fazer o Curso de Geografia, em 2003. Fui aluna de professores ligados a Teologia da Libertação, como Claudemiro Godoy, este que me despertou várias coisas sobre as injustiças sociais, **“o Deus capital”**, a educação popular. Também, Frei Célio, que lecionou uma aula de antropologia na Prefeitura, onde os acampados e assentados estavam reivindicando direitos. Aos demais professores: José Braga, Mariana, José Alberto, Auristela, Jean, Lia, Pedro e outros.

Na primeira quinzena que cheguei em Goiás, para estudar fiquei hospedada na Casa do Migrante, uma pastoral, pois não tinha parentes na cidade, não conhecia ninguém, não tinha dinheiro, não tinha casa do estudante. Não conto isso para despertar dó, apenas para mostrar que formei realmente por que tinha um objetivo, apesar dos empecilhos financeiros, como muitos estudantes que muitas vezes desistem dos estudos, por falta de incentivo do Estado. Neste primeiro ano, foi um momento de grandes conflitos, de aprendizados e descobertas. Percebi que existia um modelo de igreja que se preocupava com o social, percebi que existiam pessoas de outras cidades com outras concepções de mundo, percebi vários jovens diferentes do meu bairro e da igreja. Não fui de movimento estudantil nem de militância. Foi um momento rico de crescimento e aprendizagens. As festas, amizades, a capoeira, os grupos de estudos, os banhos de rios, os namoros, as idas à biblioteca. Apesar de todas as hipocrisias e desigualdes visíveis em Goiás, fui feliz morando nesta cidade bonita e tranquila. Deste período agradeço ao convívio com colegas e amigos (as): Alan, Sandra, José Vandério, Clara, Audirene, Pollyane, Ronaldo, Edson, Helena, José Novaes, Anselmo, Daniel, Eduardo e outros. **Com certeza os amigos também nos tornam pessoas melhores.**

No curso de Geografia, a partir do 2º ano, iniciei como bolsista Programa de Iniciação Científica como voluntária (PIVIC) no projeto denominado **“Do assentamento do Mosquito ao assentamento Serra Dourada: as lutas pela conquista e permanência na terra no**

município de Goiás”. Este projeto era coordenado pelos professores Francilane Eulália de Souza e José Braga Coelho. E a integrante, a colega assentada, a Mirian.

Trabalhava com alguns bicos, mas desde este momento eu sabia que precisava priorizar os estudos, e foi quase impossível me manter na cidade, meus pais não tinham como me sustentar. Mas apesar de todos os sufocos, foi a melhor decisão que já tomei na vida. Agradeço à **professora Francilane que foi fundamental**, na minha formação, me incentivou a participar de eventos, até em outros estados. Ela foi uma das pessoas com quem aprendi sobre campo, movimentos sociais e pesquisa.

Depois que me formei lecionei em escolas públicas e privadas, concluí o mestrado em 2007, com o estudo **“identidades goianas no ensino de Geografia”**. No IESA-UFG, tive muitos professores que influenciaram minha trajetória e minha docência. Agradeço aos professores, Maria Geralda de Almeida, Manoel Calaça, Alex Ratts, Lana Cavalcanti, Tadeu Arrais, Eguimar Felício, cada um a seu modo me ensinaram muito e estimularam-me.

Em 2012, deixei a Rede Estadual, neste momento comecei a participar de greves e manifestações, já como professora. Efetivei-me na UEG e consegui a seleção no regime de Dedicção Exclusiva. Apesar de todos os descasos que os professores do estado enfrentam, eu me sentia útil na escola, a função social da escola é mais paupável. Foi na escola que vi de perto as teorias que li na universidade, em muitos momentos quis rasgá-las. Tinha bons colegas aos quais compartilhávamos as angústias da escola pública. **Agradeço muito a cada um dos colegas e alunos que tive em Goiânia, Aparecida e Minaçu, pois eles me ensinaram a ser mais forte, sempre foram receptivos, carinhosos, críticos**. Às vezes me arrependo de ter deixado a escola. Quando você deixa uma coisa, a sensação é de fracasso. Deixei não pelos alunos, mas pela estrutura que dificultava o trabalho e por necessitar de condições melhores para a docência.

Em 2014, saí do campus UEG-Minaçu por perseguições de movimentos de greve e atualmente estou lotada em Itapuranga, ainda no curso de Geografia. Aos alunos de Minaçu e Itapuranga, agradeço muito, os aprendizados, as orientações, os trabalhos publicados, as conversas, todos estes momentos foram importantes para chegar nesta tese. Aos companheiros (as) de UEG: em especial Lorena, pela amizade de sempre, ao Sebastião, que foi muito prestativo e conhecedor dos sujeitos entrevistados. E ao Zé, Leandro, José Paulo, Fábio, Patrick, Murilo, Danilo, Marcelo, Cláudio, Valtuir, Laís, Lucas, Daniela, Aulo, grata pelas trocas. De cada um, levei algo pra vida, porque com os colegas muito se aprende.

Meu obrigada aos colegas da Faculdade de Educação agradeço as trocas e reflexões: Lídia, Pitias, Ruskaya, Rodrigo, Paulo. Aos professores da Faculdade de Educação: Anita,

Mariana, Maria Emília, Jadir, Marília, Ildeu, Edna, Daniela e Anderson. Aos funcionários da faculdade, tanto da UFG e UEG que nos acolhem cotidianamente.

O meu reconhecimento aos professores e membros da banca de qualificação: Sérgio Sauer, Rejane Medeiros e Jadir Pessoa, gratidão pela atenção e rigor. Ao Prof. Valtuir e Profa. Amone pelo aceite na defesa e as contribuições realizadas.

Agradeço a correção ortográfica de Varlene e Ricardo e ao mapa de José Carlos. E ao apoio técnico da Clara com as normas da ABNT. Agradeço a Kássia da CPT pela disposição.

À família, aos pais, o irmão, a cunhada, as primas, os tios, as tias, a minha **GRATIDÃO !!!** Um beijo pro meu pai e pra minha mãe, dizer que os amo muito!

Ao orientador José Paulo Pietrafesa que se manteve firme até o final da orientação, sempre criterioso, agradeço aos ensinamentos e a sinceridade no acolhimento e trabalho. Sempre justo, objetivo e com seriedade no que acredita e executa.

Agradeço muito ao Sebastião Lobó, a Perpétua, a Dagmar, a Gleida, a Verônica e ao Edson que me auxiliaram nos trabalhos de campo. Sem a disposição deles, não teria conseguido as entrevistas realizadas.

A Glória que me deu força durante o momento de separação que aconteceu durante a pesquisa. Sua amizade, palavras, encorajamento e considerações, não esquecerei. Assim como ao Grupo de Mulheres do Sol e da Lua. Um abraço a todas!

Aos amigos da capoeira do grupo São Bento Pequeno, em Itapuranga. Agradeço ao Mestre Pena Branca, Clóvis, pelo respeito e os aprendizados que levo para a vida pessoal e profissional. E a moçada: Taís, Michele, Wislene, Bombрил, Coringa. E principalmente as crianças do grupo que me ensinaram bem mais do que capoeira.

Ao grupo de Capoeira Meninos de Angola, pelo acolhimento em Goiás, por cada um que a seu modo também me fortaleceu nos momentos difíceis em um espaço de entretenimento, na filosofia do corpo e da mente. Ao Pedro, que me ajudou bastante, me levou a Goiânia quando torci o pé, dias antes da entrega do material para a qualificação, filho de Oxóssi, guerreiro e calmo. A sabedoria e maturidade de Mestre Chuluca. Ao incentivo de Alessandra e Kiaia. Agradeço, aos sorrisos e molecagens de Marina, Teo, Odara, Bento, Oscar e Cauã!

E principalmente por último, a todos que permitiram ser entrevistados, padres, sindicalistas, leigos, àqueles dos movimentos sociais, dos assentamentos, dos partidos, do movimento de educação do campo, meu sincero agradecimento, sem estes, a pesquisa não se concretizaria. Com eles aprendi sobre persistência, força, coragem, mudança, ousadia, justiça, humanidade e transformação coletiva.

Borges, Joyce de Almeida. Saberes sociais e memórias de territórios camponeses em Goiás (pós 1964) 176f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

RESUMO

Este estudo derivou da linha de pesquisa “Educação, Trabalho e Movimentos Sociais” do Programa de Pós Graduação em Educação e compreendeu como as lideranças presentes em movimentos sociais camponeses, em Comunidades Eclesiais de Base, e nos sindicatos dos trabalhadores rurais desempenharam papéis determinantes no enfrentamento entre o capital agrário e o campesinato. As questões norteadoras foram: Que relação se estabeleceu entre a memória e a construção de identidades coletivas e formativas dos movimentos sociais rurais existentes em Goiás pós-1964? Os saberes sociais foram fundamentais para a consolidação das lutas no campo em Goiás? De que forma e em que medida? Neste preâmbulo, o objetivo geral desta tese foi valorizar os saberes e as memórias recentes de lideranças camponesas ligadas aos conflitos no campo. Analisamos as ações desenvolvidas e as intermediações nos conflitos no campo, as memórias de lutas e as resistências de atores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento Terra Livre (MTL). As memórias trouxeram informações que possibilitaram realizar ligações entre diferentes momentos históricos da luta pela terra em Goiás, bem como as violências sofridas por camponeses (as). A metodologia utilizada para a reflexão partiu de leituras relacionadas à temática, as observações em acampamentos, a análise de entrevistas e coleta de depoimentos como parte do processo histórico de direitos negados durante as disputas territoriais vivenciadas em Goiás. As entrevistas realizadas, os discursos analisados, as memórias e os trabalhos de campo com lideranças ligadas aos sindicatos dos trabalhadores rurais de nove municípios do estado de Goiás (Itapuranga, Bela Vista, Goiânia, Goiás, Faina, Itauçu, Uruçu, Corumbá de Goiás e Carmo do Rio Verde) mostraram mudanças no processo de formação e atuação das lideranças, nas relações com os sujeitos, as alterações no cotidiano, e no mundo do trabalho, no fortalecimento das associações, dos mutirões e de práticas que integrem as comunidades do campo. As análises das entrevistas denotam que os assentados possuem conhecimentos e saberes ligados aos aspectos formais e informais, transitam ainda entre as práticas religiosas, com menor participação hoje em movimentos sociais. Como resultados desta reflexão, o saber social pode ser construído a partir de confrontos sociais, por meio do diálogo, das ações coletivas e individuais, e de construções pedagógicas do cotidiano, por meio de formação, como a participação em reuniões, em místicas, em círculos de debates, em cursos, em equipes de trabalho, em ocupações e palestras. Estes saberes, por sua vez, possibilitam novas práticas de enfrentamento coletivo e popular na formação de novos sujeitos históricos capazes de realizar uma leitura mais crítica e política do mundo. Os saberes impulsionaram a permanência de novos movimentos sociais em Goiás e de territorializações em acampamentos e assentamentos. As trocas de saberes entre os camponeses (as) também impulsionam a permanência, no sentido de fortalecer os territórios. As mídias, as igrejas, a participação em acampamentos e assentamentos, a escola formal, as feiras, os seminários, os cursos de assistência e a formação nos sindicatos foram os elementos capazes de influenciar a identidade política e as ações dos sujeitos do campo. Tendo em vista o materialismo histórico e dialético, esta pesquisa fortaleceu o debate no campo da pesquisa em educação e de geografia agrária atual.

Palavras-chave: Saberes sociais; Território; Memória; Movimentos sociais do campo; Goiás.

ABSTRACT

The study in question derived from the research line “Education, work and social movements” of the Postgraduate Program in Education and seeks to understand how the leaderships present in peasant social movements, in Basic Ecclesial Communities, and in rural workers’ unions play determining roles in the confrontation between the agrarian capital and the peasantry. The scientific problems are: has the social knowledge been fundamental to the consolidation of the struggles in the field in Goiás? How and to what extent? What do the subjects’ memories have to say about this historical moment? In this preamble, the general objective of this thesis has been to value the knowledge and the recent memories of peasant leaderships related to the conflicts in the field in Goiás. We have analyzed the actions developed and the intermediations, the memories of struggles and the actors’ resistances related to the Movement of Landless and Free Land Rural Workers. The memories have brought information that made it possible to make connections between different historical moments of the struggle for land in Goiás, as well as the violence suffered by peasants. The methodology used for the reflection comes from readings related to the theme, the observations in camps, analysis of interviews and collection of testimonies as part of the historical process of rights denied during the territorial disputes experienced in Goiás. Considering the historical and dialectical materialism, this research has strengthened the debate in the field of the research in education and current agrarian geography. As a result of this reflection, some notes have been made that social knowledge can be constructed from social confrontations, through dialogue, collective and individual actions, and pedagogical constructions of everyday life, by means of training, such as participation in the meetings, in the mystiques, in circles of debates, in courses, in work teams, occupations and lectures. This knowledge, in turn, enables new practices of collective and popular confrontation in the formation of new historical subjects capable of performing a more critical and political reading of the world. Knowledge has stimulated the permanence of new social movements in Goiás and of territorializations in camps and settlements, such as those ones researched here. The interviews done, the speeches analyzed, the memories and the fieldwork with leaderships linked to the rural workers’ unions from 9 municipalities of Goiás (Itapuranga, Bela Vista, Goiânia, Goiás, Faina, Itauçu, Uruaçu, Corumbá de Goiás and Carmo do Rio Verde) have showed changes in the process of training and performance of the leaderships, the alterations in the daily life, and in the world of work. The strengthening of the associations, of joint efforts and practices that integrate the rural communities. The analyzes of the interviews denote that the settlers have knowledge and knowing related to the formal and informal aspects, they still move between religious practices, with less participation in social movements nowadays. The exchange of knowledge among the peasants encourages permanence, in the sense of strengthening the territories. Have observed that the media, the churches, the participation in camps and settlements, the formal school, the fairs, the seminars, the courses of assistance and the training in the unions were the elements capable of influencing the political identity and the actions the field in Goiás.

Keywords: Social knowledge; Territory; Memory; Social movements of the field; Goiás;

RESUME

Cette étude est provenant du thème de recherche « Éducation, travail et des mouvements sociaux » du Programa de Pós Graduação em Educação et il veut comprendre comment les dirigeants des mouvements sociaux ruraux, dans les Communautés ecclésiastiques de base et dans les organisations syndicales des travailleurs agricoles ont joué un rôle central sur les affrontements entre le capital agricole et la paysannerie. Les problèmes scientifiques: les savoirs sociaux ont été nécessaires pour la consolidation des luttes rurales en Goiás ? Comment et dans quelle mesure ? Quelles sont les mémoires des sujets sur ce moment historique ? Dans ce préambule, l'objectif général de cette thèse ont été valoriser les savoirs et les mémoires récentes des dirigeants ruraux liés aux conflits ruraux en Goiás. On a analysé les actions développées et les intermédiations, les mémoires de luttes et les résistances des acteurs liés aux Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre et Terre Libre. Les mémoires ont apporté des informations qu'ont possibilité la relation entre les différents moments historiques du conflit territorial en Goiás et les violences que les paysans ont subies. La méthodologie utilisée pour la réflexion a été des lectures liées à la thématique, les observations sur le terrain au campement, l'analyse des entrevues et le collecte des témoignages comme une partie du processus historique des droits refusés pendant les disputes territoriales en Goiás. En vue du matérialisme dialectique et historique, cette recherche a amélioré le débat au domaine de la recherche pédagogique et de géographie agricole dans le contexte actuel. Comme des résultats de cette réflexion, on a réalisé quelques notes, comme par exemple, dire que le savoir sociale peut être construit à partir des conflits sociaux, des dialogues, des actions collectives et individuelles, des constructions pédagogiques au quotidien, par formation, comme les participations sociales, des réunions, des mystiques, des cercles de discussion, des formations, des groupes de travail, des occupations et des conférences. Ces savoirs, à son tour, permettant des nouvelles pratiques pour l'affrontement collectif et populaire dans la formation des nouveaux sujets historiques capables de réaliser une lecture plus critique et politique du monde. Les savoirs ont propulsé la permanence des nouveaux mouvements sociaux en Goiás et des territorialisations aux campements et aux agglomérations rurales. Les entrevues réalisées, les discours analysés, les mémoires et les travaux sur le terrain avec des dirigeants liés au syndicats des travailleurs ruraux de 9 municipalités de l'État de Goiás (Itapuranga, Bela Vista, Goiânia, Goiás, Faina, Itauçu, Uruaçu, Corumbá de Goiás et Carmo do Rio Verde) ont montré des changements au processus de formation et d'action des dirigeants, dans les relations avec les sujets, les changements au quotidien et dans le monde du travail. En outre, le renforcement des associations, des *mutirões* et des pratiques intégrés aux communautés agricoles. Les analyses des entrevues montrent que les travailleurs ont des connaissances et des savoirs liés aux exigences formelles et informelles, ils transitent encore entre des pratiques religieuses, avec une moindre participation aujourd'hui dans les mouvements sociaux. Les échanges des savoirs entre les paysans propulsent aussi la permanence, en ce sens que renforcer les territoires. On a observé que les médias, les églises, la participation dans les campements et dans les agglomérations rurales, l'école informelle, les marchés de rues, les séminaires, les cours d'assistance en faveur de la communauté et la formation des syndicats ont été les éléments capables d'influencer l'identité politique et les actions des sujets originaires de la campagne en Goiás.

Mots-clé: Savoirs sociales. Territoire. Mémoire. Mouvements sociaux ruraux. Goiás.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização dos municípios pesquisados.....	27
Figura 2- Agronegócio do plantio de soja em Orizona-GO – 2016.....	45
Figura 3-Sementes crioulas e associação na produção de leite.....	51
Figura 4- Entrevista realizada no assentamento do Mosquito-GO.....	78
Figura 5 – Entrevista com Parcival Moreira.....	81
Figura 6- Trabalho de campo realizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiânia.....	95
Figura 7- A resistência territorial do campo em Itapuranga-GO.....	98
Figura 8-Assentamento Paulo Gomes: mística e atividades desenvolvidas ligadas a Agroecologia.....	98
Figura 9- Entrevista ao ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga-Go. Grupo de extensão.....	99
Figura 10- Cartazes no interior e a parte externa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga.....	101
Figura 11- Trabalho de campo realizado : Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu.....	103
Figura 12- Fátima (viúva de Nativo da Natividade). Carmo do Rio Verde-GO.....	104
Figura 13– Entrevista realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde-GO.....	106
Figura 14- Padre Francisco Cavazzuti.....	118
Figura 15- Dom Tomás Balduino e a liderança indígena.....	126
Figura 16- Feira do Produtor.....	140
Figura 17-Assentada trabalhando no plantio de sementes no Serra Dourada.....	141
Figura 18-Produção de horticultura no assentamento Serra Dourada (município de Goiás)....	142
Figura 19-Caderno do Produtor.....	142
Figura 20-Atividade de gado de leite e plantio de milho e maracujá no assentamento Serra Dourada (município de Goiás).....	142
Figura 21 – Trabalho de campo no acampamento Santa Luzia em Itapuranga-GO.....	144
Figura 22– Líder durante a oposição sindical na década de 1980 no estado de Goiás.....	146
Figura 23 – Sindicato do município de Bela Vista.....	148
Figura 24- Educadores da educação popular e alfabetização indígena junto à Diocese de Goiás e CIMI.....	161
Figura 25-Crianças sem terrinhas: sorrisos de esperança.....	164
Figura 26- Marcha do MST.....	198
Figura 27- Acampamento Dom Tomás Balduino.....	206
Figura 28- Plantações agroecológicas do acampamento Dom Tomás Balduino (2014/2015)..	208
Figura 29- Curso de formação de lideranças do MST no acampamento Dom Tomás Balduino. Realização 12, 13, 14 de dezembro de 2016.....	209
Figura 30- Lideranças do MST e da Via Campesina em Goiás em momentos de vivência e formação no acampamento Corumbá de Goiás.....	212
Figura 31- Momentos de coletividade e vivência no acampamento em Corumbá de Goiás.....	218
Figura 32-Acampamento São José. Movimento Terra Livre, em Faina-GO.....	219
Figura 33-Projeto PRONERA.....	223
Figura 34- Material didático.....	223
Figura 35- Casa de farinha.....	224
Figura 36-Plantas medicinais e do Cerrado no assentamento Patativa do Assaré, em Faina-	

GO.....	225
Figura 37 - Casa dos assentados no assentamento Patativa do Assaré, em Faina-GO.....	225
Figura 38 - Curso de doces no assentamento Patativa do Assaré.....	226
Figura 39 - Criação de suínos no assentamento Patativa do Assaré.....	227
Figura 40- Cultivo no acampamento Cora Coralina, em Faina-GO.....	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Relação dos entrevistados: agentes pastorais, lideranças religiosas, de assentamentos e de sindicatos.....	29
Quadro 2 – Memórias de lideranças presentes nos nomes de assentamentos em Goiás.....	82
Quadro 3- Relação de sindicatos do estado de Goiás no período anterior a 1965.....	87
Quadro 4- Principais momentos históricos da atuação da Teologia da Libertação na América Latina.....	116
Quadro 5- Registro de assassinatos de religiosos vinculados à Igreja Católica e à Teologia da Libertação na América Latina.....	117
Quadro 6- A trajetória inicial de ocupação dos camponeses em Goiás.....	139
Quadro 7– 24 assentamentos no município de Goiás.....	139
Quadro 8–Palavras chaves –Miguel Arroyo.....	170
Quadro 9- Palavras-chave da pedagogia freiriana.....	179
Quadro 10 – Método Paulo Freire.....	183
Quadro 11- Método Paulo Freire de alfabetização.....	213
Quadro 12- Entrevistados no Centro de Formação Hugo Chávez em Corumbá de Goiás....	195
Quadro 13-Principais palavras-chave ou geradoras dos conceitos utilizados pelos acampados para sintetizar os principais saberes sociais adquiridos durante a permanência no MST em Corumbá de Goiás	216

LISTA DE SIGLAS

AGEN	Agência Ecumênica de Notícias
ALCA	Aliança de Livre Comércio das Américas
APAMAC	Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança de Renovação Nacional
ASFARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
ASSOFEGO	Associação dos Feirantes de Goiás
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BM	Banco Mundial
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CEBI	Centro de Estudos Bíblicos
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEAAL	Conselho de Educação de Adultos da América Latina
CELAM	Conferência Episcopal Latino-Americana
CEDOC	Centro de Documentação Dom Tomás Balduino
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CESEP	Centro Ecumênico de Serviços de Evangelização e Educação Popular
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMA	Cúpula Mundial sobre a Alimentação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPC	Centro Popular de Cultura
CONCLAT	Congresso das Classes Trabalhadoras
CONAIE	Confederación de Nacionalidades Indígenas del-Ecuador
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPERAFI	Cooperativa de Agricultores Familiares de Itapuranga
CEPAIGO	Centro Educacional e Prisional de Goiás
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural
CSUTCB	Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EFAGO	Escola Família Agrícola de Goiás
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Assistência Rural
ENERA	Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
FAEG	Federação da Agricultura do Estado de Goiás
FAGO	Frente Agrária Goiana
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FE	Faculdade de Educação
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNL	Frente Nacional de Luta
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDAGO	Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás
IFAS	Instituto de Formação e Assessoria Sindical

INCA	Instituto Cajamar
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA	Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
JAC	Juventude Agrária Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MCP	Movimento Camponês Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MICH	Movimento Índio de Chimborazo
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Social dos Trabalhadores Rurais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis
PNRA	Programa Nacional da Reforma Agrária
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste
PRODECER	Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento do Cerrado
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PQMG	Padrão Químico, Mecânico e Genético
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNFP	Secretaria Nacional de Formação Política dos Trabalhadores
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TDR	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
TMR	Teoria de Mobilização de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
MTL	Movimento Terra Livre
UCG	Universidade Católica de Goiás
UNE	União Nacional dos Estudantes
UDR	União Democrática Ruralista
UEG	Universidade Estadual de Goiás
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNAM	Universidade Nacional Autônoma do México
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 A DISPUTA POR TERRITÓRIOS E AS DINÂMICAS POLÍTICAS PRÉ-1964: A FRONTEIRA E A TERRA (BRASIL/GOIÁS)	39
1.1.Desenvolvimento do capital agrário no Brasil.....	40
1.1.1. Goiás: as ligas camponesas, as disputas e as resistências.....	44
1.2. As disputas no campo: o território, o poder e o agronegócio.....	52
1.3. A terra como instrumento contra a ordem do capital.....	62
2 A RETOMADA DE MEMÓRIAS DAS LUTAS SOCIAIS DO CAMPO EM GOIÁS A PARTIR DE SINDICALISTAS, RELIGIOSOS E LIDERANÇAS DE ASSENTAMENTOS	70
2.1. As memórias: a formação e o protagonismo dos sujeitos.....	71
2.1.2. Os sindicatos de trabalhadores rurais de Goiás: a formação e os embates.....	83
2.2. Religião e contestação social: as igrejas em ações diretas na organização popular.....	107
2.3.Territórios no campo em Goiás: uma relação entre as disputas anteriores e as posteriores ao golpe de 1964 e questões ligadas à formação.....	138
3 OS SABERES SOCIAIS DO CAMPESINATO A PARTIR DOS MOVIMENTOS MST E TERRA LIVRE	150
3.1. Os saberes sociais: o saber científico e o saber do campesinato.....	151
3.2. As pedagogias emancipatórias: uma leitura a partir dos movimentos sociais e de clássicos da educação para o campesinato.....	164
3.3. Perspectivas teóricas dos movimentos sociais do campo.....	191
3.3.1. Saberes e memórias na disputa pela terra em Goiás: o acampamento do MST Dom Tomás Balduino em Corumbá de Goiás.....	206
3.3.2. A luta e os saberes do Movimento Terra Livre em Goiás a partir da territorialização de acampamentos e assentamentos no município de Faina.....	219
CONCLUSÃO	229
REFERÊNCIAS	235
ANEXOS	257

INTRODUÇÃO

Toda ciência implica uma escolha. [...] As visões do mundo das classes sociais condicionam, pois não somente a última etapa da pesquisa científica social, a interpretação dos fatos, a formulação das teorias, mas a escolha mesma do objeto de estudo. (Michael Löwy)

A gestação da pesquisa

A pesquisa não se inicia com a pesquisa. A forma de realizá-la precede desde o início de nossa formação acadêmica, amparada em alguns apontamentos aplicados em pesquisas anteriores, projetos, reflexões, grupos de estudos e leituras realizadas ao longo da vida acadêmica¹. Assim, esta pesquisa é fruto de um processo formativo vivenciado em uma universidade pública (Universidade Estadual de Goiás), e resulta do aprendizado com professores e pesquisadores da Geografia, da Educação e demais profissionais que contribuíram para a formação como pesquisadora. A realização da tese implica a trajetória e depende de recursos, apoios, tempo, conhecimento prévio do objeto, além de estudos realizados há anos, que culminaram nesta pesquisa de doutoramento.

Nesta trajetória pessoal de pesquisa, aprendi sobre Geografia e Educação. A Geografia é uma ciência que contesta as estruturas de poder, as relações desiguais, o arranjo do capital e observa as reações sociais neste processo. Durante a realização de atividades educacionais com as populações do campo, aprendi inúmeras coisas, várias valem para a vida. Aprendi sobre o que é viver no campo, conheci pessoas do campo e aprendi a respeitá-las. Vivenciei sobre seus conhecimentos diários, suas crenças, suas festas, seus valores, hábitos, sonhos e expectativas. Fui casada com um professor de origem do campo por oito anos e com ele aprendi sobre as dificuldades sociais, políticas e territoriais enfrentadas nestes territórios. Com seus familiares realizei atividades ligadas à cultura, ao cotidiano do trabalho e a fé.

¹ Participei de grupos de estudos na graduação ligados à Geografia Agrária, a projetos de pesquisas ligados a assentamentos coordenados por sua antiga orientadora, Francilane Eulália de Souza, que hoje coordena o Núcleo de Estudos e Grupos de Estudos e Pesquisa de Espacialidades Rurais (GEPER) na UEG-Formosa. No mestrado, participou do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Espacialidades Culturais (NEPEC), coordenado pela Profa. Maria Geralda de Almeida na UFG-Goiânia. Concluiu a dissertação em 2010, cuja banca examinadora foi composta pelas professoras Lana de Souza Cavalcanti e Salete Kozel. Desde 2010 é professora da UEG no Curso de Geografia, a qual foi a idealizadora e uma das fundadoras do Grupo de Estudos Saberes do Campo (SADOCA) em Minaçu. Posteriormente, foi removida para a UEG-Itapuranga e vinculou-se ao Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (GWATÁ), localizado na UEG-Goiás. Esse Núcleo permitiu-lhe maior contato com a juventude do campo mediante a sua participação como docente em um projeto de educação nível pós-Médio denominado “Juventude e Agroecologia”, realizado na EFAGO, a qual ministrou a disciplina de “Educação popular e educação do campo”, no município de Goiás, em parceria com o Prof. Carlos Rodrigues Brandão. Realizou estudos de pesquisa e extensão com o SADOCA em Itapuranga em 2014-2015 com o projeto “Uma troca de saberes entre a universidade e o campesinato”.

Neste caminho, alargou-se a percepção de que pesquisar é a busca pelo conhecimento de alguma questão sobre a qual ainda não temos clareza. E a pesquisa é um processo contínuo na trajetória de uma professora de qualquer nível de ensino, devendo, pois, estar presente em nossas buscas, durante as dúvidas e incertezas. As pesquisas científicas são fundamentais, por exemplo, elas são responsáveis por grandes resultados nos campos da saúde, da tecnologia e do meio ambiente. As pesquisas ressignificam o senso comum, visto que não o reproduzem e nem realizam a crítica por si só da realidade. Isso porque uma das tarefas da ciência é essa, embora não seja a única. As pesquisas buscam aprofundamento sobre alguma questão que nos cerca. Para Marx (1985, p. 20), a pesquisa capta a matéria em movimento a partir do real:

A pesquisa tem que captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori.

Deste modo, as explicações sobre os sujeitos da pesquisa se delinearam a partir do próprio tema de estudo, mas a captação de seus meandros apenas sendo visíveis ao final do percurso. Este estudo objetivou fortalecer estudos vinculados às principais disputas de camponeses (as), aos sindicatos rurais, às lideranças religiosas, à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e aos movimentos sociais do campo em Goiás.

A formação vivenciada na militância política, sob a mediação de organizações religiosas, sindicais e de movimentos sociais, é instrumento necessário ao processo de construção de uma sociedade menos desigual, injusta e violenta socialmente. Assim, a realização desta pesquisa justifica-se como uma possibilidade de reflexão sobre os processos formativos da classe trabalhadora do campo, somando-se a outros trabalhos que evidenciaram e denunciaram as formas de violência enfrentadas por lideranças de movimentos sociais, agentes pastorais e religiosos envolvidos na luta pela terra no Brasil.

Por entender que o método e os procedimentos se constroem durante a realização da pesquisa, esta apontou os procedimentos de razão mais aconselháveis a serem utilizados. A escolha da temática, a construção e o desenvolvimento da pesquisa envolveram os sujeitos, discursos sociais, lideranças de sindicatos e de movimentos do campo. A ideia foi capturar² o movimento das lutas sociais, os aprendizados e apreender da luta pela terra em Goiás o que absorveram das práticas coletivas.

² A exposição não dará conta de toda a realidade em estudo; é síntese de parte do apreendido, a história da realidade, é o que dizemos e pensamos sobre o tema (RESENDE, 2003).

É importante destacar que esta tese identificou as memórias sociais das disputas pela terra em Goiás, produzindo outra história com as narrativas dos próprios sujeitos. É uma tese que, em certa medida, contrapõe-se à história oficial, pois retoma as memórias sociais.

Recuperar, portanto, a memória das lutas sociais em sua totalidade é recuperar o percurso das classes sociais em conflito, sem excluir a existência de determinados agentes; é definir que na história existe lugar para todos os agentes sociais e que estes representam interesses antagônicos e, por isso, a história acontece, se movimenta. É na luta de classes que a história é produzida, mas é devido à luta que ela própria é ocultada (LOUREIRO, 1998, p. 21).

Localizar, analisar compreender os discursos dos sujeitos traçando um fio condutor que abarque instâncias distintas de sindicatos, igrejas e movimentos sociais é produzir uma narração que capta os saberes das lutas políticas.

Esta pesquisa, intitulada *Saberes sociais e memórias de territórios camponeses em Goiás pós-1964*, envolveu categorias teóricas estudadas a priori pela pesquisadora desde a graduação, e no envolvimento em projetos ligados à Geografia Agrária e à Educação do Campo. Neste estudo, a ideia foi aprofundar as categorias apresentadas no título, procurando valorizar os saberes sociais³ de ações coletivas⁴ nas disputas territoriais no campo, e de trajetórias dos sujeitos em situação de subalternidade⁵ na história brasileira.

No tocante aos conflitos do campo no Brasil, são vários os motivos que levaram às disputas territoriais. Em Goiás, a partir da década de 1940, com o avanço da modernização da agricultura, e com a política estatal que se originou a “marcha para o Oeste” do Brasil, as estruturas fundiárias não se romperam e conservaram as desigualdades, as concentrações de terras, de renda e a violência social. As causas dos conflitos no estado de Goiás, em diferentes temporalidades, foram analisadas juntamente às ações de repressão política contra sindicalistas e sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente após o golpe militar de 1964,

³ Utilizamos a categoria saber social tendo por base Cândido Grzybowski (1986) e Pessoa (1998), que o definem como o saber construído a partir das trocas de experiências coletivas no cotidiano, no trabalho, na vida e nos movimentos sociais. Essa categoria será detalhada mais adiante. Pessoa (1988) chamou a atenção para os saberes não se estão somente nos espaços formais de conhecimento.

⁴ Amparamo-nos em estudos da sociologia francesa como os de Vakaloulis (2000), que trouxe elementos para pensarmos a categoria de ações coletivas como: as heterogeneidades das lutas, a personificação, as dimensões estruturais, a reificação, o antagonismo social, as relações de poder e dominação, a limitação das políticas públicas. E todos esses elementos afetam diretamente a organização e a atuação dos movimentos sociais.

⁵ A categoria subalternidade nos nossos estudos aparece como fruto de um contexto histórico de exclusão e subordinação vivenciado pelos camponeses na América Latina. Quijano (2005) e Schlesener (2016) destacaram a subalternidade como condição histórica de favorecimento ao desenvolvimento do capitalismo que se consolidou também por meio da reprodução de valores, da opressão, a qual obriga as classes subalternas a se rebelarem contra as estruturas de poder. Entendemos o campesinato como grupo em condição de subalternidade em relação ao capitalismo.

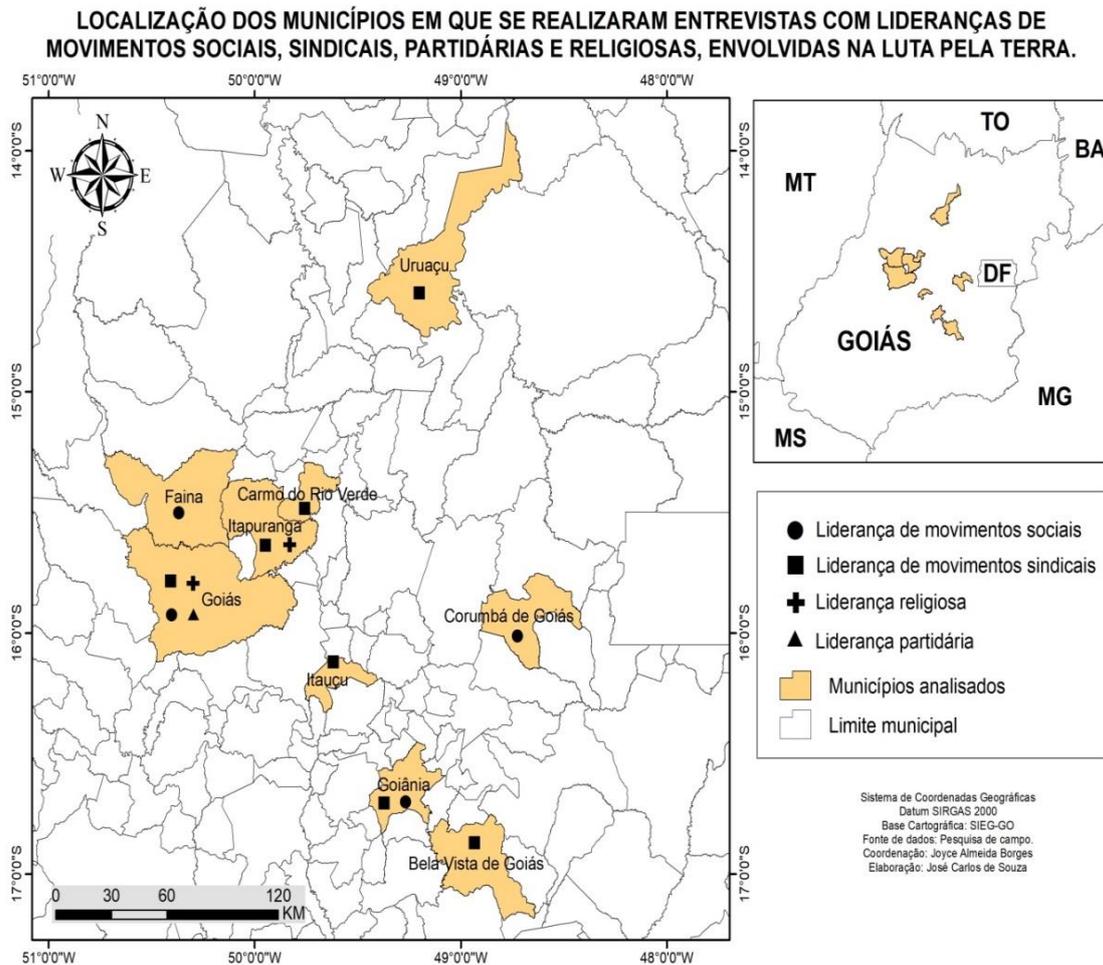
e em maior força durante a década de 1980, quando os movimentos sociais contra-hegemônicos se fortaleceram.

O recorte temporal da pesquisa refere-se aos conflitos ocorridos pós-1964, com a reorganização sindical de camponeses e a criação de novos movimentos sociais no campo. Enfatizamos, portanto, a territorialização de movimentos sociais presentes em Goiás nos últimos quatro anos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Terra Livre (TL).

Na contemporaneidade, elegemos alguns territórios onde esses conflitos se configuraram e onde os saberes sociais ganharam forma e contribuíram para a permanência dos (as) camponeses (as)⁶ por meio do fortalecimento dos discursos, das ações e das organizações coletivas. Apresentamos o mapa, no qual observamos os municípios pesquisados em que ocorreram conflitos, memórias, resistências e ações populares no campo nos territórios de Goiás.

⁶ Recorremos às categorias camponês e camponês para nos referirmos aos trabalhadores da luta pela terra em Goiás envolvidos nas disputas territoriais em estudo como opção política, assim como Oliveira (1988) e Martins (1986). Amparamo-nos em Shanin (2005), que denominou de camponês o grupo social que possui ritmo de vida baseado nos ciclos agrícolas, na unidade familiar de organização econômica e que tem, nas atividades produtivas do campo, a principal fonte de sobrevivência; e ainda em Vergés (2010), um dos estudiosos do camponês na América Latina, que o pensa como modo de vida, como também pressupõe os movimentos sociais do campo no Brasil.

Figura 1 - Localização dos municípios⁷ pesquisados



Fonte: Souza (2018).

Portanto, para compreendermos as disputas territoriais entre as classes sociais do campo e os saberes sociais do campesinato em Goiás, compartilhamos da visão de Bartra (2011, p. 19), que refletiu sobre o conceito de classe camponesa como modo de vida:

La palabra campesino designa una forma de producir, una sociabilidad, una cultura pero ante todo designa un jugador de ligas mayores, un embarcado sujeto social que se ha ganado a pulso su lugar en la historia. Ser campesino es muchas cosas pero ante todo es pertenecer a una clase: ocupar un lugar específico en el orden económico, confrontar predadores semejantes, compartir un pasado trágico y glorioso, participar de un proyecto común.

⁷ De fato realizamos trabalho de campo nesses municípios citados. Porém, naqueles mais ligados aos movimentos sociais e à Diocese de Goiás, obtivemos mais informações e, portanto resultando em análises mais rigorosas. A escolha dos municípios se deu em virtude da atuação política dos sindicatos, movimentos sociais e CEB's na territorialização de camponeses e de seus saberes.

Entendemos o campesinato como classe que produz de forma diversificada e não como mero produtor de mercadoria para as demandas urbanas. Segundo Carvalho (2016), o campesinato é uma força contra-hegemônica e não um grupo em extinção ou grupos de sujeitos empobrecidos e ignorantes, construídos assim no imaginário social brasileiro por séculos. Esses sujeitos atuam nas disputas sociais, cujas lutas são contrárias à concentração e à centralização da propriedade privada, que se contrapõem às ideologias dominantes do agronegócio.

Na análise de campesinato não o concebemos como algo residual. O tempo do camponês não é um “tempo perdido”. Mesmo diante das forças hegemônicas da burguesia agrária, é um tempo que resiste, que se redefine, se renova, se movimenta. Como a disputa por territórios é histórica, consideramos importante fundamentar nossas análises para que as conclusões sobre esses conflitos possam ser compreendidas a partir do real, principalmente por estarmos diante de deturpações midiáticas, de *fake news* e de forças do agronegócio que agem a todo vapor.

Apoiamo-nos em Shanin (2005), que apontou as dificuldades em utilizar a categoria campesinato pela heterogeneidade dos grupos sociais no campo. Esse autor chamou atenção para as generalizações com o uso do termo e para o cuidado com a mitificação nas análises. Como os sujeitos da pesquisa são camponeses (as) ligados aos movimentos sociais, partimos do pressuposto de que estes, em alguma medida, possuem o vínculo com a terra. Shanin (2005) também ressaltou que o sujeito que participa do movimento social reafirma sua identidade.

Contudo, dentre as categorias escolhidas, elegeu-se discutir território, por ser uma categoria que permite analisar os projetos políticos em disputas hegemônicas e de resistências entre grupos no campo em Goiás. A categoria território auxiliou à compreensão das relações de disputa, das hegemônias e contra-hegemonias, segundo as abordagens de Raffestin (1980). A discussão de relações de poder de Fernandes (2008), explicitou os confrontos na relação entre natureza e sociedade, por meio da apropriação da terra e dos recursos naturais. Santos (2002) destacou as mudanças na sociedade a partir da globalização, das novas relações de trabalho, das tecnologias que interferiram diretamente na construção e na reordenação dos territórios. Já Mendonça (2004) explicou as relações simbólicas na relação entre sujeito e território. Nestas análises, chama-nos atenção os “territórios em construção”, concebidos por meio das ações dos sujeitos no campo, na disputa por terras no Brasil, na formação de novos saberes histórico-sociais e na experiência de saberes.

As demais categorias serão aprofundadas no decorrer dos capítulos, entre elas, a propriedade privada, os movimentos sociais, os saberes, a memória, o cotidiano da militância, os instrumentos formativos e a educação na defesa dos direitos dos povos do campo.

No âmbito empírico, consideramos pertinente a elaboração de um quadro, que demonstra os sujeitos entrevistados, os municípios em que se efetivou-se as entrevistas e a quantidade de pessoas ligadas a cada instância política em estudo:

Quadro 1 – Entrevistados (as)

Instâncias: sindicatos, movimentos sociais, igrejas e assentamentos	Nomes dos sujeitos	Quantidade
Ex-sindicalistas (Itapuranga/Itaberaí)	Pedro Minas, Sebastião Gontijo, Durvalino	3
Lideranças sindicais (Itapuranga, Goiânia, Uruaçu, Goiás)	Antônio Rodrigues Neto, Eraldo Vieira, João Benfica, Alair, Pedro Paulo e Lindovan	6
Lideranças religiosas que conviveram com Dom Tomás Balduino. (Goiás)	Frei Mingas, Frei Marcos	2
Teologia da Libertação atual (Goiânia)	Antônio Canutto	1
Agentes pastorais (Goiás/Itapuranga)	Isaias, Carlos, Maria Perpétua	3
Liderança do assentamento Mosquito (Goiás)	Milton	1
Assentados do assentamento Serra Dourada (Goiás)	Maria da Glória, José, Divina, Eliete, Antônio do Galo, Valdisson.	6
Pessoas do MEB e apoio à oposição sindical. (Inhumas/Goiás)	Parcival Moreira, Carlos Rodrigues Brandão	2
Entrevista com professores que atuam em cursos de formação em assentamentos de luta pela terra em Goiás. (Corumbá de Goiás/Faina)	Elizabeth e Edinair	2
Lideranças de movimentos sociais: MST e Terra Livre (Corumbá de Goiás/Faina)	Zarref e Divino	2
Assentados do Movimento Terra Livre (Faina)	Maria Hilda, Aparecida, Maria Vicença, Vilma, Enir, Domingos, Ana Maria, Elisângela, Fabrício, Clarice	10
Acampamento Dom Tomás Balduino	Preservar o nome dos assentados pelas perseguições recentes.	14
Acampamento Santa Luzia (Itapuranga)	Rodrigues, Francisco, Almir, João Mariano, Ângela, Agnelo, Geraldo e José	8
	Total de entrevistados	60

Organização própria. (2017).

O campesinato goiano enfrentou processos de violências, subalternizações, imposições do capital e movimentos contra-hegemônicos, que fortaleceram este grupo histórico na formação política e nas ações territoriais. Sendo assim, a tese foi norteadada pela seguinte questão: Que relação se estabeleceu entre a memória e a construção de identidades coletivas e formativas dos movimentos sociais rurais existentes em Goiás pós-1964?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar os saberes e suas potencialidades nos processos educativos e as memórias dos sujeitos dos movimentos sociais do campo em Goiás. Assim, os argumentos políticos e pedagógicos, citados pelas lideranças para a construção dos saberes sociais, nos possibilitaram compreender quais as referências que sustentaram as organizações populares no campo. Nesta retomada, as memórias auxiliaram na percepção em relação à atuação dos sindicatos e dos movimentos sociais na territorialização do campesinato.

Para tanto, em relação às repressões, às memórias e às ações territoriais dos sujeitos, definimos os objetivos específicos desta análise:

- Estudar a repressão política contra sindicalistas e sindicatos de trabalhadores rurais no estado de Goiás, principalmente após o golpe militar de 1964;
- Analisar as ações desenvolvidas pelos atores sociais envolvidos, seus papéis de mediações nos conflitos e suas resistências no pós-1964, entendendo quem são os principais sujeitos no processo de consolidação dos assentamentos e comunidades rurais em Goiás;
- Pontuar os principais instrumentos políticos e pedagógicos utilizados pelas lideranças para a construção dos saberes sociais relacionados à fé, ao debate, a reflexão e ao engajamento político, compreendendo as correntes filosóficas que influenciaram as lideranças e como essas fortaleceram a formação política e a ação coletiva dos trabalhadores do campo;
- Analisar as narrativas, as histórias orais e os depoimentos das lideranças religiosas, leigos, lideranças sindicais que vivenciaram e vivenciam a disputa pela terra em Goiás, buscando compreender os aprendizados diante de práticas coletivas e individuais;

A priori, as questões desta tese partiram de demandas políticas, filosóficas e sociais ligadas aos camponeses, aos movimentos sociais do campo, às memórias e aos saberes constituídos nos processos de disputas territoriais pela terra. Entre eles destacamos:

1. Os movimentos sociais contribuíram em que medida para as organizações, ações e formações coletivas dos sujeitos sociais do campo em Goiás?
2. Existe uma relação entre as lutas sociais no campo do período que antecede o golpe de 1964 com as lutas posteriores? Por quê? Como os movimentos sociais que iniciaram as

disputas territoriais no campo em Goiás, no decorrer do século XX, contribuíram para as disputas que aconteceram nos anos de realização da pesquisa nos municípios indicados?

3. As lideranças de organizações sociais do campo, em seu cotidiano político e cultural, passaram por momentos de contestação e de conflitos. Como esses momentos contribuíram para a consolidação de saberes sociais durante a luta nos assentamentos e acampamentos, em atuações coletivas e em novas percepções da atualidade nos aspectos políticos? O que as memórias dos sujeitos dizem sobre esse momento histórico?

4. No desenvolvimento das ações diretas de enfrentamento entre o capital (agrário) e o campesinato ocorreram registros históricos de algum tipo de violência física ou simbólica? Como as lideranças se posicionaram e quais instituições lhes deram suportes?

Existe a complexidade em captar o movimento de aprendizagem dos sujeitos, mas não se trata de captar no abstrato. Isso porque a intenção foi identificar processos a partir de situações concretas de disputa que estão presentes nos discursos sociais, nas memórias que apareceram durante a realização da pesquisa e das entrevistas (LOUREIRO, 1988).

Partimos da hipótese de que, Goiás é um estado que, em suas relações socioeconômicas, tem o capital agrário como força hegemônica e que fez do agronegócio o principal meio de organizar o trabalho. Historicamente, o latifúndio (fonte dos mecanismos de coesão e coerção social) constituiu-se palco de conflitos sociais em diferentes municípios, sob as ações dos sujeitos que se organizavam por meio de sindicatos, partidos, movimentos sociais, pastorais e associações de produtores. A disputa no campo, anterior a 1964, pode estar relacionada com a territorialização de conflitos presentes. O objetivo é verificar, pois, se os motivos de disputa pela terra e por territórios se modificaram e se as formas de violência são as mesmas, observando como os territórios no campo se organizaram em 2016, 2017, 2018 e 2019, período o qual a pesquisa desenvolveu-se.

É inegável que parte dos sujeitos envolvidos em movimentos coletivos de resistências e de embates territoriais teve suas histórias silenciadas mediante o uso da força estatal e privada e posteriores aos conflitos. Assim, a tese que defendemos é a de que as disputas territoriais em Goiás possibilitaram a construção de novas visões de mundo (saberes) dos sujeitos envolvidos. Estas novas concepções foram elementos fundantes para a permanência na disputa pela terra e por territórios, redefinindo a organização sindical com a oposição de chapas fortalecidas pela Oposição Sindical e pela Diocese de Goiás. Posteriormente, elas contribuíram para a territorialização de movimentos sociais como o MST e o TL. Isso refletiu na produção econômica do campo, em diferentes municípios, valorizando aspectos políticos e

culturais camponeses. Por meio desta pesquisa, visibilizamos parte da memória de conflitos sociais vivenciados por esses sujeitos.

Desse modo, na questão agrária em Goiás, a hipótese é que a atuação de diferentes atores sociais, como os sindicatos dos trabalhadores rurais, as igrejas cristãs, os partidos políticos, foi fundamental para o fortalecimento das organizações coletivas dos sujeitos no campo. Essas organizações foram essenciais para que o protagonismo dos sujeitos se materializasse nos conflitos de terras e na permanência desses territórios.

Pressupomos que as disputas políticas, o cotidiano, as ações coletivas educam os sujeitos (PESSOA, 1998). Portanto, nesta tese, estudamos os movimentos sociais como espaço de formação política e pedagógica, pois o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Terra Livre (TL) possuem aparatos pedagógicos para a formação dos sujeitos, como nos esclareceu Gohn (2001) e Cruz (2004). Para compreendermos a dinamicidade histórica, as correntes teóricas dos movimentos sociais, como as de Touraine (1989), Blumer (1997), Melucci (1997), Alonso (2009) e Scherer-Warren (2006), nos auxiliaram no desvelamento das mudanças ocorridas nos movimentos nos últimos anos.

As forças hegemônicas representadas pelo Estado, mídias e setores ligados ao capital pouco se interessavam em publicizar os atos de violência sofridos por camponeses, lideranças sindicais e outras lideranças de conflitos sociais do campo. Propomos retomar as memórias das principais lideranças, tornando visível o passado marcadamente violento, evidenciando as injustiças postuladas a esses sujeitos. Esta tese retoma as memórias e as relaciona aos saberes do processo político. Estas narrativas possibilitarão observar como os saberes foram fundamentais para a territorialização dos (as) camponeses (as).

Entendemos que, à medida que nos aproximamos do tema, podemos entendê-lo e interpretá-lo. A teoria é instrumento valioso para compreendermos a realidade. Desse modo, quanto mais nos debruçarmos sobre os objetivos traçados, à metodologia, quanto mais visitas ao campo, maiores as possibilidades de um conhecimento mais amplo do estudo. Captar como os sujeitos constroem os saberes sociais e como os saberes são importantes para as disputas territoriais exige um método que desopacize a realidade. Segundo Gatti (2012), os métodos gestam embates teóricos entre a teoria e a empiria.

O método científico é a razão potencializadora de um fenômeno e a leitura de um dado histórico, político, social ou matemático. Para Santos (1996, p. 62-63), “[...] a questão do método é fundamental por que se trata da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista [...]”, no sentido de que

“[...] a realidade social é intelectualmente construída”. Podemos afirmar então que o método é sinônimo de teoria ou uma forma de analisar uma dada realidade.

Para Severino (1992, p. 121), o método é “[...] o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existem entre os fenômenos”. Ou seja, por meio dos procedimentos adequados, temos mais chances de obter resultados mais precisos e estabelecer melhor as relações entre causas, consequências e problemáticas.

O método de interpretação é a concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência. É, pois, uma sistematização das formas teóricas de se conceber a realidade. Para Lefebvre (1979, p. 21), a dialética é um método e esse método é entrelaçado ao que o próprio objeto revela:

Portanto, o que é esse método? É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. E é “o próprio conteúdo,” o movimento dialético que este tem em si, que o impele para a frente, incluída a forma. A lógica dialética acrescenta, à antiga lógica, a captação das transições, dos desenvolvimentos, da “ligação interna e necessária” das partes no todo.

Para Marx (1983), o método é analítico. Em *Contribuição à crítica da economia política*, Marx (1978) realizou seis observações em torno do método para explicar sua teoria econômica sobre o modo de produção capitalista e suas relações com a sociedade, a mercadoria, o trabalho, a propriedade privada, o lucro. A primeira mostrou que, ao analisar um fenômeno, é necessário explicar como as relações são produzidas, ou seja, o movimento histórico. A segunda observação refere-se às ideias, às categorias como produtos, transitórios, fruto das próprias relações sociais produzidas pelo pensamento (concreto pensado). O pensamento abstrato necessita captar os elementos mais simples da análise até o mais complexo em um movimento histórico e real.

A terceira observação de Marx (1983) tratou de como as relações de produção constituem o todo. Isso porque o todo não é a soma das partes, e sim a síntese das partes. O todo remete à parte e a parte remete ao todo. Porém, o tempo e as relações não explicam por si só o fenômeno. Assim, a particularidade histórica em análise nesta pesquisa está relacionada a outras particularidades históricas de luta pela terra no Brasil. Portanto, fez-se necessário entender os engendramentos econômicos e políticos dos movimentos sociais para aprofundarmos os elementos e fenômenos sociais do campo em Goiás.

A quarta observação de Marx (1983) é a de que há contradições e relações entre as categorias em estudo. Uma categoria em análise acaba necessariamente buscando outras,

pelas relações presentes no objeto. Por exemplo, para se estudar as disputas territoriais no campo é necessário entender o processo de formação da propriedade privada, que implicam diferenciações de ocupação e extração da renda da terra, um elemento se interliga ao outro.

A quinta observação de Marx refere-se ao fato de que a história não é apenas uma sucessão da razão ou de fatos históricos; é a história das próprias contradições; é a história da própria luta de classes.

A sexta observação do método dialético de Marx é que a verdade é incompleta, pois não conseguimos analisar o objeto de estudo por completo. Assim, algo escapa ao olhar da pesquisadora.

Para isso, entendemos o método como procedimento de razão, e a razão como instrumento de mudança. Vislumbramos o método como a maneira que observamos o tema e o posicionamento filosófico e político da pesquisadora, garantindo a visibilidade de sujeitos que, historicamente, tiveram seus direitos negados pela sociedade. A opção metodológica utilizada nesta tese revela a postura filosófica da pesquisadora, auxiliando a compreensão de práticas educativas e de transformação social em Goiás por meio do embate entre grupos e conflitos no campo. Para isso, interessou-nos compreender a natureza histórica do objeto, amparados, em ferramentas de pesquisa.

Para tanto, o método dialético foi escolhido por apresentar categorias de análise como a propriedade privada, a luta de classes, a alienação, a ideologia, as desigualdades sociais, a exploração realizada pelo capitalismo, as contradições, as hegemonias, as disputas políticas, elencadas como escopo do que se pretende discutir nesta tese. Ou seja, o próprio objeto pré-definido as categorias⁸ em estudo. O sujeito não se separa do objeto na abordagem dialética.

O método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo e leva à construção do conhecimento teórico. Diz respeito aos problemas operacionais, recursos técnicos de que se dispõem. Posturas interpretativas impõem o uso exclusivo de certas técnicas. No entanto, abordagens orientadas por diferentes métodos de interpretação podem fazer uso das mesmas metodologias de pesquisa (MORAES; COSTA, 1984).

Os métodos, sejam eles de interpretação ou de pesquisa, relacionados às teorias em estudo são apropriados para a leitura do tema e nos proporcionaram noções para as análises, respondendo às seguintes questões: Como os sujeitos se relacionam com os fenômenos? A

⁸Entendemos a categoria como algo que é validado a partir do real, das determinações históricas. Ela é mais abrangente do que o conceito, que é mais lógico, já a categoria é síntese da materialidade. A categoria se determina na práxis e, ao mesmo tempo, sintetiza o que é teórico. Tanto os conceitos quanto as categorias vão definir a lógica de leitura e escrita da pesquisa (SOUZA, 2013).

partir de quais elementos tais estruturas se estabeleceram? E por que elas se alteraram? O método apresentado e entrelaçado aos procedimentos metodológicos proporciona instrumentos principalmente capazes de atingir os objetivos iniciais traçados na pesquisa. Nesta relação, afastar-se em certa medida, dos elementos formativos da luta, para apreender melhor a realidade é parte do caminhar.

Gomes (1991) orientou quanto à identificação e análise das principais categorias do materialismo histórico dialético que nortearam a pesquisa e que estão correlacionadas. O mesmo autor considerou a contradição, como a categoria principal da dialética, além das que seguem:

- a) Geral e particular: O geral - o que há de comum em um objeto (Árvore) que possibilite identificar na categoria “árvore”. O que a árvore tem de específico (único) é o particular.
- b) Causa e efeito: A razão de determinado fenômeno possuir tal forma.
- c) Possibilidade e realidade: possibilidade-estado a ser alcançado diante de uma condição objetiva. A realidade é a possibilidade concretizada.
- d) Essência e fenômeno: “A essência de um objeto significa compreender a causa de seu aparecimento, as leis da sua vida, as contradições internas que lhe são específicas, as tendências do desenvolvimento e as suas propriedades determinantes”. A aparência se perde mais facilmente do que a essência: Qual a essência do capitalismo? Os meios de produção e as categorias econômicas, capital e trabalho.
- e) Conteúdo e forma: A forma define o conteúdo. A forma se transforma seguida do conteúdo. O conteúdo é mais dinâmico.

Tanto as categorias quanto as Leis da Dialética auxiliaram na leitura do tema. No que se refere aos princípios ou Leis da Dialética, consideramos, segundo Gadotti (1997, p. 24-27):

- 1° “tudo se relaciona” (reciprocidade, totalidade, interação, sem isolar um fenômeno, verificar a história, ir além da metafísica ou da descrição);
- 2° “tudo se transforma” (movimento, natureza inacabada, repetição dos conflitos, negação da negação: a vida produz a morte, do velho nasce o novo, a maçã verde se torna madura, etc.);
- 3° “mudança qualitativa” (passagem da quantidade para a qualidade, quando se muda a natureza. Exemplo: água transforma-se no fenômeno ebulição, evaporação ou gelo);
- 4° “unidade e luta dos contrários” (forças opostas, contradição. Aquilo que aparentemente pode não ter nada a ver pode ter relação. Exemplo: sábio e ignorante, para ser sábio é preciso ser ignorante primeiro).

As técnicas não são neutras, assim como o método, e tampouco a escolha do tema. No tocante à etapa de pesquisa bibliográfica, atentamos à leitura de informações referentes à

realidade dos movimentos sociais do campo e às dinâmicas políticas e territoriais de Goiás. Desse modo, a pesquisa realizada teve, como cunho metodológico, a reflexão teórica e empírica de procedimentos qualitativos e quantitativos.

Entre os procedimentos, destacamos os instrumentos qualitativos, como o uso da “história oral”. Conforme Amado e Ferreira (2006, p. 17), “Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’”. Para compreendermos a práxis dos saberes sociais em Goiás, fez-se necessário interpretarmos os registros orais de vivências no cotidiano coletivo, principalmente a partir de sujeitos que ainda não foram ouvidos.

Nesta tese, ouvimos aqueles que sofreram violências em disputas territoriais no campo em Itauçu, Itapuranga, Goiás, Goiânia, Uruaçu, Carmo do Rio Verde, Corumbá de Goiás, Faina e Bela Vista, que ainda não lhes foi permitido o direito à fala. Há muitos fatos e violências físicas e simbólicas sofridas que foram visualizados em depoimentos, mas que ainda não foram registrados. Buscamos visibilizar sujeitos que presenciaram os momentos de formação e fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), os líderes de movimentos sociais, de partidos e de sindicatos. Acrescentamos os sujeitos das “frentes” na atualidade, visto que possuem formação diferenciada dos líderes das décadas de 1980 e 1990.

Na exposição das narrativas de lideranças que vivenciaram a disputa pela terra em Goiás, os mecanismos instrumentais utilizados foram entrevistas gravadas em câmera de imagem e celular, baixadas e transcritas. As narrativas recompuseram cenários de luta e mostraram como os conflitos se articularam e se houve relação entre momentos históricos distintos. As entrevistas compuseram histórias orais das lutas sociais no campo. Para entender este instrumento metodológico, compartilhamos do olhar de Meihy (1996, p. 18), que definiu a história oral: “É uma prática de apreensão de narrativas feitas através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente visando facilitar o conhecimento do meio imediato”. Os discursos analisados nesta tese foram transcritos e valorizados.

Portanto, pautamo-nos por análises de entrevistas interpretativas para elucidar a realidade. Além da oralidade, ainda como elemento de cunho qualitativo aplicado a esta tese, enfatizamos, no olhar atento às entrevistas aplicadas, o subjetivismo, a memória, o simbolismo, o sentimento, a relação com a terra, a ligação com os movimentos sociais e as aproximações com correntes filosóficas e religiosas, como a Teologia da Libertação.

As fontes materiais de pesquisa de informações históricas foram obtidas na Comissão Pastoral da Terra (CPT), na Secretaria Nacional e Regional de Goiás, em seus *sites*, além de

atas, cartilhas de sindicatos e cursos de formação, documentos dos sindicatos, pesquisas em fontes bíblicas como formação política e cristã dos participantes das reuniões locais, registros fotográficos, pesquisas em teses, dissertações, poesias, músicas, documentários, vídeos, reportagens e jornais. Para fins documentais, na investigação, pautamo-nos por documentos como os boletins de registros públicos e diocesanos para compreendermos como era a comunicação com os camponeses e os diferentes aprendizados nos cenários de práxis coletiva.

Entre os instrumentos qualitativos, foi dada maior ênfase à memória. Para Halbwachs (1968), a memória individual do sujeito não é apenas o que recorda, pois é fruto de discursos coletivos, da influência de pessoas as quais se relacionou, conviveu e delas sofreu influências. A memória é diferente da história porque a memória inclui os sentimentos, as vivências, a subjetividade. A história é a narração dos fatos sem a experimentação e é informativa. Já as memórias são coletivas, não podem ser individualizadas, vão para o âmbito da comunicação, da relação e da afetividade.

O estudo de memórias exigiu a maturidade para entender as limitações dos sujeitos no campo. Na relação com o entrevistado, exigiu-se a percepção sobre o discurso e sobre a própria vida revelada pelo narrador, ou seja, suas representações cotidianas⁹. Para que as memórias fossem captadas com liberdade ao entrevistado, as relações estabelecidas de forma conjunta e horizontal foram importantes para que a troca de saberes fosse fluida. Ao ouvinte, coube paciência, atenção e capacidade de interlocução. As entrevistas foram executadas sob a orientação e direcionamento de um roteiro e foram gravadas na máquina fotográfica, com abertura para que as narrativas fossem expostas. Além das narrativas foram levantadas informações por meio da observação direta ao campo.

Quanto à estrutura textual, a tese está dividida em três capítulos. O primeiro trouxe reflexões que partiram da territorialização do capital, em um embate entre o campesinato e o agronegócio, desde o confronto entre fronteiras, as primeiras resistências camponesas goianas, que posteriormente foram fomentadas por organizações de movimentos sociais e religiosos contra as hegemonias e ações do capital. As reflexões abordam a relação terra, sujeitos e capital. Autores como Martins, Oliveira, Fernandes, Marx, Santos e outros nos ampararam.

O segundo capítulo objetiva entender as principais disputas territoriais e as mobilizações sociais ligadas às disputas por territórios em Goiás. Nesta etapa, analisamos as ações desenvolvidas pelos principais atores sociais envolvidos (CPT, sindicatos, Diocese,

⁹Nesta tese, pautamo-nos pelo conceito de representação cotidiana, sugerido pelos estudos de Viana (2015), para compreendermos os fatos sociais. Para este autor, re-presentar significa tornar novamente presente algo que esteja ausente.

partidos políticos e lideranças de assentamentos), os papéis de intermediações nos conflitos no campo, as memórias de lutas e as formas de resistências mediadas por esses atores. Neste capítulo Guimarães, Loureiro, Halbswaschs, Bosi, Silva, Alves, Pessoa e Pietrafesa nos auxiliaram nas discussões teóricas.

Trouxemos para a reflexão depoimentos e retomamos parte do processo histórico de direitos negados durante as disputas territoriais vivenciadas em Goiás. Partimos de dois eixos de análise das formas de mobilização social no campo em Goiás: a contribuição da educação e da atuação em partidos políticos, sindicatos, CEB's e movimentos sociais como instrumento de recomposição de territórios rurais, e a amnésia social histórica referente ao campesinato. Nesse momento, trouxemos a interpretação das entrevistas ligadas às memórias dos sujeitos do campo e seus saberes provenientes das atuações em sindicatos, movimentos sociais, partidos e ações coletivas que se territorializaram como barreira às artimanhas do agronegócio.

O terceiro capítulo interpreta as pedagogias dos movimentos sociais. Para tanto, indagamos: Que aprendizados são esses das lutas sociais? Em tempo de desumanização, qual a dimensão desses saberes sociais proporcionados pelo conhecimento construído no coletivo entre os movimentos sociais do campo? Neste momento político brasileiro de ataque ao pensamento científico, às ciências sociais, às lutas dos povos do campo e da cidade, como esses saberes ganham forças?

As fontes teóricas que subsidiaram esta etapa foram os pressupostos freirianos, as leituras de Arroyo e Brandão, análises de Gramsci, e outros autores apontados pelos próprios sujeitos da pesquisa como Caldart, Pistrak, Makarenko. Nesse capítulo, são apresentados pontos específicos da formação de lideranças nos movimentos sociais do campo, MST e Terra Livre em Goiás, além de um sobrevoo nos assentamentos, no cotidiano, trouxe parte de memórias e de saberes ligados à participação política no campo por educadores, assentados e lideranças dos movimentos citados.

1 A DISPUTA POR TERRITÓRIOS E AS DINÂMICAS POLÍTICAS PRÉ-1964: A TERRA E A FRONTEIRA NO BRASIL E EM GOIÁS

Neste momento da história do Brasil, o latifúndio se torna a mais poderosa arma para justificar a violência privada. (MARTINS, 1999)

Levaram embora até o que não tínhamos. (Índios-Renato Russo).

A partir das leituras, análise e realização de trabalho de campo, o estudo buscou os registros históricos ligados à violência no campo e aos embates entre o capital e o campesinato. A memória, nesta pesquisa, foi instrumento de análise para relacionar o que os camponeses aprenderam nos processos de luta e como lidaram com a expulsão do campo, com a falta de incentivos públicos e dificuldades impostas às suas organizações.

A história da luta pela terra no Brasil foi marcada por uma imbricação entre interesses distintos de grupos sociais, oriundos de reivindicações que partiam do negro, do campesinato, das mulheres, de pessoas ligadas às igrejas, aos sindicatos, aos partidos e aos movimentos sociais. A realidade agrária brasileira é fruto de um processo histórico que produziu a territorialização do capital. Foi uma história ora de subordinação, ora de libertação, que levou à dominação econômica, política e cultural (FANON, 2005). Optamos pelo campesinato como sujeitos históricos e políticos que lutam pela permanência no campo cotidianamente. Desse modo, esta pesquisa buscou entender parte do cotidiano de lutas, trajetórias, aprendizados e experiências desses povos.

Este capítulo busca entender como foram conduzidos o uso e a ocupação da terra em Goiás e como as lideranças se posicionaram. Para tanto, iniciamos com algumas questões. A história oficial e as mídias conservadoras¹⁰ não apontam como os camponeses foram submetidos às formas de violência e à expulsão da terra. (MARTINS, 1980). Por meio de entrevistas, pontuaremos quais instituições deram suporte, em quais territórios, e sob quais condições os sujeitos lutaram para acessar a terra e permanecer no campo. Buscamos unir, em uma análise de doutorado, segmentos distintos: sindicatos, movimentos sociais e igrejas. Isso porque, em alguma medida, se comunicam, como a pesquisa apontará ao longo do texto.

Compreendemos como os saberes interferiram na territorialização e reterritorialização de camponeses (as) em Goiás, uma vez que os movimentos sociais, o movimento de oposição sindical e as CEBs se somaram contra o processo hegemônico de exploração e ações do

¹⁰Classificamos como mídias conservadoras aquelas que não estão vinculadas à defesa e aos interesses da classe trabalhadora. É uma forma de diferenciar das mídias alternativas que geralmente são organizadas por indivíduos mais vinculados às lutas populares.

capital. Sob esta primeira amarração, abordamos, neste capítulo, o processo de ocupação de terras e as ações desenvolvidas pelos sujeitos na reconfiguração de territórios no campo. O território foi a categoria que auxiliou na compreensão e abrangendo relações de disputa, as hegemonias e contra-hegemonias. Nos estudos territoriais, Raffestin (1980) subsidiou o estudo das relações de poder; Fernandes (2008) apontou os confrontos na relação entre natureza e sociedade na apropriação da terra e dos recursos naturais; Santos (1996) discutiu as mudanças na sociedade a partir da globalização, das novas relações de trabalho, e como as tecnologias interferiram diretamente na construção e na ordenação dos territórios; e Mendonça (2004) explicou as relações simbólicas compostas pelos sujeitos do território na recriação de ações coletivas.

No que tange às disputas territoriais, refletiremos acerca da fronteira, da terra e da propriedade privada no Brasil. Em nossos estudos, compartilhamos do olhar de Martins (1986, p. 19 e 20): “[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”. Para esta reflexão, buscamos elementos históricos acerca da luta pela terra no Brasil, a formação dos movimentos sociais pré-golpe de 1964 em Goiás, o papel formativo dos partidos, bem como a relação entre sindicatos e igrejas e as resistências que se contrapõem ao domínio do capital, do agronegócio e do latifúndio.

1.1. Desenvolvimento do capital agrário no Brasil

A história contemporânea da fronteira no Brasil é a história das lutas étnicas e sociais.
(José de Souza Martins, 1996)

As determinações históricas do capital fizeram com que o território brasileiro apresente hoje semelhanças a um dos maiores latifúndios do mundo, por ser um dos países com o maior índice de desigualdade social e concentração de terras. O controle da terra é feito por grandes produtores de soja, cana de açúcar, empresas de carnes, frigoríficos, produção de eucaliptos, girassóis, entre outras produções que bifurcam a territorialização do capital e a territorialização camponesa. A colonização do território e as formas de produção engendradas desenvolveram uma história de uso e ocupação do solo com relações que não eram propriamente capitalistas, eram pré-capitalistas, eram relações de trabalho escravizadas.

No Brasil, o modo de produção foi regido pela economia de exportação e pelo latifúndio. As relações de trabalho foram modificadas, em meados do século XIX, com a

chegada dos imigrantes brancos. Foi formado o colonato, que não era um trabalho assalariado, ainda com formas pré-capitalistas de produção, com variações particulares presentes nas regiões brasileiras. Isso porque o trabalho familiar passou a ter força maior com a ascensão do colonato, do agregado, da parceria, da meação, do apadrinhamento e do arrendo. Martins (1986, p. 3), nos seus estudos específicos do colonato em São Paulo, mostrou que as relações de trabalho já nesse período, eram relações de “renda capitalizada”.

Eram variações nas relações produtivas de trabalho, porém, com formato de exploração (MARTINS, 2010). Além dessas, Martins (2009) estudou outras formas de exploração do trabalhador, denominadas de “escravidão temporária”, como o sistema de peonagem, a escravidão por dívida, o trabalho sem registro em carteira, os direitos negados. Estas formas, presentes no campo permitem que o capitalismo camuflado escamoteie e disfarce sua perversidade.

No Brasil do século XIX, o capital monopolista iniciou um processo de estruturação. Assim, o capital antes aglutinava a indústria, mas a produção agrícola começou a se desmembrar e apresentar novos formatos. No século XX, o capital estrangeiro continua a comandar a lógica de produção, e as políticas nacionalistas passam a investir na indústria, objetivando o aumento da produção de produtos industrializados, manufaturas e demais produtos para além da produção agrícola (OLIVEIRA, 1986).

No campo, durante as décadas de 1950 e 1960, os conflitos sociais se multiplicaram. Com a ditadura e a repressão o que predominou foi uma modernização conservadora¹¹, a qual não mexeu na estrutura fundiária do país e assim as populações do campo ora se viam obrigadas a buscar oportunidades nas cidades, ora teriam de lutar pelo direito à terra. O avanço da modernização agrícola, as frentes e as estruturas do capital impulsionaram os confrontos (GUIMARÃES, 2014).

O campesinato brasileiro, diante do modelo de produção implantado no país, se viu na condição de ter que buscar novos territórios para plantar, morar e viver, ou seja, novas frentes. Durante as frentes de ocupações, nos embates sociais e territoriais, as classes trabalhadoras, tanto do campo como da cidade, uniram forças por meio dos sindicatos, das igrejas e dos movimentos sociais, para a obtenção de moradia e para garantia dos direitos trabalhistas

¹¹ É importante ressaltarmos a forma e as consequências da modernização do campo implantada no Brasil. Historicamente, havia a defesa de grupos partidários que defendiam que era possível modernizar e aumentar a produção no campo sem distribuição de terras e outro grupo que defendia a Reforma Agrária com a indispensável distribuição de terras. A forma como a modernização foi implantada no Brasil aumentou a concentração de terras, a exploração da terra e a distribuição regressiva da renda e a desigualdade (ALENTEJANO, 2012).

historicamente conquistados, além da terra e da produção de alimentos mais acessíveis e saudáveis.

O que caracteriza a fronteira no Brasil é a situação de conflito. Para Martins (1996, p. 26), “A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança.” A violência histórica de ocupação no Brasil não pode ser esquecida. Nesta história, a fronteira também é o encontro com o outro. Representa a descoberta, o confronto, o novo. Martins (1996) destacou que a fronteira é o lugar do desencontro de temporalidades históricas, entre o novo e o tradicional, espaço em que ocorrem conflitos de interesses e a fusão dos tempos.

Na disputa territorial e política entre o agronegócio e o campesinato, entendemos que entre o Estado e o capitalismo, há uma disputa entre a frente pioneira¹² e a frente de expansão no Brasil, de algum modo, regulada pelo capital. Para Martins (1997, p. 185), as “[...] frentes de expansão são predominantemente relações não capitalistas de produção, mediadoras de reprodução capitalista do capital”. A frente de expansão é marcada pela frente demográfica no lugar do conflito com a alteridade, onde ocorrem as redes de trocas e possíveis comércios.

A conquista de terras por meio das frentes de expansão significou a busca por sobrevivência por outros meios, ou alternativas. A posse da terra seria um dos mecanismos de luta contra o subemprego e o desemprego nos centros urbanos e representou a força do campesinato em relação às expulsões sucessivas vivenciadas no interior do Brasil. Segundo Carneiro (1988, p. 33), a frente de expansão tem uma característica específica:

As “frentes de expansão” têm por principal característica o fato de a terra não ser comprada, e, por conseguinte, não ter valor de mercadoria, não visar ao lucro, não assumindo, portanto, as características da propriedade capitalista. Constituem-se as “frentes de expansão” geralmente de terras devolutas, privatizadas pelos ocupantes ou posseiros para dela tirarem o necessário à sua subsistência.

A propósito, nas relações capitalistas, há ocorrência de conflitos, tanto na frente de expansão quanto na frente pioneira, e principalmente quando a primeira atua sobre a segunda. Segundo Martins (1997, p. 182),

O avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na situação de fronteira, dão aos conflitos que ali se travam, entre grandes proprietários de terras e camponeses e entre civilizados,

¹² A frente pioneira é caracterizada como empreendimentos econômicos por meio de atores capitalizados como as empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias. Esses atores têm acesso ao transporte de mercadoria, financiamentos, produção e aplicação de recursos, ao contrário da maioria daqueles ligados à frente de expansão (MARTINS, 1997). Sendo, pois, uma das dimensões da reprodução capitalista.

sobretudo grandes proprietários e índios, a dimensão de conflitos por distintas concepções de destino.

As frentes pioneiras no Brasil foram marcadas, sobretudo, pelas políticas de Estado, com programas como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que buscava soluções para a estrutura fundiária na ampliação de ofertas de terras por meio da abertura de modelos técnicos e de novas áreas destinadas à agricultura (ANDRADE, 2011). Em Goiás, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) e outros programas de incentivo a produção agrícola marcam as ocupações da região, como o Programa de Desenvolvimento em áreas do Cerrado (PRODECER). (PIETRAFESA, 2015)

Nos processos de ocupações, os avanços das frentes de expansão e das frentes pioneiras surgiram como fruto das tensões ocasionadas pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. A terra foi peça fundamental para ser explorada e geradora de renda. Por isso, sua posse passou a ser uma contra-hegemonia diante das imposições da ordem do capital. Nesse sentido, Carneiro (1988) denunciou como os conflitos sociais no Brasil aumentaram em função da violência produzida pelo capital contra os trabalhadores.

Ao examinarmos o contexto da década de 1960, vimos que esse período foi marcado por projetos de Reforma Agrária clássica¹³ com mais de 70% da população vivendo no campo. Nessa época, os movimentos sociais efervesceram com o fortalecimento das ligas camponesas, dos sindicatos, com as exigências populares de reformas de base. O golpe de 1964 desarticulou os projetos de destinação de áreas para reforma agrária propostos por João Goulart. Com os governos militares a terra não se democratizou.

O aumento da expulsão do campo levou à intensidade de conflitos pela posse da terra e ao surgimento de reivindicações, que passaram a ter caráter local em Goiás, principalmente na luta pela baixa do arrendo, sob o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), das ligas camponesas, da Igreja Católica e de outros setores da sociedade civil, como associações e sindicatos. Segundo Guimarães (2014, p. 12), houve, “nos anos 1964 e 1965, a maior taxa de intervenção sindical em todo o Brasil, sendo que Goiás foi considerado o *locus* de maior conflito político-sindical”. Naquele momento, tanto os sindicatos como o PCB foram responsáveis pela formação de camponeses e pela criação das ligas camponesas¹⁴ em 1940. Em Pernambuco, Francisco Julião foi um dos líderes das ligas camponesas¹⁵.

¹³ A Reforma Agrária clássica é a distribuição de terras que altera a estrutura fundiária como motor para o sistema capitalista.

¹⁴ Ao final da década de 1940 e início de 1950, mais de 20 milhões de camponeses que trabalhavam no cultivo da cana de açúcar começam a manifestar sua indignação em todo o Nordeste brasileiro. Então, com o lema “Na lei ou na marra”, lutavam pelo direito à posse da terra (GUIMARÃES, 2014). As ligas camponesas foram as

Entre 1948 e 1952, Loureiro (1988) afirmou que o Partido Comunista Brasileiro era um educador em sua análise da relação entre partido político e classe como relação pedagógica. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) apresentava um programa agrário, realizava a análise das terras no Brasil, a questão das terras improdutivas, o monopólio. Estudou a quantidade de terras devolutas, a quantidade de áreas cultivadas e pretendia unificar as lutas no campo. O PCB entendia que o saber era um importante instrumento de luta. No momento, o presidente do partido era Gregório Bezerra (LOUREIRO, 1988). Além do PCB, outros aliados apoiavam a luta dos camponeses, como os espíritas e a Igreja Católica. Em contrapartida, os padres franciscanos norte-americanos combatiam os comunistas, os comerciantes e os industriais não apoiavam os camponeses (GUIMARÃES, 2014).

1.1.1. Goiás: as Ligas Camponesas, as disputas e resistências

“O campesinato quando se revolta aparece logo como a classe radical: conhece a opressão nua, suporta-a muito mais que os trabalhadores das cidades e para que não morra de fome, precisa nada menos que de um estouro de todas as estruturas” (SARTRE, Prefácio do livro “Os condenados da terra”).

Neste tópico, partimos da problematização atual do campo, das consequências sociais, políticas e econômicas vividas pelo campesinato, para estabelecermos relações com as causas históricas em Goiás. Isso porque, entendemos que o presente ilumina o passado, e vice-versa, a história apresenta as determinações concretas e a geografia apresenta os elementos territoriais que explicam, a origem dos conflitos sociais, as trajetórias dos grupos.

Os conflitos entre as frentes pioneiras e de expansão se deram com as “marchas” para o Cerrado, com maior incidência a partir de 1960/1970. Na década de 1980, a ocupação realizada por meio de lavouras de arroz e de pastagens, da cana de açúcar, da soja, visando ao aumento da produtividade com o uso de alta tecnologia, leva à diminuição de empregos no campo e, conseqüentemente, à expulsão do campesinato. O trabalho morto substituiu o trabalho vivo¹⁶, com a tecnificação do processo produtivo, como analisou Silva (2013) e como observamos nas paisagens do agronegócio, “sem trabalhadores”:

primeiras organizações no Brasil de aglutinação de camponeses na luta por direitos ligados à terra, ao trabalho e à produção no campo.

¹⁵ Na Paraíba, em 1962, houve o assassinato de João Pedro Teixeira a mando de latifundiários. Ele dirigia a liga maior do Nordeste, com cerca de 7 mil membros. Elizabeth, após sua morte, assume o comando da Liga (CAROS AMIGOS, 2017).

¹⁶ Entendemos por trabalho vivo aquele no qual existe o emprego da mão de obra humana e por trabalho morto aquele realizado pelas máquinas (ANTUNES, 2015).

Figura 2 - Plantio de soja em Orizona (GO)-2016.



FOTO: Autoria própria.

Essas imagens demonstraram um processo de modernização conservadora aplicado ao campo brasileiro, em que a terra está sujeita ao capital. E mais do que isso demonstra um segmento da agricultura patronal capitalista formado por 1% dos estabelecimentos rurais brasileiros que corresponde aos altos índices de produtividade especializado em commodities, complexos agroindustriais, mercados e circuitos financeiros que concentra “poucos empregos e altos custos ambientais” (SCHENEIDER, 2019).

Em contrapartida devido a expropriação do campo, em um outro momento histórico, surgiram as Ligas Camponesas em Goiás, conforme destacou Guimarães (2014, p. 41):

Pela proximidade com o Triângulo Mineiro, as ligas camponesas surgiram, em Goiás, na região sul do estado, em Catalão, Nova Aurora, Lindai, Pires do Rio, Orizona e em Goiandira, acompanhando o trajeto da estrada de ferro, em uma região em que a agricultura, fundada na produção do arroz, adquirira caráter comercial. Em geral, a principal reivindicação consistiu em lutar pela baixa do arrendo cuja taxa oscilava em torno de 40% a 70% no sul do estado de Goiás. A defesa dessa reivindicação teve o respaldo jurídico de dois deputados estaduais do PC-Abrão Isaac Neto e Paulo Alves da Costa que introduziram, na constituição de Goiás, o artigo 138, que versava sobre o limite de arrendamento, em torno de 20%.

As terras de Uberaba tornaram-se escassas e os mineiros migraram para o sul de Goiás no final do século XIX, visto que a ideia era buscar terras férteis e próximas ao Triângulo Mineiro. Esta região tornou-se polo da produção de arroz, milho, feijão e gado (LOUREIRO, 1988). Em Goiás, como o governo de Pedro Ludovico Teixeira apoiou a repressão, nos municípios de Orizona¹⁷ e Pires do Rio houve momentos de enfrentamentos e repressões realizadas por fazendeiros contra as reivindicações de arrendamento das ligas camponesas. A luta do arrendo também ocorreu entre os rios Corumbá e Piracanjuba.

¹⁷ A primeira cidade recebia o nome de Campo Limpo, mas posteriormente foi denominada de Orizona.

Posteriormente as disputas territoriais, Carneiro (1988, p. 116) registrou as memórias do enfrentamento entre posseiros e latifundiários nos municípios de Trombas e Formoso, mostrando a violência praticada contra mulheres e as ações sofridas por estes sujeitos nas décadas de 1950/1960. A autora também apontou o papel do Partido Comunista Brasileiro na formação política dos camponeses e de sindicatos:

Ao voltar de seu encontro com o Procurador do Estado, Dr. Everaldo de Souza, José Porfírio encontrou sua casa e sua roça queimadas e a mulher de resguardo de dias e os filhos no tempo. “A dor da mulher era grande, era tão grande que um mês depois ela morreu de abalo moral.” José Porfírio, viúvo com cinco órfãos, sentou ao caixão, pegou lápis e papel, fez um bilhete ao governador: “Excelência, daqui por diante ninguém abusa mais de mim”. Levantou-se e foi buscar o rifle. Ainda no ano de 1954, após três anos de luta pacífica pela legalização de terras, os camponeses, cansados de verem suas roças destruídas, suas casas queimadas, as mulheres espancadas, contam que um dia apareceu os comunistas que tomaram a paternidade da nossa causa, sem muita conversa, sem qualquer promessa. Foram chegando e explicando tudo, sem querer nada tomá da gente, nem voto, nem dinheiro, nem terra. Só querendo ajudá a gente defendê os nossos direitos. E isso nós aprendemos e posso dizê, que aprendemos bem e ensinamos os nossos filhos, que morrer de fome é que é vergonha, morrê lutando não.

A organização camponesa em Goiás foi fortalecida pela Associação de Trombas e Formoso, que surgiu em 1954 sob a denominação de Associação de Lavradores e Trabalhadores de Formoso¹⁸. Essa associação visava à defesa das terras e contra a grilagem, ao desenvolvimento de cooperativismo e à criação de escolas. Segundo Duarte (1998), o movimento de Trombas e Formoso pode ser dividido em três fases:

- 1952-1954: tentativas de compras de terras a baixos preços, pressões sobre os posseiros na cobrança do arrendo, expulsão de posseiros por jagunços e policiais, queima de ranchos¹⁹, saques de colheitas;
- 1954-1957: chegada do PCB, formação de associações com o intuito de formar sindicatos posteriormente, choques armados entre policiais e posseiros, uso de táticas de guerrilha;
- 1958-1962: refluxo do movimento, pois o Estado interviu na demarcação de terras e concessão de títulos aos posseiros; criação dos “Conselhos de Córregos” para tomar decisões coletivas e resolver questões locais, início dos mutirões como resistência. Em 1962, José Porfírio foi eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

¹⁸ Esta foi a primeira Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás, fundada no mesmo ano da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Seu primeiro líder foi Manoel Alves da Costa, que foi afastado das atividades políticas e sindicais (GOMES, 2009).

¹⁹ Durante o Movimento de Trombas e Formoso, em Trombas se destaca o líder José Porfírio, que teve sua residência invadida e a roça queimada em virtude de ter ido a Goiânia encontrar-se com o Procurador da Justiça na tentativa de anular as titulações fraudulentas de grileiros. Já em Formoso, o líder era José Firmino (DUARTE, 1998).

Após a criação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Trombas e Formoso, outras associações formaram-se em demais municípios como Estrela do Norte, Serrinha, Chapada Grande, Itapaci. A maioria localizada no norte do estado, por influência das lideranças que iniciaram os trabalhos formativos nessa região. Maia (2005, p. 7) afirmou que o golpe de 1964 encerrou qualquer possibilidade de efetivar as terras do Movimento de Trombas e Formoso:

Em 1963, os posseiros começaram a ter acesso aos primeiros títulos de terras, mas os acontecimentos de 1964 colocaram fim a qualquer pretensão de propriedade efetiva das terras. Logo após o golpe, a região é ocupada, os líderes fogem de suas posses e os posseiros são submetidos a interrogatórios e torturas, que levam alguns a abandonar a região. Durante todo o regime militar, a região foi posta sob vigilância e submetida ao controle direto dos órgãos de repressão. Era o fim de um movimento que, dentro de seus limites, garantiu a posse de milhares de posseiros e atravessou as décadas de 50 e 60 como um modelo alternativo de propriedade que não contou com qualquer apoio governamental e se efetivou pela perseverança dos trabalhadores no campo. Os conflitos no campo indicam que as únicas tentativas de construção de modelos alternativos ao regime oligárquico não partiram do Estado, mas da resistência dos posseiros.

Paralelo ao Movimento de Trombas e Formoso, outros municípios tiveram tensões sociais como Amaro Leite, Porangatu, Gurupi, Jussara, Britânia, Novo Brasil, Goianésia, e a oposição sindical apareceu para reforçar a resistência dos camponeses. Segundo Duarte (1998), a chegada de empresas agropecuárias e de estradas foi marcada pela intensificação dos conflitos. No entanto, esses movimentos mostraram como as resistências foram fundamentais contra a expropriação da renda e da terra no avanço do capital em Goiás. (GUIMARÃES, 2014)

Dentre uma das especificidades de disputas no campo goiano, por exemplo, o município de Orizona, havia os contratos de trabalho via oral. A parceria e o assalariamento eram utilizados de forma conjunta e 50% do arrendo era destinado aos patrões, além de o prefeito do município permitir a repressão de camponeses. Ocorreu uma mobilização de aproximadamente 300 pessoas, que foram enviadas para a região. O resultado foi o grande número de processos, violências físicas e prisões. Os fazendeiros eram do PSD (Partido Social Democrata) e dez famílias tiveram suas terras desmembradas (LOUREIRO, 1988).

Outra organização, que destacamos na articulação dos trabalhadores rurais, foi a Associação Rural de Itauçu, criada em 1956. Segundo Guimarães (2014), essa associação lutou pelo o abaixo do arrendo, promoveu ações de apoio aos camponeses de Formoso (àqueles que estavam se estabelecendo no norte de Goiás).

A pesquisa de Borges (2005), “*Itauçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês*”, a autora mostrou o papel da Ação Popular (AP), do Movimento de Educação de Base (MEB), e das Ligas Camponesas na mediação da organização dos trabalhadores e o apoio nos momentos de conflitos em Itauçu a partir de 1950, ano em que se intensificaram os conflitos pela terra. A autora elencou os elementos que acirraram a luta pela terra nessa região, nesse período, como a entrada do capital na tentativa de eliminar a posse e transformar a terra em propriedade privada, além da chegada das frentes de expansão e pioneira.

Em Itauçu, a frente pioneira aparece em função da construção da estrada de ferro e as plantações de café. A década de 1950 propiciou a reorganização da classe trabalhadora²⁰, impulsionada pela cobrança de altas taxas dos arrendatários. Em 1956, sob a orientação do PCB, criou-se a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu²¹, que foi uma das mais duradouras e atuantes em Goiás, existindo até 1964 (BORGES, 2005).

Entre as principais reivindicações dessa associação, de acordo com Guimarães (1988), estava a baixa do arrendo. Os instrumentos de denúncia utilizados naquele momento histórico foram a máquina de escrever e o mimeógrafo, que informavam os movimentos da Colônia Agrícola de Ceres (CANG)²² e os atos de grilagem por meio do boletim *Ranca Toco*. Já os instrumentos de formação, nos quais o sentido político e pedagógico se aprimoravam, eram os mesmos utilizados nas ligas do Nordeste: o Código Civil, a Bíblia e as poesias.

Durante e após o golpe militar de 1964, houve intervenções em sindicatos, prisões, cassações de mandatos e torturas de líderes populares. O município de Itauçu foi marcado por alguns casos de violência registrados desde 1970, segundo Borges (2005, p. 60). Entre eles, a tortura sofrida por lideranças do Sindicato dos Agricultores:

Na década de 1970, acontece mais uma prisão. Benedito Alves, filho do vice-presidente do Sindicato dos Agricultores e Produtores Autônomos de Itauçu, a pedido de D. Belony, esposa de José Prata, vai até a casa de Bailão²³, que se encontrava foragido em Anápolis, solicitando a ele que ajudasse a encaminhar sua filha Sueli a um médico em Goiânia. De madrugada, o rapaz é acordado por policiais federais que descobriram o endereço de Bailão. Benedito é preso e torturado para que falasse onde estavam Bailão e José Porfírio, sendo solto somente

²⁰ Segundo Borges (2005, p. 39), “a esses arrendatários, duas alternativas se apontavam: mudar para a cidade ou migrar para novas áreas de expansão, na esperança de se apossarem de terras devolutas”.

²¹ Esta associação auxiliou no movimento de Trombas e Formoso e outros movimentos de resistência.

²² A região do Centro Goiano ou Mato Grosso de Goiás, segundo Arrais (2004), abrange os municípios de Goiânia (Entorno de Goiânia: Inhumas, Itauçu), Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns. É uma região bastante produtiva em Goiás, pois produz arroz, café, alho, feijão, abóbora, batata, entre outros. Especificamente no município de Ceres, foi construída a Colônia Agrícola de Ceres. Na perspectiva desse contexto agrário, indagamos como as “Marchas” ligadas a esses processos produtivos desencadearam conflitos violentos no acesso à luta pela terra.

²³ Sebastião Bailão foi o fundador da Associação de Itauçu e foi discriminado no município de Itauçu por ser do Partido Comunista.

17 dias depois, por intervenção de um deputado. Ele ficou aproximadamente um ano e meio sem sair de casa, temendo ser novamente preso e torturado, não conseguia nem trabalhar, só não passou fome por causa da ajuda de familiares.

Sebastião Gabriel Bailão²⁴, líder da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, era comunista, benzedor e auxiliou na fundação de sindicatos em Goiás como estratégia de pressionar o Estado a realizar as reformas de base. Bailão fugiu e foi preso em São Paulo, por razão de perseguição política. Foi preso em 1971 e recebeu uma pena de dez anos, dos quais quatro foram cumpridos no Cegaço (BORGES, 2003).

O avanço da urbanização no Brasil, do capital na agricultura brasileira, as contradições do capitalismo e suas implicações no campo, reelaborou o cenário político marcado pelos ideais desenvolvimentistas das décadas de 1950 e 1960. Além da expansão das ideologias norte-americanas disseminadas, e o consumo de bens eletrônicos impostos pela mídia redefiniram o novo cenário político e social às populações expulsas do campo (GUIMARÃES, 2014).

No século XX, a relação campo-cidade foi marcada pela intensificação das migrações em Goiás, pela construção da estrada de ferro, pelas transformações na agricultura com a introdução de técnicas agrícolas, bem como a chegada da Marcha para o Oeste, a Colônia Agrícola de Ceres (CANG), a construção da BR-153, a produção de arroz, as atividades ligadas à pecuária, ao leite e o início da industrialização e da urbanização (CHAVEIRO, 2001).

Thomaz Júnior e Mendonça (2004) afirmaram que, com a chegada de inovações tecnológicas, os capitalistas passaram a usar técnicas de dominação e apropriação, colocaram a máquina como centro do processo produtivo no campo gerando o “progresso” do capital para o capital, homogeneizando as classes sociais, desarticulou a mobilização coletiva dos trabalhadores e criou discursos modernos para a espoliação e exploração do trabalhador, sem mencionar o uso excessivo de recursos naturais e hídricos.

A luta pela permanência no campo se mantém em Goiás a partir da necessidade de formar uma consciência de classe que desprenda da visão de mundo dominante para a adoção de uma nova visão. Ocorre o desejo de novas possibilidades e reinvenções. Nesse processo, alguns dados mais recentes que convergem para os fatos históricos e convêm ser ressaltados para reforçar os movimentos territoriais realizados pelo campesinato.

²⁴ A fase de Bailão no sindicalismo em Itauçu será comentada por Parcival na entrevista mais adiante, realizada no dia 28/01/2018.

Diante da complexidade do capitalismo, em meados do século XX, mesmo com o avanço do meio técnico-científico-informacional, a modernização da agricultura, a globalização, as políticas agroexportadoras e a territorialização do agronegócio, mantêm-se as relações de dependência com os países capitalistas centrais. E, mesmo nessas condições, o campesinato, resiste, o que não é pouco diante de tantas complexidades apresentadas pelo engendramento do capital, das ideologias de consumo e pelas relações de trabalho que desfavorecem a permanência de quem precisa viver e produzir no campo.

Segundo informações da CPT, no enfrentamento entre campesinato e agronegócio, de 1988 a 2015 foram realizadas 1.335 ocupações, com uma média de 217.551 famílias. No Centro-Oeste, em 2015, houve um total de 101 conflitos por terra. Em Goiás, nesse mesmo ano, foram 16 conflitos envolvendo 6261 famílias, ocorridos nos municípios de Amaralina, Caiapônia, Campo Alegre de Goiás, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Corumbá de Goiás, Itajá, Jataí, Quirinópolis, Santa Cruz de Goiás e Santa Helena de Goiás. Já as ocupações em Goiás foram 19 registradas, envolvendo 6850 famílias. No mesmo ano, ocorreram dois acampamentos, num total de 3500 famílias (CPT, 2015). Os dados apontaram que o campo continuou em movimento mesmo diante da lógica desigual e contraditória do capitalismo, ou seja, o processo de reprodução do campesinato ocorreu por meio da luta. Muitas pesquisas insistem em caracterizar apenas a descampesinização, a desruralização e o aumento da exploração no campo. Todavia, observamos que os camponeses continuam a se organizar, a lutar, a manter o desejo de morar e plantar no campo. Desse modo, o campesinato se mantém vivo.

Exemplo da resistência camponesa, o Caderno de Conflitos da CPT apontou que, em Goiás, ocorreram 19 ocupações em 13 municípios, em área de 38.254 ha com um total de 6.850 famílias. Entre os movimentos sociais envolvidos nas ocupações, destacam-se: TL (Terra Livre), FNL (Frente Nacional de Luta), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MCP (Movimento dos Camponeses Pobres) e outros (CPT, 2015).

A amostragem de conflitos no campo no Brasil do caderno da CPT (2018) apontou que houve um aumento de 4% dos conflitos em relação a 2017. O número de conflitos passou de 1431 pra 1480. Destes conflitos 1124 são por terra e 51% se localizaram no norte do país. Em hectares, houve um aumento de terras em conflito, em 2015 eram 8 milhões de hectares, 2016 passa para 21 milhões de hectares, em 2017, são 37 milhões de hectares e em 2018 cerca de 39 milhões de hectares em áreas de conflitos. Ou seja, um aumento de 4% do território nacional em disputa. Apenas as mortes diminuíram de 2017 para 2018, de 71 para 28.

Neste impasse, entre as frentes de expansão do capital e as frentes populares, as resistências se mantêm por meio de práticas de cultivo milenares. Estas práticas estão presentes nos grupos camponeses e são denominadas como práticas agroecológicas, a partir de ações que levam à conservação do planeta e a práticas individuais e coletivas que alcancem alternativas para a resistência dos povos indígenas, quilombolas e camponeses. Entre uma dessas práticas, destacamos as trocas de sementes²⁵, para o fortalecimento de práticas camponesas, além das feiras e associações como territórios de ordenação da produção em Goiás, conforme a figura 3 a seguir.

Figura 3 - Sementes crioulas e associação na produção de grãos e leite em Orizona (GO)-2016.



FOTO: Autoria própria.

Produzir e trabalhar no campo estão permeados de contradições e formas de resistir e ocupar as terras e as propriedades privadas conforme afirmou Martins (1986). Como ponto de análise das contradições mencionadas, na visita²⁶ realizada em fevereiro de 2016 ao sudeste de Goiás²⁷, a qual encontramos propriedades camponesas com a presença de policultura tradicional, com uso de mão de obra familiar e de técnicas agroecológicas; já em outras propriedades, as grandes extensões do agronegócio com o controle do espaço e das relações de produção. Esse trabalho de campo evidenciou as diferenças nas relações de trabalho, nas formas de obtenção de lucro, nas práticas mercadológicas com a terra e com as propriedades.

²⁵ Sobre a questão de sementes como patrimônio popular, parte da biodiversidade e instrumento de resistência, ler Horácio Martins de Carvalho (2003) em *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*.

²⁶ Trabalho de campo realizado durante a disciplina “Movimentos sociais na América Latina”, realizada no IESA/UFG.

²⁷ A região do sudeste de Goiás é composta pelos principais municípios: Catalão, Ipameri, Pires do Rio, Orizona, Ouidor. A região apresenta produção de trigo, alho, tem a agropecuária como atividade forte e estabeleceu relações econômicas com o Triângulo Mineiro (STEVAM, 1998).

Problematizamos os conflitos de acesso à terra, a fronteira e a negação da terra coletiva²⁸ que se firma por meio da propriedade privada no Brasil. No entanto, para compreendermos tal realidade, retomamos a relação capital, terra e indivíduos na produção dos territórios. Elegemos a categoria território por contemplar as relações de poder, evidenciar conflitos e amparar o fortalecimento dos saberes sociais em Goiás.

1.2.As disputas no campo: território, poder e agronegócio

Observamos um impasse entre o campesinato e o agronegócio. Além disso, há construções ideológicas sobre as benesses do agronegócio sem revelar sua real face. As reivindicações da classe camponesa são escamoteadas nas relações de poder. As reivindicações, segundo Ianni (2004), estão ligadas às condições de trabalho, à conquista da terra, algo que toca profundamente a estrutura do sistema capitalista.

A violência praticada contra os camponeses em Goiás pouco é evidenciada. Os (as) camponeses (as) são responsabilizados (as) pelos conflitos no campo e apresentados pela mídia hegemônica como os invasores e não o capital. Historicamente, o capital e seus graus de violência social não são visibilizados pela mídia hegemônica e pela sociedade, como explicou Martins (1980, p.176):

É muito importante ter em conta que não temos observado no Brasil invasões de terras. Não há posseiros invadindo fazendas no Brasil. Em compensação, há fazendeiros invadindo terras de posseiros. Então você vê quem é o baderneiro, quem é o agitador. É a grande empresa. É o capital. É ele que invade a terra dos outros, o trabalho dos outros. É ele quem manda prender, é ele quem manda matar, é ele quem manda torturar e assim por diante.

Em relação à violência e suas consequências para o campesinato, este fato pode ser reforçado por um dos depoimentos de camponeses do município de Goiás que participaram das primeiras ocupações fortalecidas pelas CEB, sindicatos e movimentos sociais: “Bananal deu cacho sem fóia. Deu banana no tronco. Cortaram o Bananal. Colocaram fogo no canavial. A gente era tratado como vagabundo. Foi uma luta bem trabalhosa. Tamo aí até hoje.” (Manoel da Mata, um dos precursores da luta pela terra de Goiás- Estiva, 2017).

O papel do Estado na disputa territorial histórica do Brasil legitimou as classes dominantes e o agronegócio tem sido visto como os portadores do desenvolvimento, da

²⁸ Partimos do conceito de terras coletivas proposto por Marcos (1996), que estudou as colônias japonesas em São Paulo e as colônias de imigrantes no sul do Brasil, cujas áreas apresentam uma produção compartilhada entre os membros que habitam a comunidade ou território.

geração de empregos e da produção de alimentos em alta escala, como afirmou Fernandes (2014, p. 15):

A análise do papel do Estado neste contexto é crucial. Não raro o governo toma posições a favor do agronegócio, devido à predominância do paradigma do capitalismo agrário nos ministérios e à pressão agressiva do poderoso setor da agricultura convencional. Por outro lado, o Estado cria e implanta políticas para o reconhecimento e o desenvolvimento dos territórios camponeses somente sob pressão popular.

Nessa disputa territorial entre campesinato e agronegócio, Alentejano e Gonçalves (2009, p. 109) definiram assim o agronegócio: “Trata-se de um modo de (re) produção histórico que tem, na concentração fundiária e na violência, dois pilares que estruturam as relações sociais e de poder na sociedade brasileira, com implicações para além do mundo rural.” Ou seja, as consequências do modo de produção no campo atingem os sujeitos do campo e da cidade. Já Bezerra (2009, p. 120) analisou o agronegócio do seguinte modo: “O discurso do agronegócio constrói uma tessitura de sentidos de potência e riqueza como se eles fossem partilhados igualmente por todos, distribuídos de maneira homogênea e geradores de um bem-estar coletivo”. Ou seja, “o agro” está longe de ser “pop, ser tec, ser tudo”.

Na diferenciação de interesses políticos e agrários entre o agronegócio e o campesinato, objetivamos entender que, para diferentes grupos sociais, étnicos e políticos, segundo Fernandes (2014), a terra possui valores distintos. Por exemplo, para o agronegócio a terra significa produção e para o campesinato ela é espaço de moradia e produção. Assim, as dinâmicas territoriais referentes ao agronegócio e ao campesinato foram marcadas, sobretudo, pela modernização conservadora, que garantiu àqueles que já possuíam algum recurso econômico se “modernizar”, e àqueles que não possuíam fossem expropriados ou expulsos do campo. Isso é um fator para que a terra tenha significados diferentes, como destacou Almeida (2006, p. 10):

Em síntese, o processo de modernização da agricultura reforçou a heterogeneidade da agricultura nacional, pois ampliou os hiatos existentes entre os produtores rurais demandadores de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas e os produtores de subsistência. No caso dos produtores tecnificados, sua articulação aconteceu no interior dos elos das cadeias produtivas dos vários complexos agroindustriais. Contudo, estes produtores tecnificados tiveram um forte estímulo das políticas agrícolas e tecnológicas proporcionadas pelo Estado por demandarem cada vez mais os produtos das multinacionais, determinando, por conseguinte, a modernização das grandes unidades de exploração agrícola, que aconteceu preservando-se a estrutura fundiária.

No que se refere às desiguais relações de produção no campo, os atores ou protagonistas exercem um poder de organização e resistência diferenciado em cada tempo e espaço, o que refletiu nas condições de trabalho. Observamos que, nos locais em que as contradições entre capital e trabalho são mais afloradas, notou-se um poder de organização coletiva dos trabalhadores com forças menos expressivas. Ou, em alguns territórios, o capital financeiro conseguiu ser violento, a ponto de não possibilitar outras formas de reprodução social e de trabalho.

O Estado é o agente que modelou os estímulos para a maior produção do agronegócio, se manteve por meio das políticas governamentais. Nas estratégias de expansão do agronegócio, a classe camponesa é desprezada, visto que a produção em assentamentos é precarizada, as circunstâncias de trabalho para o campesinato, não foram apoiadas, os investimentos entre um grupo e outro são incomparáveis, geraram-se desigualdades sociais discrepantes em todo o Brasil. Na análise da relação entre as forças da produção e o sentido da terra, é notável que neste país a realidade paradoxal aponte desigualdades entre aquilo que o agronegócio produz e o que o campesinato produz, como resistência. Segundo Fernandes (2014, p. 21),

O agronegócio fica com a maior parte da riqueza produzida, inclusive a parte da riqueza produzida pelo campesinato, através da renda capitalizada da terra, pois é o agronegócio que comercializa a maior parte da produção camponesa. Esse paradoxo é melhor compreendido pela desigualdade existente em meio à classe camponesa, em que 2 milhões de famílias, embora contribuam com a produção de 38% do valor bruto, têm uma renda mensal em torno de 15 dólares e são obrigadas a viver de ajuda governamental. Essas desigualdades são parte da história, construídas por meio de relações de dominação e resistências que configuraram o território brasileiro.

As disparidades entre os investimentos no capital financeiro, agronegócio e empresarial e o investimento realizado no campesinato, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)²⁹, foram fatores claros que emperraram o processo de democratização da reforma agrária no Brasil. Durante o processo de acirramentos e de disputas territoriais capitalistas, os camponeses se organizam contra a subordinação das relações entre capital e trabalho. Entre as feições atuais de resistência do campesinato, destaca-se a consolidação de territórios rurais por meio da Agroecologia e da Pluriatividade, pautada pelo exercício de sobreviver em estratégias de produção, reprodução e reinvenção

²⁹ A partir de 1994, o governo de Fernando Henrique Cardoso apresentou um programa agrário “Reforma Agrária: Compromisso de todos”, dispondo a meta de assentar 280 mil famílias. No mesmo governo, foram implantados programas como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), Projeto Lumiar (assistência técnica), Programa Cédula da Terra (financiamento de lotes em assentamentos) (PIETRAFESA, 2016).

contra a ampliação da pobreza, da marginalidade, do desemprego e da fome. Essas resistências caminharam de encontro à lógica de dominação que tem como base a modernização da agricultura conservadora e visaram superar entraves produtivos, sociais e ambientais (SOUZA, 2011).

De 1964 a 1994 foram assentadas um total de 218.033 famílias. Nesta conjuntura, os movimentos sociais se rearticulam na abertura política no Brasil a partir de 1980. Como resultado desses entraves, a violência no campo ampliou porque a classe latifundiária e o próprio Estado reagiram diante das ocupações.

No processo de luta pela terra, a CPT denunciou que, de 2001 a 2010 houve 13.476 atos de violência contra ocupação e posse. Esses dados demonstraram que os camponeses não deixaram de existir nem se proletarizaram, continuaram sofrendo violências, mesmo diante das mais diversas contradições (OLIVEIRA, 2012).

Na disputa entre agronegócio, movimentos sociais, camponeses, sem terra, quilombolas e outros atores no campo, entre as ocupações de terras realizadas em 2015 no Brasil contabilizou-se um total de 200 ocupações, sendo que, dessas, em Goiás ocorreram 19 em 13 municípios, em uma área de 38.254 ha com um total de 6.850 famílias. Dentre os movimentos sociais envolvidos nessas ocupações, destacam-se: Terra Livre (TL), Frente Nacional de Luta (FNL), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Camponeses Pobres (MCP), Organização Independente (OI). (CPT/2015).

Nesta relação de forças, em contrapartida aos trâmites e artimanhas do agronegócio, as ocupações de terras foram realizadas em 2015, num total de 200 ocupações. De acordo com os dados do Incra (2015), durante o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), realizado a partir de 2003, 400 mil famílias foram assentadas, 500 mil tiveram suas terras regularizadas e 150 mil obtiveram acesso ao crédito fundiário. Outra fonte importante de dados para compreender a dinamicidade do campo e suas territorializações foram os dados da revista *Dataluta* (2016), que identificou, entre 1979 e 2015, a criação de 9.416 assentamentos, um total de 1.120.266 famílias.

Em 2016, foram 1536 conflitos no campo no Brasil, que se diferem por serem trabalhistas, pela água ou por terra. As ameaças de morte agravaram bastante, por exemplo, em 2007 eram 615, e em 2016 eram 1079. Em Goiás, foram 10 conflitos nos municípios de Água Limpa, Catalão, Formosa, Itapaci, Santa Helena e Santa Isabel, com oito ocupações, sendo quatro realizadas pelo TL, três pelo MST e uma realizada pela Organização Independente (CPT, 2016).

O cerco em relação ao campesinato em Goiás também pode ser analisado em Silva (2018), que ressaltou outras formas de expropriação, a partir, por exemplo, da mineração, do trabalho escravo e demais ações do capital. Foram aplicados os projetos no campo como o “Projeto Terra Forte e Terra Sol”, os quais possibilitaram investimentos em agroindústrias, compra de maquinários agrícolas, investimentos em turismo rural, artesanato e Agroecologia. Os dados do Incra mostram que as áreas destinadas para reforma agrária até 2018 serão em torno de 88 milhões de hectares em uma média de 9.256 assentamentos. Segundo o referido instituto, houve investimentos de 300 milhões de reais com cerca de 200 cooperativas. (SAUER, 2011). De 2018 a 2019 poucas mudanças aconteceram neste cenário.

No intento de continuar a compreensão da materialização das forças produtivas do capital no campo, o território é uma das categorias da Geografia que questiona os conflitos sociais, as disputas entre classes, as explorações de recursos naturais, os movimentos políticos, as migrações, as apropriações, os modos de vida, as mediações, as identidades, as contradições e as processualidades (SANTOS, 1996). Nos territórios do campo os saberes sociais se apresentam por meio das ações e discursos protagonizados pelo campesinato. O território foi uma das categorias que auxiliou a compreender os conflitos sociais no campo, alertando-nos para a multiplicidade de formas organizacionais de trabalho no campo, as diferentes organizações sociais na cultura, no cotidiano, na produção e nos saberes.

A categoria território emergiu na década de 1970, embora tenha sido utilizada em estudos de geógrafos do século XIX na Alemanha e na França, por Friedrich Ratzel³⁰ (1844-1904) e Paul Vidal de La Blache³¹ (1845-1918) com a ideia de “território nação”. Giuseppe Dematteis (1985), na Itália, durante a década de 1970, enalteceu o papel dos sujeitos na reorganização dos territórios. Saquet (2010, p. 81) acrescentou os elementos de análise na abordagem de Dematteis (1985) para estudos territoriais: o tempo, a articulação territorial, a produção territorialmente difusa, entre outras questões como a mobilidade da força de trabalho e a urbanização.

Pensadores franceses como Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992), segundo Saquet (2010), passaram a conceber o território como produto social, atrelado ao mercado, ao Estado,

³⁰ Ratzel foi um importante geógrafo que se debruçou nos estudos de Natureza, História, Estado, Nação, Território, Geopolítica, Ideologias, Nacionalismo, Determinismo e Desenvolvimento do Capitalismo (SILVA, 2015).

³¹ La Blache foi um geógrafo francês que estudou o Gênero de Vida, o Possibilismo, Política, Região e História.

às verticalidades e horizontalidades³². Essa concepção territorial se desdobra por meio ainda da Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR)³³.

No Brasil, teóricos se debruçaram exaustivamente sobre esta categoria, como Santos (1996), Haesbaert (2004), Souza (1997). Quanto à materialidade dos territórios, Fernandes (2002), Almeida (2005), Silva (2013) e Mendonça (2004) observaram as questões subjetivas e imateriais dessa categoria.

Raffestin (1993) indicou que as relações territoriais são marcadas eminentemente pela territorialização do poder. E estas relações de poder criaram as disputas territoriais por recursos naturais, por autonomia, por controle territorial. No entanto, em ações de conflitos territoriais, os grupos que obtêm a conquista do território são aqueles que possuem maior força, por meio de ações que refletiram em domínios. Para Raffestin (1980), essas relações territoriais foram construídas por mediações que determinaram as territorialidades.

A territorialidade foi edificada por sujeitos no campo social de forma individual e coletiva. Para Saquet (2015, p. 115), “A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. [...] O agir social é local, territorial e significa territorialidade”. Sendo assim, entre os territórios de disputas pela terra, como ocorreram estas intermediações? As construções dessas formas do “agir social”? Como são capazes de conquistar seus territórios e demarcar suas bandeiras de luta e posse da terra? Quais os instrumentos e atores que produziram seus territórios? Como isto se apresenta em Goiás?

A partir de 1980, conceberam-se novas possibilidades de projetos territoriais, fazendo surgir discussões e reorganizações políticas articuladas para a conquista de melhorias populares. Diante disso, nas universidades, a corrente teórica da Geografia crítica repensou os estudos teóricos para garantir a participação das classes populares na construção de territórios, na ordenação de cidade e de ações no campo. Desse modo, autores como Santos (1994) rediscutiram o território, no sentido material, o que seria o “retorno do território”, não mais como território nação, nem como substrato natural.

Para Santos (1996), numa perspectiva dialética³⁴, o uso do território é interessante para a análise social, sua historicidade na relação do local com o global, nas ações dos agentes

³² Em *A natureza do espaço*, Milton Santos (1996) explicou que as verticalidades são as estruturas construídas a partir da lógica do capital e as horizontalidades são os espaços construídos a partir das lógicas das periferias em relação aos centros.

³³ A territorialização, desterritorialização e reterritorialização referem-se aos processos de enraizamento, desenraizamento e reinraizamento ocorridos de forma simultânea ou não, impulsionados por processos políticos, econômicos e culturais nos territórios do campo ou da cidade. Para aprofundamento do conceito de reterritorialização, consultar as obras de Haesbaert (1994, 1999, 2002).

internos e externos, nas relações políticas e econômicas, nas redes, nos objetos, no tempo, nas horizontalidades e verticalidades, nas hierarquias, nas normas, nas desordens, nas informações, no coletivo, no avanço tecnológico, nos conflitos, nas sobreposições, nos instrumentos das classes sociais. Para esse autor, interessa como o neoliberalismo exerceu poder nos territórios, bem como a globalização³⁵ sob a ação dos atores hegemônicos, colocando em xeque as resistências dos sujeitos e as especificidades dos lugares. Ainda segundo Santos (1996), o território é considerado um sistema. Assim, o termo “reconfiguração territorial” foi explorado pelo autor, que abordou a junção de empresas multinacionais, como a Bayer que comprou a Monsanto, isto auxilia a compreender as complexidades do campo.

A partir de 1990, os estudos territoriais ganharam força na Geografia³⁶. Por exemplo, Oliveira (1999) iniciou estudos acerca do campesinato e suas relações com o capitalismo no campo. Em suas abordagens, autores como Silva (2015, p. 181) consideraram a relação terra, capital, trabalho e reforma agrária como central nas análises:

Aparece como uma categoria de análise que possibilita compreender a acumulação capitalista em relação às formas de produção da agricultura camponesa, pois o capital agiria monopolizando territórios, num processo de territorialização da luta pela terra no campo. Desta forma, territorialização do capital e espacialização da luta pela terra constituem dois conceitos necessários à compreensão do espaço agrário brasileiro. Ao final da década de 1990, Oliveira ressaltava seus esforços no sentido de continuar nessa via teórica metodológica.

A importância dos aspectos materiais e imateriais da categoria território, as relações históricas na constituição dos sujeitos, bem como o peso das instituições, da autonomia e das determinações sociais foram ressaltadas por Silva (2013). A questão do domínio, do imaginário dos grupos que possuem laços solidários, familiares e coletivos, como os “povos agrícolas”, foram fortalecidos pelo território.

A autora Silva (2013) avançou ao discutir a antologia do território, a partir de Castoriadis (1987), acrescentando elementos ligados ao imaginário, à subjetividade, à história e à própria construção da sociedade para capturar a percepção e a razão das determinações sociais. Por

³⁴ Entre os anos de 1960 e 1980, na Geografia, a categoria espaço era bastante utilizada tendo em vista as influências da teoria de Marx no pensamento da Geografia. A partir de 1980, geógrafos como Bertha Becker, Goldenstein e Seabra utilizaram o território combinando as análises econômicas e políticas (SAQUET, 2010).

³⁵ Para aqueles que se interessarem em aprofundar na temática de globalização ler a obra do autor Milton Santos (1996) “Por uma outra globalização” em que foi apontado as contradições, os conflitos de interesses, as etapas da globalização, as privatizações no avanço do capital estrangeiro, as medidas neoliberais e as precarizações das relações de trabalho no capitalismo.

³⁶ Saquet (2010) ressaltou os avanços nos estudos territoriais e nas abordagens de desenvolvimento territorial na Itália e no Brasil.

meio do imaginário, revelam-se significados, simbolismos, ideias, sonhos, lembranças, memórias, imaginações, histórias, percepções e mentalidades. A imaterialidade das relações constrói novas territorialidades. Esta análise contribui para nossa pesquisa, porque os saberes imateriais que se fortalecem nos territórios materiais do campo.

O território é polissêmico. Nesse sentido, Almeida (2005) pontua que a cultura foi fortalecedora dos territórios, sendo um espaço de identidade. O território integra elementos simbólicos, políticos, materiais e imateriais. Sendo assim, Almeida (2006) analisou as influências políticas e culturais sobre os territórios em áreas de Cerrado entre comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, camponesas. Em seus estudos, mostrou como os aspectos culturais são importantes para a permanência de grupos sociais nas disputas entre os territórios, o poder e os simbolismos.

O território é símbolo maior das articulações políticas, discursivas e operantes no que se refere às construções de saberes sociais no processo de disputa pela terra, na consolidação de assentamentos em Goiás, nas construções de ideais e ações promovidas por partidos, associações e sujeitos ligados às CEB e aos sindicatos.

Fernandes (2008) destacou como o território possui a capacidade de fortalecer os grupos sociais no campo. Para esse autor, a perda do território significa o fim dos sujeitos que pertenciam a esse espaço, visto que o território possui atribuições simbólicas e materiais. Os discursos dominantes do agronegócio, as construções discursivas midiáticas, políticas, sobre novos territórios demonstraram o domínio e as disputas entre camponeses e latifundiários, a territorialização/desterritorialização/reterritorialização de grupos. Evidenciam ainda controle, enfrentamento, história e memória. Como cada classe social estabelece uma relação distinta com o território, os camponeses, por exemplo, em um só território agregam moradia e trabalho; e os capitalistas subalternizaram as relações de trabalho.

Ao analisarmos o papel político do território na conquista de direitos e no controle político, observamos como a disputa territorial no campo absorve forças de atores da globalização³⁷, representadas por empresas como a Monsanto, Cargill, classificadas como “multinacionais do agronegócio”, que desterritorializam povos, terras, sujeitos, e impuseram um modelo de produção com base no lucro e na exploração de recursos naturais.

Em contrapartida ao movimento hegemônico, pontuamos a territorialização dos movimentos sociais do campo, como a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores

³⁷Schiffer, Silveira e Santos (2002) destacaram a globalização como um fenômeno correspondente à fase da internacionalização e a entrada no meio técnico, científico e informacional. Refere-se à nova velocidade e à mundialização de espaços, mercadorias e hábitos que interferem no local e na transformação dos territórios.

Rurais Sem Terra (MST), no Brasil e em Goiás, e o Movimento Terra Livre (MTL). Estes movimentos representam práticas populares de produção, de engajamento político, de alternativas de resistência à lógica excludente do capital e fortalecem a luta de seringueiros, de caiçaras, dos povos da floresta, de camponeses, quilombolas e indígenas, como elencamos anteriormente.

Fernandes (2009) defendeu a presença de elementos materiais e imateriais na construção do território, assim como Mendonça (2004), que concebeu os territórios como espaço da vida, das (re) existências, do trabalho e da cultura. A cultura está articulada a outras dimensões políticas e sociais de resistência. São por meio das experiências coletivas no campo que o território se consolida, como o mutirão, as festas, os terços, o trabalho, as novenas, os casamentos. Isso fortalece os laços familiares, de amizades, os laços coletivos que também compõem os territórios do campo e suas estratégias de (re) existências. Isso porque as relações humanas são fundamentais para que o campesinato se una e busque alternativas de permanência no campo reproduzindo sua cultura, vida e trabalho. Sem essas experiências culturais não é possível fortalecer as cooperativas, as organizações políticas do campo, a educação, as reuniões, ou seja, a cultura se soma aos elementos sociopolíticos. Quem perde sua terra, seu território, perde sua resistência, sua história, sua cultura, sua língua. Portanto, a luta por território é a luta pela vida, pelo direito de continuar existindo e (re) existindo. Partindo desta concepção de análise a terra se transforma em território a partir do vínculo, do acesso e das ações territoriais sobre ela.

Ainda discutindo as questões territoriais e que envolvem as disputas territoriais no campo, partimos de dois paradigmas³⁸ conforme Fernandes (2014). O primeiro, o paradigma da questão agrária, que tem como pressuposto a luta de classes, busca na conflitualidade entender as disputas territoriais e defende modelos de produções que garantam a autonomia de camponeses. As obras de Kautsky (1998) e Lênin (1985) foram utilizadas como referências para amparar as teses de que o desenvolvimento do capitalismo levou ao desaparecimento do campesinato. Segundo Camacho (2011), a proletarização do campesinato é um elemento para o debate nesta corrente. Este paradigma da questão agrária tem Chayanov (1972), com a obra *La unidad campesina de producción*, que contrapôs a ideia de campesinato em via de extinção. Ainda segundo Camacho (2011), Chayanov foi acusado de obsoletismo e de ligação com a burguesia.

³⁸ Não se tem por objetivo entrar em disputas teóricas para contrapor autor X ou Y. A ideia é mostrar como as disputas territoriais aparecem na história do pensamento agrário, pois essa teoria está relacionada com a luta de classes entre camponeses e latifúndio.

O segundo, o paradigma do capitalismo agrário desconsiderou a luta de classes entendendo como conjuntural a crise entre os grandes capitalistas e camponeses. Segundo Fernandes (2014, p. 14), na análise de disputa territorial, “Para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato”.³⁹ Esse paradigma ganhou força com as projeções ideológicas de que o agronegócio é a panaceia da riqueza no campo, o que refletiu diretamente na dinâmica socioespacial brasileira (BEZERRA, 2009).

As transformações das relações entre camponeses (as) modificaram-se na dimensão produtiva, política e cultural, refletindo nas organizações do campo, nas resistências, nas mobilizações, nas articulações e desarticulações de sindicatos, partidos e associações. Há dificuldades para a análise dos elementos ligados ao campo, seja no âmbito formativo ou de mobilização, uma vez que campo e cidade se aproximam, se imbricam, novas relações se recompõem e as particularidades de cada município mostram um campo diverso, que atingem as ações e enfrentamentos (SOUZA, 2011).

Mesmo diante disso, percebemos o predomínio de um latifúndio atrasado e improdutivo, que se reproduz por meio da competitividade, da grilagem e da precarização do trabalho. No próximo capítulo, as entrevistas e os trabalhos de campo comprovam como a agricultura camponesa resiste em Goiás, apesar das dificuldades de produção, do tamanho das propriedades e das disparidades de investimento neste segmento, entretanto, isto não desqualifica a capacidade de produção destes sujeitos que apenas com 24% das terras são capazes de produzir uma variedade de alimentos e de ainda ocupar grande parte da mão de obra do campo (SCHENEIDER, 2019).

Nos processos de ocupações mencionados, os avanços das frentes de expansão e das frentes pioneiras surgiram como fruto das tensões ocasionadas pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil. A terra foi peça fundamental para ser explorada e geradora de renda, por isso sua posse foi uma contra-hegemonia diante das imposições da ordem do capital. Compartilhamos da análise de Carneiro (1988), que mostrou como os conflitos sociais no Brasil aumentaram em função da violência produzida pelo capital em relação aos trabalhadores e ao não acesso à terra.

³⁹ Não compreendemos o campesinato como algo estático, nem residual, e esse grupo não está integrado ao sistema capitalista, pois o simples fato de camponeses produzirem mercadorias não os torna capitalistas. Partimos do pressuposto de que o campesinato em Goiás se reproduziu, assim como sustentam outros pensadores como José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

1.3. A terra como instrumento contra a ordem do capital

É que as pessoas começam a tomar consciência de que elas não podem mais esperar nada dos outros, não podem esperar mais nada do Estado, das classes dominantes, como esperavam na época do populismo. Ou seja, elas começam a tomar nas mãos a solução dos seus problemas.
(José de Souza Martins)

Como observamos no item anterior, a terra é instrumento de disputa, símbolo de resistência, trabalho, espaço de fortalecimento de grupos sociais. A terra está ligada ao território. A disputa pela terra significa, em certa medida, a disputa pela água, por recursos naturais e políticos populares. Representa a disputa por comida, ou soberania alimentar, por educação, por saúde, convergindo manifestações contra a privatização da energia elétrica, a estrangeirização de terras, do petróleo. Desse modo, as disputas por terra no Brasil foram fruto das ações hegemônicas, violentas e desiguais do capitalismo. Sauer e Pereira (2011) destacaram como as mudanças sociais e econômicas contemporâneas, sobretudo a partir da mundialização do capital, trouxeram alterações ao território. Explicaram ainda como o Estado utilizou estratégias que possibilitaram novas ruralidades, a partir de empréstimos a atores hegemônicos, como o Banco Mundial, e de novas estratégias ideológicas que dificultaram o sucesso de projetos de reforma agrária. Nos últimos anos, tanto no Brasil como no estado de Goiás, as mudanças do mercado incorporaram-se à produção de oito *commodities*: milho, dendê (óleo), arroz, canola, soja, girassol, cana de açúcar e floresta plantada. Este cenário foi reconfigurado com o aumento dos preços de agrocombustíveis, a expansão das fronteiras agrícolas, as mudanças nas legislações ambientais e as dificuldades de organização dos (as) trabalhadores (as), entre outras questões. Para contrapor tal complexidade, o acesso à terra torna-se uma primeira alternativa.

O acesso e a permanência na terra tornaram-se desafiadores diante das mudanças capitalistas. Em épocas de transnacionalização e internacionalização do capital, novas formas de regulamentação, o desemprego, a acumulação centralizada no capital financeiro, as mudanças nas formas de aplicação do capital, o aumento da produtividade, o aumento do desemprego, a desvalorização salarial, ações combinadas de fatores tecnológicos e organizacionais, a flexibilização, os países marginalizados na hierarquia capitalista, a terceirização, a fusão entre empresas, a teleinformática refletiram na organização cotidiana e territorial do campesinato (CHESNAIS, 1996).

A terra é elemento de ordenação dos meios de produção e do capital, apresenta um sentido cultural, político, simbólico, religioso ou territorial. Os povos nômades, indígenas no

México, em Cuzco, adoravam os deuses agrícolas e femininos, como *Coatlicue* (Terra mater), ou *Quilla* (a mãe lua), *Tonatiuh* (o Sol asteca), *Inti* (o Sol maia), *Dius pater* (Deus latino), que eram chamados durante as práticas agrícolas e durante os conflitos entre impérios etc. A terra em si era adorada, onde se dava o culto à fertilidade, o cultivo, a vinda da chuva, a celebração das colheitas. Os camponeses, em suas diversas relações com a terra na contemporaneidade, de uma forma ou outra, ainda a cultivam, fortalecendo as suas próprias culturas, histórias e vida espiritual. A terra propiciou a recriação do campesinato atual por meio do mutirão, do trabalho, dos símbolos de valores sociais, dos modos de vida (IANNI, 2004).

As terras na colonização brasileira eram sinônimo de mercadoria ou de recurso natural. A apropriação da terra pelas classes dominantes é histórica e se deu de forma violenta, desde a usurpação dos territórios indígenas, representada principalmente pelo avanço do capitalismo e do cristianismo na América Latina. A violência foi utilizada como técnica de controle dos escravos, a classe branca como representante dos ideais abolicionistas, a subalternização do capitalismo comercial efetuado pelos produtores da colônia, as relações de trabalho e produção com base no latifúndio, sendo, pois, relações políticas retrógradas e patriarcais.

Na primeira fase de acumulação do capital no Brasil, a classe dominante, representada pela burguesia mercantil e pela nobreza, apropriou-se da terra por meio do trabalho escravo e posteriormente por meio do trabalho assalariado, o que resultou no enriquecimento da classe latifundiária e oligárquica. O não acesso à terra pelos pobres produziu o aumento da concentração fundiária e dos conflitos no campo (FERNANDES, 2014).

Desde as Sesmarias, a Lei de Terras⁴⁰ de 1850, as grilagens, no início da colonização no Brasil, a classe latifundiária exercia seu poder por meio do domínio territorial. A história revelou que as fases e os vetores da formação territorial brasileira foram marcadas pelo ciclo do pau-brasil, da cana de açúcar, a busca pelo ouro (século XVI a XVIII), o aprisionamento indígena, a expansão do gado (no Planalto Central e Nordeste), a atividade pecuarista, a extração da borracha, das drogas do sertão, o café, o algodão, entre outras atividades. Segundo

⁴⁰ Segundo Carneiro (1988), a Lei de Terras no Brasil reafirmou a grande propriedade, aprofundando as tensões no campo. Segundo Martins (2010, p. 47), “Se no regime sesmarial, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa”. A lei substituiu a expropriação territorial do camponês e impediu de forma prévia que aqueles que estivessem livres após a abolição da escravatura não obtivessem o acesso à terra, no caso os negros e também os imigrantes. As terras livres passaram a ter aquisição legítima somente por meio da compra, seria a mercantilização da terra. Foi a primeira Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850, coincidentemente no mesmo ano em que se aboliu o tráfico negreiro e que se regularizou a posse e a propriedade privada no Brasil. Foi um instrumento que dificultou o acesso à terra no país, que transformou-se em mercadoria, garantindo a posse aos representantes dos latifúndios.

Moreira (2012), a expansão territorial impulsionou a consolidação da colônia por meio de *plantations*⁴¹, com o agente externo (Portugal) dominando o agente interno (Brasil).

Na apropriação histórica territorial, alguns vetores foram essenciais, como o Estado, as estruturas militares, a população, os recursos naturais, a migração forçada, o trabalho compulsório, os núcleos de povoamento, a miscigenação, entre outros fatores que contribuíram para a consolidação dos interesses da Coroa Portuguesa. Os agentes econômicos eram representados pelos comerciantes, proprietários rurais, artesãos, escravos negros e indígenas. O acesso à terra significou poder (MOREIRA, 2012).

Em uma segunda fase do processo de acumulação do capital, a dinâmica da produção cafeeira a partir do século XIX produziu o colonato. Segundo Martins (2010), o colonato na produção do café mesclava formas de relação não capitalista com formas de trabalho livre sem salário. Nesse período, predominava baixos salários, uso da força de trabalho familiar, denominado como trabalho livre. O Estado no Brasil, no momento da segunda fase do capitalismo, continuou a reproduzir os ideários dos padrões coloniais do “Progresso”. A relação com a terra, a produção, os padrões de consumo delineados a partir de estruturas externas de dominação, sobre os quais Fernandes (1976, p. 54) destacou três elementos cruciais: Preponderância da exportação; Importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola; Dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico.

O “fazendeiro do café” era o agente econômico, assim como o fazendeiro do cacau, da cana de açúcar, e hoje da soja, ou seja, apenas foram recompostas as estruturas de poder entre a oligarquia e a burguesia emergente. No Brasil, as relações entre terra, trabalho e capital e o papel do Estado se consolidaram permeadas de relações de atraso, compadrio, clientelismo e coronelismo para a própria reprodução da classe burguesa. Como afirmou Martins (1996 p. 13),

A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. [...] O estado (é) baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil o atraso é um instrumento de poder.

A propriedade privada, historicamente, foi naturalizada e legitimada por discursos de filósofos como John Locke (1632-1704), que a entendia como um direito natural necessário à reprodução humana e social, sendo, portanto, um discurso que protegeu a propriedade. É por

⁴¹ As *plantations* ou plantagem eram extensas plantações (monocultivos) de produtos agrícolas destinadas ao mercado externo baseadas no trabalho escravo.

meio da propriedade privada que se separou o indivíduo do outro. Segundo Rousseau (1712-1778), a propriedade privada é o símbolo maior das desigualdades sociais, como acumulação de excedente e como fruto do individualismo histórico inerente ao ser humano.

A propriedade privada, para Marx (2010), exerceu grande poder sobre as pessoas e suas relações sociais. Marx (2005, p. 315), na carta a Vera Sassulitch, afirmou que a base de todo o desenvolvimento do capitalismo está na “expropriação dos cultivadores”. Ou seja, na expulsão do campesinato, fenômeno que já havia acontecido com intensidade na Inglaterra já no século XVIII. Contudo, para Proudhon (*apud* MARX, 2005), a propriedade é um “roubo”. A propriedade privada substituiu as necessidades coletivas pelas individuais e caracterizou a sociedade burguesa a partir do egoísmo e da exploração humana.

As ideias de Rousseau (1754) em relação à propriedade privada comungaram com as de Marx (1982), porque, para Marx, ela surge da necessidade de acumulação, subordinou o indivíduo ao trabalho, à divisão do trabalho e à própria propriedade privada, que emergiu subordinada à propriedade comunal. A propriedade privada se fortaleceu por meio da exploração do trabalhador, embrutecendo-o. Como afirmou Marx (2010, p. 108):

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o nosso [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido e trazido em nosso corpo. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como meios de vida, e a vida, à qual servem de meio, é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização.

Mediante o desenvolvimento do capitalismo, o acúmulo de riquezas, de terras, com a intensificação das técnicas produtivas capitalistas, aqueles que possuíam propriedades dominavam a terra, as técnicas e as formas de trabalho na relação ser humano e natureza. E tal relação é marcada pela apropriação e dominação, que ocasionaram consequências para a própria humanidade, como explicou Engels (1979, p. 222):

Os animais, como já indicamos, modificam, por meio de sua atividade a natureza ambiente, da mesma forma (mas não no mesmo grau) que o homem; e essas transformações por eles produzidas em seu ambiente, atuam, por sua vez, como já vimos, sobre os elementos causais, modificando-os. Isso porque, na Natureza, nada acontece isoladamente. Cada ser atua sobre o outro e vice-versa; e é justamente porque esquecem esse movimento reflexo e essa influência recíproca. [...].

A transformação da natureza não é concretizada para os fins de interesses coletivos, visto que ela é transformada em recursos econômicos para beneficiar as classes hegemônicas, explorar a classe trabalhadora, sendo instrumento de disputa entre países, territórios e grupos

sociais. Entretanto, à luz de nossas concepções capitalistas de mundo e de uma realidade injusta e desigual, presencia-se, na contemporaneidade brasileira, a natureza vinculada à terra, e a terra vinculada à propriedade privada, e essa última associada aos grandes capitalistas. Fernandes (1976), em *A revolução burguesa no Brasil*, nos auxiliou a compreender como a estrutura agrária na América Latina, e principalmente no Brasil, foi proveniente de ações de um Estado que recompôs as estruturas de poder das oligarquias agrárias e da burguesia. As grilagens, os números de assassinatos impunes no campo, a apropriação de terras devolutas, as terras doadas a estrangeiros, os problemas ambientais acarretados por grandes latifundiários foram encobertos para atender aos interesses de uma classe oligárquica dominante reproduzida pela sociedade aristocrática. Assim, as forças da sociedade colonial ainda prevalecem no campo político e econômico, uma vez que não rompeu com a estrutura arcaica da Colônia. Reproduz por meio da concentração da propriedade privada, fato comprovado pelo Brasil ser um dos países de maior concentração de terras no mundo e estar também entre os países mais desiguais. Por isso, é indispensável superar as formas capitalistas de produção, o papel do Estado e, sobretudo, repensar a estrutura agrária das propriedades privadas.

A terra é diferente de propriedade privada e uma se metamorfoseia na outra, a partir da posse, que apresenta um caráter subversivo por meio da ocupação, ou conservador por meio da compra, violento por meio da usurpação e da retirada do lucro. Somente quando o povo ou os pobres ocupam a terra, considera-se isso como processo de violência e “injustiça”. E quando o Brasil foi dividido em Sesmarias? E a Lei de Terras, quando o acesso era realizado somente pelos brancos que possuíssem uma quantidade X de escravos e pagassem determinada quantia de dízimo à Igreja Católica? Essa legalização da terra não era violenta, injusta e desigual? (DUARTE, 1998)

A metáfora “o saco de batatas” foi utilizada por Marx (1983) no Livro III de *O capital* como exemplo do que se produz no campo, mostrando como o trabalho rural foi desvalorizado em função das imposições do capital e da exploração sofrida pelos camponeses. Posteriormente, na carta a Vera Sassulitch, revê suas posições e defende a comuna rural. O saco de batatas representou a resistência e a luta contra a expropriação do capital. A batata e o milho, principalmente na América Latina, possuem valores e significados extremamente importantes para o campesinato.

Mediante essa importância, o milho foi personificado nos versos da poetisa Cora Coralina, no poema “Oração do milho”: “Sou a planta humilde dos quintais pequenos e das lavouras pobres. [...] Sou o alimento forte e substancial dos que trabalham a terra. [...]” (apud

GUIMARÃES, 2006, p. 156). Tudo o que se produz na terra significa bastante para os(as) camponeses(as), como também apontou os depoimentos dos entrevistados, entre eles o de Waldisson⁴², do assentamento Serra Dourada, que afirma: “Terra é vida. É a base de tudo.”

Para Pessoa (1991), a terra⁴³ possui um significado para cada sujeito, a partir de suas histórias, e representa o sustento, a moralidade, a família, os valores culturais, o sossego. Por isso, o autor chamou atenção para a necessidade de entender o imaginário do camponês e suas relações com a terra, à moradia e o trabalho.

Nesse modo de vida que é muito mais que a produção de alimentos, a terra é o elemento fundamental. Ela é a portadora das energias capazes de fazerem germinar as plantas e fecundar os animais, fazendo-os crescer em seguida. Ela suporta o peso da moradia, esconde o mistério do nascimento das águas e é sobre ela que se formam os trilheiros das andanças cotidianas de trabalho e lazer. Isso enquanto se têm saúde e forças para a caça, para o trabalho e para o amor. Depois, é também na terra que os homens e mulheres serão depositados para o descanso final (PESSOA, 1991, p. 127).

Segundo Moura (1988), a terra para o campesinato foi a continuação da estrutura familiar. A ideia de posse da terra no campesinato não se refere exclusivamente à propriedade privada, pois trata-se de um lugar para garantir o sustento da família. Um dos líderes da Via Campesina e do MST em Goiás, em entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2016 durante o curso de formação para lideranças políticas em Corumbá de Goiás, relatou o sentido da luta pela terra: “É a necessidade de produzir a vida. É a busca das famílias para gerar renda, alimentos. Depois eles percebem a luta pela terra como a luta de muitos. Não é feita sozinha. É coletiva, é um sonho, que em alguma medida é familiar, mas também é coletiva”.

Consideramos a terra como normalizadora do patrimônio e das várias formas estratégicas de sistemas de sobrevivência. A violência e as lutas sociais configuraram-se pelas disputas em torno da propriedade e do uso da terra (WANDERLEY, 2015). A terra, em seu uso e ocupação, significa riqueza a partir do que nela existe, por exemplo, as riquezas minerais, hídricas, rebanhos. O que mais valia era seu uso, seja por meio da pecuária, da subsistência, dos canaviais que geravam renda e davam sustento ao capital, por exemplo. O trabalho na terra gera o valor, a mercadoria (MARX, 1983).

Sem acesso à terra, sem trabalho e sem renda, apenas o acesso não é sinônimo de produção, porém, o acesso a ela é um dos instrumentos principais contra a ordem do capital ou para a sua reprodução. O acesso à terra, sob o uso e posse do campesinato, pode diminuir a

⁴² Entrevista concedida em 28 de março de 2019 no assentamento Serra Dourada, localizado no município de Goiás.

⁴³ Para os indígenas, o sentido da terra não é o de posse, como afirma a famosa carta indígena Seattle: “A terra não pertence ao homem, o homem pertence à terra”.

transferência direta do valor do trabalho para a burguesia. Segundo Carvalho (2016, p. 5), “[...] o tempo do trabalho perdido do camponês fica em condição de subalternidade, sendo apropriado no capitalismo”. A terra é um instrumento de independência pelo menos da classe latifundiária e pode possibilitar autonomia maior ao campesinato, embora ela por si só não garanta condições de sobrevivência e permanência no campo.

O capital configurou-se em espaços e tempos diferenciados a partir de determinantes postos, o que não é distinto no campo, pois nesse espaço a sua expansão é heterogênea (OLIVEIRA, 2001). Portanto, o capitalismo transforma as relações e as condições de produção. Desse modo, Marx (1983) criticou o capital e seu poder desigual de produção histórico social, que antecede o próprio desenvolvimento do capitalismo. O capitalismo, e suas estruturas de exploração se fortalece por meio da propriedade privada.

Para Marx (2010, p. 87), “A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (*ausserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo”. A exploração do trabalhador fundamenta a propriedade, resultado do trabalho. A terra é mediada pelo trabalho, pela agricultura e pelas relações sociais e trabalhistas. O Brasil se transformou a partir do avanço das fronteiras do capitalismo mundializado e monopolista e essas mudanças trouxeram padrões de acumulação e exploração injustos.

A terra permaneceu como instrumento de ordenação do capital, principalmente no contexto atual em que o capitalismo é marcado pela própria “mundialização do capital”. Oliveira (2001) destacou como a concentração de terras no Brasil é enorme, exemplificando que a soma das 27 maiores propriedades privadas equivale à área do estado de São Paulo e as 300 maiores propriedades privadas são equivalentes a duas vezes à extensão do estado de São Paulo. Estudos como os de Pietrafesa (2016, p. 6), apontaram que a estrutura fundiária no Brasil pouco se modificou do século XX para o XXI, fato particular de países antidemocráticos como os latino-americanos. Segundo o autor, o censo agropecuário, realizado em 2006 “indicava a mesma situação de controle da terra por tipo de estabelecimento, que em 1960”.

A terra é elemento de disputa territorial, por atores hegemônicos como o agronegócio, os latifundiários e a bancada ruralista. Segundo Oliveira (2001), os atores hegemônicos citados reproduzem as ações capitalistas na terra e para isso usam vários instrumentos legais e ilegais para legitimar seu poder sobre os territórios no campo, colocando em cheque a re-existência do campesinato, de territórios indígenas, quilombolas, de comunidades rurais e de assentamentos.

Para elucidarmos as relações socioterritoriais capitalistas no campo, no período de 2016 a 2019, apoiamo-nos nas categorias terra e propriedade privada, que foram fundamentais para o entendimento das disputas territoriais no Brasil diante dos processos de reforma agrária instituídos. Pressupomos que a separação do ser humano de sua comunidade; o processo histórico de alienação; a intensificação das ações hegemônicas das ideologias capitalistas; a construção de realidades cada vez mais subordinadas aos imperativos do capital; a presença de um Estado que apoia a classe dominante e reprime as ações populares contribuindo para a geração de conflitos e desigualdades, uma ordenação que dificulta as lutas sociais.

Nessa perspectiva, um dos objetivos deste primeiro capítulo foi identificar a dinâmica política e histórica do campo, no Brasil e em Goiás. Para tanto, evidenciamos como os sujeitos políticos enfrentaram as mudanças impostas pelo capital, pelas frentes pioneiras, reconhecendo o papel da terra e da propriedade privada nas disputas por territórios e na expropriação de camponeses (as) para, posteriormente, buscarmos elementos diretos nos movimentos sociais do campo (MST e Terra Livre).

As contribuições dos autores mostraram que os fatores externos e internos atingem diretamente os processos de territorialização e desterritorialização de camponeses (as). De que forma? Os agentes externos, as normatizações do mercado internacional, a forma de produzir ainda voltada para os países ricos, as relações de trabalho estabelecidas no Brasil com moldes coloniais e mais uma série de outros fatores levam a dificuldades no fortalecimento do campesinato. Mas não os impede de continuar reproduzindo seus modos de vida, seus alimentos e sua cultura.

O modelo de educação implantado no Brasil, de forma precária, se estendeu violentamente no campo, pode ser um dos fatores que levou à expulsão do campesinato do campo. Historicamente, a educação precária neste país favoreceu a intensificação de outros problemas sociais. Contudo, a educação por si só não realiza milagres. Questões que já foram postas, como a violência no campo, a propriedade privada concentrada nas mãos de poucos, a falta de investimento por parte do Estado para jovens e sujeitos que moram no campo, foram fatores determinantes.

Retomaremos, no segundo capítulo, a territorialização dos sujeitos da pesquisa por meio das memórias que revelaram, além dos saberes, as histórias, as violências e os projetos. No final desta etapa, tentaremos estabelecer uma comparação entre os processos formativos de lideranças ligadas mais diretamente às lutas iniciais da década de 1980 e 1990 em Goiás com a formação das que atuam recentemente.

2 A RETOMADA DAS MEMÓRIAS DE LUTAS SOCIAIS DO CAMPO EM GOIÁS A PARTIR DE SINDICALISTAS, RELIGIOSOS E LIDERANÇAS DE ASSENTAMENTOS

A dimensão histórica, apresentada, no primeiro capítulo pode ser apreendida por meio das memórias, de fatos publicizados, e narrativas relacionadas aos saberes e às práticas vivenciados no campo no interior dos movimentos sociais como em outras instâncias, a exemplo dos sindicatos, igrejas e assentamentos. Uma fração dos processos históricos de direitos negados em Goiás será apresentada neste capítulo. Reforçamos que as violências narradas por lideranças, como as torturas, as ameaças, as mortes, a expulsão de fazendas, o afastamento de amigos e parentes, compuseram a vida de camponeses (as).

Assim, para retomarmos as memórias das lutas sociais do campo, partimos de dois eixos centrais de análise da mobilização social no campo em Goiás: a contribuição da educação e da vivência em sindicatos, CEBs, movimentos sociais e a amnésia histórica⁴⁴ referente ao campesinato. Sobre o primeiro eixo, a discussão refere-se a uma relação dialógica entre os fatos históricos e os apontados pelos entrevistados. E o segundo eixo é o que movimenta o primeiro, fortalecendo a visibilidade de memórias populares, que por muito tempo, procuraram esconder e esquecer pela sobreposição das memórias oficiais.

Quanto ao eixo amnésia histórica referente ao campesinato, basta observarmos como no Brasil a sociedade esquece a própria história, desconhece o que aconteceu durante a colonização, ou durante a ditadura. Olvida-se da história dos negros, dos camponeses, das mulheres e passam a eleger representantes que desprezam o passado e o distorce a favor de seus interesses políticos. Elegem-se esses “representantes” sem pensar em questões tão fundamentais. Nesse cenário de escamoteamento das histórias, dos saberes e das memórias, esta pesquisa fez-se necessária, principalmente diante do contexto político atual.

Neste mosaico, de diferentes sujeitos sociais do campo e da cidade, entendemos que os saberes e as vivências podem ser instrumentos de luta e reconhecimento da história, das necessidades e do direito de produzir e viver no campo. Tanto os saberes quanto as lutas cotidianas no interior dos sindicatos, igrejas e movimentos sociais foram fatores que contribuíram para a recomposição de territórios rurais em Goiás. Isto porque, quando o sujeito conscientiza de seu lugar no mundo, de suas possibilidades, de sua capacidade de intervenção na realidade e na comunidade em que vive, ele fortalece uma rede de ações no território.

⁴⁴ Buscamos o conceito de amnésia histórica relativa ao campesinato em Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que explorou com propriedade o processo de violência e o esquecimento vividos pelos (as) camponeses (as) no Brasil. Para aprofundamento, ler o texto da autora “O campesinato brasileiro: uma história de resistência”, de 2014.

Tanto em Bosi (1994) quanto em Halbwachs (1968), a teoria nos ensinou como as práticas do Estado destroem as memórias, descaracterizam-nas, não as valorizam, para que a história do povo, dos (as) camponeses (as), dos indígenas, dos negros seja escondida, reprimida. Ao estudar as memórias, percebe-se como houve um caráter uniformizador e opressor no caso da memória coletiva nacional, que constrói discursos, pregam simbologias, estereótipos e interfere nas construções de sujeitos e de histórias. A memória pode se decompor, ser escamoteada ou pulverizada por meio dos interesses do Estado, da religião, das classes dominantes e de grupos políticos. É o que presenciamos na política brasileira contemporânea.

As entrevistas realizadas com as lideranças de assentamentos (Mosquito, Serra Dourada) e de igrejas foram fundamentais para uma recomposição da história e da dialética entre lutas do campo nos diferentes territórios de Goiás. Também as memórias de sindicalistas e dos trabalhadores rurais foram revalorizadas nesta tese. A violência, a morte, as perseguições e os depoimentos de sindicalistas e líderes de assentamentos em municípios de Goiás foram analisados e discutidos neste capítulo.

2.1. As memórias: a formação e o protagonismo dos sujeitos

É o aedo que resgata a memória dos feitos passados; o aedo deverá lembrar-se, e precisará da memória. Daí a invocação às Musas, que são filhas da memória, pois a memória é para os gregos uma deusa, Mnemosyne, que unida a Zeus, gerou as nove musas, divindades responsáveis pela inspiração. Mnemosyne é filha de Urano e de Gaia, irmã de Chronos e de Okeanos- a memória, filha do céu e da terra, irmã do tempo e do oceano: todas, metáforas de infinitude. Mnemosyne, que confunde-se com as musas muitas vezes, preside a função poética. (...) Mnemosyne revela, assim, as ligações obscuras entre o rememorar e o inventar. (MENESES, s.d.)

Segundo Hobsbawm (1998, p. 64), todo povo tem história: “A história só fornece a orientação, e todo aquele que encarar o futuro sem ela não é só cego, mas perigoso, principalmente na era da alta tecnologia.” E para nossos estudos de uma possível história social, amparamo-nos nas memórias para compreendermos o processo de violência sofrido por camponeses (as) em Goiás pós-1964. A partir de depoimentos, analisamos os saberes adquiridos nesses momentos vivenciados e sua relação com a territorialização do campesinato em Goiás. Refletiremos sobre o que se estabeleceu entre a memória e a construção de identidades coletivas e formativas dos movimentos sociais rurais existentes.

Pollak (1989) ressaltou as memórias “subterrâneas, proibidas, clandestinas”, que foram relegadas pelo Estado a favor do poder hegemônico de uma classe dominante, que não está interessada em manter as memórias dos povos subalternizados. Apropriamo-nos dos

termos deste autor relativos à memória para nos dirigirmos às memórias camponesas de Goiás, uma vez que essas foram silenciadas. São memórias postas no fundo do baú, a fim de serem esquecidas e não revividas para a isenção do Estado, do latifúndio e do agronegócio.

Ao recordamos em nossas memórias da história oficial brasileira, durante a colonização, sobre os índios e camponeses infelizmente há pouquíssimas referências, e no máximo refere-se a Zumbi dos Palmares, como símbolo dos povos negros nas resistências populares. Os estudos pós-coloniais aprofundam essas questões e dão pistas de como a história da classe subalterna no Brasil e na América Latina foi enquadrada a favor dos interesses dominantes.

Nessa ótica, entendemos que as memórias estão em disputa. Pollak (1989, p. 7) contribuiu para o esclarecimento da dominação e sua relação com as memórias. Nessa compreensão, entende que, com as memórias, revemos a história e evitamos a recorrência de erros. O autor esclareceu como as memórias silenciadas trazem consequências aos sujeitos violentados. O silêncio produz pistas, esconde os discursos negligenciados:

[...] caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades. Este exemplo mostra a necessidade, para os dirigentes, de associar uma profunda mudança política a uma revisão (auto) crítica do passado. Ele remete igualmente aos riscos inerentes a essa revisão, na medida em que os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior. Este exemplo mostra também a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Em termos teóricos, os estudos relacionados à memória estiveram por muito tempo, ligados à Filosofia e à Psicologia. Na Filosofia, a memória era classificada como “Memória Social”. Segundo Peralta (2007, p. 18), a memória social pode assim ser definida:

A memória é social porque nela influem os constrangimentos sociais próprios de determinado grupo. A memória é social porque pressupõe sempre uma relação de partilha cultural no seio do grupo social. Mas a memória é social principalmente porque é um sistema de organização e mediação cultural do acto mental de recordar.

A partir de 1960, Maurice Halbwachs⁴⁵ (1968) trouxe para as ciências sociais a ideia de “Memória Coletiva”. Segundo Peralta (2007, p. 6), “a memória coletiva é o *locus* de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço”. A autora, com base nos estudos de Halbwachs, ressaltou ainda a sujeição da memória individual à memória coletiva. Isso porque a memória coletiva contém a identidade do grupo social.

A memória coletiva é múltipla e a memória histórica é única. Peralta (2007) destacou que Halbwachs negligenciou as tensões e os conflitos presentes nos estudos de memória. A autora chamou atenção para o fato de realizar estudos que fazem paralelos entre a memória oficial e as memórias populares, estabelecem críticas entre as resistências e as ideologias dominantes. Desse modo, nossa pesquisa segue esta linha de estudo.

A memória, para Halbwachs (1968), varia de acordo com o sujeito que a narra em suas construções históricas. Esse autor enfatizou a força dos diferentes pontos de referência que estruturam a memória e que a inseriram na memória da coletividade. No entanto, cada indivíduo narra o mesmo fato de diferentes formas. Essas memórias, protagonizadas pelos próprios sujeitos das disputas territoriais, são percebidas, sob as condições que, reproduziram os seus silêncios.

Segundo Silva (2009), a memória é o passado que se encontra com o presente, necessita do apoio da coletividade, carrega afetividade. Essa análise coaduna com outros autores como Benjamin (1992) e Bosi (1994). Para Bosi (1994, p. 39), “[...] a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento.” Passagens da trajetória dos sujeitos podem ser esquecidas, parte não contada e confidências guardadas. A memória é uma continuação do passado. Sobre a memória, na relação entre o passado e o presente, Bosi (1994, p. 46) acrescentou:

[...] começa-se a atribuir à memória uma função decisiva no processo psicológico total: a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

⁴⁵ Diversos autores também trouxeram, para esse cenário teórico, outras concepções ligadas aos estudos de memória. Como exemplo, citamos Misztal (2003), com a corrente de memória popular com estudos de Wallace (1996); Benjamin (1992), com a memória como presentificação numa relação entre passado, presente e futuro; além de Hall (1997), no estudo de narrativas e discursos como sistemas de representação, que se aproxima de Bourdieu (2002) na ideia de um passado não fixo, o sistema de disposições e estratégias (PERALTA 2007).

Bosi (1994) afirmou que a memória está vinculada às questões subjetivas e as lembranças apresentam descrições materiais e uma percepção concreta e complexa. As lembranças e a percepção são imediatas e compõem quadros corriqueiros de experiências comuns. Nas memórias está aquilo de mais essencial entre os sujeitos, que os diferencia em um aspecto mais direto e particular. A memória é algo mais profundo, está relacionada à classe social do indivíduo, aos relacionamentos com a família, com a igreja, com a profissão, com os grupos sociais inseridos. No caso desta pesquisa, estão ligadas, por exemplo, aos partidos políticos, aos sindicatos, aos movimentos sociais.

São os percursos vividos que desencadeiam a memória. Ao utilizar como fonte de pesquisa as memórias individuais, são construções realizadas a partir das experiências pessoais e das influências das memórias coletivas. Memórias são carregadas de subjetividade: as reminiscências pessoais transmitem os significados que atribuímos aos acontecimentos. Há razões pelas quais as pessoas apresentam especificidades de narrar as experiências históricas.

Remontar o passado, a memória, as histórias dos conflitos agrários por posse e uso da terra nos espaços rurais pesquisados é repensar o presente; é também romper com o passado que, através do controle e da coerção social e econômica, desenvolviam-se ações promotoras desiguais nas disputas territoriais e de poder. Contextualizar a origem e os enfrentamentos da época fez-se necessário, para não repetirmos os erros nas formas de violência sofridas pelos povos do campo, sujeitos de histórias e esquecidos pelo Estado. Esta busca abre espaços futuros para a construção de uma sociedade justa e capaz de direcionar suas organizações livremente na

[...] compreensão da memória como um diálogo com o outro; uma conversa que se realiza no presente, tentando desenhar probabilidades do porvir. Vincula-se então aos quadros sociais da história e da luta camponesa, não de forma submissa, nem como repetição, mas como ruptura (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 24).

Assim, retomar o passado, a memória, é questionar também o instituído. É um processo de recomposição histórica e política. Conforme Viana (2006 *apud* DIAS, 2010, p. 40), a memória também é uma manifestação singular do coletivo e do individual, de fatos, histórias e análises. Em nossa pesquisa, as memórias tratadas e valorizadas remetem a um período de violência durante a ditadura militar e posterior a ela⁴⁶. Nesse momento, militantes,

⁴⁶ É importante ressaltar que o fim da ditadura militar não significou o fim da repressão, da perseguição, das torturas e assassinatos. Autores como Gomes (2009), geógrafo perseguido durante esse período e que se exilou na Suécia, destaca que o terrorismo carcerário a céu aberto se manteve e causa danos violentos às lideranças, estudiosos e pessoas que se posicionam diferentemente dos interesses do Estado e das classes dominantes.

estudantes, líderes políticos, de sindicatos e associações foram duramente perseguidos, interrogados, torturados, violentados e assassinados. Não é redundância reforçar o passado porque o Estado quer dar por esquecido esse período e, conseqüentemente, não se responsabilizar pelo que as pessoas e famílias violentadas sofreram. É necessário presentificar para não ser esquecido.

Destacamos as memórias de camponeses, sindicalistas e lideranças que pertenciam ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), aos quais lhe cabiam o papel pedagógico do partido na formação e organização das lutas sociais do campo em Goiás (LOUREIRO, 1988). Após o PCB ter sido colocado na ilegalidade a partir de 1947, a reorganização do partido, a formação de ligas camponesas e associações nesse período levaram à ocorrência de perseguições, mortes e violências. Entre os perseguidos em Goiás, citamos alguns elencados pelos estudos realizados por Gomes (2009) e Borges (2005): Geraldo Tibúrcio, José Sobrinho, Antônio Rabelo, Parcival Moreira Coelho, Aristeu Alves do Nascimento e Alda Borges.

A memória possui constituição de origem social, sendo um retrato da estrutura econômica conservadora, arcaica e violenta no Brasil. Entre outros sujeitos das lutas pela terra em Goiás, destacamos Antônio Baiano ou Antônio Alves de Sousa, um dos primeiros camponeses a lutar contra terras griladas no município de Goiás⁴⁷. As terras eram de Urbano Berquó, 146 alqueires, segundo Frei Marcos, em entrevista do dia 6 de julho de 2016. Antônio Baiano afirmou: “Ele disse que a terra é dele, mas eu sei que é grilo, eu quero uns 5 ou 6 alqueires só pra eu morar e trabalhar”. Os camponeses dessa região da Fazenda Estiva, incluindo Manoel Santana da Mata, foram presos e despejados duas vezes. Reuniram-se com outros companheiros do município de Goiás e foram para a região onde se localiza o assentamento Mosquito. Lá foram ameaçados de afogamento pelo filho de Urbano Berquó.

Realizamos a entrevista aberta e gravada, no dia 22/08/2016, com Manoel, nascido em 22 de julho de 1950, município de Faina, no atual assentamento São João do Bugre, no município de Goiás. Ele mencionou parte da memória das lutas coletivas no campo na região relatada, durante a década de 1980, período em que ebuliram os conflitos sociais:

Meu nome é Manoel Santana da Mata. Sou nascido no município do Faina. Em 1965 chego em Goiás e em 1981 vim aqui pra Fazenda Estiva. Em vim ajudar o cumpade Baiano, porque ele tava aqui, o povo já tinha colocado fogo nas casas e nas roças dele, cortando o bananal. O bananal deu cacho sem foia, deu banana no tronco. Cortaram o bananal. A gente veio né. A gente veio pra ajudar ele e tamo até hoje na luta. Ninguém conhecia essa luta aqui em Goiás. A gente era tratado como vagabundo, grileiro. Nós éramos visto como grileiro, sendo que eles é que era os

⁴⁷ Antônio Baiano foi um dos primeiros camponeses que trabalhavam como meeiro no município de Goiás a se juntar com camponeses da região na luta de consolidação dos primeiros assentamentos da região no ano de 1984.

grileiro. Desde enquanto surgiu essa luta eu tava aqui. Nunca saí daqui pra nada. Foi uma luta bem trabalhosa. A gente passava muita dificuldade. Eu ouvi falar de reforma agrária a primeira vez no sindicato de Itapuranga e depois fui me interessando, participando. Eu tô aqui desde que começou essa luta. Eu tô aqui até hoje nunca saí pra nada. Eu ouvi falar de Reforma Agrária no sindicato de Itapuranga, que deu uma força pra mim, foi o começo, tinha o espírito de luta. Aprendemos a trabalhar em conjunto e não acreditar em tudo o que o fazendeiro fala. Hoje tem alguns que entram na luta só pra atrapalhar. Não tem aquela cabeça de luta. (Entrevista, 22/08/2016)

Essa história de luta narrada por Manoel, de 67 anos, demonstrou como o período inicial dos acampamentos em Goiás foi conflituoso e revelou como os sindicatos também mencionavam a Reforma Agrária, isto especificamente em Itapuranga, que tinha um movimento sindical mais crítico e as igrejas que apoiaram a luta inicial pela terra em Goiás. Também evidenciou os processos de violência sofrida pelos acampados que viviam nos “ranchos”⁴⁸. Após a colheita do arroz, o fazendeiro queria expulsar os meeiros.

Os trechos apresentados pelo entrevistado registraram os aprendizados sociais, como em outra parte na qual o entrevistado explicou: “Nós aprende a andar não administrado pelos poderosos, mas a valorizar todos do mesmo jeito.” O final do depoimento de seu Manoel trouxe à tona como os assentados tinham uma formação mais processual de compreensão da importância dos movimentos sociais, dos enfrentamentos, fato não mais tão presente nos “sujeitos de luta” da contemporaneidade, que adentram aos assentamentos sem a “cabeça de luta”, como o entrevistado ressaltou.

Em um desses momentos de diálogo, a esposa de Antônio Baiano, Dona Maria Idalina, descreveu na entrevista no dia 22 de agosto de 2016, o papel das mulheres como âncora na sustentação dos momentos coletivos e as violências sofridas nesse período:

As mulheres ajudavam em tudo. Sem mulher não tem homem. Cuidávamos da casa, da comida, das crianças pequenas naquele tempo. Iam várias mulheres pra roça ajudar. A gente participava de tudo também dos mutirão, dos almoços, da reunião. Eles colocaram fogo no canavial. Teve um dia que eles mataram nosso cachorro, aí a gente ficou muito sentido e decidimos enfrentá o que viesse pra nós ficar aqui, porque nós sabia que tinha o direito de lutar. Um dia eles tiveram aqui ameaçou nós, tirou as armas. Até a comida pronta no fogão eles jogaram fora, apontou a arma de fogo na cabeça da minha filha pequena. Muitas pessoas ajudou nós, cumpadre João, cumpadre Nego, comade Aparecida, Zé Japonês. O Antônio queria ficar por direito de ter trabalhado. (Entrevista, 22/08/2016)

Como a morte de animais era comum no processo de violência entre grileiros e posseiros, esse fato impulsionou os camponeses a permanecer na luta. A formação pessoal dos

⁴⁸ Havia, no início do acampamento, um “Rancho Grande”, onde os mesmos ficaram por cerca de dois anos. (Entrevista a Manoel da Mata, 2016)

acampados e a consciência de que a terra era também deles, e não só do patrão, os fortaleceram. Outros elementos, como a fé, foram uma maneira de fortalecê-los, como afirmou a esposa de Antônio Baiano: “Era um tempo difícil, os homens saíam e a gente ficava com as crianças pequenas. O que mais marcou foi o trabalho, a fé, pegar com Deus pra nós chegar até aqui”. Observa-se que outros integrantes das comunidades também os apoiavam.

Entrevistamos outra senhora que esteve presente no período inicial da organização do acampamento na Fazenda Estiva, Jurandir Rodrigues da Mata, nascida em 23 de julho de 1953, e esposa de seu Manoel Santana da Mata, de 64 anos:

Sou nascida em Lua Nova. Tenho uns 30 ano de convivência aqui com a luta. A gente vê que muita coisa mudou. Os jovens vão embora buscar mióra. Nós tivemos três filho, viemos pra cá para criar a família. Fazia farinha, fiava na roda, fazia tapete, tinha reuniões que aprendia as coisas pra fazer pra vendê. (Entrevista, 22/08/2016)

Esse depoimento está para além dos saberes, pois retratou as mudanças temporais e espaciais ocorridas no campo e como isso reflete na organização da classe camponesa, seja entre os mais jovens ou os mais experientes. O trecho mostrou como, em alguma medida, as mulheres se reuniam e se organizavam para obter renda e estabelecer trocas de aprendizado e saberes por meio de diferentes atividades cotidianas.

Antônio Baiano⁴⁹ foi o precursor da luta pela terra na região onde se concentram 24 assentamentos somente no município de Goiás. Desse modo, os próprios desafios com os sujeitos em disputas, as lições de violências, as palavras ouvidas, as ações realizadas, todo esse cenário possibilitou um espaço de construção e reconstrução de memórias, ações, enfrentamentos, novos territórios, novos sujeitos e saberes.

Entre as memórias da luta no campo presentes nas disputas territoriais de Goiás, evidenciamos ainda a entrevista concedida por um dos casais que liderou⁵⁰ a formação do assentamento do Mosquito, no município de Goiás. No dia 26 de agosto de 2017, realizamos o trabalho de campo no primeiro assentamento do município de Goiás, o assentamento do Mosquito, localizado a 26 km da Cidade de Goiás. Milton Duarte da Costa, de 78 anos, e Nadir de Souza Costa, de 68 anos, foram entrevistados e participaram do processo inicial de conquista e ocupação da Fazenda Mosquito no ano de 1986.

⁴⁹ A entrevista realizada na casa de Antônio Baiano aconteceu uma semana antes do seu falecimento.

⁵⁰ Os próprios entrevistados assentados afirmam que aprenderam no MST que no movimento não há líderes, pois entendem que a luta é coletiva e que todos devem participar do processo e trabalhar juntos. O movimento emprega o termo Frente de Massa, ou FM, como eles denominam para se dirigirem às “lideranças”.

Figura 4 - Entrevista realizada no Assentamento do Mosquito, Cidade de Goiás (GO)



Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

Durante a entrevista, perguntamos sobre questões referentes ao processo de disputa, aos enfrentamentos e aos aprendizados sociais adquiridos durante os anos de luta e permanência no campo:

Minha origem é trabalhador rural de fazenda. A verdadeira reforma agrária aconteceu comigo, eu fui assentado na minha região. Fui pra cidade pra estudar, estudei até o primário. Depois fui trabalhar na casa das freiras como motorista. Trabalhei dez anos ganhando salário mínimo. Continuei trabalhando lá pros meus filhos ter o direito de estudar no colégio das freiras. Todos os seis estudaram lá. Quando eu vim pra luta eu trabalhava no garimpo, aqui no Maduzanzan no Rio vermelho. Eu e os outros companheiros (Damásio, Zé Nunes, Waldisson, Zé Belo) participamos da primeira ocupação em 1º de maio. Ficamos acampados e fomos despejados. Depois ficamos ocupando a Prefeitura, a gente sofria ameaças. Para se manter contamos com a ajuda da sociedade, tinha as comissões. Ficamos acampados 40 dias. Nós tínhamos ganhado a opinião pública. Fazia proposta, nós não aceitava, nós queria a desapropriação. Voltamos pro Mosquito, a segunda ocupação durou um mês, aí o Inca declarou improdutiva a terra e ia passar o projeto pro governo. Fomos pra Praça Cívica em Goiânia, éramos 48 famílias. Uma das formas de se fazer reforma agrária era fazer pressão. O MST foi criado com este objetivo. (Entrevista, 26/08/2017)

O trecho a seguir refere-se à relação patrão-empregado, ao processo formativo da liderança e traz aspectos particulares ligados a CPT, as reuniões e parte da história do assentamento:

Minha mulher era catequista, Dom Tomás determinou pras catequistas criar as comissões, aí minha mulher me chamou pra participar do Encontro Diocesano, e foi assim que fomos iniciando a participação. Criou duas, uma comissão no Setor Aeroporto que eu coordenava e outra na Fazenda Djalma Machado. O objetivo era conscientizar o povo, a CPT fez umas cartilhinhas, aquelas coisa, terra é pra quem quer trabalhar nela, coisa de igreja. A intenção era orientar o povo, tirar a reforma agrária da gaveta. Era difícil porque os que trabalhava na roça, devia favor aos fazendeiros, dívida com os patrões. Os patrões não aceitava que os trabalhadores participassem das reuniões. O trabalhador rural não ia com medo do patrão. Aí eu fazia as reuniões na minha casa. Aí começou a dar problemas. Recebi ameaças. A

UDR foi criada pra criar grupos de jagunços pra combater a ocupação de terras. Olavo Berquó, Bebê Berquó, enchia o caminhão de jagunço lá em Goiás e vinha, dava tiro nas árvores, tirava foto das minhas filhas. Padre Felipe Ledett levava minhas filhas pra chácara das freiras. Querendo ou não nós tava na liderança. Me escolheram pra representar Goiás lá em São Paulo. Eu fui fazer curso lá em São Paulo, o maior aprendizado meu foi participar destes cursos de formação. Na Faculdade Sapiência. Tinha um professor, o Zé Gomes, caboco dotado de inteligência. Ele falava assim, “é melhor ter seu inimigo do seu lado do que contra você”. Eu adquirei conhecimento que eu nunca pensava. As formas de trabalhar. Eu tive vontade de estudar e não consegui. Esse professor um dia, desenhou uma árvore no quadro e disse: quem tiver a raiz controla esta árvore. Vocês estão na raiz. A CPT começou um trabalho pra articular e na organização, com Zé Carlos, Marina Santana, Angelita, Negão. O Dom Tomás dizia que a força tá na nossa união. Falava de agricultura sustentável, falava muito dos índios, como eles plantavam. Eu queria ter um pedaço de terra, realizei o meu sonho de ser assentado na minha região. Hoje são 43 famílias aqui. Eu não esperava tanta recompensa. Depois de tanta peripécia tenho minha terra. Nós tentamos várias cooperativas aqui, lá onde é aquele supermercado hoje era a sede da cooperativa, tentamos produzir porco, fábrica de rapadura, frango, leite, fábrica de farinha, mas os projetos não foram pra frente. (Entrevista, 26/08/2017)

Vários aspectos são interessantes ao longo da entrevista, como o aprendizado de concepções ligadas à luta de classe, a ideia de produzir no coletivo como parte do cotidiano do assentamento e as experiências frustradas da produção. Mas o que nos chamou atenção foi que a análise convergiu para a tese de Pessoa (1999a), de que os atores que articularam o processo inicial de luta pela terra em Goiás foram os camponeses com o apoio da CPT e dos sindicatos dos trabalhadores rurais. O MST entra após o segundo momento de acampamento na Fazenda do Mosquito. Esse depoimento contraria afirmações de estudiosos que destacam o MST como protagonista da luta pela terra em Goiás. O movimento auxiliou, mas o protagonismo foi proveniente dos sindicatos e da CPT.

Para compreendermos melhor os sujeitos do campo na contemporaneidade, seus saberes e suas memórias, entrevistamos seis moradores de parcelas do assentamento Serra Dourada⁵¹, que foi criado em 1999, conforme o quadro com os assentamentos do município de Goiás, que será apresentado ao longo desta pesquisa. Optamos por entrevistar estes sujeitos, por entender que esses atuam no sustento de hortaliças no município, em feiras e supermercados e por terem enfrentado o período de acampamento e violências.

Ainda com relação às memórias da luta pela terra no município de Goiás, entre um dos assentados do assentamento Serra Dourada que comercializa hoje na feira do pequeno produtor, chamou-nos atenção o depoimento de José⁵² Cardoso de Souza, de 52 anos. Seus

⁵¹ O assentamento Serra Dourada é uma referência no município por ser um dos que possui a terra mais fértil e um grande número de estufas de hortaliças. Possui reserva coletiva e foi o único planejado no coletivo, mas que, por falta de verbas e conflitos internos, não conseguiu consolidar um projeto coletivo de produção.

⁵² Casado com Clarice dos Reis Gonçalves Souza, de 40 anos, que trabalha como merendeira da Efago e faz produtos panificados que são comercializados na Feira do Pequeno Produtor. Eles têm dois filhos que moram em

pais são de Itapuranga e trabalhavam de arrendo antes de ir para o assentamento. “Zezinho” ficou acampado um ano e dois meses, entre 2003 e 2004, no acampamento Vitória da Natividade, localizado entre os municípios de Heitoraí e Itapuranga. O entrevistado foi líder do acampamento, foi filiado ao PT, é sindicalizado, foi ameaçado e conta sua história:

Quando foi pra ir pro acampamento eu tinha um tio que estava na Santa Rosa. O padre fez o convite, a princípio eu não queria ir, mas depois eu pensei, eu precisava de terra para trabalhar. Eu fiquei no Capim Puba entre Heitoraí e Itapuranga. Cheguei lá eu dei uma crise de ri. Mas aí meu tio falou que em seis meses ia conseguir. Aí começamo a dar apoio para outros, onde os cara arrumou capanga para tirar nós. Quando ele viu tinha mais de cem. Mas aí uns foram pra Canudos, outros para Serra da Mesa. Aí eu fui pra baixo do Faina. Perto da Tiririca. O fazendeiro era muito bravo. Nós não invadia a sede, mas eles vinham e ameaçava tirar. Aí fomo lá ver se tinha capanga como que era. Eu falei pra nós voltar pra trás. Eles falou você tá com medo. Eu falei, não é porque não compensa. Uma chuva danada. Passamo a noite inteira molhado e sem comer. No outro dia os capanga atacaram nossa barraca. O fazendeiro e os capanga dormiu na estrada pra pegar nós. O cara só quis pegar eu e o Valdeir. Mas aí pegou o Valdeir, bateu nele, judiou demais e perguntou por mim. Cadê o neguim. Deu dois tiro nele. Um acertou, outro não. Depois de três meses vim pra CPT em Goiás. Aí me perguntaram se eu queria terra ou se queria o serviço. Eu falei que queria terra. E tô aqui. (Entrevista, 15/03/2019)

A propriedade do assentado conta com 23 cabeças de gado, 5 cavalos, produz 30 litros de leite por dia, possui 10 caixas de abelhas, comercializa derivados do leite, como o queijo, requeijão e doce. O assentado comercializa mané-pelado, pão, rosca, pamonhas, biscoitos e torta de frango e produz hortaliças, , abacates e quiabos que entrega nos supermercados.

Discutimos, no primeiro item desta tese, o processo inicial de construção de associações de trabalhadores rurais no estado de Goiás e entrevistamos Parcival Moreira que atuou como educador popular em Goiás e auxiliou na fundação de sindicatos em Itauçu e outros municípios goianos. No dia 28 de janeiro de 2018⁵³, realizamos a entrevista com Parcival Moreira, residente em Inhumas. Parcival Moreira Coelho e seu irmão Oscavu José Coelho eram da Ação Popular e, em 1967, foram presos junto aos 17 trabalhadores. O entrevistado participou do MEB na década de 1960, na Fazenda Serrinha em Itauçu. A experiência política de Parcival. Presenciou a chegada da primeira Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás, a Associação de Itauçu, e auxiliou na formação de sindicatos dos trabalhadores rurais de vários municípios. A entrevista comprovou a riqueza da experiência vivida e dos seus saberes políticos:

outro assentamento, no Assentamento Magali. O entrevistado está na figura 16 da feira, com camisa branca e azul localizada no último tópico deste capítulo.

⁵³Meses após a entrevista, o entrevistado faleceu. A entrevista na íntegra aparece no segundo capítulo.

Figura 5 - Entrevista com Parcival Moreira



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (Inhumas, 2018).

Posteriormente, foi preso por dois anos devido ao desenvolvimento dessa atividade. Anos depois, contribuiu como educador no acampamento de Canudos em 1997. E esteve durante este ano na direção do MST em Goiás. O entrevistado evidenciou elementos específicos desse momento histórico da luta pela terra:

Eu sou nascido no dia 26 de setembro de 1931. Sou filho de camponeses, de mineiros. Se eu não tenho a participação na criação de todos os sindicatos dos municípios, a maioria deles eu deixei meu rastro. Itapuranga, Nova Veneza, Itaguari, Itaguaru, Itaberaí... Havia uma desunidade pela nossa desmobilização. A necessidade era enorme de organizar a classe trabalhadora. Os trabalhadores estavam dominados, despertos, sem força de mobilização, sem poder político. Até hoje os freios históricos, é muito difícil mudar a cabeça de alguém. Tudo precisa que tenha uma liderança, alguém que dê um passo. A gente num muda a consciência de ninguém. Muito embora a Igreja obstaculizou, chegou o MEB em Itauçu em 1961. Ajudei nas escolas radiofônicas. Com a chegada de Dom Fernando aí eu entrei dentro. [...] A questão do sindicalismo em Goiás arrebentou certos tabus e a coisa caminhou. Isso rendeu o sindicalismo que nós temos hoje. Devemos a esta abertura da Igreja. Dom Fernando trazia a pastoral cá no pé do eito. A Igreja teve participação como motor, mostrando caminhos, animando as lideranças. A Igreja ajudou muito dando curso aos trabalhadores rurais. (Entrevista, 29/01/2018)

Parcival comentou sobre vários pontos da formação tanto realizada pelo MEB como pelos sindicatos e pela Igreja. O depoimento mostrou que alguns bispos eram mais atuantes e sabiam colocar as pastorais ativas, como o exemplo de Dom Fernando. O entrevistado enfatizou que era um momento que precisava da organização popular, mas o momento histórico de repressão e o arranjo de violências que atingia os trabalhadores levaram as

instituições coletivas a buscar estratégias que unissem e alcançassem objetivos comuns aos camponeses e trabalhadores da cidade.

As memórias revelam informações, subjetividades e ensinam sobre a história de luta e sobre momentos históricos importantes no Brasil e em Goiás. Neste remontar da colcha de retalhos, estabelecemos a dialética entre os processos de luta no Brasil e os atuais. Para tanto, analisamos os nomes dos assentamentos em Goiás para pontuar como as memórias de luta se fazem presentes em várias denominações de assentados do estado. Um total de 308 assentamentos (INCRA, 2017) e, desses, 22 estão localizados no centro goiano, 2 no entorno de Brasília, 57 na região noroeste, 99 na região norte, 73 na região oeste, 7 na região sudeste, 40 na região sudoeste e 8 na região sul. De todos esses, 43 apresentam nomes de sujeitos ou conflitos ligados à luta pela terra, pela educação, pela política e pelos direitos populares ao longo da história do Brasil. Realizamos um levantamento desses nomes e de quais assentamentos carregam esta memória e o município em que se localizam atualmente:

Quadro 2 - Memórias presentes nos nomes de assentamentos em Goiás

Municípios	Assentamentos
Uruaçu	Sebastião Rosa da Paz
Porangatu	Padre Josimo Santa Dica Irmã Dorothy
Novo Planalto	Antônio Conselheiro
Nova Crixás	Camilo Torres Roseli Nunes
Niquelândia	Florestan Fernandes
Mutunópolis	Pablo Neruda Emílio Zapata José Marti Julião Ribeiro
Mundo Novo	Pablo Neruda
Minaçu	José Porfírio João Rufino da Silva
Campinorte	Chico Mendes
Amaralina	Plínio de Arruda Sampaio
Varjão	Palmares
Baliza	Oziel Alves Pereira
Buriti de Goiás	Irmã Odília
Caiapônia	Eldorado dos Carajás Padre Ilgo
Iporá	Padre Nilo
Jandaia	Paulo Freire
Jaupaci	Padre Galileu Martins da Silva
Palestina de Goiás	Padre José
Palmeiras de Goiás	Canudos
Caçu	Raposa do Sol
Vila Propício	Dandara

Faina	Rosa Luxemburgo Cora Coralina Patativa do Assaré
Goiás	Dom Tomás Balduino Padre Felipe Leddet
Heitoraí	Margarida Alves
Itaberaí	Dom Fernando Gomes dos Santos Dom Hélder Câmara Carlos Mariguela Chê
Corumbá de Goiás	Dom José Gomes
Goiandira	Madre Cristina
Ipameri	Olga Benário

Fonte: Incra (2017).

Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2018).

Perguntamo-nos se a maioria dos assentados conhece as histórias dos sujeitos que nomeiam aos assentamentos, ou se em algum momento tiveram a curiosidade de saber e entender o porquê dos nomes de seus referidos assentamentos de origem. Este quadro sintetiza parte das análises de memória comentadas teoricamente no início do subitem, em que os autores relatam como a memória é capaz de unir passado, presente e futuro, e mostra como a história se presentifica. Ainda nos chama atenção o fato de que o município de Goiás, mesmo com o maior número de assentamentos, como veremos no quadro 7 do próximo capítulo, apresenta apenas dois nomes ligados à luta pela terra. Mesmo sem esta relação, as lutas se mantêm vivas, como mostraram os depoimentos recentes deste município. Seguem as análises e entrevistas dos sindicalistas, dos saberes, das histórias e das violências sofridas.

2.1.2. Os sindicatos de trabalhadores rurais de Goiás: a formação e os embates

“Assim, toda prática política é educativa, bem como toda prática educativa é política.” (Valderês Loureiro, 1988)

No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora percebo que estou lutando pela humanidade. (Chico Mendes)

Centenas de sindicatos foram fechados, submetidos à intervenção e inúmeros de seus dirigentes presos e foragidos. Milhares de delegados sindicais foram perseguidos com prisões, perda de emprego ou obrigados a viver na clandestinidade. Quantos foram assassinados, falta ainda conferir. (ROSSI; GERAB, 2009)

Para Gramsci (1982), os partidos políticos e os sindicatos são elementos essenciais para a mudança das estruturas hegemônicas, uma vez que conduzem a unidade de classe entre

indivíduos que representam diferentes interesses. Essas articulações são reações do operariado na luta de classes contra o processo de alienação do trabalho. As forças hegemônicas se fortaleceram no mundo e as ações contra-hegemônicas e sistêmicas são dificultadas nas disputas políticas contemporâneas (LACLAU; MOUFFE, 1985). Interferências e mudanças na composição organizativa do movimento sindical do campo em Goiás serão analisadas por meio dos saberes dos líderes entrevistados.

No século XX, a organização dos trabalhadores foi impulsionada pelo aumento dos conflitos no campo e pela expropriação. Entretanto, é importante destacarmos que, a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas e com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, a organização dos sindicatos ganhou força no Brasil. Na organização popular, há uma disputa pela “paternidade” da organização dos trabalhadores⁵⁴.

Os sindicatos não surgem burocratizados, mas como auto-organização da classe operária. A relação entre a direção sindical e os trabalhadores mudou ao longo do tempo e torna-se uma relação de subordinação. Segundo Silva (2014), os sindicatos se aparelharam ao Estado, “órgãos do capital”. A gestação desses sindicatos em Goiás esteve vinculada aos trabalhadores do campo. De acordo com Pessoa (1999), a formação dos sindicatos rurais em Goiás nos municípios de Anápolis, Pirenópolis, Jaraguá, Hidrolândia e Nova Veneza se consolidou a partir do apoio do Partido Comunista Brasileiro, do MEB, em meados do século XX. O predomínio da agricultura e as mudanças nas relações de produção retardaram o processo de industrialização e a formação da classe operária. Por isso, a criação dos sindicatos no Brasil demorou.

O MEB representou importância formativa na organização dos trabalhadores rurais em Goiás. Por meio dele, os trabalhadores tiveram noções de Português, Conhecimentos Gerais e Aritmética. Havia a preocupação com a saúde, alimentação, noções de higiene, habitação, família e associativismo (RODRIGUES, 2008). Por meio das escolas radiofônicas, estimulavam-se a participação e a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e associações. Por exemplo, as rádios utilizavam as músicas sertanejas como mecanismo de transmitir mensagens aos camponeses, de realizar convites e informes sobre reuniões e campanhas. Segundo Guimarães (2014), as músicas eram um instrumento de crítica social e eram ligadas à animação popular, o que fortalecia e aproximava o povo dos temas políticos.

⁵⁴ Este não é o elemento mais importante na análise, pois entendemos que tanto os partidos políticos como os sindicatos rurais, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) e ainda as CEB's definiram diretrizes políticas para a formação de sujeitos como mecanismos de sistematização da organização popular. A ação desses instrumentos e o processo de formação de lideranças políticas são importantes no enfrentamento das forças hegemônicas.

Um ponto interessante levantado nesse momento histórico foi o fato de que as reuniões eram realizadas sob códigos no rádio criados como sigilo para que os órgãos repressores não soubessem o local, as articulações e os temas de pauta das lutas dos trabalhadores. As reuniões também ocorriam em conventos, colégios e igrejas. Os trabalhos realizados pelo MEB e pelos sindicatos e as reuniões eram denunciadas pelos fazendeiros, o que levava à prisão de pessoas pertencentes a essas organizações (BORGES, 2005).

Os sujeitos envolvidos com as igrejas, os sindicatos, as associações e os partidos políticos transitavam nessas instâncias e faziam a síntese atuando em uma delas com mais propriedade, ou em mais de uma das instâncias, como observaremos nas entrevistas de líderes sindicalistas em Goiás. Muitos dos que faziam parte do MEB, por exemplo, transitavam nos sindicatos e vice-versa, como ocorreu em Itauçu.

A Frente Agrária Goiana (FAGO)⁵⁵ executou programas no interior do estado em Leopoldo de Bulhões, Uruaçu, Cristalina, Jaraguá, Ceres e Itauçu (PESSOA, 1999). Já a Diocese de Goiás atuou na formação dos sindicatos de Britânia, Heitorai, Itaguaru⁵⁶, Itapirapuã, Itapuranga, Jussara, Sanclerlândia, Taquaral, Carmo do Rio Verde, Ceres, Fazenda Nova, Uruana, Goiás e Novo Brasil.

As práticas formativas de preparo para quadros de pessoas para atuarem junto aos sindicatos se iniciaram após o golpe militar de 1964 no Brasil e se intensificaram na década de 1970, em uma realidade a qual já havia 293 sindicatos de trabalhadores rurais em 19 estados brasileiros. A contribuição da Fundação Nativo da Natividade como uma instituição paulista que se preocupava, desde a década de 1980, com a formação política de lideranças de sindicatos, a qual se apoiou nas pedagogias da educação popular para realizar formações que se estenderam para todo o Brasil. Até 1986, convergiam para essas formações os interesses da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da classe trabalhadora, o Partido dos Trabalhadores (PT), especificamente, passou a coordenar as atividades de formação partidária, a partir de 1987 com a Secretaria Nacional de Formação Política dos Trabalhadores (SNFP) e o Instituto Cajamar (INCA), esse presidido por Paulo Freire (PEREIRA, 1999).

Durante as formações sindicais, participavam intelectuais como Ricardo Antunes e Gilberto de Carvalho. Em discussões de conselhos deliberativos, membros de partidos propunham debates, participações, ações, uso de sátiras e crônicas. Nesses eventos, havia a

55 A Fago promovia investigações em torno das questões agrárias do país. Além de luta pela legislação agrária, estimulava cursos, escolas e formação para líderes de sindicatos. Contudo, a Fago surgiu atrelada a grupos rurais dominantes (GUIMARÃES, 2014).

56 A chapa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaru foi presa por motivo de “Segurança Nacional”, por fazer oposição aos sindicatos atrelados ao governo (ENTREVISTA FREI FERNANDO, 1994).

presença de participantes de movimentos populares, sindicais, partidários e pastorais. O intuito era a formação que permitisse o engajamento político, geralmente com a metodologia histórico-dialética. A formação política era a prática intencional e sistemática. O objetivo maior da Fundação Natividade foi apontado por Pereira (1999, p. 66): “[...] seu principal objetivo quanto à formação sindical, a formação política dos militantes sindicalistas”.

Na formação sindicalista e partidária, a teoria direcionou a ação política. Nesse sentido, os cursos e temas de formação política se tematizavam entre a história da sociedade, a luta de classes, a história do movimento sindical no Brasil, a estrutura sindical, a economia política básica, o estado e as ideologias (PEREIRA, 1999).

O contexto sindical no Brasil foi marcado pelo crescimento do sindicalismo que beneficiou tanto os sindicalistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) quanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma vez que eles geralmente se filiavam aos partidos políticos. Posteriormente, foram criados a Confederação Sindical Unitária Brasileira e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Essas ações culminaram nas greves em São Paulo com cerca de 300 mil trabalhadores, nos comícios de Reforma de Base, como o realizado em 13 de março de 1964. (PEREIRA, 1999).

O movimento sindical tem uma história de atuação que não é caso apenas de militantes saudosistas, pois se trata de ações políticas de alta envergadura, como a participação na greve de Osasco em 1968, na Guerrilha do Araguaia em 1975, a Luta pela Anistia, a greve dos metalúrgicos de Volta Redonda e na Companhia Siderúrgica Nacional em 1988, o que não foi pouco diante de um país onde 80% da população eram analfabetos até a década de 1980.

Em Goiás, Mauro Borges se preocupou com a elaboração de uma política que encaminhasse a questão da posse da terra e assim criou o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDAGO). Nesse sentido, Duarte (1998, p. 173) destacou o papel do Governo Mauro Borges⁵⁷ (1961-1964), eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), na organização sindical em Goiás:

O Governo Mauro Borges também se preocupou com a sindicalização do trabalhador rural, criando vários núcleos de apoio ao sindicalismo, como a Secretaria do Trabalho e Ação Social (Setas) e o Conselho Regional da Superintendência do Plano de Reforma Agrária (Supra). Com isso, os trabalhadores do campo eram facilmente cooptados e suas lutas eram tuteladas pelo Estado.

⁵⁷ O governador Mauro Borges apoiava João Goulart e seu mandato foi cassado pelo golpe militar de 1964 acusado de apoiar comunistas.

No entanto, houve contradições nesse governo porque procurou a conciliação entre a produção industrial e o bem-estar dos camponeses. A categoria “invasores” foi utilizada pelo Estado para canalizar as ações violentas e os discursos afirmavam que não haveria tolerância com os novos apossamentos de terras (ESTEVES, 2016).

Com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, observamos que a maioria dos sindicatos em Goiás também foi criada em 1963 e 1964, inclusive no ano do golpe militar, conforme apontou os estudos de Guimarães (1988):

Quadro 3 - Relação de sindicatos do estado de Goiás no período anterior a 1965

Localização dos sindicatos	Data da criação
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Município de Jaraguá	(MTPS 166. 123/63)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Nazário	MTPS 191. 117/63)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Hidrolândia	(MTPS 119. 582/63)
Sindicato dos Produtores Autônomos de Goiânia	(MTPS 207 677/63)
Sindicato dos Produtores Autônomos de Pirenópolis	(MTPS 211 282/63)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupi	(MTPS 221 282/63)
Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais do Município de Leopoldo de Bulhões	(MTPS 234 341/63)
Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Varjão	(MTPS 234 476/63)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Itumbiara	(MTPS 238 839/63)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Município de Alvorada do Norte	(MTPS 238 942/63)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbá de Goiás	(MTPS 238 944/63)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Município de Silvânia	(MTPS 208/63)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Pontalina	(MTPS 262. 861/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Santa Helena de Goiás	(MTPS 120 862/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Araguaína	(MTPS 120 863/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Nerópolis	(MTPS 120 864/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Itapaci	(MTPS 120 865/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros	(MTPS 120 866/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontalina	(MTPS 122 745/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município	(MTPS 1222 746/64)

de Santa Bárbara	
Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Britânia	(MTPS 128 614/64)
Sindicato dos Produtores Autônomos do Município de Morrinhos	(MTPS 127 615/64)
Sindicato dos Assalariados na Lavoura do Município de Goianésia	(MTPS 127 616/64)
Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura do Município de Morrinhos	(MTPS 127 617/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Anápolis	(MTPS 618/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Alvorada	(MTPS 127 619/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Itapuranga	(MTPS 127 620/64)
Sindicato dos Produtores Autônomos Rurais do Município de Mairipotaba	(MTPS 127 621/64)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Carmo do Rio Verde	(MTPS 127 624/64)
Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Jussara	(MTPS 127 623/64)
Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais de Maurilândia	(MTPS 127 625/64)
Sindicato dos Pequenos Proprietários de Goiás	(MTPS 127 626/64)
Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura do Município de Maurilândia	(MTPS 127/ 64)
Sindicato dos Produtores Autônomos Rurais do Município de Cromínia	(MTPS 127 628/64)
Sindicato dos Produtores Autônomos de Amaro Leite	(05.07.63)
Sindicato dos Produtores Autônomos de Piracanjuba	(05.07.63)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Município de Posse	(13.12.63)
Sindicato dos Pequenos Proprietários de Uruaçu	(26.08.63)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Município de Ceres	(31.01.64)

Fonte: GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Goiânia: UFG, 2014. Anexo 1. No final do livro. s.p.

Algumas especificidades relacionadas a esses sindicatos merecem ser destacadas. Entre elas, segundo informações do *site* da Fetaeg⁵⁸ surgiram outros sindicatos, entre os primeiros criados, como o de Anápolis, o de Pirenópolis, Goianópolis, Nova Veneza, Caturai e Catalão.

Em municípios como Amaro Leite, Piracanjuba e Itauçu houve resistência à criação de sindicatos. Em Itauçu e Nova Veneza, inclusive em 1964, policiais invadiram a sede e confiscaram documentos. Em Caturai, enterraram documentos. Além disso, houve reações de

⁵⁸ Sobre essa instituição maiores informações ao final deste capítulo.

donos de fazenda à criação de sindicatos com uso de violência física, como no município de Nazário. Em Jussara, o presidente foi preso por três dias, perseguido e preso novamente (SILVA, 2014).

Já a respeito do sindicalismo em Itauçu e a participação de Sebastião Bailão, como foi descrito por Borges (2005), Parcival apontou:

O sindicato em Itauçu tem duas edições. A primeira com o Bailão, depois veio a ditadura e catou o Bailão. E suprimiu a carta sindical de Itauçu. Aí depois veio a Igreja, a CPT e nós fundamos outro sindicato. Naquelas eleições que elegeu o Porfírio, ele se elegeu vereador, o Bailão, e ele foi o mais votado, passou a ser o presidente da Câmara. Ah o Porfírio tinha uma lábia pra entrar na massa que você precisava de ver. Olhava assim parecia um bobo! (Risos) (Entrevista, 29/01/2018)

Parcival narrou ainda sobre a sua participação no MEB e sobre o sua prisão durante a ditadura militar. No que se refere à prisão, Parcival descreveu:

Quando eu fiquei preso a gente não ficava num lugar só não. Tirava daqui, punha pra ali. Fiquei quase dois anos preso. A prisão teve origem no trabalho de base na fazenda Serrinha. Ali a gente ficou queimado, perseguido com as denúncias dos fazendeiros. Era uns 18 camponeses. Eu fui preso na roça, lá na minha cama, dentro de casa. O meu filho mais velho assistiu tudo. A polícia passou dentro de um buraco que ficava no chão da minha casa, naquele tempo ia chovendo e fazendo buraco e algumas partes da casa. Você sabe como que era né menina? A polícia entrou na minha casa desse jeito. Feriu aquele direito que eles falam... Como que é. Eu esqueci. Eu lembro que era uma noite de sábado, era na Fazenda Serrinha onde tinha o MEB que eu te falei. Aí me colocaram numa cadeia. Tinha o Aristeu, Oscavu meu irmão. Mas aí menina quando a ditadura descobriu o efeito da Teologia da Libertação aí fecharam o cerco. Ou fecha, ou muda a linha pedagógica. O MEB não fazia nada sozinho. Tinha o grupo revolucionário, AP, e tinha um pessoal do MEB recrutado na AP.) (Entrevista, 29/01/2018)

É importante ressaltarmos que Parcival foi contemplado com sua casa via Anistia no Governo Lula. O entrevistado apontou que foi por meio desse processo que possuiu sua primeira moradia, já com mais de setenta anos de idade.

Com um total de quase 40 sindicatos, perguntamos: Por que durante os anos de 1963 os sindicatos se expandiram em Goiás? Havia uma disputa de domínio sobre as populações do campo. Era um discurso do Estado que objetivava promover a sindicalização como mecanismo de contenção dos conflitos. Contudo, apenas a sindicalização sem as reformas de base estruturais não garantiam os direitos da classe trabalhadora do campo de estar realmente amparada. No entanto, havia um entendimento de que a sindicalização era o primeiro passo antes de se executar a Reforma Agrária (GUIMARÃES, 2014).

Até 1964, o movimento sindical era direcionado pelo Partido Comunista. Nas entrevistas de Frei Fernando (1994), a época em que mais se expandiu sindicatos foi durante o

Governo Médici, em 1970, que, por sua vez, foi o governo da ditadura mais repressivo. Nesse período, houve proibições de chapas sindicais como a de Uruana, que não disputou as eleições por motivo de “Segurança Nacional.” O papel dos sindicatos era o também de denunciar a morte e a exploração de trabalhadores no campo, nos jornais, boletins e mídias em geral, por isso se burlava a expansão dessas organizações camponesas (FREI FERNANDO, 1994).

Na organização sindical de três municípios, Itapuranga, Ceres e Carmo do Rio Verde, a Igreja Católica teve um papel maior na articulação. Daí em diante, com o passar do tempo, o trabalho do sindicalismo se tornou laico e a organização dos sindicatos em Goiás passou a ser disputada pela Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Goiás (Fetaeg⁵⁹), pela CUT e pelo PC do B. A Fetaeg associa-se ao Estado em 1970 e iniciam-se divergências em relação à visão de mundo da Igreja. Desse modo, a Fetaeg se fortaleceu como entidade importante nesse processo, em conjunto com o PCB, as igrejas e o Estado (ALVES, 2011).

É necessário salientar que o Funrural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), criado em 1971 durante a ditadura militar, foi um mecanismo pelo qual o Estado transferiu a responsabilidade social para os sindicatos. Assim, os trabalhadores do campo buscavam o sindicato para obtenção de assistência médica/dentária, informações sobre aposentadoria e outros direitos (MENDONÇA, 2004).

Com relação ao trabalho de base dos sindicatos no momento inicial de consolidação, fortalecido pelas organizações de sujeitos ligados à Diocese em Goiás, Hamilton, em entrevista no dia 18 de outubro de 1994 concedida a Frei Fernando (1994), afirmou sobre as experiências sindicais em alguns municípios:

A Diocese é grande e eram muito diversificadas as experiências. Tínhamos desde a experiência de Itaguaru, como outras que andavam em outra velocidade no nível de articulações: a de Itapuranga, a de Itaberaí. Naquele momento eram dois centros bastante importantes da experiência organizativa para os trabalhadores. Se eu tivesse que fazer, hoje, uma análise do ponto de vista da importância em termos de elaboração, de resultados orgânicos e políticos, eu colocaria a experiência de Itapuranga como uma espécie de síntese das duas outras. Acho que a experiência de Itaguaru era a melhor expressão de trabalho de base circunscrito, mais voltado para dentro. O trabalho de Itaberaí era mais para fora e menos enraizado. A experiência de Itapuranga sintetizava um pouco isso. Ela tinha uma certa consistência de trabalho de base e uma certa consistência das relações com os diversos âmbitos da Diocese e mesmo fora. (Entrevista, 18/10/1994)

As lideranças de sindicatos e trabalhadores se fortaleceram na década de 1970 em eventos de articulação entre municípios e estados. Essas reuniões culminaram na formação da

⁵⁹ O primeiro presidente da Fetaeg, chamado Antônio Ferreira Bueno, era considerado alguém que não representava os trabalhadores do campo. Sendo assim, outros presidentes assumiram depois.

CUT em 1982, que foi formada mediante a participação de lideranças de pastorais e organizações partidárias de esquerda. Essas organizações políticas buscavam esclarecer informações acerca da situação de exploração vivida pelos camponeses, alertavam sobre os trabalhos ilegais, a falta de crédito, sobre o maquinário agrícola, entre outras questões.

A oposição sindical em Goiás iniciou-se em 1979, consolidou-se na década de 1980, especificamente 1983 e 1984, e durou aproximadamente até 1988. Essa composição resultou da organização de trabalhadores ligados à CPT, ao PT e à Diocese de Goiás. Essas organizações vislumbravam interesses da classe trabalhadora, mas visavam também à ocupação de organizações de cunho mais amplo, como a direção da Fetaeg e da CUT⁶⁰. Sobre a oposição sindical, na entrevista de Frei Fernando (1994), Milton do Carmo Rezende, líder sindicalista em Anápolis, destacou: “A oposição sindical passaria a se tornar a principal referência alternativa ao movimento sindical dos trabalhadores rurais do estado. Se torna um dos pilares principais dos alicerces da CUT no estado”.

De acordo com os dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC/CPT, 2016), entre os municípios que tiveram conflitos e enfrentamentos em relação à oposição sindical em Goiás⁶¹, na década de 1980, destacaram-se Nova Veneza, Uruana, Edeia, Bela Vista, Caiapônia, Carmo do Rio Verde. Com o passar do tempo, a oposição sindical perde força. Alguns frutos dessas organizações no setor formativo apresentaram-se por meio da cartilha *Como se funda um sindicato de trabalhadores rurais* e da inserção de outros sujeitos sem o processo histórico de violência da ditadura, sem a participação nos trabalhos de base dos partidos, sindicatos e igrejas, tendendo aos sujeitos possuírem uma visão de mundo menos coletiva.

Outras especificidades foram apresentadas nas entrevistas de Frei Fernando (1994) em relação ao sindicalismo em Goiás, como os nomes de sujeitos envolvidos na construção dos sindicatos dos trabalhadores rurais coordenados por pessoas ligadas às CEBs. Demais trabalhadores, como médicos e advogados, criticavam o assistencialismo praticado pelos sindicatos existentes, entre eles Orlando de Santa Fé, Chico Caponi, Antônio Bueno, Sebastião Gontijo, Ivo de Carvalho, Antônio Alonso, Dário Nunes, Ivo Poletto, José Teixeira, Gercino, Cristina.

No Brasil, segundo Christoffoli (2006, p. 94), a formação dos sujeitos por meio dos movimentos sociais e dos sindicatos, na conjuntura política atual, é importante, porque essas

⁶⁰ Entrevista realizada por Frei Fernando em 1994.

⁶¹ No *Jornal Opção*, datado de 22 de setembro de 1979, verificamos registros sobre a atuação da oposição sindical em Goiás. Esse registro menciona as irregularidades nas eleições com uso de “boicotes” para impedir que os trabalhadores rurais tomassem os sindicatos. As entrevistas que realizamos confirmam esses fatos.

instituições foram determinantes na construção da consciência de classe, e se o trabalhador não tiver noções mínimas dos processos de exploração trabalhará para o capital. Essa formação fez-se necessária e encontra-se menos presente nos quadros profissionais da contemporaneidade, realidade permeada pelo estrangulamento das organizações sindicais, pela terceirização que fragmentou as classes trabalhistas, além do uso de instrumentos que capturaram a subjetividade do trabalhador e o aumento do mercado informal.

Com apoio do governo, a CONTAG criou uma ampla rede de sindicatos de trabalhadores rurais. Até 1984, ela representava 2.626 sindicatos com mais de 9 milhões de filiados. Apesar das limitações do regime autoritário e da estrutura burocrática da CONTAG, a rede de sindicatos de trabalhadores rurais constituiu um importante meio para a construção de uma identidade de classe entre os camponeses e para a difusão de direitos de cidadania. Os sindicatos também proporcionaram um espaço para a formação da base social e de lideranças no meio dos trabalhadores rurais e promoveram a discussão de temas agrários. Não obstante, a aliança entre os militares e grandes proprietários de terra, a CONTAG e muitos dos seus sindicatos encontraram formas engenhosas de estimular diversas lutas por terra, muitas delas de maneira discreta, em comunidades espalhadas pelo interior do país. (CRHISTOFOLLI, 2006, p. 94)

As entrevistas realizadas por Frei Fernando com lideranças de movimentos sindicais demonstraram que, a partir de 1990, o sindicalismo do campo em Goiás declinou. Fato confirmado por teóricos, os quais ressaltaram que, a partir de 1990, com o avanço do meio técnico, científico e informacional, a globalização, o neoliberalismo, a mundialização do capital financeiro, a pressão das agências financiadoras, as relações entre capital e trabalho se modificaram.

Antunes (2015) reforçou como o mundo do trabalho se metamorfoseou e ampliou as formas de precarizações. Citou, como exemplos, a redução do trabalho vivo em função do aumento do trabalho morto e o esgotamento dos modelos sindicais vigentes, sobretudo pela individualização das relações de trabalho, pela desregulamentação de ações e perdas de direitos históricos conquistados, além da diminuição das taxas de sindicalização, do descrédito que os sindicatos sofreram nos últimos anos pelos próprios trabalhadores, em virtude de acordos realizados com o Estado. A respeito da crise sindical vivenciada a partir de 1990 e da heterogeneidade de sujeitos para a sindicalização, Santos (2006, p. 60) analisou:

Ocorreu, nesse passo, uma crise de representação do movimento sindical, nos anos 90, devido à impossibilidade de entender as mudanças da realidade da base sindical, pois não consegue nem se reciclar nem abrir espaços de realização para novas categorias sociais emergentes (RICCI, 1999, p. 208). Nessa crise originada pela heterogeneidade das categorias sociais no campo, tampouco pode perdurar “uma lógica institucional que prestigiou a direção e a verticalização das ações, dificultando a mobilidade no interior do movimento sindical de trabalhadores

rurais.” Ou seja, encontramos a crise da estrutura sindical rompendo com a própria capacidade de representação de interesses dos trabalhadores rurais e camponeses, crise muitas vezes acobertada por “discursos ideológicos” quanto à diferenciação da base social dos sindicatos. Não foi surpreendente, então, que uma série de “novos movimentos sociais” passasse a assumir a luta política no campo, competindo pela hegemonia da representação dos trabalhadores rurais, posseiros, pequenos arrendatários e camponeses, em distintas regiões do território brasileiro.

Druck (2006) explicou o processo de despolitização vivido pelos sindicatos no século XXI. O autor ressaltou que houve o rebaixamento das pautas coletivas políticas e a burocratização, além da cooptação das direções, o que ele denominou de flexibilização dos modos de determinação do trabalho por meio da estatização da organização dos trabalhadores:

Observou-se, assim, um processo de despolitização crescente dos sindicatos, expresso, essencialmente, na incapacidade de avançar com propostas políticas de conteúdo ofensivo e que, principalmente, apontassem um caminho independente para a classe trabalhadora. Nesta medida, os sindicatos se transformaram num fim em si mesmos, e como tal, atuaram, cada vez mais, dentro da legalidade do capital, deixando de ser um meio para constituir uma legalidade própria da classe trabalhadora e que alimentasse a construção de um projeto político alternativo à hegemonia neoliberal. (DRUCK, 2006, p. 330)

Associado a estes fatos citados e enfrentados pelo sindicalismo, presenciamos no município de Goiás, ao entrevistar o presidente⁶² do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no dia 02/03/2017, os principais enfrentamentos dos sujeitos que vivem no campo. Segue a leitura que esse sindicalista realizou da conjuntura política em 2017 e do papel do sindicato nesse município no aspecto formativo e nas ações junto aos camponeses:

Então eu vejo isso, e o papel do sindicato nisso aí depois que nós entramos aqui ajudando buscar mais recursos e faz todo acompanhamento do assentamento junto ao INCRA, junto à prefeitura, Estado, tudo, as empresas que compra leite, então a luta.... só que infelizmente o povo é difícil demais, os assentados nossos é muito desunidos não sei o que aconteceu que... aonde é os pequenos mais todos é mais unidos, onde é assentado é mais desunido não participa então enfraquece, né?! Tem assentamento que tem nove anos e até hoje não pegou o recurso, a maioria de gente até foi embora já, porque num se não tiver uma equipe forte aqui que bate atrás mesmo junto com o sindicato com o Fetaege né?! Tem vereadores agora, tem o vereador Adecio que é a pessoa que acompanha nós, a CPT, então essas parcerias que conseguiu melhorar tanto o sindicato quanto a vida do pessoal do campo aqui no município de Goiás. A CPT é na pessoa... que luta tava acampado e eles participavam junto com nós na luta lá, até hoje já tem esse tanto de ano eles estão junto com nós, buscando melhoria pra ficar, pro pessoal ficar na roça produzir e ter uma vida digna, mas não é fácil. E esses três anos é isso, buscando né?! A nossas parcerias, nós temos uma parceria com a prefeitura, com o vereador Adecio, que através do sindicato e várias presidente de associações, nós conseguimos eleger ele já duas vezes o vereador mais bem votado, isso graças ao trabalho que vem desenvolvendo também com as comunidades, né?! Hoje ele tá na frente da

⁶² Líder do sindicato em Goiás de 2015 a 2017 e esteve à frente da Associação do Assentamento Dom Tomás Balduino.

cooperativa TOPAR, que ajudou muito os produtor aqui da região. Então é isso, que eu vejo o papel do sindicato nesses três anos foi... quando eu assumi o sindicato tinha uma sedezinha pequeninha, mas a prefeitura, em parceria com os vereadores, doou essa área de 400 m² pro sindicato e nós até conseguimos construir essa sede hoje e tá buscando nós, os assentados velhos já tá buscando mais recursos e tem que adquirir, tem que vendeu e adquiriu as posses. Agora nós estamos junto ao Inca acompanhando, legalizando ele e buscando recursos pra ele. Agora mesmo vai ter uma manifestação agora lá em dia 8 lá em Goiânia, vamos panfletar ela e vamos direto pra assembleia pra brigar com os deputados contra a reforma da previdência, isso ai é injusto também porque vai ficar a aposentadoria igual. Então vamo pra lá pra cobrar isso. Dia 10 também temos uma reunião em Anápolis, sobre habitação lá na Caixa de Anápolis na Caixa Econômica. (Entrevista, 02/03/2017)

O líder sindicalista apresentou uma leitura da conjuntura política pautada pela realidade experienciada junto aos camponeses, a sua origem e as dificuldades encontradas em conseguir verbas e projetos para as comunidades rurais. O depoimento esclareceu que os problemas no campo não se restringem à falta de formação política e ao trabalho de base. As questões que envolvem o campo são de cunho político profundo e as lideranças sindicais se veem de “mãos atadas”.

Portanto, o campo brasileiro, ao longo dos anos, vivenciou a industrialização, as relações contraditórias entre campo e cidade, os frutos da herança colonial nas relações exploratórias de trabalho, a predominância de áreas destinadas ao latifúndio, a privatização e monopolização de terras, além do processo de lumpenização⁶³ do campesinato, como apontou Silva (2013).

Continuando as análises em relação a formação sindical, conforme a figura 6, visitamos a Fetaeg no dia 11 de maio de 2017. Nessa data e local, entrevistamos o presidente da Fetaeg, Alair Luiz dos Santos. Os dados coletados demonstraram sua vasta trajetória na militância junto aos camponeses.

⁶³ O termo citado refere-se ao processo de pauperização enfrentado por parte de trabalhadores do campo e da cidade os quais podem estar excluídos do setor industrial, do mercado de trabalho e vivendo em condições degradantes. Fonte: BRUCE, Franklin. *O lumpensinato e a juventude revolucionária*. Jornal da organização Bay Area revolutionary Union. Rede papers, 1969. Novacultura.info. Consulta realizada em 05 de janeiro de 2020.

Figura 6 - Trabalho de campo realizado na Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás, em Goiânia.



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

Na figura 6, observamos como os *folders*, cartazes e outros meios de comunicação visual trouxeram à tona questões educativas que problematizaram a Reforma da Previdência, o papel do Estado e da política na ordenação do território. Na entrevista mencionada, o líder sindical relatou sua trajetória no interior do sindicato dos trabalhadores rurais, a parte formativa da organização, os momentos mais difíceis e violentos no embate entre classes sociais e o que aprendeu:

Iniciei em 1970, nas Comunidades Eclesiais de Base, com Dom Tomás Balduino. Neste momento nós escolhíamos uma leitura da Bíblia para relacionar com a realidade. Comecei com uma luta que parecia ser da Igreja, mas já era uma luta da classe trabalhadora. Em 1979, comecei a fazer a oposição sindical, me filio e em 1983, já fui candidato à direção do sindicato. Havia um grupo de companheiros filiados ao sindicato que foram presos, por fazerem oposição à direção do sindicato. Isso de 1977 a 1978, foram presos Pedro, Onofre e Sebastião, conhecido como Tatão. O sindicato até então tinha uma visão assistencialista, tinha a questão odontológica, de saúde. Aí nós começamos a introduzir a luta pela reforma agrária junto aos meeiros. Fizemos convenções coletivas de trabalhadores de cana de açúcar, depois, trabalhadores do tomate, de Palmeiras e Pontalina. Tinha os trabalhadores do Milho Doce. Hoje temos acordos coletivos para granja, para outras categorias de trabalhadores assalariados, como os seringueiros, aqueles que possuem animais em confinamento, suínos etc. Hoje, o movimento sindical coordena mais de 240 assentamentos. Com exceção dos nordeste de Goiás. O momento mais marcante deste processo foi em 1990, na Fazenda Marupiara, hoje município de Amaralina. A luta fez com que os fazendeiros mobilizassem um grande número de jagunços. Um dos nossos presidentes deixou o carro lá antes de atravessar a ponte e quando voltou os pneus foram furados. E, no capu do carro, escrito: JESUS. O jaguncismo era muito grande. Houve a morte de um policial e muita gente que estava envolvida foi presa. Este foi um momento que deu vontade de desistir. Mas hoje nós temos 125 sindicatos filiados, 45 mil trabalhadores rurais associados ao movimento sindical. Só da cana de açúcar, são 60.000 mil trabalhadores. A formação sindical tem se dado por meio de boletins que são de informação e formação. Somos vinculados à Contag e à ENFOC (Escola Nacional de Formação dos Associados da CONTAG). Tem cursos de um mês, pra formação política, pras lideranças. E na base, temos as palestras relâmpago, debates nas sedes de sindicatos e cooperativas. Na reforma agrária, nos acampamentos, contamos com parcerias, das universidades, pra

momentos de estudos, outras organizações próximas de nós, como a CPT, secretarias de governos do estado, temos materiais formativos e temos a Cartilha de Formação Sindical para os dirigentes que estão chegando. O que mais aprendi neste período todo é que nossa vida é um entrelace de coisas. Se nós estamos organizados temos a possibilidade de continuar a luta. Minha filha de 12 anos vê um noticiário da Globo e consegue dizer:” Nossa. Isso é um absurdo.” Levo isso pra dentro de casa, ela já tem formação política. Agora, não sei se estamos sabendo transmitir pra juventude a importância da luta, pois é um ou outro que participa. (Entrevista, 11/05/2017)

Após apresentarmos alguns aspectos formativos contemporâneos dos sindicatos em Goiás, como o apontado na entrevista de Alair da Fetaeg, retomaremos outros cenários, “no tempo de Dom Tomás Balduino”, a partir da década de 1970, com o depoimento de Maria Perpétua Gontijo, gravado em 3 de novembro de 2016, envolvida com as atividades da Igreja Católica e o movimento de mulheres no município de Itapuranga. A entrevistada realizou a leitura histórica e política do sindicato nesse período:

[...] esse momento que a Igreja faz a retomada, a chamada opção pelos pobres e foi com o Concílio II, mais aqui na nossa Diocese foi com, começou com um trabalho prático com a chegada de D. Tomás, por volta de 68, 69 foram as primeiras conversas, a Primeira Assembleia Diocesana e Dom Tomás caminhou a coisa no sentido de ver a realidade, coloca os pés no chão né?! Ele suscitou, além de estar aí visitando nos municípios, ouvindo, todos os encontros tinham é... refletiam a realidade local, situação do povo, então foi elaborado também, por volta de 72 uma pesquisa né?! Sociológica, bem organizada e então pode perceber a situação, a maioria do povo dessa região, nessa época era trabalhador rural e morava na área rural como meeiro e tal. E então, a partir da necessidade suscita, de motivar os trabalhadores a se organizar em busca de seus direitos e uma das maneiras de se organizar era via sindicato. O sindicato, como você bem sabe, tava atrelado ao governo no Ministério do Trabalho e muitos sindicalistas, tanto é que o povo usa o termo pelego né?! Ele que fazia o interesse do governo e não o interesse do trabalhador, de certa maneira, amaciava a coisa. Os trabalhadores começando a refletir, inclusive a leitura bíblica que mais foi refletida foi a do Semeador, né?! A questão da semente e, então, o pessoal foi se sentindo animado, estimulado a se organizar e foram se organizando para tomar o sindicato né?! Fizeram chapa de oposição sindical não só em Itapuranga, mas a nível da Diocese toda, foi um trabalho interessante, porque um município acabava ajudando o outro e foram tomado, então, entre os trabalhadores mais comprometidos com o trabalho mais organizado, o pessoal fazia o curso de formação, fazia, inclusive estudavam, por exemplo, nós já um pouco depois né?! No final da década de 70, curso de alfabetização de adulto, a gente trabalhou muito com isso daí, porque a maior parte dos trabalhadores eram analfabetos ou semianalfabetos e, pra trabalhar a luta sindical, precisa ler e escrever, redigir um documento né?! É, então, isso foi uma fase importante dessa caminhada deles, foi esse preparar dos trabalhadores e, então, nessa luta aí a Igreja motivou né?! O nascimento da oposição sindical, nessa organização dos trabalhadores, a valorização da cultura popular, da música, das rodas de viola, das folia, daquilo que era religiosidade popular no que podia também levá pro lado da consciência da formação dos trabalhadores. (Entrevista, 03/11/2016)

Observamos e analisamos as duas entrevistas, tanto da linha sindical, quanto das lideranças patorais, e notamos que ambas vivenciaram momentos de conflitos, violências, mas

que nas diferentes linhas de trabalho a perspectiva de coletividade e militância, enquanto compromisso social estiveram presentes, nestas duas instâncias.

A região do Córrego da Onça, a Fazenda Maria Alves, foi o local inicial de conflitos no campo, a partir de 1970, em Itapuranga. José Caiado, conhecido como “Fiote Caiado”, quis expulsar 30 famílias residentes e apossadas na área, mas elas resistiram. Esses posseiros foram importantes para a expansão da luta pela terra no município de Goiás, visto que auxiliaram na primeira ocupação em Goiás para a territorialização do primeiro assentamento no município, o Assentamento do Mosquito. Silva (2001) privilegiou o papel central dos sujeitos como protagonistas nesse processo e não o papel de instituições religiosas, sindicais ou políticas, ao analisar a luta pela terra em Itapuranga. Avaliou que os trabalhadores aceitaram a mediação das instituições religiosas para fortalecer a permanência na terra.

Entre algumas especificidades do município de Itapuranga, como os aspectos da disputa pela terra e dos trabalhadores da cidade, podemos acrescentar outras informações importantes ligados a história e a memória. Antes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga existiu a Associação dos Lavradores de Xixá, criada em 1956, que buscava o abaixo do arrendo e a resistência contra a exploração e violência presente entre os trabalhadores do campo (SILVA, 2001). Foi informado, na realização de trabalho de campo com os ex-sindicalistas e moradores da região, que as violências psicológicas eram frequentes, por exemplo, os patrões pressionavam os trabalhadores com ameaças, afirmando que quem participasse do sindicato perderia as terras.

E a outra informação é em relação ao prefeito de Itapuranga, durante o final da década de 1970, que queria apossar do hospital e os sindicalistas ocuparam-no. Havia médicos com uma visão social da saúde que trabalhavam com a medicina preventiva e a conscientização, como Paulo Ortha. E assim os sindicatos do campo e da cidade de Itapuranga passaram a apoiar a questão da saúde (SILVA, 2001).

Parte deste conhecimento, relacionado aos saberes sociais em Itapuranga, foi construído em 2014 e 2015 com a realização de um projeto de extensão, no qual efetivamos rodas de conversa com várias pessoas ligadas a instituições do campo no município, entre eles Ilmon, o atual líder da Cooperafi⁶⁴, conforme a figura a seguir.

⁶⁴ Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga reúne camponeses de Goiás, Itapuranga e Guaraíta. Teve início no final da década de 1980 com a “Sociedade da Vaca” e hoje reúne cerca de 130 associados que produzem leites, carnes, polpas, doces, compra coletiva de adubos, sementes, entre outros.

Figura 7 - A resistência territorial do campo em Itapuranga (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

No município de Itapuranga, além da Cooperafi, a resistência de quem vive e mora no campo se fortalece ainda pela territorialização dos assentamentos Bonanza e Paulo Gomes e do sindicato dos trabalhadores rurais. O assentamento Bonanza atualmente possui 13 famílias e o pré-assentamento Paulo Gomes, 12. Juntos, esses territórios representam parte da luta realizada no município de Itapuranga. O segundo assentamento hoje possui horta comunitária e produz vários alimentos sem agrotóxicos. A figura 8 mostra a mística realizada pelos camponeses (as) do assentamento Paulo Gomes e os produtos cultivados nesse território.

Figura 8 - Assentamento Paulo Gomes: mística e atividades desenvolvidas ligadas à Agroecologia



Fonte: Trabalho de campo realizado pelos cursos de História e Geografia na UEG-Itapuranga (2019).

Em relação ao sindicato de Itapuranga, nós o visitamos em 2017 e recolhemos documentos de atas de reuniões e pautas que convocavam e mobilizavam os camponeses. Outro sindicalista entrevistado durante a realização do Projeto de Extensão SADOCA, “Saberes do Campo”, foi o ex-sindicalista de Itapuranga, João Benfica, que identificou que o

aprendizado no sindicato foi importante, uma vez que a experiência adquirida ampliou o seu horizonte. Nesse sentido, afirmou: “Eu não tive a oportunidade de escola. Mas eu foliava os livros e ia aprendendo. E, mesmo sem saber ler, eu fazia análise de conjuntura”.

Figura 9 - Entrevista com os ex-presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (GO), Grupo de Extensão da UEG



Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2015/2019).

Em entrevista realizada na UEG com João Benfica⁶⁵, em 11 de outubro de 2015, o ex-sindicalista que atuou no município de Itapuranga relatou as violências sofridas pelas lideranças nesse período:

Cheguei em Goiás em 1964. Em Ceres, fomos pra Colônia Agrícola de Ceres. Em 1967 que vim pra Itapuranga. Aqui eu participei das CEB, da Igreja Católica com Dom Tomás Balduino. Vou falar como era um pouco do sindicato na época. O sindicato tinha formação política, não tinha liberdade pra discutir as coisas, o sindicato tinha o formato da ditadura. Eu ajudei a formar o PT em Goiás, eu e outros companheiros. Teve uma associação dos camponeses, quem ajudou a fundar o sindicato de Itapuranga foi o Gregório Bezerra. Os livros que se discutiam com os camponeses eram escondidos. Tinham várias pressões. Era debaixo da pressão pra se discutir. As pessoas não entendiam bem o que era a inovação da Igreja. Houve até uma expulsão dos padres de Itapuranga. A Igreja deu avanço pro lado dos pequenos, com o Padre Ivo e Padre Marciano. Quem era prefeito aqui na época era o Alencarlos Prestes. Aconteceu uma invasão paroquial, os comerciantes, os que queriam defender os ricos se opuseram aos padres. Não era pra dar razão para os humildes. A Igreja dava o suporte. As discussões de base era o Dom Tomás Balduino com ideias inovadoras, é uma batalha importante que ele plantou. Um das atividades era fundar sindicatos em toda a diocese. O pessoal tava disposto a discutir as questões que a gente enfrentava. Vinham os espiões, o povo já perguntava. O que vocês querem, vigiar nós? Pode revistar a gente. (Entrevista, 11/10/2015)

Referente à figura 9 (a direita) e ainda com relação às memórias de sindicalistas de Itapuranga, entrevistamos Durvalino⁶⁶, de 83 anos, no dia 27 de março de 2019. Na entrevista,

⁶⁵ Refere-se ao senhor a esquerda na figura 9.

foram relatados as formas de perseguição, o modo como o sindicato dos trabalhadores rurais atuava em Itapuranga e os principais objetivos sindicais. Segue a sua visão de mundo, recordando esse momento histórico vivido:

Cheguei em Itapuranga, encontrei o pessoal dos movimentos. O Tião Lobó era meu amigo. Dava ânimo e força para gente. Porque naquele tempo os militares tomaram frente do país. Tinha outros, padre Ivo, Darcy Accorsi. A gente começou a se envolver, participar das reuniões. Teve ajuda da turma, professores, médicos. Eu sou da Assembleia de Deus, o pastor foi na minha casa me aconselhar a sair dos movimentos. “Aí eu falei: -Uai pastor, agora eu já estou envolvido, deixa vir o que vier.” Tinha um dentista que era espia dos militares, e dizia que a gente ia puxar carroça nas ruas. Isso era 71 e 72. Tinha o pessoal que tinha mais conhecimento, a gente que era da roça, foi incentivado a participar. Eu fiquei na direção do sindicato, o 1º presidente foi o José Martins. Só que ele teve uns fracassos. Fraudes né. Aí eu tive que assumir. Era cru de tudo. A federação veio dava cursos. A gente era meio obediente à Fetaeg. O Antônio Tavares que era advogado orientava a gente também. Nós não tinha sede, era uma casa alugada. Aí nós construímos a sede. O Antônio Bueno incentiva para a questão da saúde, dentista. O Milton de Anápolis ajudou também. Foi uma vida, mas nós ficamos mais envolvido com saúde. Saiu três hospitais pro estado de Goiás, e um foi pra Itapuranga. Construiu o hospital em cima do terreno do sindicato. A gente tinha uma meia clareza do que era o sindicato, mais era mais a saúde. A força era do trabalhador rural, mas a gente atendia os outros que era mais fraco também. A gente fazia convênio para fora daqui. Fiquei até 1994 no sindicato. Fiquei lá dentro como tesoureiro também. Quando eu saí a Augusta veio. Eu tinha vontade de arrumar uma terra para trabalhar. Aí eu fui pro Mosquito. Fiquei 23 anos, lá onde eu fiquei viúvo. Tinha o Luiz Gonzaga que era espia nosso, dedava nós pra polícia, ele ferrou nós várias vezes. O delegado chegou a falar que se nós não cunsertasse ia puxar carroça na rua. Ele chegou a falar porque nós fazia reunião com os trabalhadores. Foi uma luta difícil porque os militares tava no quente. Mais foi muito bom. Eu sou filiado no sindicato até hoje. Eu tô com 83 anos. Até uns 4 anos atrás eu mexia na roça, tinha umas vaquinhas, uma terrinha, mas vendi. Sou aposentado. O sindicato em si nós não vê um movimento como era antes. Era um movimento bonito. O pessoal era contra depois ficou meio a favor. (Entrevista, 27/03/2019)

Para efeito comparativo entre os discursos do sindicalista João Benfica, que atuou no Sindicato de Itapuranga durante a década de 1970/1980, nos “tempos da ditadura”, apresentamos o depoimento de Heraldo Vieira, o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. A análise busca comparar os aspectos políticos, formativos para percebemos as mudanças e as diferenças nas ações anteriores do sindicato em relação às dificuldades apresentadas nas práticas contemporâneas:

Até os 18 anos eu morava em Uruana pra concluir os estudos. Meu pai tem uma terrinha em Itapuranga. Eu vim de novo pra morar na roça, voltei pra roça pra tocar lavoura. Em 1990, conheci um pessoal que queria montar uma cooperativa, a COOPERAFI. Eu trabalhei 9 anos na cooperativa. Aí em fevereiro de 2007, como eu tinha desempenhado um trabalho até bom na cooperativa, eu participei da chapa do sindicato e comecei a trabalhar na tesouraria. Trabalhei dois mandatos, e no terceiro eu me candidatei a presidência e estou aqui até hoje. Então a gente tá aqui

⁶⁶ Nascido em Formiga, Minas Gerais e chegou em Goiás em 1968.

pra ajudar o trabalhador, tentar a liberação de verbas pro Pronaf Jovem, Pronaf Mulher. E as coisas foram melhorando. Cada época é uma luta diferente. Agora mesmo é a mudança na Previdência. Então nesta luta agora é uma dificuldade, por conta da Reforma Trabalhista. Então tamo tentando, fazendo mobilização em Brasília, a gente tem mobilizado muito. O governo queria levar a idade pra aposentar no campo, do homem de 60 pra 65. A mulher de 55 pra 65. Aí conseguimos diminuir. O homem ficou com 60 e a mulher com 58. Eles querem que o trabalhador pague 5% do salário mínimo. A nossa luta é pra tirar isso da Previdência. É uma luta difícil, mas gostosa. É uma escola, uma experiência que nem a melhor faculdade te dá. A dificuldade nossa hoje é levar a renda para o campo, em parceria com a Fetaeg e Contag. O jovem hoje não tem recurso pra si manter no campo, assim o nosso projeto aqui é tentar trazer o filho do produtor a produzir pra ficar no campo, com dignidade, oportunidade. Tinha o Programa Morada Nova, hoje “Minha Casa Minha Vida”, nós construímos 14 casas e agora fizemos 15 reformas. Isso já ajuda a manter o homem do campo lá. As políticas públicas que existiam pros trabalhadores do campo já foram praticamente cortadas por este governo de agora. Não cortou todos os programas mas dificultou o acesso. A gente tá com 100 projetos em Brasília, 70 pra construir casa e 30 reformas. Eu moro no campo, a 15 km da cidade, trabalho aqui e tiro o leite todo dia. O maior reconhecimento é a gratidão do povo. O que mais aprendi que os meus pais falam até hoje, é a questão da humildade, do respeito e da amizade. Cultivar a terra foi a coisa mais importante que aprendi com meus pais.

A figura 10 adiante ilustrou a formação política por meio das mídias visuais, que se tornaram um dos mecanismos incorporados pelos sindicatos. No entanto, entendemos que a formação política é uma questão mais profunda, com ações que são complementadas por meio dos debates, de cursos, das palestras e das reuniões⁶⁷.

Figura 10- Cartazes no interior e na parte externa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (GO)

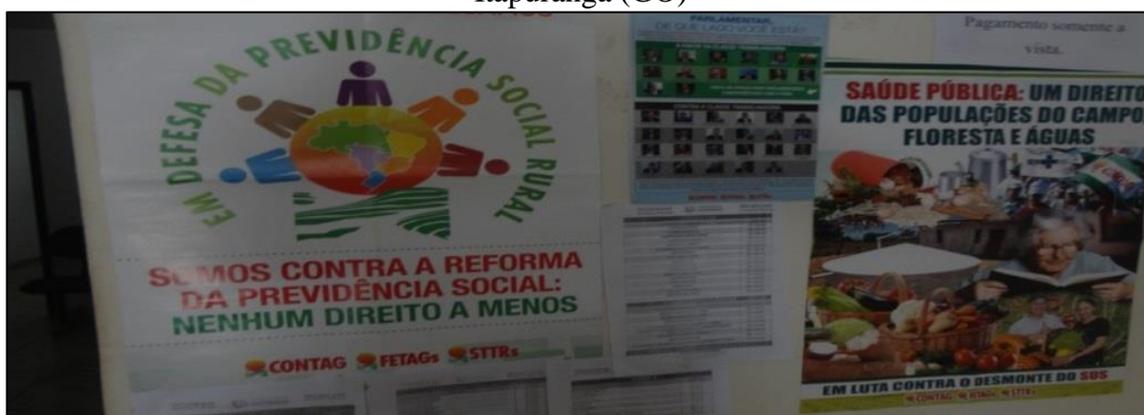


Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

Já na região norte do estado, cortada pela rodovia BR-153, local do conflito de Trombas e Formoso, comentado no primeiro capítulo desta pesquisa, o município de Uruaçu, na década de 1980, foi um dos municípios onde a violência no campo em Goiás ocasionou a

⁶⁷ Os documentos que comprovam a realização desses instrumentos formativos entre os sindicatos pesquisados encontram-se anexos a esta pesquisa.

morte de um líder sindical. Conforme o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2016, p. 135):

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) Sebastião Rosa da Paz foi assassinado com três tiros por pistoleiros dentro de sua residência e na presença de sua esposa e filha de 13 anos, no dia 28 de agosto de 1984, às 20h. O assassinato ocorreu na cidade de Uruaçu (GO), que no momento do crime encontrava-se sem energia elétrica, facilitando a fuga dos pistoleiros. Os mandantes (acusados) do crime foram Ireno de Oliveira Nunes, Vadjou Quintino Moreira e José Alves de Oliveira, segundo declaração dos pistoleiros executores Advir José Faria (Fião) e um colaborador não identificado. Sebastião Rosa da Paz passou a receber ameaças de morte por parte dos fazendeiros e das autoridades policiais do Município de Uruaçu (GO). Estava em andamento, na justiça local, um processo de conflito trabalhista envolvendo Vadjou Quintino e José Alves Oliveira, proprietários da Fazenda Lavrinha de Baixo, no Município de Uruaçu (GO), e o lavrador Isaías. Sebastião Rosa da Paz assumiu a defesa do lavrador, recebendo ameaças de morte em consequência de sua posição. Às 20 horas do dia 28 de agosto de 1984, a cidade de Uruaçu ficou completamente sem energia elétrica. Dois indivíduos se aproximaram da casa de Sebastião Rosa e, na varanda, desferiram três tiros contra ele. Um alvejou o braço, o segundo a cabeça e o terceiro se perdeu. Sebastião Rosa da Paz caiu fulminado por balas explosivas ao lado de sua mulher e o corpo dele foi amparado pela filha de 13 anos. Os assassinos fugiram ameaçando os vizinhos mais próximos que se aproximaram da residência para ver o que estava acontecendo. Foi aberto um inquérito acompanhado pelo delegado regional Gerson de Souza e pelo delegado local José Carlos. Depois de muito tempo o processo foi arquivado por falta de testemunhas. Por ser uma morte anunciada e atingir o presidente do STR local, logo após sua execução, familiares e sindicalistas comunicaram o fato a diretores da Central Única dos Trabalhadores, jornalistas e religiosos.

Em trabalho de campo realizado no dia 14 de julho de 2017 no STR de Uruaçu, entrevistamos o atual presidente, Pedro Paulo, que, emocionado, descreveu a criação do sindicato de Uruaçu, na década de 1980. O STR foi criado especificamente em 1982, conforme documentos cedidos pelo sindicato e a trágica morte de Sebastião Rosa da Paz. “Tião” era sindicalista, havia acabado de chegar de um congresso da CUT e defendia a causa trabalhista do lavrador Isaías contra os fazendeiros Vadjou Quintino e José Alves de Oliveira, proprietários da Fazenda Lavrinha. No momento do crime, faltou energia, “coincidentalmente,” como também foi descrito no Relatório da Comissão da Verdade, o que facilitou a fuga dos criminosos, conforme o entrevistado nos confirmou:

Figura 11 - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

As análises de documentos do Centro de Documentação da CPT Nacional, como o *Jornal AGEN* (Agência Ecumênica de Notícias), de São Paulo, apontou como a Igreja providenciou vários documentos, um deles escritos no jornal *O Plantador*⁶⁸, que exigia andamento do processo que apurava o assassinato de Sebastião Rosa da Paz, além de reuniões que foram realizadas para apurar ameaças contra a esposa, Isaura de Souza Paz, e a filha de Sebastião Rosa da Paz. A análise dos documentos citados demonstrou que a esposa de Sebastião sofreu ameaças e a filha dele afirma ter sido ameaçada com revólver, em Anápolis, por homens que rondavam sua casa logo após o assassinato.

Ocorreram ainda outras formas de manifestação contra o crime de assassinato de Sebastião Rosa da Paz, como uma passeata em Uruaçu, o poema de Pedro Terra e a formação do Comitê “Sebastião Rosa da Paz”, realizado pela CPT.

Nativo da Natividade Oliveira foi líder da oposição sindical dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde em 1978. Em 1981, foi um dos fundadores do PT no município e tornou-se presidente do STR e membro das direções estadual e nacional da CUT. Nativo foi morto em 23 de outubro de 1985 em frente ao sindicato. No Relatório da Comissão Camponesa da Verdade, Pietrafesa (2016, p. 158) comentou minuciosamente o assassinato:

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do Município de Carmo do Rio Verde (GO), Nativo da Natividade de Oliveira, foi assassinado com cinco tiros por pistoleiros na frente do STR no dia 23 de outubro de 1985 (às 19h). Os sindicalizados do STR acusaram o prefeito de Carmo do Rio Verde, Roberto Pascoal Liégio, o advogado Geraldo Reis, presidente do SR (Sindicato Rural) e procurador da Usina Agro-Álcool, e o presidente da Destilaria, Anestor Clemente da Silva, por terem feito anteriormente várias ameaças de morte ao sindicalista. Por ser uma morte

⁶⁸ Jornal n. 38, de 15 a 29 de fevereiro de 1989 (GOIÂNIA/CPT). Outros jornais também denunciaram o crime de assassinato do sindicalista de Uruaçu, o jornal *O Popular*, *Boletim da CPT*, *Caminhada*, *Correio Brasiliense*, *Gente no Nordeste*. Todos os registros são de 1984 e demais reportagens até 1989, as quais exigia-se averiguação quanto ao crime, conforme a documentação sistematizada da CPT Nacional.

anunciada e atingir o presidente do STR local, logo após a execução do dirigente sindical, familiares e sindicalistas comunicaram o fato a diretores da Central Única dos Trabalhadores, jornalistas e religiosos. No Panfleto do “Movimento de Valorização dos Gráficos” denunciando o assassinato de Nativo da Natividade Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde/GO, em outubro de 1985. (Acervo: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra - Regional Goiás) Figura 9: Nativo da Natividade 160 manhã seguinte, os principais jornais da capital do Estado de Goiás (Goiânia) informaram o ocorrido. Segundo informações dos trabalhadores ligados ao STR, a polícia não tomou providências imediatas logo após o assassinato, deixando grande margem de tempo para possível fuga dos assassinos. Declararam não confiar no delegado José Luiz Terra porque, em vez de enviar policiais em direção ao Município de Ceres (testemunhas viram o carro dos pistoleiros seguir naquela direção), enviou-os para outra estrada em direção oposta ao identificado pelas testemunhas. O delegado de polícia local intimou o tesoureiro do STR, Adão Onofre Rosa, para responder a processo de calúnia, levantado por Geraldo Reis (um dos acusados de ser o mandante do crime). “Tonico” Liégio, pai do prefeito e fazendeiro, ameaçou de morte Adão Onofre Rosa que assumiu a presidência do STR local, após o assassinato de Nativo. O prefeito, Roberto Pascoal Liégio, tentou atropelar a religiosa “irmã” Paula que coordenava trabalhos pastorais na cidade e auxiliava atividades do STR. O diretor do Departamento de Polícia Judiciária, Ubiratan Fernandes, indicou o delegado de Ceres para acompanhar o inquérito. Uma testemunha que não quis se identificar informou que presenciou reunião na casa do advogado Geraldo Reis, estando no local o prefeito e dois desconhecidos, planejando a morte de Nativo. O pistoleiro João José Magalhães foi preso e confessou ter matado Nativo por CR\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros reais) e que teve auxílio para realizar o crime de Francisco Diogo de Oliveira (“Neném”). O pistoleiro confirmou em depoimento que o prefeito e o advogado eram os mandantes do crime e denunciou o fazendeiro Genésio Pereira da Silva, de Uruana (GO), como o intermediário.

No dia 27 de julho de 2017, realizamos o trabalho de campo em Carmo do Rio Verde, visitamos o sindicato dos trabalhadores rurais do município e entrevistamos a Dona Fátima, viúva de Nativo da Natividade. Esse foi um momento importante nesta pesquisa, pois conseguimos entender melhor o processo de violência causado não apenas aos que lideraram a luta, mas a seus familiares, como pontuamos na figura da entrevistada:

Figura 12 - Fátima (viúva de Nativo da Natividade), Carmo do Rio Verde (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (27/07/2017).

Fátima se emocionou durante a entrevista. Percebemos que a memória presentifica o passado a dor vivida, o sofrimento, a recordação e a saudade. A foto de Nativo na sala demonstrou a memória viva do sindicalista ainda presente no espaço da moradia da esposa. A camisa da CPT é outro elemento que demarcamos, pois, mesmo enfrentando a violência na luta pela terra em Carmo do Rio Verde, Fátima nunca se mudou do município e, ao seu modo, ainda participa de atividades ligadas à Igreja Católica. A entrevista na íntegra revelou melhor a violência praticada em relação a Nativo de Natividade:

Meu nome é Maria de Fátima, o Nativo e eu nos conhecemos em 1970, namoramos dois anos e casamos em 1972. Começamos fazendo um grupo do Evangelho em Uruana, conhecemos Dom Tomás, Gercino, Cristina. Começamos a pensar na oposição sindical, fazíamos grupos na época. Ficamos lá, passou um tempo começou, fundamos o sindicato de Uruana, eles tomaram o sindicato de Carmo do Rio Verde, que era pelego. Entrosamos com Adão, Luís, uma turma. Aí formaram uma chapa pra fundar o sindicato, e Dom Tomás ajudando. Na primeira eleição perderam mas não descrençaram não. Ele nunca deixou de plantar a rocinha eu fui trabalhar de cortar cana. Eles participaram na luta geral com os trabalhadores de cana. E na segunda eleição eles ganharam. Ele não baixava a cabeça pra ninguém, tinha as ameaças, os gatos arrancavam revólver pra ele. Ele ficava muito no sindicato, pegou a viajar, trabalhar na CUT e na formação do PT. Ele fazia trabalho de formação de sindicato em vários locais, pra ajudar a formar o sindicato. Em 1984, o Tião da Paz morreu, o povo aqui ficou muito em cima dele, muita ameaça. A gente pensou até em mudar. Aí surgiu as perseguição, e ele não me contava. Aí surgiu o planejamento de fazer o trabalho em Goianésia, mas não chegamo a mudar não. Aí em outubro ele foi matado. Na época que eles mataram ele, ele fazia trabalho na luta com os trabalhadores em Britânia. Foi dia 23 de outubro que mataram ele. Ele chegou segunda de viagem, ele tinha muito serviço no sindicato, na quarta eles mataram ele. Ele tinha dois sobrinho doente no hospital em Ceres, ele tinha que levar roupa no hospital pros meninos. Hora que ele saiu pegou o carro, os pistoleiros seguindo. Aí ele foi no posto, abasteceu, ele falou que ia passar no sindicato pra chamar alguém pra ir com ele. Hora que ele chegou lá eles mataram ele. E nós tava aqui na reza, perto de casa, lendo o evangelho, me gritaram e chamaram. A Lúcia do Brechó me chamou: - Mataram, mataram, mataram o Nativo?! Foi aquela gritaiada. Meus menino tava com 10, 12 anos. Nós foi lá, e lá na hora eu não tive coragem de chegar lá. Depois foi pro hospital, aí veio aqui pra casa, velou um pouco lá em casa e depois levou pro sindicato. Ele era muito combativo, ele sempre chegava em casa e detalhava a luta dele pra mim e pro meu pai. A Luciene dizia; -Pai Larga disso! Ele dizia:- Eu tenho que continuar lutando na defesa dos trabalhadores do nosso país! Se nois para de lutar pelo trabalhador, o que será desse país nosso. Se um dia eu morrer quero morrer lutando. Aí teve as audiências, conseguimos levar eles pro tribunal. A primeira audiência o Roberto foi livre. O Reginaldo Reis e o Genésio foram condenados. O Genésio de Uruana que contratou o pistoleiro. O trem até caducou, recorreram várias vezes. A gente deu trabalho pra eles, eles compraram testemunha, mudaram o depoimento, o Roberto saiu livre. É uma história que machuca a gente. O povo da luta era muito unido. Na minha casa com a minha pessoa não teve perseguição depois. Mas no sindicato chegava telefonema anônimo, jogaram pedra no sindicato, nos vidros. A irmã Paula eles tiraram daqui, aí ficaram as outras irmãs. Eu fiquei na minha casa, não vou mudar daqui não. Eu fiquei no sindicato, assumi depois, aí na segunda eleição eu não quis mais não. Agora hoje eu fico pensando, não por mim, mas pelos outros. Luta, luta, uns morreram, com sangue. E agora do jeito que está, e o povo tá quieto né? Não sei o que eles estão pensando.

(Tião Lobó, acrescentou a entrevista): O Nativo ajudou a fundar a CUT do Vale do São Patrício. Funcionou por cinco anos. A gente falou pra ele sair do Carmo, pra não

acontecer alguma coisa de ruim pra ele, e ele falava que o lugar dele era aqui. Ele ia a luta não baixava a cabeça, era firme nas ideias dele. A gente queria que ele se afastasse porque tinha gente de poder que ele tava enfrentando. (Entrevista, 27/07/2017)

Em julho de 2017, no sindicato de Carmo do Rio Verde, entrevistamos com a atual presidente, uma presidente mulher, Neyliane Patrícia Justino Rodrigues, de 39 anos. O sindicato apresentou cartazes com questões ligadas às lutas sociais das mulheres, contava com 5 mil pessoas cadastradas, que dessas, apenas 250 pagam em dia suas contribuições. Neyliane relatou como iniciou a participação no sindicato:

Eu sou casada com um dos filhos do Seu Antônio, que é irmão do Nativo e foi presidente do sindicato por muitos anos. Eu participei da I Marcha das Margaridas, em 2006, e de lá pra cá passei a me interessar pela luta. Entrei aqui na presidência em 16 de junho de 2015. Antes eu achava que era fácil. Hoje eu vejo que as dificuldades é maior. A sociedade também é machista, gente que é mulher é mais discriminada. Então atuamos também junto com a Fetaeg, participamos das reuniões agora em julho, foi dia 6 e 7 de julho. Em agosto participaremos de um encontro em Brasília, da CONTAG. Fui em duas manifestações, uma em Goiânia e outra em Ceres, pra questão da Previdência. Mas o nosso grito não tem prevalecido. (Entrevista, 27/07/2017)

Figura 13 - Entrevista realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde (GO)



Foto: Autoria própria (25/07/2017).

A entrevista com o ex-sindicalista, Antônio Rodrigues Neto, de 71 anos, foi realizada no mesmo dia. O entrevistado é irmão de Nativo da Natividade. Quando o irmão foi assassinado, Antônio permaneceu por muitos anos à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde:

Cheguei em Goiás em 1960. Sou mineiro. A gente foi morar em uma fazenda perto do São Patrício. Quando houve aquela “revolução na questão da terra”, muita gente preso. O sindicato aqui tava nas mãos dos pelegos, era comandado pelo Reginaldo

Reis, ex-prefeito e mandante do crime do meu irmão, do Nativo de Natividade. Eu fui um dos fundadores desse sindicato. Aí após o Nativo ser assassinado eu entrei. Aquilo pra nós foi uma coisa muito triste. Chegamos de Britânia e na sexta ele foi assassinado aqui no sindicato. Eu fiquei uns anos como vice-presidente. O Brechó Rosa que era o presidente, aí eu fui acostumando com os trabalhos na roça, aí eu vim pra cá, eu vim pela luta e não por interesse de dinheiro. Se falar pra eu trabalhar aqui sem receber, óia que eu fico. Eu sou processado até hoje pelo Reginaldo dos Reis, tô respondendo, eu fui preso por 16 dias, por causa de uma entrevista que eu dei em Goiânia, no outro o Reginaldo Reis mandou me prender. Eu tive em uma entrevista pro “O Popular” na frente da Assembleia Legislativa. Eu nunca tive medo, agora a luta nossa aqui no sindicato desenvolveu. O pessoal passou a acreditar e a associar. O pessoal aqui é muito descrente, a gente tem um pouco de dificuldade nisso. Na época que eu entrei aqui, a questão da aposentadoria foi muito sucesso. Em 2012, fiquei muito doente, passei por várias cirurgias, mas tô aqui. Com o trabalho aqui foi uma coisa muito importante pra mim, estar ao lado dos mais fracos, dos oprimidos, o povo com tudo e o tudo com nada, a justiça é o que eu mais clamo. O Nativo falava pra mim: “A gente vai morrer sem ver justiça social”. Mas tô aí. Tô bão agora graças a Deus. (Entrevista, 27/07/2017)

O trecho narrado demonstrou as violências sofridas por esses sujeitos em Carmo do Rio Verde. A origem do campo é presente na figura do sindicalista entrevistado. A humildade, os valores ligados à família, a religiosidade, os saberes proporcionados pela luta não cabem na entrevista apresentada, pois houve elementos perceptíveis durante a entrevista que extrapolaram a capacidade de apreensão da pesquisadora.

Todavia, no dia 24 de maio de 2017, observou-se, na Esplanada dos Ministérios, a manifestação de organizações sindicais em Brasília, movimentos sociais e grupos sociais. Mas as forças do Exército foram acionadas pelo governo federal, de Michel Temer, que fizeram uso de violência contra os manifestantes, com bombas de “efeito moral” e *sprays* de pimenta. Ou seja, as organizações atuais desses sindicatos e grupos de movimentos sociais foram reprimidos em suas ações de protestos e os sujeitos foram violentados para que outras formas de manifestação não surgissem e se fortalecessem no cenário político nacional.

Após a exposição da coleta de dados, análise de entrevistas e relações teóricas acerca da formação nos sindicatos e seu papel na organização popular do campo em Goiás, o objetivo a seguir é pontuar o que os sujeitos ligados às CEB e às igrejas têm a acrescentar no papel dos saberes sociais junto às demandas do campo e suas contribuições para o fortalecimento de ações coletivas protagonizadas pelos leigos à luz da Teologia da Libertação.

2.2. Religião e contestação social: as igrejas em ações diretas na organização popular

Quando eu pedia às pessoas que ajudassem aos pobres, era chamado de santo. Mas quando eu fazia a pergunta: por que existe tanta pobreza? Era chamado de comunista.

(Dom Hélder Câmara-Bispo da Igreja Católica).

Os saberes sociais da luta pela terra no Brasil são provenientes de espaços de formação propiciados pelo MEB, partidos políticos, escolas radiofônicas, comitês locais, associações e igrejas. Como até a década de 1980, o analfabetismo era alto, esses espaços foram significativamente a base para a formação da classe trabalhadora e para a ascensão dos movimentos populares (BORGES, 2005).

Feuerbach (2007) afirmou que a sociedade foi conduzida pelas religiões, principalmente pelo cristianismo como religião hegemônica na cultura ocidental. Porém, as ações humanas são movidas por um “Deus”, não é a nossa essência em si. Para Feuerbach (2007), a religião cristã é a relação do ser humano consigo. Portanto, Deus, para esse autor, é uma projeção humana. Para Feuerbach (2007), Deus é a sua própria essência objetivada, é a negação do que pertence ao humano. Ao depositar em Deus a capacidade de resolver as coisas, o ser humano nega a sua própria capacidade de transformação social e a sua própria razão. Como destacou Feuerbach (2007, p. 9):

O Homem projetava em Deus suas melhores qualidades de ser genérico (de homem natural) e, dessa maneira, a divindade, criação do homem, apropriava-se da essência do criador e o submetia. A fim de recuperar tal essência e fazer cessar o estado de alienação e empobrecimento, o homem precisava substituir a religião cristã por uma religião de amor à humanidade.

Ainda para Feuerbach (2007), toda teologia é antropologia e projeção do próprio ser humano na divindade. A fala de Deus equivale à fala do homem. A teologia não contradiz a racionalidade e sim a aperfeiçoa. A religião pode se metamorfosear para atender aos interesses de grupos sociais, da classe dominante ou do povo (AZEVEDO JÚNIOR, 2010).

A religião também é controle social, e instrumento de dominação e motivo para conflitos entre estado-nação, além de justificar guerras. A religião pode ser explicada pelas relações sociais, pela totalidade, não sendo possível explicar por uma parte isolada. Sociedade e religião estão entrelaçadas em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, como explicou Weber (1992) em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

A partir do século XV, com o advento do capitalismo, as conquistas marítimas, as religiões cristãs e a reforma protestante tornaram-se fatores determinantes na história das Américas. A religiosidade na América Latina possui práticas religiosas que revelam uma teia de crenças não apenas cristãs, mas também espíritas, crenças indígenas, por exemplo, o culto na região da Cordilheira dos Andes com a adoração a *Patchamama*, os rituais afro-brasileiros, e os estandartes da Virgem de Guadalupe por camponeses zapatistas. Essa teia possui um fio

condutor marcado pela hegemonia do cristianismo, que sempre esteve à frente das demais, afirmando ser essa a religião redentora dos povos ameríndios (DUSSEL, 1986).

A Igreja Católica viveu um momento de heterogeneidade no Brasil, principalmente durante o contexto do golpe militar de 1964. Por um lado, havia uma ala italiana, que defendia a “tradição, família e propriedade”, denominada ala conservadora, e que combatia a Teologia da Libertação por meio do Vaticano e do Conselho dos Bispos Latino-Americanos (CELAM). Em 19 de março, 500 mil⁶⁹ pessoas tomaram as ruas orientadas pela Igreja Católica durante o golpe contra o presidente João Goulart, que pretendia realizar reformas populares. A ala conservadora durante a ditadura militar, em diferentes países da América, apoiou a perseguição de presos políticos (RODRIGUES, 2008).

Por outro lado, a ala progressista católica, de origem franco-belga, de 1948, defendia uma Igreja mais próxima do povo, segundo os pressupostos franciscanos e do Antigo Testamento, com o livro de Êxodo, uma ala mais progressista que se desdobrou na JAC/JEC/JIC/JOC/JUC. Um dos passos para a construção da Igreja progressista foi a Ação Católica⁷⁰ (AC), em 1962. (PESSOA, 1999c)

A junção de outros grupos religiosos católicos inspirou a construção das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) com o lema “Ver, Agir e Julgar” (MITIDIERO JUNIOR, 2008). “Ver” era conhecer a realidade, o “Agir” um direcionamento das práticas, e o “Julgar” no sentido de refletir sobre situações reais. Assim, o Movimento de Educação de Base (MEB) junto à Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Católica e as CEB foram importantes para socializar os textos ligados à Teologia da Libertação auxiliando na formação crítica de lideranças que fundamentaram parte dos movimentos libertários na América Latina (RODRIGUES, 2008).

Após estes momentos de concretização de ações religiosas associadas às mobilizações sociais no Brasil realizaremos alguns adendos acerca da Teologia da Libertação, a Teoria da Prosperidade e a Ceb's no Brasil, para enlaçarmos aos saberes sociais de alguns líderes religiosos que atuaram junto aos movimentos sociais do campo em Goiás. Neste sentido, a sociedade brasileira, marcada por experiências religiosas que formataram espiritualidades, ritos e organizações populares, agregando diferentes enfrentamentos sociais entre a fé, a religiosidade e a política (BRANDÃO, 2009). Exemplo emblemático na atualidade é o Congresso Brasileiro com um “Estado teocrático”, composto por grande participação de líderes religiosos eleitos com dinheiro e voto de diferentes igrejas, principalmente as

⁶⁹ Dados da revista *Carta na Escola*. Edição: os 50 anos do golpe, n. 85, 2014.

⁷⁰ A Ação Católica iniciou-se na Itália durante o pontificado de Pio XI (1922-1939).

neopentecostais que administram inúmeras prefeituras, municípios e câmaras de vereadores na política partidária do Brasil. Líderes religiosos sem experiências políticas coletivas, sem trajetória em movimentos de lutas coletivas, em partidos ou sindicatos, e que constam em seus currículos apenas a trajetória religiosa, redefinem as leis, os decretos e as portarias, trazendo consequências políticas imensuráveis à população nacional. Um líder religioso não é sinônimo de competência para habilidades políticas, pois os interesses se confundem e são aplicados à política brasileira sem critérios. Os eleitores votam por acreditar que o líder religioso será um “homem bom”⁷¹, um semideus. Depositam então grandes expectativas que são desmoronadas após o mandato político, ao entenderem que o “homem de Deus” não correspondeu a uma prática política satisfatória.

Diante disso, o Brasil apresenta inúmeras experiências políticas e práticas religiosas que, assim como os movimentos sociais, são dinâmicas. Pierucci (2011) explicou que houve mudanças no perfil religioso nas últimas décadas. De acordo com o Censo Demográfico (2000), os três maiores grupos religiosos eram os católicos (125 milhões), protestantes (26 milhões) e os sem religião (6,9 milhões). Esses dados apontam que 90% da população latino-americana é cristã (BARROS, 2003).

Por outro lado, os dados de Pierucci (2011) mostraram que houve mudança no padrão religioso brasileiro. Até a década de 1990, havia os três grupos predominantes divididos entre católicos, protestantes e espíritas. E 3% dos entrevistados se declararam de outras religiões. Notamos a predominância do cristianismo de forma efervescente a ponto de alguns autores indagarem: onde está a nossa diversidade religiosa? Isso porque o Brasil é conhecido no discurso social como um país multiétnico, com diversidade cultural, plural. Permanece a dúvida quanto aos dados de variação religiosa diante do crescimento do neopentecostalismo e da renovação carismática, uma vez que ambos investiram no discurso ao apelo do crescimento “individual”. E ainda presenciamos a diminuição dos adeptos de religiões de matrizes africanas e indígenas, visto que o neopentecostalismo converteu pessoas oriundas de diferentes matrizes religiosas.

As religiões têm o poder de mobilização social maior do que imaginamos. Assim, grupos de teatro⁷², animação popular, por meio de cânticos, festas e momentos coletivos promovidos pelas instituições religiosas mobilizam as massas inculcando ideologias a favor

⁷¹ Trazemos a expressão tratada por Jean-Jacques Rousseau na obra *“Do Contrato Social: princípios do direito político.”* Tradução: Vicente Sabino Junior. SP: Pillares, 2013. Na qual o autor defendeu que a natureza humana é boa, porém, é corrompida pelo processo civilizatório.

⁷² Havia, na Diocese de Goiás, alguns grupos de teatro que trabalhavam com a perspectiva da reforma agrária, o “O lavrador sem terra”, a peça “Terra sem lavrador”. Todas essas expressões tinham um viés educativo.

ou não da classe trabalhadora. Essas ações fortalecem as ideologias capitalistas ou as contra-hegemônicas.

A filosofia europeia nos apresentou a história de Prometeu⁷³, que possuía a ânsia de partilha, de igualdade e de justiça presente nas diferentes concepções religiosas, princípio que pode ser considerado como um dos mais belos da mitologia grega. Por ironia, Prometeu era o herói de Karl Marx, o maior crítico do sistema capitalista (LÖWY, 2000). Na filosofia, temos outro deus grego, Sísifo, que empurrou uma pedra que retornou para cima dele mesmo. Em uma analogia, poderíamos dizer que Sísifo é o próprio capital, que cria crises que ele mesmo não conseguiu solucionar. Nessa contradição, o trabalhador também pode ser um Sísifo, que empurra a pedra ou a engrenagem deste sistema, e as contradições capitalistas recaem sobre esse mesmo trabalhador. Expressa o trabalhador no capitalismo.

Weber (1992), na primeira parte de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, destacou a diferenciação religiosa na obtenção do lucro como cerne do sistema capitalista. Na ótica weberiana, a religião católica tem uma perspectiva menos ambiciosa, visto que “os católicos a viver com o suficiente” fundamentou essa perspectiva religiosa. Já na religião protestante, o sujeito busca uma transformação econômica que supere sua condição. Fatores como o não consumo de coisas mundanas, a não permissão para frequentar determinados lugares, festas, consumo de bebidas, levam o indivíduo a estar imerso no cotidiano do trabalho, permitindo-o que acumule mais dinheiro e edifique a vida com base na “teologia da prosperidade”. O que podemos considerar como base do neopentecostalismo.

O ser humano, movido por uma “força religiosa”, busca o enriquecimento por uma lógica empresarial capitalista, que condicionou as racionalidades a um sistema de ideias formativas carregadas de condutas (como a economia diária), às quais se somam os valores (labor, honestidade), morais (repúdio à boemia) e os religiosos (educação bíblica). Esses objetivam garantir uma estrutura econômica que legitime a produção e a reprodução de capital por meio da religião, sendo o impulso do “espírito do capitalismo”. Weber (1992) analisou a influência da religião na vida econômica das pessoas e no desenvolvimento de países, como os Estados Unidos, por exemplo.

Weber (1992) mostrou como o *ethos* do capitalismo ocidental partiu de uma lógica orientada pelo ascetismo das religiões protestantes de cunho calvinista, luterana, metodista e batista. A realidade social estudada por Weber mostrou como a necessidade de conseguir dinheiro foi estabelecida como uma “vocação” instituída pelo discurso religioso. Entende-se

⁷³ Prometeu foi um herói mitológico da Grécia que roubou o fogo dos deuses e o entregou aos humanos.

que a ética protestante constrói ações sociais que compreendem a constituição do capitalismo moderno. A análise de Weber põe por terra o discurso de que as desigualdades sociais são dadas por uma explicação natural ou divina. Visualizamos que, cada qual se relacionou com o capitalismo de uma maneira e a religião exerceu um papel fundamental nessa estrutura.

Na Igreja Católica, manifestou-se uma corrente denominada de Teologia da Libertação, a qual entendia que a Igreja “devia caminhar com os pobres.” Essa mudança foi marcada pela realização da II Assembleia Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia, em 1968, e em Puebla, no México, em 1979 (LIMA, 1991). Estas mudanças⁷⁴ ocorreram nas conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) representaram propostas da Igreja das alas progressistas católicas, que produziram documentos com críticas ao sistema capitalista: “o sistema capitalista atenta contra a dignidade da pessoa humana porque tem como pressuposto a supremacia do capital, seu poder e sua discriminatória utilização em função do lucro”.

Löwy (2000), a partir dos escritos de Marx e Engels, mostrou que, nas análises do cristianismo primitivo, os primeiros cristãos eram provenientes das classes pobres como os camponeses, devedores e escravos. No cristianismo primitivo, havia um paralelo ao socialismo e os movimentos sociais daquele contexto eram empreendidos sob a bandeira cristã e suas ideologias. Todavia, não podemos considerar que as alianças entre comunistas, socialistas e cristãos se fizeram presentes na história, pois, durante a Revolução Francesa, uma das razões para desacordos entre os comunistas e os revolucionários eram os dissensos principalmente ligados à religião, ou à forma como a religião se apropriava da luta política.

Löwy (2000) analisou a relação entre política e religião na América Latina e esclareceu que dois fatos foram essenciais para mudar a relação entre a Igreja e a política, em 1958-1959, um deles foi a eleição do Papa João XXIII e o outro a vitória da Revolução Cubana. O contexto político e social no mundo pós-guerra europeu produziu intelectuais que faziam severas críticas ao capitalismo. Essas reflexões deram sustentação para o surgimento de movimentos sociais, religiosos e políticos em vários países, sobretudo na América Latina.

⁷⁴ Tal mudança pode ser traduzida sob o olhar de Dom Hélder Câmara, nascido em Fortaleza (CE), um dos padres atuantes nesse movimento. Ele denunciou publicamente a tortura de presos políticos, foi secretário da CNBB e assistente da Ação Católica. Em um de seus discursos, afirmou: “Que se apresente cada vez mais nítido, na América Latina, o rosto de uma igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo o poder temporal e corajosamente comprometida na libertação de todo ser humano e de toda a humanidade”. CÂMARA, Dom Helder. *O evangelho com Dom Helder*. RJ: Civilização brasileira, 1987.

No Brasil, na contemporaneidade, a Teologia da Prosperidade⁷⁵ se faz presente principalmente em canais televisivos e em igrejas lotadas de fiéis onde o “deus milagre” é o suficiente, bastando “confiar em Deus”, sem a necessidade de lutar por questões coletivas, apenas batalhar pelos luxos individuais. O neopentecostalismo cresce 14% ano, segundo os dados de Lima (1991). A Teologia da Libertação se manifesta ainda entre grupos católicos de regiões urbanas e rurais, e as igrejas evangélicas executam trabalhos sociais importantes. Destacamos, por exemplo, alguns representantes do cristianismo protestante da libertação, como Rubem Alves⁷⁶ e Richard Shaull⁷⁷ no Brasil, e na Argentina, José Míguez Bonino.

Mesmo ciente de que em toda religião não há homogeneidade entre os fiéis e líderes em concepções filosóficas, políticas e ideológicas, Löwy (2000, p. 11) na análise das religiões neopentecostais no Brasil: “não são nada mais que uma combinação cuidadosa de manipulação financeira, lavagem cerebral obscurantista e um anticomunismo fanático”. Já Souza (2004, p. 44) afirmou que

O problema religioso mais desafiante, na atualidade, não é o crescimento do mundo evangélico e pentecostal em particular, mas inquietadoras posições instrumentalizantes da religião e da política, na dupla direção de utilizar a religião para fins político-eleitorais e clientelistas e utilizar a política a serviço de interesses, nem sempre espirituais, das denominações religiosas. Retrocesso evidente na caminhada de distinção e de diálogo entre duas esferas, religião e política, que deveriam estar a serviço do bem comum da sociedade, da justiça e da caridade.

Os representantes da Igreja Católica perceberam que, para uma inserção maior entre as massas populares, precisavam de um discurso social mais próximo a elas. Iniciou-se, assim, a crítica às injustiças postas pelo capitalismo. Seria a ruptura de alguns religiosos e leigos, sem rompimento com a Igreja, para repensarem o cristianismo secularizado proposto, com base em 73 livros da Bíblia. Eles buscaram, por meio das narrativas, realizar reflexões sobre a exploração dos trabalhadores, a desigualdade social, as injustiças, as formas de poder e dominação das classes dominantes. A Teologia da Libertação surgiu não apenas como discurso social e político, mas como uma reflexão religiosa e espiritual (LÖWY, 2000).

A Teologia da Libertação, por meio de religiosos e leigos, prontificou-se a engrossar as massas populares por meio de um projeto popular de acesso à terra, à moradia e à

⁷⁵ A Teologia da Prosperidade prega, com base em trechos da Bíblia, que “Deus servirá ao homem” caso ele “sirva a Deus”. Porém, essa ideia de servidão passa a ser moldada a partir de interesses do capital, o que distorce dos princípios teológicos cristãos propostos pelas igrejas neopentecostais. A riqueza é sinal das bênçãos de Deus. (MATOS, 2005).

⁷⁶ Rubem Alves era presbiteriano e escreveu sua tese: “*Em busca de uma Teologia da Libertação*”, na qual denunciou condições de subdesenvolvimento de países latino-americanos e teceu críticas à situação das populações latino-americanas.

⁷⁷ Shaull escreveu o livro *Cristianismo e Revolução Social*.

educação. As influências teóricas da Teologia da Libertação foram, sobretudo, a partir de estudos que interligaram o socialismo à religião, principalmente Emmanuel Mounier, fundador da primeira revista cristã de esquerda intitulada *Esprit*. Mounier trazia proposições contra a propriedade, cujas reflexões questionavam a propriedade privada. De Mounier vem grande parte da teoria que culminou na doutrina do Concílio Vaticano II (1962-1965), a qual fundamentou os princípios da Teologia da Libertação (BOSI, 2007).

A partir de 1950, os padres operários, principalmente o padre Louis Joseph Lebret, influenciaram esta corrente filosófica na América Latina. Lebret era um pensador da economia e trazia a teoria do desenvolvimento social. Não era teólogo e influenciava os jovens católicos, principalmente os ligados à Juventude Universitária Católica (JUC). Em suas encíclicas, o capitalismo foi denunciado e suas ideias marcadas pela crença no humanismo (BOSI, 2007).

Jacques Maritain influenciou a Teologia da Libertação buscando um humanismo histórico. A Teologia da Libertação vislumbrava a formação do sujeito como instrumento fortalecedor para o enfrentamento social a partir da Bíblia e das obras de teólogos, como Gustavo Gutiérrez (Peru), Ignacio Ellacuría (El Salvador), Enrique Dussel (Argentina), Rubem Alves, Pedro Casaldáliga, Hugo Assmann, Leonardo Boff, Clodovis Boff e Frei Betto (Brasil), Ronaldo Muñoz (Chile) (BOSI, 2007).

A Teologia da Libertação latino-americana foi uma crítica ao capitalismo, às mercadorias, ao egoísmo e à propriedade privada, uma vez que, na década de 1980, a América Latina viveu uma intensa realidade de pobreza e dependência econômica, como mencionamos. Sendo assim, a Teologia da Libertação fortaleceu os movimentos sociais, segundo Moreira (2012), baseando-se, além das leituras bíblicas, em obras como as de Marx, Gramsci e outros autores que questionavam a estrutura do capitalismo (LÖWY, 2000). Frei Marcos, em entrevista concedida no município de Goiás, em 7 de julho de 2016, declarou que trabalhou junto a Dom Tomás e afirmou que os padres liam e leem ainda “muita teoria socialista, comunista e filosófica”.

Como essas reflexões não eram aceitas pela Cúria Superior Católica, Roma, em 1984, em escritos assinados pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé dirigida pelo então Cardeal Ratzinger, acusou a Teologia da Libertação de ser uma heresia baseada em conceitos marxistas. Posteriormente, o Papa João Paulo II, em nome da igreja, enviou carta ao Brasil reconhecendo a legitimidade da Teologia da Libertação, em resposta aos escritos de teólogos que se manifestaram contra esse primeiro posicionamento do clero católico. Leonardo Boff, um dos teólogos que criticou a autoridade hierárquica da Igreja, foi proibido por Roma de

escrever e publicar por Roma, durante um ano, no chamado silêncio obsequioso (LÖWY, 2000).

Com relação às retaliações à Teologia da Libertação, chamou atenção um fato relatado em entrevista, em 20/06/1973, por Dom Tomás Balduino, o qual esclareceu que houve um acordo entre a Igreja Católica e Ronald Reagan durante o papado de João Paulo II (1978-2005), que, caso os EUA apoiassem a Polônia após a Segunda Guerra Mundial, o papa “limparia a Teologia da Libertação dos seminários” e a cortaria pela raiz a partir da nomeação dos bispos. Esse e outros fatores, como a troca de bispos brasileiros por outros mais conservadores, dificultaram a expansão dessa corrente na Igreja Católica. Mitidiero Junior (2011, p. 7) relatou como a hierarquia católica reuniu forças para minimizar essa “nova teologia”:

Até certo ponto as ações de bloqueio do Vaticano obtiveram êxito, já que perseguiram e calaram muitos clérigos adeptos dessa teologia e proibiram o ensino dela nos seminários religiosos, sem contar com a difamação pública, que identificava a Teologia da Libertação como uma falsa teologia, “inventada” pelos comunistas.

Mitidiero Junior (2008) afirmou que a Teologia da Libertação teve grande expressão no Brasil, destacando assim seu papel, principalmente no sentido de influenciar e amparar o surgimento de partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais. O objetivo maior dessa vertente, de acordo com Mitidiero Junior (2008), é denunciar a situação de injustiça e desigualdade presente no Brasil e em todo o mundo. A Teologia da Libertação possui um caráter filosófico ecumênico e foi classificada, por esse mesmo autor, como um “sintoma espontâneo”. Ela tem importância na história do Brasil no fortalecimento de greves, marchas, prezando a vontade coletiva de uma classe social. Por esses fatores, possui aproximação com o marxismo ressaltados por Boff (1998, p. 29):

A Teologia da Libertação não nasceu voluntaristicamente. Constituiu-se como um momento de um processo maior e de uma tomada de consciência característica dos povos latino-americanos. A pobreza generalizada, a marginalidade e o contexto histórico de dominação irrompeu agudamente na consciência coletiva e produziu uma virada histórica.

Nessas relações entre política e Teologia da Libertação, consideramos importante apontar os registros de documentos clericais católicos, os quais se documentavam denúncias aos trabalhadores no Brasil, explicava sobre a importância da força política popular, como o

Boletim da Diocese de 1979⁷⁸. Nesse documento, mostravam-se as violências sofridas pelos membros da Pastoral Operária, as mobilizações dos trabalhadores e os conflitos dessa época.

Nesse sentido, apreendendo nosso objeto de análise que associou a disputa pela terra aos movimentos sociais e religiosos, pontuamos cinco momentos de insurgência na América Latina em que a Teologia da Libertação foi mais ativa nos conflitos sociais:

Quadro 4 - Principais momentos históricos da Teologia da Libertação na América Latina no século XX

1) Movimento Sandinista: Nicarágua (1978-1990).
2) Movimento de Chiapas: México (1994-1997).
3) Villa El Salvador: a morte de 200 militantes cristãos das CEBs.
4) Brasil: a presença das CEB junto aos conflitos no campo no Centro-Oeste e região Norte ou Amazônica (1980-2000).
5) No Brasil destacamos a contribuição da Teologia da Libertação para o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde a década de 1980.

Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2018).

A Igreja Católica atuou em toda a América Latina, embora de forma distinta nos países. Isso porque houve conflitos e movimentos anticlericais, como no México; outros países tornaram-se laicos de forma inicial, como o Uruguai, e em outros as CEB's se fizeram mais presentes, como na América Central e no Brasil (TOURAINÉ, 1989).

Moreira (2012, p. 47) comentou o papel da Teologia da Libertação junto aos movimentos sociais: “A Teologia da Libertação ofereceu, além da mística, as lideranças, a infraestrutura organizacional e forte ajuda material a muitos movimentos sociais”.

A Teologia da Libertação sofreu retaliações da Cúria Católica Romana, combinadas aos ataques militares de governos em toda a América Latina, onde, a todo custo, tentava-se instalar o neoliberalismo que desqualificasse ideias, projetos e políticas ditas de “esquerda”. As CEB's surgiram de diferentes momentos de conflitos ocasionados na América Central, especificamente na Nicarágua e em El Salvador, onde padres missionários espanhóis, como o padre José María de la Jara, acreditavam que os missionários tinham de objetivar mais a “revolução” em suas trajetórias. Esse padre iniciou o trabalho das CEB's em San Pablo, Manágua, na Nicarágua, em 1969. Outros padres somaram-se a esse movimento. E as violências físicas, torturas e mortes podem ser ressaltadas como fruto desse processo de perseguição. Padres e freiras da Igreja Católica foram assassinados. Destacamos parte deles:

⁷⁸ Documento anexo nesta pesquisa (Anexo 5).

Quadro 5 - Registro de assassinatos de religiosos vinculados à Igreja Católica e à Teologia da Libertação na América Latina nos séculos XX e XXI

1) Honduras: Padre Iván Betancourt e Casimiro Zephyr em 1975.
2) Guatemala: o franciscano Augusto Ramírez em 1983. 3) Guatemala: Stanley Rother em 28 de outubro de 1981.
4) El Salvador: Os massacres eram ligados aos conflitos entre as pastorais da terra e os latifundiários do café. Em 1977, o padre Rutilio Grande e Afonso Navarro foram assassinados pelo Exército. 5) El Salvador: Em 1978, o padre Barrera Motto e o sacerdote Octavio Ortiz. 6) El Salvador: Em 24 de março de 1980 também foi assassinado o arcebispo Oscar Arnulfo Romero Galdaméz (1977-1980) por um atirador de elite a mando das forças militares salvadorenhas.
6) México: Em 1977, o assassinato do pároco Rodolfo Aguilar no bairro de Chihuahua.
8) Brasil: Em 25 de maio de 1969, o assassinato de padre Antônio Henrique Pereira Neto, no estado do Pernambuco. 9) Brasil: O indígena Simão Bororó, da etnia Xavante, em defesa do padre Rodolfo Lukenbeyn, foi assassinado em 1976 em Meruri, no Mato Grosso. 10) Brasil: O padre João Bosco Penido Burnier em defesa de duas mulheres presas que estavam sendo torturadas para entregar os maridos que estavam na luta pela terra. Burnier foi assassinado no dia 11 de outubro de 1976, por um policial em Ribeirão Bonito, próximo a Ribeirão Cascalheira, também no Mato Grosso. Dom Pedro Casaldáliga auxiliava e mediava esses conflitos mencionados. 11) Brasil: O padre Ezequiel Ramin foi assassinado em 24 de julho de 1985, em Rondônia, por defender as causas populares. 12) Brasil: Padre Josimo Moraes Tavares foi assassinado em 10 de maio de 1986 em Imperatriz no Maranhão, onde funcionava a Secretaria da Comissão Pastoral da Terra Tocantins-Araguaia. 13) Brasil: A freira norte-americana naturalizada brasileira, Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005 em Anapu no Pará. 14) Brasil: Santo Dias da Silva, em 30 de outubro de 1979.
15) Colômbia: Padre Camilo Torres organizou um movimento popular e depois entrou no Exército de Libertação Nacional (ELN), um movimento guerrilheiro castrista em 1965. Foi assassinado em 1966.
16) Haiti: Padre Vicent, associado ao Cristianismo da Libertação, apoiou o Movimento Indígena de Chiapas e morreu em 28 de agosto de 1994.
17) Argentina: Dom Enrique Angel Angelelli, assassinado no dia 4 de agosto de 1976.

Fonte: Leituras na internet, boletins da Diocese, registros da CPT.

Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

Entre outros religiosos que foram perseguidos durante a ditadura no Brasil, ressaltamos Frei Betto⁷⁹ e Carlos Alberto Libânio Christo, que militava e apoiava revolucionários a se refugiarem no Uruguai e na Argentina. Por essas ações, ficou preso de 1969 a 1973, além do padre belga Jan Honoré Talpe, envolvido na greve dos operários de

⁷⁹ Na obra *Batismo de sangue*, Frei Betto (1982) descreve várias violências sofridas por lideranças políticas e religiosas no Brasil, entre elas a perseguição, prisão e morte de Carlos Marighella. Nessa obra, são comentados fatos importantes, como a invasão do convento de Belo Horizonte da ordem dominicana em 1967, no governo de Castelo Branco, onde ocorre a prisão de Frei Chico, que propunha uma greve pela paz mundial.

Osasco, em São Paulo. Outro padre torturado foi Frei Tito de Alencar, que, mesmo após ser libertado, não recuperou seu equilíbrio psicológico, foi exilado na França e lá continuava acreditando estar sendo perseguido até se suicidar em 1974 (FREI BETTO, 1982).

Entretanto, destacamos outras ações violentas a padres católicos que sofreram atentados, destacando-se, em Goiás, o atentado ao padre Francisco Cavazzuti⁸⁰. Esse líder religioso era italiano e assistente da Ação Católica, atuou nos municípios de Mossâmedes e Sanclerlândia, próximo à Cidade de Goiás, e levou um tiro no rosto, o que resultou na sequela de cegueira de um olho, no dia 27 de agosto de 1987. O pistoleiro que atirou foi preso, condenado por doze anos, mas cumpriu apenas quatro anos da pena decretada.

Figura 14 - Padre Francisco Cavazzuti



Fonte: www.diocesedeGOIAS.org.br.

No Equador, o setor progressista da Igreja tentou promover um movimento autônomo entre os quíchuas, fundando o Movimento Índio de Chimborazo (MICH), além de apoio a cooperativas e sindicatos. Rádios católicas que denunciavam a morte de indígenas e camponeses foram fechadas, igrejas queimadas, ações hostis contra religiosos, ameaças locais a padres, freiras e agentes pastorais. Enfim, foram e são inúmeras perseguições a quem pensa contrário aos interesses de grupos dominantes no interior e fora da Igreja (LÖWY, 2000).

Todavia, ainda segundo Löwy (2000), esses atores sociais foram fundamentais na formação de novas pastorais, na criação de Comunidades Eclesiais de Base e no acolhimento de pessoas que passavam por situações de exploração, morte, violência, abandono, fome, prostituição e injustiça social na América Latina. O papel social e político, as trajetórias de algumas lideranças das CEB serão comentadas mais adiante ainda neste item.

⁸⁰ Os registros acerca do atentado ao Padre Francisco podem ser encontrados no Boletim Diocesano da “Caminhada”, anexo nesta pesquisa. ATENTADO contra Pe. Francisco Cavazzuti. *Caminhada*, Goiás, n. 136, jul./ago. 1987. Disponível em: www.cptnacional.org.br.

A maior parte dos padres e freiras envolvidos em conflitos de terras e enfrentamentos políticos na América Latina era proveniente das ordens franciscanas, dominicanas, jesuítas, *maryknools*, capuchinhos e ordens femininas. Entre estes religiosos de atuação crítica, encontravam-se religiosos (as) estrangeiros vindos da Espanha, Itália, EUA e França.

Em Goiás, destacaram-se religiosos com formação dominicana, formados na Europa em Teologia. Os padres recebiam formação da Teologia da Libertação e, em seus estudos originários estava, a princípio, contemplada a formação clássica de Teologia com base em São Tomás de Aquino, que fundamentava a “Teoria social dos bens”, a qual, para os religiosos cristãos católicos, é considerada um dos pilares principais da Teologia da Libertação e do lema a “Opção pelos pobres”. Esses estudos teológicos eram somados ao contexto real de cada comunidade eclesial e ao Livro do Êxodo da Bíblia, vinculados às reflexões com camponeses da América Latina para realização de uma leitura da realidade política, desigual e injusta (Entrevista a Frei Marcos, 07/07/2016).

No entanto, entre as atuais perspectivas de textos da Teologia da Libertação em um contexto mais recente, o do século XXI, percebemos a revalorização do ecumenismo, a valorização da religiosidade de matrizes africanas e indígenas e de novas práticas vinculadas às diferentes espiritualidades, orientais, ocidentais, às religiões ou crenças populares. Pontuamos a preocupação com as práticas ambientais ligadas ao consumismo exacerbado, à vida individualizada. Com retaliações por parte do clero católico tradicional e de representantes do Estado burguês, o discurso pelos pobres tomou conotações mais brandas (BARROS, 2003).

Com a eleição do Papa Francisco, em 2013, o cardeal Jorge Mario Bergoglio, da ordem dos jesuítas, argentino e latino-americano que carrega em seu histórico religioso a defesa de presos políticos durante a ditadura na Argentina, percebe-se a concepção de posturas da Igreja de forma mais aberta e democrática em relação ao ecumenismo, à diversidade cultural, à ética na Igreja, à questão da homossexualidade. No entanto, a hierarquia clerical não permite que mudanças profundas ocorram como as aproximações com as classes populares propostas pela Teologia da Libertação, e que o discurso teológico cristão mantenha-se preso à retórica, ao proselitismo, ao doutrinamento e às institucionalidades.

Em uma reportagem da revista *Caros Amigos* (2013), escrita por José Eduardo Bernardes, o líder do MST, João Pedro Stédile, apontou as ações emancipatórias e progressistas de Papa Francisco: “Ele nos surpreendeu a todos quando propôs um processo de diálogo permanente entre os movimentos populares, que lutam por terra, trabalho e moradia, em todo o mundo”. Ou seja, esses pressupostos populares também se manifestaram durante o

2º Encontro Mundial dos Movimentos Populares realizado na Bolívia, no qual o Papa reforçou, em seus discursos, a necessidade de se lutar por terra, teto e trabalho.

Contudo, as ações de práxis transformadoras vinculadas às CEB e ligadas às pastorais católicas se firmam onde os líderes religiosos possuem uma visão e postura mais politizada e crítica com projetos populares de resultados coletivos regionais e locais. Decretar o fim da Teologia da Libertação é interessante a determinadas classes sociais e a correntes no próprio interior da Igreja Católica, pois a expansão dessa forma de ver e pensar o cristianismo não agrada à maioria dos indivíduos que defende o capitalismo e suas benesses apenas para uma minoria.

Além desses fatos históricos, foi demonstrada a necessidade de a Igreja se posicionar contra a violência sofrida pelo povo e pelos representantes da luta do povo. Dom Inocêncio Engelke, em Minas Gerais, na Semana Ruralista, durante a Campanha *Conosco, sem nós ou contra nós se fará reforma agrária rural*, evidenciou a necessidade de a Igreja assumir um papel efetivo em relação aos povos do campo, sendo uma manifestação contra o latifúndio, a exploração. É, pois, um posicionamento da Igreja em favor dos pobres, uma vez que o Partido Comunista Brasileiro havia demonstrado interesse em realizar alianças e entender o contexto do campo por meio do Manifesto de Agosto de 1950 (PESSOA, 1997a).

As CEB's se expandiram na América Latina. E, posteriormente, a base se consolidou a partir da teoria política e econômica de Marx e de ideais teológicos, como a Frente Sandinista de Libertação Nacional⁸¹ (FSLN), o Movimento da Juventude Cristã, o Movimento Revolucionário Cristão, Movimento Universitário Cristão. Segundo Löwy (2000), leigos e religiosos se reuniam para ministrar cursos de alfabetização, organizar reuniões comunitárias e debater problemas da comunidade relacionando-os aos textos bíblicos.

Como o Brasil é um país marcado pela presença do Catolicismo Popular⁸², procissões, novenas, teatros, festividades, gestos e símbolos compõem o universo da cultura popular. No entanto, em entrevista, Dom Tomás acrescentou que a Teologia da Libertação persistiu sob a força do laicato e das CEB's, fundada em 1950, posteriormente ao Encontro dos Irmãos no Nordeste, proposto por Dom Hélder Câmara (CRUZ, 2004).

⁸¹ A Revolução Sandinista ocorreu entre 1979 e 1990 e teve por objetivo derrubar o governo de Anastasio Somoza Debayle na Nicarágua, sob o apoio do clero e de orientações marxistas, tendo como líder Augusto César Sandino.

⁸² Utilizamos a expressão catolicismo popular, discutida por muitos antropólogos, cientistas sociais e estudiosos das religiões de um modo geral, porque nossa base conceitual é a partir da definição de Carlos Rodrigues Brandão. Esse autor define catolicismo popular como aquele em que o povo cultiva as tradições, os ritos, os gestos e símbolos e participa de um projeto mais horizontalizado de Igreja vivenciado pelas classes mais populares no campo e na cidade. Ver texto "Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares".

Desse modo, a discussão permitiu mostrar o sentido das pastorais religiosas e sua relação com as mobilizações sociais do século XX e XXI como estratégia de rompimento com os discursos hegemônicos e práticas de ideologias da globalização. Conforme Rodrigues (2008), a Igreja auxiliou na mobilização popular por meio da criação do MEB, em 1961, que realizava a alfabetização e a educação popular pelo Brasil, no governo de Jânio Quadros, numa parceria entre Igreja e Estado.

Em Goiás, a partir de 1970, o padre Almerly Bezerra, assessor da Juventude Universitária Católica (JUC), e o padre Vaz foram importantes para a concretização da base da Ação Popular com a realização de cursos de formação, encontros. Foram ainda sujeitos que impulsionaram o entendimento da realidade social da América Latina no período pós-golpe militar (RODRIGUES, 2008). O surgimento das CEB's, sua metodologia cotidiana e a relação com os sujeitos da classe trabalhadora foram comentados por Alves (1979, p. 107):

A partir do final dos anos sessenta e, mais nitidamente, a partir de 1970, começaram a multiplicar-se no interior da Igreja brasileira núcleos organizacionais que não correspondem nem às antigas instituições de massas nem aos grupos de elite. Esses núcleos, chamados “comunidades eclesiais de base”, poderão transformar-se rapidamente na força determinante do catolicismo no país, tanto do ponto de vista político como social. Têm eles em comum com os antigos grupos de elite a tendência para o comprometimento nas lutas concretas do cotidiano, o hábito da reflexão, o método do questionamento. Partilham com as organizações de massas a penetração nas camadas mais humildes da população e a capacidade de mobilização. São, na verdade, o que a Igreja já criou de mais parecido com as estruturas celulares de base de um grande partido popular.

O trabalho de formação e atuação política das CEB's no Brasil esteve junto aos partidos, movimentos sociais, sindicatos e à CUT. Nesse sentido, as romarias, marchas, encontros, eventos, grupos de discussões, passeatas e iniciativas coletivas foram instrumentos de mobilização em relação aos inúmeros problemas sociais vividos. Eram uma manifestação popular com protagonistas de ideias, de momentos históricos, mudanças, resistências e ideologias, visibilizando a reforma agrária, a reforma política, a dívida externa, o transporte público, a saúde, a moradia, o trabalho, a educação e o meio ambiente.

O trabalho de formação e crítica social, realizado pela Igreja Católica, foi registrado no documento *Caminhada*⁸³ de 1989, intitulado “*Nos deixe ver o mundo como é*”. O próprio título do documento realiza críticas, por exemplo, ao controle de informações, aos instrumentos de libertação do povo, além dos interesses internos da família, crítica à miséria e às chamadas greves gerais.

⁸³ Documento anexo nesta pesquisa.

A atuação das CEB's se fez intensamente presente, sobretudo no Brasil, na década de 1980, quando os movimentos sociais eclodiram, no momento de abertura política, as ideologias⁸⁴ políticas decretadas como inexistentes por grupos ligados aos setores neoliberais e os problemas sociais se agravavam em função da dívida externa. À medida que os problemas sociais avançavam, as CEB's minimizavam os impactos sociais de fome, miséria e desnutrição.

As CEB's foram grupos sociais que fortaleceram ideologias coletivas e com a contribuição de lideranças fundamentais na luta pela terra, como Dom Hélder Câmara⁸⁵. Outros bispos também se posicionaram em prol dos trabalhadores e camponeses. As CEB's foram importantes na história política brasileira porque elas contribuíram para o fortalecimento de movimentos sociais como o Movimento contra o Desemprego, Movimento pelo Transporte Público, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros, além de criticarem as ideologias do mercado. As CEB's representaram e representam um movimento contínuo e popular de resistência contra o coronelismo, a exploração, o paternalismo, a favor de direitos sociais negados e contra os discursos desenvolvimentistas que traziam benesses somente à classe dominante. Segundo os dados de Boff (1998), o total de CEB's no Brasil chegou a contabilizar 80 mil.

O incentivo à participação de leigos em lideranças pastorais e atividades políticas e a presença de mulheres⁸⁶ entre as lideranças das CEB's são reais, bem como a maior participação de leigos nas organizações dos rituais e atividades religiosas. A característica mais importante das CEB's é a formação de sujeitos capazes de lutar por direitos coletivos e em seus discursos realizarem denúncias contra a violência, a tortura e a exploração. A contribuição maior das CEB's foi a mobilização no âmbito eclesial e social de grupos com opções políticas claras, críticas ideológicas, que estavam diretamente ligadas aos interesses das classes trabalhadoras, marginalizadas, em defesa dos direitos humanos.

⁸⁴ Para Mészáros (2014), a ideologia é uma forma de consciência social, que possui âncora e não é superada na sociedade de classes. As ideologias no século XX e XXI não se enfraqueceram, como afirma Mészáros (2014), porque elas continuam com forças no cenário político, há a tentativa de implantar um consenso universal em torno das benesses do capitalismo e das ideologias dominantes. Enquanto existirem desigualdades sociais, as ideologias continuarão sendo instrumento de disputa por hegemonias. Para Bobbio (1983), no dicionário de política, a hegemonia está ligada à supremacia de uma classe sobre a outra, ou a posição de um poder que ora pode tender para um polo ou para outro. Para entender um pouco mais sobre hegemonia, consultar Laclau e Mouffe (1987).

⁸⁵ Uma das obras de Dom Hélder Câmara é *O Evangelho com Dom Hélder*, no qual ele relaciona vários livros da Bíblia e trechos com críticas sociais. Esse bispo foi indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz.

⁸⁶ Em entrevista a uma das lideranças das CEB's em Itapuranga, Perpétua afirmou: "As mulheres deram uma sustentação ao trabalho das CEB's".

No cenário político agrário, as CEB's foram essenciais em parceria com a CPT, que surgiu em 1975. Foram instrumentos necessários para intervir em conflitos de luta pela terra, em denúncia de prisões de religiosos, de lideranças, na expulsão e expurgações de sacerdotes, nas inúmeras perseguições. As CEB's significaram espaços de luta dos interesses populares. Eram espaços de suporte que promoviam arrecadação de roupas, remédios e alimentos para as pessoas acampadas.

Já a Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, de fato teve um papel central na intermediação de conflitos pela terra no Brasil. Executa um trabalho minucioso de denúncia do trabalho escravo, de conflitos indígenas e questões ambientais. É uma das pastorais mais importantes hoje na Igreja Católica, junto a outras como a Pastoral da Saúde, dos excluídos, que também ainda executam ações sociais em diferentes dimensões em cada região do Brasil. A criação da CPT foi um marco histórico na organização camponesa e Goiás foi o berço de articulação de várias ações desta instituição com as ações descritas nesta tese. (CRUZ, 2004).

Em entrevista concedida no dia 8 de julho de 2016 na igreja do Rosário a um dos padres que auxiliou no trabalho das CEB's em Goiás e contribuiu para organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Cidade de Goiás, durante a década de 1980, o frei dominicano Mingas, Domingos dos Santos, declarou: “Não é possível viver o Cristianismo sem o compromisso social. Nós ajudávamos com cursos, reuniões e a formar um sindicato dos trabalhadores rurais em oposição ao sindicato rural dos fazendeiros.” Padre Domingos participou de cursos de formação ligados à Teologia da Libertação, realizados em Juiz de Fora, Minas Gerais, sob a coordenação de Leonardo Boff. A formação teológica de Frei Mingas demonstrou como a Teologia da Libertação se configurou na Diocese de Goiás após a chegada de Dom Tomás Balduino, que interferiu na organização de camponeses na disputa pela terra em Goiás. Esse discurso evidenciou como a política foi vinculada às práticas cristãs, bem como à luta por ideais coletivos.

Além da temática da terra, outros temas emergentes passaram a ser pauta de luta da CPT, como, por exemplo, a água e o Cerrado nas ações pastorais do Centro-Oeste. Entre os atos promovidos pela CPT em parceria com os movimentos ambientais e sociais, destacamos a Romaria dos Mártires da Caminhada, a Romaria da Terra e das Águas, o Grito dos Excluídos, Marcha Estadual pela Reforma Agrária, ocupações e atos contra o Agronegócio, a Mobilização de Mulheres, entre outras formas de manifestações (CPT, 2010).

No dia 22 de fevereiro de 2017, na sede da CPT do município de Goiás, realizamos a entrevista com dois dos líderes no município, um deles relatou o papel da CPT na contemporaneidade na região. Os entrevistados ressaltaram o acompanhamento da pastoral na

propriedade e produção de algumas famílias, na construção de banco de sementes crioulas, na defesa da água, do Cerrado e da terra, no reflorestamento de nascentes, na realização da Escola Diocesana de Agroecologia e no apoio à permanência das famílias no campo.

Consideramos pertinentes os escritos de Dom Tomás Balduino (2002, p. 143), relativos à temática da água como bandeira de luta em um de seus textos e a defesa desse recurso como patrimônio público:

Como CPT, estamos fazendo o nosso possível e torcendo para que as igrejas, as pastorais sociais, os movimentos populares e todas as pessoas e organizações dotadas de espírito de justiça empreendam uma luta pra valer contra a privatização e mercantilização das águas. Em muitos pontos do país, estão surgindo, felizmente, articulações populares no enfrentamento da privatização dos serviços municipais de água, contra a construção de novas barragens, na batalha do semiárido brasileiro por captação de água de chuva, o heroico empenho dos ribeirinhos pela defesa dos rios. Essas lutas vieram para ficar.

Que a água seja, pois, considerada e assumida como patrimônio da humanidade! Defendamos, especificamente, que ela seja um bem público, gerenciado pelo Estado, e bem garantido para todos. O seu gerenciamento tem de passar por outros critérios que não sejam as leis do mercado. Se esses critérios não existem, precisamos criá-los logo.

Com relação à formação política de uma das lideranças da CPT no município de Goiás, Isafas Rodrigues da Silva, entrevistado em 22 de maio 2017, ressaltamos o caráter pedagógico e formativo dos envolvidos na pastoral no município de Goiás. Em meio a este contexto, surgiu em 1997 a Escola Família Agrícola (Efago), como território de formação política:

E uma outra coisa também que eu considero muito que pra mim enquanto pessoa é importante pela própria atuação na CPT foi a minha formação né, tanto inicial na comunidade e no assentamento quanto depois na escola família agrícola pela história da escola que foi uma escola que foi criada a partir da necessidade das famílias camponesas né, então tinha a intenção de atender aos camponeses e aí os meus pais também né o assentamento participou muito desse processo né da criação da escola e eu estudei lá por sete anos, então eu fiz o ensino fundamental e depois fiz o ensino médio, a minha turma foi a primeira turma de ensino médio da escola. É e aí naquele período a gente tinha muito o termo que a gente usava é a formação integral do jovem, então além da gente ter as disciplinas normais a gente tinha também as disciplinas técnicas profissionalizantes mais algumas é atividades extras de, por exemplo, assessoria que a CPT trabalhava muito né uma formação política mesmo, então pra mim enquanto pessoa enquanto também militante nesse sentido foi fundamental, eu tenho certeza quanto formação enquanto pessoa e também pelo próprio sentimento de pertença né, porque a gente sabe que é uma escola que é nossa, pelo sentido foi esse a igreja também teve um papel importante na criação da escola pela é a igreja de Goiás e na figura do padre Felipe na época que ajudou muito, então acho que esse é um aspecto muito importante, e a CPT sempre esteve nesse processo tanto nas comunidades quanto na escola. (Entrevista, 22/05/2017)

Em uma das entrevistas, realizada com os sujeitos sociais da disputa pela terra no município de Goiás, destacamos a de Manoel Santana da Mata, realizada em 18 de agosto de 2016, na Fazenda Estiva, atual assentamento São João do Bugre. Em relação à participação da Igreja, o assentado acrescentou: “A Igreja acompanhou muito”.

Outro entrevistado foi Isaías da Glória de Araújo, no dia 29 de junho de 2017, professor da Efago, que foi membro da Diocese de Goiás, nos municípios de Goiás, Sanclerlândia, Mozarlândia e Ceres. Isaías viajou em 2002 e 2003 para o estado do Amapá, onde morou com os índios Karipunas em Oiapoque. O entrevistado atuou junto aos indígenas e aos trabalhadores do campo. Quanto ao papel da Diocese de Goiás, esclareceu:

Dom Tomás Balduino chega na Diocese de Goiás em novembro de 1967, ele já chega preocupado com uma Igreja renovada. Baseado nas determinações do Concílio do Vaticano II. No começo de 1968 ele fez a primeira assembleia diocesana, pra colocar em prática a pastoral de conjunto. Em 1969 a segunda II Assembleia Diocesana, em 1970 a terceira, a quarta em 1971 e em 1972 a quinta assembleia a qual toda a Diocese fez a opção preferencial pelos pobres. Naquele tempo, 70% da população do Brasil morava no campo e começou-se a debater a luta pela terra. Essa opção foi feita pela população que morava no campo. Eu entrei nesta luta mais ou menos em 1973. Em 1974 eu começo a trabalhar na biblioteca da Cidade de Goiás e vou compreendendo o comprometimento da Diocese de Goiás com os pobres e com o povo do campo. E assim, junto ao grupo de trabalhadores rurais foi criado a CPT em 1975. A Diocese de Goiás fez muito bem ao seu povo, aos pobres, as mulheres aos trabalhadores do campo e da cidade. Dom Tomás foi um dos maiores defensores dos índios neste Brasil afora, formou uma irmandade com Dom Pedro Casaldáliga, na Prelazia do Araguaia, em São Félix do Araguaia. (Entrevista, 29/06/2017)

Quanto à importância da Diocese de Goiás no aspecto formativo de trabalhadores do campo, Isaías afirmou:

Plagiando o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ceres, o Otacílio: A Diocese de Goiás pra mim é tudo, tudo que eu sou eu devo a Diocese de Goiás. A Diocese de Goiás foi tudo, Dom Tomás foi tudo, a Diocese de Goiás fez a educação do campo em Goiás. Ele disse isso com uma convicção. Que eu me sinto representado por isso, que ele disse, porque eu também diria. A Diocese foi tudo juntamente com Padre Felipe Ledett, com Marcelo Barros, com Bacural, com tantos trabalhadores rurais, Orlando, Aderson, Miguel, e tantas trabalhadoras rurais, também, Maria, Adelaide etc. Isso é um pouco da história. (Entrevista, 29/06/17)

Ao longo da realização desta pesquisa, notamos que todos os entrevistados apontam Dom Tomás como o grande precursor das ações pastorais desempenhadas em vários municípios de Goiás. Em uma das entrevistas, em 12/11/16, Perpétua Gontijo denominou esse período de *Caminhada da Libertação*. Era a tentativa de educar construindo a sua própria

caminhada, era o “caminhar junto”: “Caminhar sozinho pode até não chegar a lugar nenhum. Se você caminha junto você caminha com a sociedade é o sentido do coletivo”.

Figura 15 - Dom Tomás Balduino e liderança indígena



Fonte: www.socioambiental.org.

Durante as ações de Dom Tomás Balduino na Diocese de Goiás, a criação do Conselho Missionário Indigenista (CIMI), e ações junto a estes povos, conforme a figura 15 ilustrou, Perpétua reforçou em entrevista: “*Não era uma fé só de rezar, era fé e vida*”. A perspectiva era de caminhar por melhorias sociais, mesmo que fosse necessário lidar com os enfrentamentos políticos e de classes que se deparavam.

Entre outros atores de luta social no campo da Teologia da Libertação, dialogamos com Antônio Canuto⁸⁷. A narração foi relacionada a uma prática de educação popular de caráter formal. Nessa experiência, relatou a influência de Paulo Freire nas ações e a Teologia da Libertação como uma das molas propulsoras de formação junto aos camponeses:

A gente chegou no auge da ditadura que investia em destruir a Amazônia. Em 8 de agosto de 1971 Dom Tomás foi ordenar um padre, e o Pedro recebeu o convite para ser bispo. Eu era padre, lá tinha muitos leigos. Eu fui com o pessoal do seminário. Uma primeira ação junto ao ginásio foi criar as palavras-chave, os temas geradores. A primeira palavra-chave era MATA. Todo mundo vivia na mata. A diferença é que nós mergulhamos na vida das pessoas. As decisões eram tomadas em conjunto. O MEB não existia lá naquela época, existia em Conceição do Araguaia no Pará. Era uma rádio educadora. Hoje eu atuo na CPT Nacional, eu participei das reuniões que criou a CPT em 75. O meu nome foi indicado pra ser o primeiro secretário, mas ficou o Ivo Poletto. Eu ajudo a fazer as edições dos Cadernos de Conflito da CPT. O aprendizado com essa atuação é que, quando você vai em uma área dessas é outra cultura, você vai aprendendo coisas que é diferente. As diferenças culturais, as diferentes formas de se expressar, a precisão das pessoas ao falar e ao falarmos com

⁸⁷ No dia 18 de fevereiro de 2018, em Goiânia. O entrevistado trabalhou ao lado de Pedro Casaldáliga no estado do Mato Grosso, em São Félix do Araguaia. Chegou à região em 1972 e sua origem é do Rio Grande do Sul. Estabeleceu-se por treze anos no mesmo local, trabalhou na CPT, na fundação de sindicatos na região e em cursos de formação para professores em parceria com a Unicamp.

ela, tudo isso, nos ensina muito. A população era mais de sertanejo. Agora hoje em termos de formação a CPT desenvolve trabalhos de alfabetização em Guajarina no Pará. No nordeste o pessoal tem investido no Pronera. Tem os processos de formação que são intensos também em nível nacional, regional, com temas específicos pros agentes da CPT. E tem a discussão política na base com os lavradores. Se eu sofri algum tipo de violência, ameaça? (risos). O povo dizia que eles queriam me matar. Mas eu não acreditava. Eu podia até tá com medo, mas não podia demonstrar. Você correr é o que eles querem. Nem todo mundo pensa assim, tem gente que acha perigoso. Quanto ao que eu escrevo, as minhas inspirações, eu sou muito autodidata, eu escrevi por 12 anos no Jornalzinho “Alvorada” da Prelazia, numa parte que chamávamos “retalhos da história”, vou publicar algumas coisas desse período. Eu leio muito, porque a gente lê todo dia, mas eu não leio autores clássicos, eu nunca fiz um estudo profundo da Teologia da Libertação, mas eu lia os princípios e fazia as sínteses. Participei de cursos de três dias, com Boff e outros. A Igreja agora com o Papa Francisco ela tá com o discurso que nós tivemos, o Dom Tomás. Ele tem uma aceitação mais fora do que dentro da Igreja. Ele é muito humano, sem os moralismos, e é presente na vida do povo. É triste ver que muita coisa mudou. Mesmo lá na Prelazia, a preocupação é em ter padre. Tem a formação mas na prática a vida é outra. A prática que é mais importante do que a teoria. (Entrevista, 20/02/2018)

Sobre o papel político das CEB's, sua intervenção relacionada à Teologia da Libertação, seu caráter pedagógico, entrevistamos Antônio Baiano, “tocador de violão”, no dia 7 de outubro de 2017, ao participar de uma reunião da Romaria da Terra em Itapuranga. Antônio vivenciou a formação política na Igreja, nos movimentos sociais e no sindicato. Relatou a inserção e a caminhada na Pastoral dos Excluídos e na CPT:

Vim da Bahia em 1974. Sou filho de agricultores tradicionais do sertão da Bahia. Chegamos em Orizona e começamos a participar das CEB. Estava sendo implantado a novidade da Teologia da Libertação, e o meu contato com ela foi por meio da Bíblia. Nós era de muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre. Em 1975, eu adolescente, fiz a primeira leitura da Bíblia, o que me tocou bastante foi falar da Libertação do povo. O grande apelo da Bíblia é a libertação do povo. Fui pra Goiânia, tive contato com os moradores de rua e em 1982 entrei no Seminário, em Ipameri. Em 1987 comecei a trabalhar com crianças em situação de rua, nesse período muita coisa me chamava atenção, mas eu me perguntava principalmente: Por que algumas pessoas têm que morar em prédios e outras nas ruas? Estes trabalhos me ajudaram a elaborar um senso crítico sobre a realidade. E ajudar animar a luta. Em 1989 a CPT me chamou pra trabalhar, foi uma retomada da luta no campo principalmente com a ocupação neste ano e da fazenda Arara Marapiara, com 400 famílias acampadas. Os atores que apoiaram foram o MST, FETAEG, IFFAS, IBRAS, foi uma experiência que eu vivi intensamente. Na igreja a gente tinha o papel de fazer a leitura da Bíblia e lincar com a realidade da luta pela terra, era assim a Teologia da Libertação. Até 2005 foi muito forte esta experiência. Dom Tomás tinha os pés na Teologia da Libertação, a casa do bispo, o carro, várias vezes estava à disposição e levava o pessoal pra ocupação. [...] Eu tive a convivência com lideranças de movimentos, quando você se torna um sujeito coletivo você passa a ter força. O MST traz a ideia de juntar os excluídos, a formar a consciência, se tornar um sujeito libertário, protagonista. Se você tem um grupo maior, esse sujeito coletivo incomoda. [...] Maiores aprendizados, ouvir sobre a fatura dos acampados ao se tornarem assentados, conhecer muita gente, tudo isso marcou profundamente a minha vida, e me batizou como alguém que não pode recuar na luta. (Entrevista, 07/10/2017)

A atuação das CEB's e de outros setores progressistas da Igreja, como as pastorais, foi enfraquecida a partir da escolha de bispos conservadores, como o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Lucas Moreira Alves, arcebispo de Salvador, que apresentava posturas contrárias à Teologia da Libertação. Suas ações na Igreja levaram-na a defender temas conservadores ligados à sexualidade e à moral, como o aborto e os métodos contraceptivos, o que refletiu diretamente na organização das CEB's e no trabalho político, filosófico e social constituído (LÖWY, 2000).

Esta análise foi reafirmada pela ex-presidenta do Sindicato de Itapuranga e hoje membro do Grupo de “Mulheres do Xixá”, ligado à Cooperativa Mista dos Produtores de Itapuranga (Cooperafi), a “Dona Augusta”, que estabeleceu uma relação entre o papel da Igreja e a atuação dos sujeitos durante a década de 1970, 1980, 1990 e em 2018:

Eu acho que a Igreja teve um papel fundamental nos movimentos sociais em Itapuranga, principalmente nessa época de 70 e 85, por aí, eu acho que de certa forma, eu não quero aqui criticar ninguém, mas eu acho que a Igreja caiu um pouco nessa participação no movimento popular. Eu acho que nessa época foi fundamental, o sindicato dos trabalhadores aconteceu não foi porque os trabalhadores pensaram um dia lá na roça, a Diocese fazia um trabalho muito forte e nessa intenção mesmo das comunidades de base era um negócio assim bem aberto, falava realmente a língua do lavrador, porque que ceis estão sofrendo, porque que os ceis têm que tem que organiza, porque que os ceis têm que melhora, eu não sei se não tivesse tido o trabalho que a igreja fez aqui teria acontecido a luta que teve. (Acervo, UEG)

No que se refere às mudanças no papel de atuação da Igreja entre a classe trabalhadora e o apoio direto às ocupações de terras de trabalhadores do campo, a entrevista com Frei Marcos, em julho de 2016, nos esclareceu o papel da Igreja na contemporaneidade: “A CPT fica mais na assessoria e não mais as ocupações, que ficam a cargo dos movimentos sociais”. Um dos marcos históricos de visibilidade maior que apontou os realinhamentos de posturas filosóficas e políticas no interior da Igreja Católica foi a realização da Conferência dos Bispos Latino-Americanos em Santo Domingo, em 1992, no Caribe, na qual João Paulo II orientou sua homilia a partir de uma “nova evangelização”, afastando-se dos ideais da Teologia da Libertação realizados em Medellín e Puebla (LÖWY, 2000).

Além dessas questões ligadas às mudanças estruturais no interior da Igreja, outros fatores contribuíram para a menor atuação das CEB's e pastorais: o avanço das igrejas neopentecostais, o *Focolari*⁸⁸, e a Renovação Carismática⁸⁹, que ganhou força entre fiéis

⁸⁸ Movimento conservador fundado em Trento, na Itália, em 1943 por Chiara Lubich. (PESSOA, 1997c)

católicos, provocando desentendimentos, divergências políticas e partidárias entre movimentos sociais e líderes religiosos. Moreira (2016) evidenciou a diminuição das ações sociais das CEB's, da Teologia da Libertação e de vertentes críticas no interior das igrejas relacionada à expansão do consumo, o que dificultou a crítica e a reação das instituições religiosas. No entanto, sabemos que as razões para a Igreja não valorizar as correntes da Teologia da Libertação estão além desse fator, pois um posicionamento político-religioso dessa natureza fere os interesses do Estado e da classe dominante.

Os trabalhos de base, realizados inicialmente por meio das igrejas, apresentavam metodologias de diálogo, reuniões, pautas e sistematizações que culminaram na organização popular na América Latina. Os movimentos sociais efetuaram o trabalho de base com outras perspectivas de formação política. A organização popular tem o pressuposto de negociar objetivos, tarefas, definir ações e propor transformações nos aspectos sociais, políticos e econômicos. Assim, estes trabalhos de base, de origem nas CEB, se firmaram em 2017, 2018 e 2019 em Goiás, com destaque para as ações do MST e Terra Livre.

As mudanças ocorridas nas Igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos, nos movimentos sociais, nas relações entre capital e trabalho, capital e política, capital e burguesia, as pressões sociais na América Latina continuam em ebulição e assim o capital continuou a servir os grandes capitalistas para sua própria reprodução. A mão invisível disfarçada do discurso de democracia continua a ordenar o sistema produtivo. Como as contradições se alastraram, a estrutura capitalista embrenhou o Estado e as relações humanas. Nessa conjuntura, as mobilizações sociais podem ser potencializadas (MÉSZÁROS, 2011). O cenário político com as eleições presidenciais revelou como o conservadorismo, o ataque aos camponeses, aos indígenas, aos quilombolas, bem como o desrespeito ao meio ambiente e às leis trabalhistas e o aumento de complicações aos trabalhadores que acirram as disputas. Assim, as organizações populares tornam-se fundamentais na crítica da realidade, na construção da autonomia do pensamento, na insubordinação à classe dominante e no papel educativo da luta social (LOUREIRO, 1988).

Segundo Alves (2011), foram vários atores formativos em Goiás, como descrevemos no item anterior, os partidos políticos, os sindicatos, o MST, a Fetaeg, porém, neste tópico enfatizaremos o papel dos partidos políticos e das igrejas, principalmente a partir de 1960 e dos partidos no alicerce das disputas sociais no campo. Essa análise foi pautada por pesquisas

⁸⁹ A renovação carismática surgiu nos EUA, na década de 1960 (PESSOA, 1997c). E Löwy (2000, p. 217), na obra *A guerra dos deuses*, afirmou que o movimento de Renovação Carismática, em 2017 agregou aproximadamente 4 milhões de integrantes só no Brasil.

realizadas em fontes primárias, como documentos, relatórios, ofícios, cartas e materiais didáticos disponíveis na Diocese de Goiás, na CPT de Goiânia e demais fontes de pesquisa.

Os diferentes espaços de formação dos sujeitos se ampliaram porque a classe trabalhadora se fragmentou no processo de luta junto às reivindicações sociais inerentes ao Estado. Essa fragmentação é um dos maiores entraves à classe trabalhadora e, para Mészáros (2011), quanto maior a fragmentação dos trabalhadores, melhor para o capital, pois, com a luta fragmentada, a homogeneidade da classe trabalhadora se compromete. A ação econômica é realizada pelos sindicatos e a ação política, pelos partidos. Nesse sentido, os movimentos dos trabalhadores se redefiniram em distintas frentes de luta, umas mais interligadas e aparelhadas ao Estado e outras mais radicais e atuantes (MÉSZÁROS, 2011).

Nas disputas territoriais do campo em Goiás, o PCB desempenhou a formação, conforme apontou os estudos de Loureiro (1998). O partido auxiliava na escrita de projetos de reforma agrária para os camponeses, na formação das lideranças, nas propostas de praxis e nas discussões político-ideológicas, apoiou a luta do Arrendo em Campo Limpo (Orizona) com ações nos comitês municipais em meados da década de 1940 e início da década de 1950. O partido auxiliou na formação das primeiras ligas camponesas em Goiás, na região da estrada de ferro.

Loureiro (1988) complementou que houve outros atores educativos no campo, como as escolas de formação profissional: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (Pipmo), Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Entretanto, o objetivo dessas empresas e institutos era garantir a formação de mão de obra agrícola em Goiás, produzindo tecnologia de acordo com os interesses do capital. As artimanhas do capitalismo são encobertas com o argumento de que a formação da mão de obra beneficiava o trabalhador.

Ainda sobre o papel da Igreja e de lideranças na formação política de trabalhadores em Goiás, Alves (2011), em sua tese, debruçou-se nos estudos do papel da CPT na conscientização de camponeses e na sua organização coletiva nos momentos de enfrentamento no campo. Segundo Alves (2011, p.16),

Em suma, a CPT exercita o que o MST e a FETAEG fazem, no entanto, agregando outro valor, que para o trabalhador rural tem um grande sentido, que é a fé religiosa. Nenhum dos outros agentes coletivos organizados insere a questão da religiosidade nas suas práticas, que é um elemento a mais. A CPT propõe um quadro de referenciais formativos mais abrangentes.

A Igreja Católica propôs reflexões que contribuíram para a organização social de trabalhadores por meio da Teologia da Libertação, como pontuamos no primeiro capítulo. No estado de Goiás, a Diocese de Goiás, historicamente, foi criada pela bula papal do papa Bento XIV, em 6 de dezembro de 1745. Em 18 de novembro de 1932, por papa Pio XI, foi elevada à arquidiocese e sede. Em 1956, pela bula do papa Pio XII, foi extinta a Arquidiocese de Goiás. Ainda pela bula do papa Pio XII, foi criada a nova Diocese de Goiás, desmembrada da antiga Arquidiocese de Goiás. Desse modo, a Diocese de Goiás⁹⁰, a partir da segunda metade do século XX, pode ser concebida como um dos campos de atuação da Igreja Católica como suporte e mediação entre os sujeitos que lidam com a terra, com instrumentos de formação política no processo de reforma agrária, com o fortalecimento de resistências sociais e a permanência da cultura popular do campo (DIOCESE DE GOIÁS, 2017).

Dom Tomás Balduino⁹¹ foi defensor dos pobres, indígenas e camponeses no Brasil e em Goiás. Trabalhou em Conceição do Araguaia, no sudeste do Pará, aonde chegou em 1956. Foi nomeado bispo em 1967 em Goiás. Auxiliou na Fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surgiu em 1975, e foi assessor até 1999. Seu bispado durou 31 anos, trabalhou em defesa dos índios, no Conselho Indigenista Missionário (CIMI), juntamente a Dom Pedro Casaldáliga, e foi o precursor da “Igreja que caminhava com o povo” em Goiás, a partir dos pressupostos da Teologia da Libertação. (CANUTO, 2014).

Neste momento histórico eclesial, os direitos negados aos pobres, à classe trabalhadora são questionados, como afirmou Sebastião Gontijo, emblemático militante da Igreja Católica, dos sindicatos e do partido do PT: “Era o momento de passar de uma igreja orante para uma igreja atuante.” O entrevistado afirmou que, durante esse momento, houve várias assembleias das quais saíram inúmeros representantes. Ele destacou que, a partir da segunda assembleia, após a implementação do AI-5⁹², a Igreja passou a posicionar-se mais firme em relação à violência aos trabalhadores e à censura praticada em vários âmbitos.

⁹⁰ Em 1966, após a divisão eclesiástica, a Diocese ficou dividida entre os seguintes municípios, na Região do Rio Vermelho: Britânia, Jussara, Itapirapuã, Novo Brasil, Fazenda Nova, Santa fé. A região Serra Dourada com: Burity de Goiás, Goiás (Paróqui Santa Rita e de Sant’Ana), Sanclerlândia, Mossâmedes. A outra região denominada Uru: Itaberaí, Heitoraí, Guaraíta, Itaguari, Itaguaru, Itapuranga, Taquaral de Goiás. E a Região do São Patrício de: Uruana, Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Nova Glória. (diocesedegoias.org.br) A experiência de associar as lutas populares aos discursos religiosos no seio da Igreja na Diocese de Goiás baseou-se na experiência realizada por Dom Eugênio Sales, no estado do Rio Grande do Norte, em Natal.

⁹¹ Paulo Balduino de Sousa Décio nasceu em Posse (GO) em 31/12/1922 e faleceu no dia 02/05/2014. Estudou Teologia em Juiz de Fora (MG), foi ordenado padre dominicano em 1948. Aposentou-se em 1998 e se manteve como bispo emérito de Goiás (CANUTO, 2014).

⁹² O AI-5 (Ato Institucional) foi decretado durante o governo Costa e Silva com medidas para combater as organizações populares e medidas severas como o fechamento do Congresso Nacional, suspensão dos direitos políticos e das garantias constitucionais, além da intervenção federal em estados e municípios.

Entre os documentos pesquisados que comprovaram a atuação da Igreja nesse momento histórico, destacamos o Boletim da Diocese de Propriá em Sergipe⁹³, que registrou o ato público realizado pela Igreja Católica de Goiás em apoio aos camponeses envolvidos no conflito da Mamoneira, no município de Fazenda Nova.

As igrejas, os sindicatos e os partidos políticos se mesclaram à disputa pela terra em Goiás e se fortaleceram, principalmente, a partir de 1972. Padres como Chico Caponi, Orlando de Santa Fé, Antônio Bueno, Luciano Merighi, provenientes dos municípios de Itaberaí, Itapuranga, Goiás, afirmaram: “Foram então a D. Tomás e, ao invés de criar a CPT da Diocese de Goiás, criaram uma coisa parecida, para ser ao mesmo tempo CPT, mas sem ter a capa clerical: a Equipe de Terra. Passava-se a ter uma estrutura na Diocese de Goiás, disputando eleições sindicais e criticando o sindicalismo oficial, o assistencialismo, a falta de combatividade, o peleguismo, o presidencialismo, etc.” (Entrevista com Frei Fernando Brito, 1994).

Touraine (1989) notou que há uma ligação entre a Igreja Católica e o campo na América Latina. Essa aproximação ocorreu, sobretudo, a partir de 1980, quando se iniciou a intensificação e precarização do trabalho, da posse da terra e por meio das mudanças tecnológicas que adentram o campo, trazendo novos significados simbólicos e políticos para o mundo rural. A Igreja Católica na perspectiva da Teologia da Libertação apresentou uma abordagem ecumenista de mundo, a fim de propor reflexões ao campesinato, provocar ideias, direcionar a mobilização e a organização social.

Desse modo, a CPT, as pastorais em Goiás, por meio do discurso evangelizador de forma próxima à realidade da classe trabalhadora, trouxeram a condição de explorado, de sujeito capaz de agir e transformar sua história. Mexendo com o imaginário do camponês, revitalizando o sentido à terra, valorizando-a, ressignificam-se o desejo de pertencimento à terra, o cultivo e o trabalho no campo (ALVES, 2011).

Brandão (2012, p. 75) apontou o papel da Igreja na educação popular e na relação com os movimentos sociais e, segundo esse autor, o protagonismo dos sujeitos era central. No entanto, Alves (2011, p. 49) mostrou que o papel da CPT se confundia entre o apoio e a direção da luta dos camponeses em Goiás.

Um momento do que se passou com o “trabalho pastoral” da Igreja Católica ajudaria a compreender as diferenças. Poderia ilustrar como, no interior de uma mesma instituição, cujo poder de controle se ramifica secular e admiravelmente “no meio do povo”, há orientações no mínimo divergentes e, no máximo, francamente

⁹³ Documento da CPT Nacional. Boletim da Diocese de Propriá (SE). (Ano IV, n.º 48, abr. 1981).

antagônicas. Nos mesmos anos 1970, em que alguns setores mais avançados daquilo que mais tarde veio a ser chamado de “igreja popular”, procuravam fortalecer, com os seus, os movimentos populares, outros setores resistentemente conservadores, multiplicaram tanto na periferia de grandes cidades, quanto pelo interior do país, uma experiência a que se deu o nome de: criatividade comunitária.

Um dos instrumentos pedagógicos e formativos utilizados pela CPT era *O Plantador*, um boletim que alertava sobre os direitos trabalhistas no campo, sobre cursos e conteúdos reflexivos, uma vez que a prática precisava ser teorizada para ser libertadora. Em consulta e leitura de *O Plantador* n.º 42, de 30/04/1989, observamos nesse boletim notícias sobre a ocupação do MST na Fazenda Nova, realizada por 180 famílias a 8 km de Cristalina. Isso demonstrou o papel de informação e denúncia desses boletins para além da formação.

A CPT utiliza os mesmos instrumentos formativos da educação popular freireana⁹⁴, a reflexão, a leitura, o debate e a consciência. Durante a realização de trabalho de campo, algumas lideranças religiosas apontaram a leitura bíblica do *Semeador* como uma das mais refletidas e utilizadas pelas CEB para motivar a formação de lideranças nos sindicatos, associações, partidos políticos e demais espaços de formação. Segundo Alves (2011), este trabalho formativo ocorreu em três dimensões:

1. A prática informativa;
2. O preparo dos agentes pastorais;
3. A posse do capital e a aquisição do *habitus*.

Durante esses trabalhos formativos da CPT, cursos foram realizados com inúmeros participantes. Entre os professores que contribuíram para essas formações, destacam-se: Sérgio Paulo Moreira, Carlos Rodrigues Brandão, Zander Navarro, José de Souza Martins, João Pedro Stédile, Luiz Fenelan P. Barbosa, Horácio Martins de Carvalho, Marcelo Barros de Souza, Daniel Rech, Ivo Poletto, Osvaldo de Alencar Rocha (ALVES, 2011).

Entre as ações da Diocese em Goiás, destacamos a denúncia de megaprojetos de desenvolvimento que expulsam as pessoas do campo, bem como depoimentos que mostram apoio aos camponeses em áreas de conflito e em atos públicos durante as missas em discursos religiosos de padres, como Dom Fernando, que, no dia 9 de abril de 1985, conforme o jornal *Vai e vem* de São Paulo, registrou: “O que causa maior revolta é ver que repetem, hoje, com um governo eleito sob a bandeira opositorista, as mesmas violências praticadas contra os humildes, durante o governo anterior, as violências eram praticadas à luz do dia, sem

⁹⁴ No terceiro capítulo, aprofundaremos nos conceitos-chave e nos pressupostos teórico-metodológicos freireanos, uma vez que compreendê-los nos auxiliam a entender melhor as práticas pedagógicas utilizadas nos movimentos sociais, nos sindicatos e na construção dos saberes sociais que se territorializaram em Goiás.

disfarces: agora elas são cometidas na calada da noite, para que, sob a luz do sol, a demagogia continue enganando a população com discursos de amor aos pobres”.

Entre os freis ligados à Teologia da Libertação que atuaram no município de Goiás, entrevistamos no dia 08/07/16, Frei Mingas, Domingos dos Santos, natural da zona rural do interior de São Paulo. Assim que Dom Tomás chegou a Goiás ele se entusiasmou com o projeto social proposto por ele. O padre entrevistado atuou em Minas Gerais nas CEB's e ficou no Tocantins por dois anos na CPT de Porto Nacional. Frei Mingas trabalhou com Frei Henry no Tocantins e com padre Josimo. Em 1987, retornou a Goiás quando estouraram os movimentos de luta contra os latifúndios improdutivos. Auxiliou nos acampamentos e nas discussões jurídicas para conseguirem as terras. Nessas ações, Frei Mingas declarou: “O trabalho era grande, porque não é possível separar a questão política da sociedade”.

Frei Mingas participou de cursos de Teologia da Libertação com Leonardo Boff, nos quais atualizou seus conhecimentos relativos à Teologia Clássica, na época em que Dom Tomás esteve à frente da Diocese de Goiás. Segundo o padre, a Teologia de Tomás de Aquino fundamentou a teoria social dos bens. Em seus estudos, Frei Mingas se inspirou no peruano Gutiérrez, dominicano, o qual discutiu a mística do “pobre”: “Isso me encanta muito. E fundamentou minha pastoral e minha espiritualidade”.

O Frei explicou que seu vínculo junto aos camponeses, que se deve à sua origem rural e à sabedoria popular: “Sempre me dediquei mais ao povo do campo. Sempre gostei de ouvir os camponeses. Escutar o povo. As pessoas do campo conseguem ligar a Bíblia ao seu cotidiano. O povo sabe contemplar a beleza da natureza e sabe casar com a palavra de Deus”.

Ainda com relação ao aprendizado deste líder religioso, ao lidar cotidianamente com o povo e a maneira de entrelaçar a teoria bíblica às questões sociais, Frei Mingas acrescentou:

O livro do Êxodo foi muito importante para debater as questões sociais. Era um prato cheio. O testemunho de Jesus é a maior palavra-chave pra dialogar com o povo. Fazer com que o povo se encante com a prática de Jesus. O exemplo dele. Os pobres que Jesus optou. As pessoas ricas às quais ele dialogou, ele questionou. Era uma postura crítica. A não acumulação de bens. Compartilhar a partilha. O que mais aprendi com o povo das comunidades ao longo da caminhada é a capacidade de resistência diante da problemática da vida e a fé em Deus. Muitas vezes eu me perguntei se eu teria coragem como eles. Aprendi com o povo a maneira simples de interpretar o evangelho. O evangelho não é academia, retórica. O evangelho é vida. Sabedoria. A palavra de Deus é a singeleza de uma flor. (Entrevista, 08/07/16)

Esta etapa de atuação da Diocese de Goiás, com enfoque na Teologia da Libertação, se deu no final do século XX e início do século XXI, na qual os trabalhadores no campo vivenciavam, durante a década de 1990, o aumento das expulsões e da violência no campo e,

como já mencionamos anteriormente, o avanço da modernização agrícola, do neoliberalismo, a subproletarização e o desemprego no campo. Reforçamos isso, para não descontextualizar o trabalho realizado por esta entidade e para que compreendamos melhor as entrevistas realizadas com os religiosos que atuaram durante esse momento no Brasil (MARTINS, 1980).

Outro líder religioso entrevistado no dia 06/07/2016 durante esta pesquisa foi Frei Marcos, que atuou com Dom Tomás em Goiás em ações vinculadas à Teologia da Libertação e às pastorais. Frei Marcos formou-se em Teologia na Itália, de 1960 até 1973 trabalhou com os movimentos sociais em São Paulo. Em 1966, foi convocado pelo II Conselho Vaticano para compor a coordenação de um dos setores da Diocese. A convite de Dom Paulo Evaristo Arns, bispo que lutou contra a ditadura e as torturas, chegou a Goiás em 1973 com o intuito de trabalhar com “a opção preferencial pelos pobres”. Nesse trabalho, Frei Marcos coordenou a Pastoral dos Excluídos, que acolhia os sem teto, prostitutas e outros. Durante a formação junto aos camponeses em Goiás, Frei Marcos nos relatou:

A fé e a política contribuíram na organização popular. Na formação teórica, eu tenho pouco conhecimento, eu fazia mais a prática. A contribuição era na práxis. Batia na tecla da injustiça. Produzir para si mesmos. Justiça social contra as desigualdades e a exploração. Aqui é o ninho dos Caiados. (Entrevista, 07/07/2016)

O referido frei destacou parte de momentos ocorridos na década de 1980, quando os camponeses ocuparam 146 alqueires de Urbano Berquó, iniciando a disputa no município de Goiás. Frei Marcos esclareceu que desenvolveu seu trabalho em parceria com a CPT, em reuniões com os sem terra e auxiliava aqueles que tinham sido expulsos das terras dos Caiado, Berquó e Fleury. O frei relatou que, em 1979, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Divina, foi ameaçada e quase acertada por um tiro. Relatou ainda que, nessas assessorias junto aos camponeses, o assustava a forma como as terras em Goiás foram griladas e apropriadas “na base do trabuco.” Registramos as violências simbólicas e ameaças⁹⁵ sofridas por Frei Marcos em Goiás:

Apareceram algumas madames aqui na igreja que disseram que o Ronaldo Caiado ia mandar uma caravana no convento da Igreja do Rosário para me prender. Vieram realmente, capatazes, pessoas e ficaram aqui de frente à igreja. As madames queriam que eu entrasse no bagageiro do carro para não ser preso e fosse com elas. Eu disse que não entraria em carro de ninguém. E elas continuaram inventando mentiras para me assustar, inventando histórias. Elas inventaram que o Berquó estava amarrado no Mosquito. Enfim. As ameaças eram grandes. E como a minha figura é muito visível,

⁹⁵Para além da entrevista realizada pessoalmente com Frei Marcos, o boletim *Caminhada* de n.º 123, de 1984, e o jornal *O Popular* realizaram as denúncias de ameaças por duas vezes recebidas por este frei. Ele faleceu em maio de 2019.

às vezes evitava alguns lugares por conta das perseguições. Nós acolhíamos os camponeses nas igrejas com músicas e orações antes das ocupações. Mas pessoalmente eu nunca recebi uma violência física. (Entrevista, 07/07/2016)

Um fato histórico importante no relato de Frei Marcos aconteceu durante a ocupação do Mosquito, quando Ronaldo Caiado resolveu criar a União Democrática Ruralista (UDR). Ou seja, este fato foi um marco histórico na política agrária do Brasil atrelado às ações de camponeses de Goiás, atores da CPT, partidos e sindicatos. Após essas primeiras ocupações, Frei Marcos afirmou que houve “um racha” entre MST e CPT/Diocese de Goiás, pois algumas lideranças religiosas, como Frei Domingos, não concordavam com parte das ações mais radicais do MST. Após essas divergências, a CPT ficou mais na prestação de assessoria e as ocupações a cargo dos movimentos sociais.

Já o papel de Frei Francisco Cavazutti na defesa de camponeses e pessoas trabalhadoras do campo e da cidade foi realmente emblemático. Sobre esse religioso, José do Carmo⁹⁶ complementou, ao relatar sua convivência com ele, o processo de violência enfrentado por esse sujeito, considerado um “mártir” entre os membros da Igreja Católica:

Um dos entrevistados foi o Padre Francisco Cavazzuti que, em agosto de 87, foi né?! Vítima de um atentado contra a vida dele, escapou por Deus mesmo e ele ficou cego dos dois olhos com esse atentado à bala e depois ele passou por um processo né?! De tratamento, voltou pra diocese, mas cego dos dois olhos e o padre Chicão, Francisco Cavazzuti, muito ativo mesmo, porque eu trabalhei também na Pastoral da Catequese e ele era uma pessoa que tinha, assim, uma atuação impressionante, né?! Muito ativo. (Entrevista, 24/02/2017)

Como síntese do papel da Igreja na organização popular dos camponeses em Goiás, transcrevemos a entrevista de Isidoro Revers⁹⁷ (galego) realizada na Faculdade de Educação no dia 20/01/2019 para amarrar algumas questões que envolvem tanto a Igreja quanto os sindicatos e os movimentos sociais:

[...] no grupo de Estudos Teologia da Enxada liámos história, sociologia. Fizemos a leitura da obra de Marx, “O capital”. O Marcelo Barros com a Bíblia, Frei Mateus Rocha, o novo testamento. O Grande passo era contextualizar o texto bíblico, numa perspectiva social, econômica, política, interpretando fatos, desvelando a realidade com o suporte da teoria marxista. A Igreja não ia para as comunidades levar uma mensagem, mas era uma metodologia que buscava fazer com que as pessoas refletissem sobre as relações humanas, questões de trabalho, terra. As pessoas perdem o medo de dizer e ser ouvido. A reflexão que se inicia é: quais são os instrumentos para defender os nossos direitos? O pessoal começou a se tornar atores

⁹⁶ Este entrevistado foi vinculado aos trabalhos da igreja e a atuação na educação do campo em Goiás e junto ao PT no município.

⁹⁷ É representante da CPT e da Via Campesina. Descendente de polonês e alemão. Seus avós foram agricultores familiares no Rio Grande do Sul. Foi seminarista e se formou em Filosofia. Em 1968 veio para Goiás.

políticos, organizar direções nos sindicatos. Passaram a rever por exemplo, a permanência eterna de um líder sindical, discutir uma nova estrutura de sindicato. Em Itapuranga, Itaguaru. Com direção colegiada. Começaram a coletivizar o sindicato, formar quadros. E aí fomos percebemos que não bastava apenas fazer discurso a favor da Reforma Agrária era preciso criar instrumentos de pressão. Porque se não a reforma agrária fica no palanque. [...] E aí surge o primeiro instrumento de pressão. O Acampamento. [...]. (Entrevista, 20/01/2019)

Entretanto, durante a entrevista com os padres, foram citados outros nomes de pessoas que participaram ativamente na formação política e na atuação religiosa junto aos trabalhadores do campo em Goiás, como Eliseu, Dário, Nicola, Irmã Zenaide, Irmã Inês, Padre Chiquinho, Maria Toró, Maria das Dores e Maria Marques. O que nos impressionou, são as diferentes frentes de mediação realizadas para que os trabalhadores mobilizados e se organizados se territorializassem em Goiás. Pessoa (1999a) observou que, na organização coletiva e individual dos trabalhadores, havia a “mediação moral”, das igrejas, a “mediação ideológica”, do MST, a “mediação pragmática”, protagonizada pelos sujeitos ao perceberam que eram explorados pelo sistema capitalista, contexto o qual os partidos políticos e sindicatos fomentavam a “mediação cultural”, em que a própria cultura dos assentados do campesinato de Goiás redefiniu novas formas de viver, plantar, lutar, ser, pensar e agir.

Para arrematar esta etapa, que tratou de aspectos ligados ao papel das ações populares na organização coletiva, retomamos as questões legais da formalidade, da estatização e das organizações ligadas ao trabalho, e percebemos que as últimas mudanças da “Reforma Trabalhista” interferem e dificultam mais a organização coletiva, principalmente por meio dos sindicatos. Isso porque, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, com o Projeto de Emenda Constitucional (PEC/269/05), observou-se a incorporação das centrais sindicais ao aparelho do Estado, significando a estatização das organizações operárias e ferindo a autonomia dos sindicatos. Com o fim do imposto sindical e a transferência de contribuições coletivas às centrais sindicais, a greve passou a ser regulamentada, gera coerção e opressão aos trabalhadores de diferentes sindicatos. Isso demonstrou um consenso entre governo, centrais sindicais e patronato, conforme explicou Druck (2006).

Após os esclarecimentos dos elementos formativos descritos neste capítulo, ligados aos sindicatos e às igrejas, o objetivo a seguir será comparar as instâncias e suas ações, e apontar diferenciações entre as formações mais antigas e as atuais acerca das experiências vividas, a práxis coletivas no que se refere às contradições entre o capital agrário e o campesinato em Goiás.

2.3. Territórios no campo em Goiás: uma relação entre as disputas anteriores e as posteriores ao golpe de 1964 e questões ligadas à formação

A região do Córrego da Onça, na Fazenda Maria Alves, foi o local inicial de conflitos no campo a partir de 1970, em Itapuranga, a 80 km do município de Goiás. José Caiado, mais conhecido como “Fiote Caiado”, quis expulsar 30 famílias, porém, essas resistiram. E os posseiros (as) alavancaram a expansão da luta pela terra no município de Goiás porque auxiliaram na primeira ocupação em Goiás para a territorialização do primeiro assentamento no município, o Mosquito. (SILVA, 2001)

Quanto aos movimentos sociais, esses se configuraram em Goiás no século XX, sob a parceria de sujeitos ligados às lutas sociais presentes nas igrejas, partidos e sindicatos. A atuação dos sindicatos, discutida neste segundo capítulo, na década de 1980, principalmente a partir da oposição sindical, sintetizada a partir do depoimento de Manoel, da Fazenda Estiva, na entrevista já analisada: “Era um sindicato com espírito de luta”.

Além desses fatos, mencionamos o conflito de Trombas e Formoso, as ligas camponesas de Orizona contra o aumento do arrendo, com a atuação do PCB nesse município na formação política dos camponeses. Contudo, não ressaltamos a ocupação da Fazenda Mamoneira⁹⁸, no município de Fazenda Nova, a qual é considerada um divisor de águas para a organização política, econômica e social do campesinato em Goiás, isso em 1980. Nesse conflito, 30 posseiros ocupavam 2.700 hectares de terras há mais de 30 anos. Muitos deles eram ligados à família Cesário Lima e os fazendeiros proprietários eram Wellington Seabra Guimarães, Eduardo Bastos da Cunha e Albatênio Caiado de Godoy (CPT).

Outro conflito no qual identificamos o apoio da Igreja e demais setores sociais, como os sindicatos, o Instituto de Formação e Assessoria Sindical (IFAS), os partidos políticos, foi nas fazendas Arara, Marupiara e Zebulândia⁹⁹. A ocupação aconteceu em 26 de julho de 1999 no município de Amaralina e Mara Rosa. As 407 famílias foram despejadas da área de 17 mil hectares improdutiva, cujo proprietário era Amadeu Bragueto. Contra a ordem de despejo, bispos de vários municípios se reuniram a favor dos acampados (CPT, 2013).

Pessoa (1999a) nos esclareceu que a disputa pela terra no estado de Goiás iniciou a partir da ocupação de posseiros na Fazenda Maria Alves, em Itapuranga, posteriormente, na Fazenda Estiva, à margem do rio Bugre, em Goiás, sob a pressão da violência de jagunços e

⁹⁸ No documento *Caminhada* n.º 111, de abril de 1981, da Diocese de Goiás, localizamos informações de como a Igreja, sindicatos, advogados apoiaram esse conflito em Goiás.

⁹⁹ Informações desse conflito foram encontradas no *Jornal Sem Terra* de 1992 e em *O Plantador* n.º 116 de 1996.

enfrentamentos policiais. E, em seguida, o grupo de camponeses de Itapuranga e Goiás ocupou a Fazenda São Sebastião do Mosquito. Somente após esses camponeses acamparem na frente da Prefeitura de Goiás e de Goiânia, que finalmente conseguiram o direito à desapropriação. A partir da análise interpretativa das primeiras articulações de ocupações em Goiás, Pessoa (1999a) chamou atenção para o fato de que foram vários atores envolvidos, primeiro os camponeses, a Arquidiocese de Goiânia, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), as ligas camponesas, ou seja, as mediações de entidades religiosas, sindicais, partidárias e o MEB. O autor definiu a trajetória da “revanche” camponesa:

Quadro 6 - A trajetória inicial de ocupação dos camponeses em Goiás

Município de Itapuranga (1970)	Município de Goiás e de Itapirapuã (junho/1984)	Município de Goiás (1985)
Fazenda Maria Alves ou região do Córrego da Onça	Fazenda Estiva/São João do Bugre e Serra Branca	Fazenda Mosquito

Fonte: PESSOA, Jadir (1999a).

Nesse sentido, já o município de Goiás, tradicionalmente um reduto de famílias oligárquicas, como Caiado, Fleury e Curado, além dos Alencastro, Berquó, Godim, Camargo etc, dificultou o embate político, ideológico e religioso na região. Entretanto, o município se estabeleceu com 24 assentamentos, inicialmente em uma luta traçada pela resistência dos posseiros, pela organização dos camponeses e pela ação firme da Igreja Católica e posteriormente em parceria com os movimentos sociais, conforme analisamos:

Quadro 7 - 24 assentamentos no Município de Goiás

Nome do assentamento	Área (ha)	Data de criação	Quantidade de famílias atualmente	Forma de obtenção da terra
Mosquito	1.890	17/10/1986	40	desapropriação
São João do Bugre	455	25/04/1988	09	desapropriação
Acaba Vida II	272	03/09/1991	04	desapropriação
Retiro	760	03/09/1991	23	desapropriação
Bom Retiro	760	03/09/1991		desapropriação
Lavrinha	711	02/02/1995	26	desapropriação
São Carlos	5.834	02/02/1995	152	desapropriação
Novo Horizonte	986	16/05/1996	18	desapropriação
Bom Sucesso	1.538.8447	30/05/1996	30	desapropriação
Paraíso	1.215	14/10/1996	36	desapropriação
Buriti Queimado	1.197	07/11/1996	26	desapropriação
União Buriti	1.202	07/11/1996	22	desapropriação
Holanda	1.346	30/12/1996	31	desapropriação
Baratinha	748.0905	02/10/1997	15	desapropriação
Vila Boa	793.2248	17/10/1997	12	desapropriação
Engenho Velho	1.168.860	09/12/1997	30	desapropriação

Varjão	1088.8791	05/03/1998	18	desapropriação
Serra Dourada	225.5387	04/11/1999	15	doação
São Felipe	674	29/12/2000	11	desapropriação
Rancho Grande	800	29/12/2000	20	desapropriação
Magali	423.2522	08/11/2002	08	desapropriação
Dom Tomás Balduino			64	desapropriação
Padre Felipe Ledett			41	desapropriação
São Domingos				compra e venda

Fonte: MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e incragoias.wordpress.com).

Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

No município de Goiás, a disputa pela terra se territorializou pelo desejo e ação dos camponeses e pelo apoio da Diocese de Goiás, de sindicatos, partidos políticos e de várias lideranças religiosas que compartilhavam da perspectiva religiosa e política da Teologia da Libertação. Essas ações e propostas foram, sobretudo, pautadas também pelo Concílio Vaticano II. Os primeiros resultados das ações dos trabalhadores do campo e da Diocese de Goiás são a conquista dos assentamentos do Mosquito, em 1986, inicialmente com 43 famílias (PESSOA, 1999a). A quebra das correntes dos latifúndios nesse município foi intensa e complicada, uma vez que o município é um dos maiores redutos das famílias oligárquicas de Goiás, porém, a territorialização dos assentados demonstra a força do povo na luta por direitos de acesso à terra, à comida e à moradia (PESSOA, 1999a).

A figura 16 a seguir mostrará um total de cinco feirantes que ainda resistem na feira de produtos da “Agricultura familiar” de quinta-feira, que ocorre no município de Goiás, atrás da Igreja Catedral, no centro histórico da cidade. A feira acontece em frente à casa da agricultura familiar, onde se comercializam garrafadas, remédios caseiros, balas, livros, tapetes, artesanatos, entre outros produtos. Nessa feira, são comercializados doces, petas, queijos, hortaliças, verduras e leite. A feira já teve um número maior de assentados e de moradores do campo, mas esses comercializam com mais peso na feira de domingo, realizada no município, no setor João Francisco. Na feira de domingo, o número de assentados é mais expressivo.

Figura 16 - Feira do Pequeno Produtor, na Cidade de Goiás (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2019).

No trabalho de campo realizado no assentamento Serra Dourada, no dia 15/03/2019, entre os entrevistados, destacamos Maria da Glória de Moraes, que, no momento da entrevista, plantava 18 bandejas de mudas na propriedade de um dos assentados. Em cada uma dessas bandejas, o espaço era destinado a 280 pés de alfaces e sementes.

Figura 17 - Assentada trabalhando no plantio de sementes no Serra Dourada



Foto: BORGES, Joyce de Almeida. (2019).

A assentada entrevistada nasceu em Xambioá, no Tocantins¹⁰⁰. É associada ao sindicato e à Assofego¹⁰¹ (Associação dos Feirantes de Goiás). Sua renda é composta por diárias¹⁰² realizadas nas parcelas dos vizinhos e aluguel de pasto. Em sua parcela, há mudas doadas pela cooperativa, 70 pés de mandioca, manga, mexerica, cacau, acerola, mamão, abacate, caju, pequi, pé de romã, ora-pro-nóbis e goiaba.

Figura 18 - Produção de horticultura no assentamento Serra Dourada (Município de Goiás)



Foto: BORGES, Joyce de A. (2019).

¹⁰⁰ Possui 46 anos, três filhos, um com idade de 23 e outros dois com 21 anos, e sempre morou na roça desde a infância.

¹⁰¹ Nesta associação de 37 feirantes do município de Goiás, 19 deles são assentados. Os outros 18 feirantes são de comunidades do campo não provenientes de territórios de reforma agrária. Os dados foram obtidos pela própria assentada que já foi diretora da associação.

¹⁰² Designamos “diárias” os dias trabalhados pela assentada. Ela, por exemplo, trabalha de dois a três dias por semana.

Figura 19 - Atividade de gado de leite e plantio de milho e maracujá no assentamento Serra Dourada (Goiás)



Foto: BORGES, Joyce de A. (2019).

As figuras 18 e 19 apresentam as atividades econômicas desenvolvidas no assentamento Serra Dourada. Este assentamento recebeu recursos para a reforma da casa no valor de três mil reais para cada residência. Os assentados possuem assistência técnica do Senar e o último curso realizado no assentamento foi em setembro de 2018 de irrigação localizada. Os assentados relataram a participação em outros cursos, como gotejamento, piscicultura, cesto e panificação.

Em nosso trabalho de campo, ao assentamento Serra Dourada, visualizamos o “Caderno do Produtor” sobre a mesa de duas parcelas visitadas. A seguir, encontra-se o Caderno de Oleicultura:

Figura 20 - Caderno do Produtor

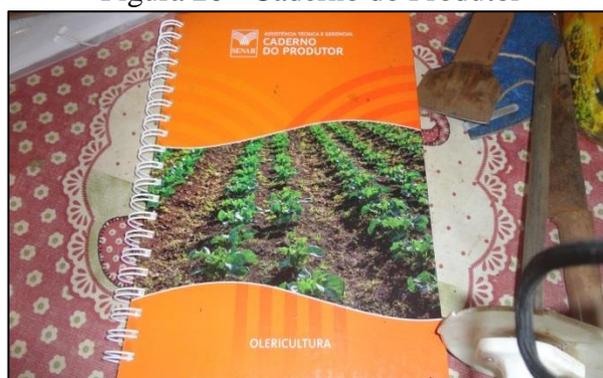


Foto: BORGES, Joyce de A. (2019).

Os saberes do campesinato, no tocante às práticas de cultivo e atividades no assentamento Serra Dourada, são provenientes dos saberes antigos, repassados de familiares,

de saberes técnicos adquiridos, por exemplo, na Escola Família Agrícola (Efago), onde um¹⁰³ dos assentados estudou. Esse assentado afirmou que, com a venda de hortaliças e peixe, possui uma renda composta pelo valor de no mínimo três salários mínimos, e que ganha cerca de cinco mil reais ao mês, mas têm os custos. Apesar de ter estudado na Efago, uma escola de Pedagogia da Alternância que valoriza a Agroecologia, o entrevistado afirmou que “aplico o veneno só nas couves na época da florada, nas alfaces só fungicida nas mudas e no canteiro”. Afirmou que aprendeu a usar a cinza para fortalecer a terra, mas que a cinza “resseca a terra”.

Chamaram-nos atenção os saberes deste camponês quanto à relação do plantio com as fases da lua: “Plantar couve na minguante não dá praga. E demora mais a crescer. Na nova e na crescente as alface cresce mais.” Ele afirmou que muita coisa aprendeu com os antigos e outras que ele mesmo foi observando. Verificamos que as entrevistas, as memórias e os saberes dos camponeses (as) em Goiás estão relacionados com aspectos formais, históricos, informais, técnicos e os saberes da luta. Esse conjunto é que reconfigura os discursos e as práticas, fortalecendo-os como sujeitos individuais e coletivos. Questões semelhantes foram também pontuadas nos trabalhos de campo realizados no município de Itapuranga-GO.

A resistência da luta pela terra em Itapuranga se apresentou pela presença de camponeses do MST acampados a 7 km do município. O acampamento denominado Santa Luzia (Figura 21) foi visitado no dia 25 de novembro de 2017. Conversamos com oito dos acampados e percebemos que esses estão à espera da transferência para um assentamento por oito anos. Questionamos sobre a origem dos acampados, dos oito entrevistados, sete são de origem do estado de Goiás e ficaram em acampamentos em outros municípios, e os que não conseguiram encontram-se em Itapuranga à espera dessa etapa morosa.

103 Entrevistamos Valdisson, no dia 15/03/2019, que começou a trabalhar na terra do assentamento Serra Dourada aos 19 anos e, hoje tem 41, dois filhos, e estudou na Efago, escola onde concluiu o Ensino Médio. Participou de projetos como o da “Casa do Mel”, aprendeu o cultivo das hortaliças e desenvolveu um projeto final de curso com tilápias.

Figura 21 - Trabalho de campo no acampamento Santa Luzia, em Itapuranga (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (Nov. 2017).

Segundo relato dos acampados, doze migraram para o acampamento Curral de Pedra, também localizado no município de Itapuranga. Os acampados demonstraram insatisfação em relação à demora para serem assentados e fizeram menção a não compreensão do fato de que para alguns acampamentos o processo é mais rápido¹⁰⁴ e para outros, não.

Até esse momento, observamos que as lutas territoriais do campo ora se assemelham em determinados territórios, ora apresentam especificidades. Por exemplo, como já mencionamos, em Itauçu, Goiás e Itapuranga, os sindicatos, os movimentos populares, associações se entrelaçaram às mobilizações locais e se fortaleceram à medida em que os saberes sociais das lutas se ampliaram na defesa de trabalhadores, do direito à terra e ao trabalho. Nesses municípios citados, percebemos que os sujeitos que ora começaram suas lutas em uma dessas instâncias, posteriormente, assumiram papéis de lideranças em outras instâncias de mobilização, ou seja, tornaram-se territórios que se somaram, estabelecendo objetivos mesclados em momentos históricos paralelos.

Por outro lado, existem aqueles municípios em que a violência no campo apareceu com especificidades, e os saberes sociais não impediram que a morte, o sumiço, e a violência contra esses sujeitos se territorializassem. Como nos casos narrados nesta pesquisa, tanto nos municípios ligados à Diocese de Goiás quanto nos municípios de Uruaçu, Trombas e Formoso, Goiânia e Orizona, verificamos como os conflitos se configuraram no século XX, ocorrendo violências com as tentativas de desapropriação, a resistência de posseiros, as estratégias dos arrendatários, as ações dos movimentos sociais, a atuação dos partidos e das instituições religiosas, os assassinatos de sindicalistas goianos. Inúmeras situações comprovaram que tratar da violência no campo não é algo trivial, ou apenas mais uma pesquisa, pois está presente e atinge seriamente a vida de várias pessoas.

¹⁰⁴ Curiosamente, sobre essa questão, não obtivemos resposta durante esta pesquisa.

Os depoimentos apresentados nesta pesquisa denunciaram as violências físicas e simbólicas vividas por esses sujeitos, o papel das mediações e a formação como elemento impulsionador dos processos de luta. As dimensões dos saberes na perspectiva política e do enfrentamento colocam em cheque os projetos de ações hegemônicas do Estado, do agronegócio e mostraram o confronto entre esses agentes. A disputa pela terra gera o confronto direto. E, mais do que isso, a disputa pela água, pela comida, pela vida, pelo direito de permanecer no campo se fortalece a partir da territorialização dos saberes e dos sujeitos.

Entre um dos entrevistados que acompanharam o processo de luta pela terra em Goiás na década de 1960 em Itauçu e depois participou da ocupação do acampamento de Canudos, do MST, em 1997, foi Parcival Moreira. A entrevista provocou reflexões interessantes no sentido de perceber a diferença do processo de formação política de antes com as mais recentes e trouxe elementos necessários para percebermos as mudanças nos processos educativos de quem passou pelo sindicalismo e pelos movimentos sociais do campo:

A luta é uma grande mestra. O que a luta me ensinou eu aprendi junto com os camponeses. Lá em Itauçu, na Fazenda Serrinha, o MEB que abriu meus olhos. Você sabe da história do MEB, como funcionava? Funcionou na rádio Difusora. Cada família recebia um rádio branco e ficava ouvindo, tinha o Programa “A comunidade se reúne”. Ah, aí depois eu participei do acampamento de Canudos. Eu tava dentro do MST. Estava na ocupação da Fazenda Palmeira. Eram 27 famílias, em torno de umas 370 pessoas. Eu fiz parte da coordenação do acampamento, dava aulas também de formação política, economia política. Eu nem sabia que era bom nisso. Foi dois anos de participação no MST. Sete meses na direção. Reunia as pessoas nos bairros e se mostrava a proposta do MST. O movimento sindical falava da Reforma Agrária, mas o MST faz a ocupação, que é o grande diferencial. No MST é mais pujante, mais político, mais esclarecedor. O movimento sindical perdeu a linha política pra conscientizar o trabalhador. O sindicato acabou de arriar depois do fundo rural, virou assistencialismo. (Entrevista, 28/01/2018)

Essa entrevista é riquíssima em elementos de análise porque são aspectos de quem vivenciou etapas e entidades diferentes dos saberes das disputas territoriais em Goiás. O entrevistado estabeleceu uma comparação entre o sindicato e os movimentos sociais, mostrou como alterou, ao longo do tempo, as linhas de formação para os trabalhadores e têm a concepção de ser fruto dessas mudanças. Observou como cada uma das entidades realizou um papel diferenciado.

Ainda com relação a esta entrevista de Parcival Moreira, identificamos algumas questões, como ele mesmo afirmou que “a luta é a grande mestra.” Ou seja, é fazendo a luta que se aprende a construir a luta. Esse elemento norteador nos auxiliou a compreender que não existe uma “entidade” suprema, que traz elementos externos para “ensinar” como se construir pelos próprios sujeitos. Esses fatos foram presenciados em trabalhos de campo

realizados em acampamentos, assentamentos, reuniões e momentos formativos dos movimentos sociais e sindicais. Os próprios sujeitos realizam análise de conjuntura, discursos, contribuem para os debates, estudam, participam, problematizam questões e levantam pontos de pauta. As lideranças regionais e nacionais dão suporte, alguns intelectuais das universidades, contudo, são nos trabalhos coletivos, na realização de atividades em equipes, no cotidiano, que esses saberes se constituem, ganham força com a formação continuada em outros territórios, realização de cooperativas, de eventos e círculos de debate. E isso será mostrado no próximo capítulo.

Todavia, nesta análise comparativa entre os sujeitos da luta da década de 1980 e os sujeitos que lideraram sindicatos, movimentos sociais e partidos, alguns deles participaram dos vários conflitos em Goiás e foram peças-chave para coordenar, lutar por direitos no campo e por questões sociais em vários municípios goianos e um deles é o senhor Pedro Teodoro da Silva, de 77 anos, nascido em Bambuí, Minas Gerais, mas residente em Itaberaí:

Figura 22 - Líder durante a oposição sindical na década de 1980, no estado de Goiás



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2018).

O senhor entrevistado, conhecido como Pedro Minas, nascido no dia 29 de abril de 1941, auxiliou na coordenação das primeiras ocupações em Goiás, desde a ocupação da Fazenda Maria Alves, em Itapuranga, a da região de Mamoneira em Itapirapuã, ao Rancho Grande e Mosquito em Goiás. O mesmo mencionou a ocupação em Jataí, a Paraíso¹⁰⁵, como um dos momentos iniciais de luta no campo em Goiás. Na entrevista, outros nomes surgiram como atores importantes nesse processo para além de Dom Tomás, como: Padre Isaac, Maria Helena, Maria Ferreira, Maria Soares, José Teixeira, Tatão, Benedito dos Passos, Margarida, Divina do Salvino, Padre Ivo, Dom Fernando e Sebastião Emílio. Esse entrevistado ressaltou

¹⁰⁵ A ocupação em Jataí pode ser aprofundada com a leitura da obra de Jadir Pessoa, *A revanche camponesa*.

a participação na assembleia geral de criação da CUT, na qual ele foi o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiás. A sua entrevista trouxe elementos que agregaram o histórico da luta pela terra em Goiás em distintos momentos e registrou ocasiões de conflito e articulação entre membros da Igreja e dos sindicatos:

O princípio da luta foi o Marciano e o Ivo Poletto. Em 1973 expulsou os padres. Quando o Ivo Poletto e o Marciano, porque eles tava pregando a justiça e a Reforma Agrária. Aí a elite se revoltou. E eles se aproveitô que nois tava em Goiânia em reunião articulando os sindicatos no estado. Isso foi em 1976. Aí quando expulsou os padres de Itapuranga aí a gente falou agora tem que articular mesmo. Tomar os sindicatos. Temo que ganhar os sindicatos, temos que colocar o trabalhador rural na direção. Nois tava 18 companheiro em Goiânia, Itaberaí, Jussara, Mossâmedes, todo mundo. Porque os sindicato tava na mão de quem não tinha nada a haver. Agora nois falou, como que faiz? Vamos lutar com isso, discutir com o pessoal. Aí o Dom Tomás veio, em Itapuranga, celebrou, tinha o padre Isaac também, ele era bem calmo, mais habilidoso. Quando veio o conflito da Fazenda Maria Alves, a TV Anhanguera ligou na igreja, e disse que vinha visitar o conflito. O Fiote Caiado pegou o inventário da terra de um posseiro, que deu a procuração e tomou as terra, os direito. Aí nois partiu pra isso, pra ganhar o sindicato. Isso em 1982, veio o despejo, e o povo resistiu, com o movimento de base da igreja. Aí veio a reportagem, nois ganhou o sindicato pra defender os posseiros. Aí veio a reportagem, entrevistar os posseiros, o Romário não tava, tem que ir um diretor da entidade, aí eu fui, e eu vinha de um conflito na região de Mamoneira. E ainda queimou os rancho do São João do Bugre, queimou saco de arroz deles. Aí se é pra assumir o trabalho no estado eu assumo, eu não tenho medo hora nenhuma, se é pra defender o próximo, por justiça, a justiça minha é divina. O Dom Tomás falava, “Pedro os jagunço tá pajeando lá”, e eu dizia “traz o carro que nós vai”. Foi, encheu um caminhão, três moças, uma turma ficou lá. Pegou os jagunço um dia lá correu com eles. O Incra é contra a reforma agrária. Berquó só tinha escritura de dois alqueires, aí nois ajudou a ocupar o Mosquito. Articulei, vi o povo na pracinha, levou pra OEC, “Dom Tomás nois tem um Congresso da Fetaeg em Goiânia”. Aí o Dom Tomás disse: “nois vamo pra praça Cívica.” Comprou umas lonas, aí nois falava nós faiz a barraca e o senhor ajeita o caminhão. Quando ele chegou as barraca tava tudo pronto. Aí quando eu já tava no Mosquito ainda ajudei na luta do Rancho Grande e no Engenho Velho. Tem o relatório, quero fazer um relatório das desonestidades que nois encontrou de 1972 a 2017. O que estragou a reforma agrária no estado foi esse problema negativo, companheiro que desiste, passou para o outro lado e perseguiu os companheiros, ficaram sustentando a direita. Aí eu continuei a luta pelo transporte dos meninos no colégio, por energia, educação, saúde, tudo isso dentro do assentamento, bati no Henrique Santillo, aí ele era popular, com ele nós conseguimos muita coisa.

Realizamos a entrevista no sindicato de Bela Vista no dia 18 de abril de 2018 com a secretária do sindicato e com a líder. O município está localizado a 50 km de Goiânia, com cerca de 28 mil habitantes. Observamos os documentos da fundação do sindicato, atas de reuniões e assembleias. O sindicato de Bela Vista foi fundado em 1973, e o primeiro sindicalista foi Antônio Rodrigues da Silva. Esse sindicato possui 4.136 filiados, dos quais apenas 57 estão em dia com as prestações de contas. A figura ilustra a pesquisa realizada:

Figura 23 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Bela Vista



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2018).

Como relato das lutas contemporâneas realizadas em Goiás, pontuamos o depoimento da líder sindical¹⁰⁶ de Bela Vista, que foi um dos sindicatos combativos. Esta entrevista registrou as dificuldades de organização popular vivida por sindicatos que se assemelham com as dificuldades de mobilização apresentadas por movimentos sociais na contemporaneidade, seja no campo ou na cidade:

Não sou de Goiás. Eu sou do Paraná. Estou a frente do sindicato há 4 anos. Nosso sindicato conta com 4.136 filiados atualmente referente aos municípios de Bela Vista e Caldazinha. No Paraná a gente morava na roça. Aí meu irmão veio passear aqui com um colega, gostou do clima, da terra que dava pra plantar hortaliças, arroz, feijão, tudo quanto há. Convidou meu pai, meu irmão e eu, viemos. Eu sempre gostei da roça porque na cidade a gente fica meio acuado. E sempre trabalhando, plantando. Apesar da gente ter algumas decepções com a agricultura. Porque hoje você planta o preço tá bom. Amanhã você colhe e não paga nem o gasto que você teve com o adubo e o veneno. Eu casei com uma pessoa daqui de Bela Vista mesmo, moramos a uns três quilômetros daqui. Eu entrei nessa luta do sindicato através do meu marido que era filiado antigo. A questão formação, reunir o pessoal, eu sei que antes tinha mais reunião na roça, tinha as assembleias. Reunia muita gente. Hoje é mais difícil reunir as pessoas, as pessoas não têm mais tempo, vem na cidade e volta rapidinho pra casa. Mas a gente orienta, muitas dúvidas que as pessoas têm a gente esclarece aqui. O sindicato rural monopoliza os cursos, eles dão os melhores cursos, do SENAR, cursos bons, pra todos os campos da agricultura, nós não temos acesso a esses cursos. Se a gente quiser dar curso tem que ser na roça. (Entrevista, 18/04/2018)

Essa entrevista sinalizou as fragilidades dos sindicatos dos trabalhadores rurais hoje em mobilizar as pessoas, a falta de apoio por parte do Estado na organização de cursos, a formação política estreitada pelas lideranças atuais, que realizam as questões de cunho burocrático e deixam de lado o aperfeiçoamento em relação ao engajamento, estudos e participação nas formações de base e em reuniões mais amplas. Entretanto, os dados da Contag (IBGE/2009) afirmam que há 4 mil sindicatos atuando em todos os estados da

¹⁰⁶ Maria Eugênia Kulibaba, de 46 anos.

federação brasileira. Estes sindicatos, segundo o site (contag.org.com) representam 15 milhões de camponeses.

Quanto à CPT que mediou os conflitos de luta pela terra no Brasil e em Goiás, notamos que seu papel de denúncia se mantém, seus discursos ambientalistas, o apoio à produção de sementes, trocas, incentivo a práticas de mutirões, entre outras coisas. Mas um dos depoimentos de uma das assentadas de Goiás nos chama atenção: “A CPT resolve a questão burocrática, mas tá mais parada que água de represa”. Ou seja, há dificuldades de continuar atuando com maior peso, como antes.

No que se refere à criação de sindicatos e a oposição sindical em Goiás, da década de 1980 até a chegada da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg¹⁰⁷), observamos que a última foi criada para “organizar” os sindicatos. Contudo, embora realizando trabalhos de formação, observamos que a Fetaeg apresenta certo aparelhamento ao Estado e levantou a bandeira da agricultura familiar. Sobre essas relações, somente os sujeitos ligados a esses órgãos podem detalhar as diferenças entre as concepções políticas das atuações antigas com as mais recentes, como apontaram as entrevistas realizadas.

Por outro lado, há uma linguagem organizacional diferente que contribui com o campesinato por meio da gramática dos movimentos sociais. No próximo capítulo, discutiremos como os saberes empíricos e os saberes da ciência institucionalizam e legitimam certos saberes. Neste contexto, posteriormente, relacionaremos as questões da disputa pela terra na contemporaneidade aos enfrentamentos no campo realizados nos municípios de Corumbá de Goiás, com o MST, e no município de Faina, com o movimento Terra Livre. E, nesta perspectiva, observaremos como os saberes auxiliaram na territorialização e reterritorialização de camponeses (as) em Goiás no interior destes dois movimentos do campo.

¹⁰⁷ Outros atores e instituições agregaram novos papéis junto à classe trabalhadora do campo em Goiás e no Brasil. Nesse sentido, em julho de 2004, surge a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) com sujeitos que fizeram parte do movimento de oposição sindical, ocorrido na década de 1980, mencionado no segundo capítulo desta pesquisa. Em junho de 2007, foi criada a Fetraf em Goiás. Essa instituição não possui apenas a preocupação econômica com o campo, possui outras secretarias, como a coordenação de mulheres, juventude, política agrícola, formação e educação profissional, habitação, meio ambiente e organização sindical. O objetivo dessa organização é reunir projetos e fortalecer a produção de cooperativas, associações, sindicatos e assentamentos ligados à agricultura familiar. A Fetraf já se territorializa em 18 estados brasileiros, conta com a filiação de 600 sindicatos em 1000 municípios e com um total de 500 mil agricultores/as (CONTRAF BRASIL). Essa seria uma das entidades ou organizações novas que intermediam o campo, além dos sindicatos e organizações partidárias e religiosas. (contrafbrasil.org.br)

3 OS SABERES SOCIAIS DO CAMPESINATO A PARTIR DOS MOVIMENTOS MST E TERRA LIVRE

“A luta me ensinou a lutar. Pro trabalhador não existe justiça a favor dele, só a favor dos corruptos”. (Ilda Rosa Pereira, assentada em Formosa).

“A educação do campo não é uma educação bancária”. (Elizabeth Cerqueira, Coordenadora do Núcleo de Educação do Campo em Goiás).

Ao desopacizar o mundo agrário a partir do MST e TL, na apreensão dos processos educativos, na contemporaneidade, por sujeitos do campo, estabelecemos uma relação entre o papel da formação política das lideranças nas novas conquistas do campo em Goiás e no amplo cenário das disputas territoriais em que os elementos alicerçaram as particularidades históricas determinantes. Inicialmente, refletimos sobre os sentidos dos saberes essenciais para o mundo, para a sociedade atual, para a América Latina. Debates a importância dos saberes das lutas coletivas e como estes são negligenciados em virtude de uma supervalorização dos saberes científicos, eurocêntricos e escolarizados. Não objetivamos negar o espaço escolar, visto que o percebemos como um espaço de cruzamento entre os projetos políticos coletivos e os individuais (SEVERINO, 1998).

O primeiro livro escrito por Paulo Freire, *Educação como prática da liberdade*¹⁰⁸, esclareceu como a sociedade brasileira é pouco experiente no que tange aos aspectos da comunicação, do diálogo e da reflexão. Somos fruto de uma “sociedade fechada e de inexperiência democrática”. Nosso passado colonizador não nos possibilitou avançar nas ações ligadas à liberdade de expressão. A formação territorial-política do Brasil se delineou, sobretudo historicamente, com as políticas assistencialistas massificadas e romper com esta lógica colonizante para uma sociedade mais aberta, que estabeleça o diálogo, os trabalhos coletivos, além dos votos de cabresto, é uma paciência histórica, é “reeducarmo-nos”.

Freire (1983, 1986, 1987) afirmou que o Brasil construiu uma classe trabalhadora servil, com dificuldades para lidar com a democracia, porque viveu sob a força da chibata, da ditadura e do colonialismo. As últimas eleições presidenciais no Brasil deixam claro o analfabetismo político da maioria dos brasileiros, revelam um país que lê muito pouco, em que a maioria dos eleitores brasileiros são conduzidos, como massa de manobra. Diante deste contexto, o presente capítulo procura responder: Como despertar o contínuo desejo de mudança? Independentemente dos governos, os movimentos sociais permanecem na luta, nas frentes dos embates, como os saberes fortalecem os movimentos de base em conjunturas políticas como as atuais? O que os saberes da luta possibilitaram a leitura de mundo aos

¹⁰⁸Foi publicado em 1967, durante seu exílio no Chile.

sujeitos do campo e da cidade? Questionamos: Quais são os saberes do campesinato? Como têm sido os enfrentamentos e o processo de formação de lideranças? A formação política das lideranças da década de 1980 e 1990 foi distinta da formação das lideranças da contemporaneidade? Por quê? Em que medida? Para tanto, iniciaremos este capítulo com a discussão de saberes, realizando um contraponto entre os saberes científicos e do campesinato.

Os autores mencionados nesta tese valorizavam os diferentes saberes. Consideravam que a educação pode construir análises emancipatórias que deem suporte para novas práxis de encontro aos trabalhadores (as). Nossa perspectiva, neste capítulo, será questionar a educação formal, não formal, trazendo elementos da educação popular, de Brandão e de Paulo Freire, além dos conceitos-chave de Arroyo, bem como análises de autores da Educação do Campo, como Caldart e de referenciais teóricos dos movimentos sociais camponeses.

Posteriormente, trataremos dos níveis organizacionais de movimentos sociais e de diferentes particularidades históricas, segundo Scherer-Warren (2006). Neste capítulo, não objetivamos apenas conceituar os movimentos sociais, mas refletir sobre suas ações no mundo contemporâneo, os problemas de articulação, as fragmentações e as questões de unicidade. Entendemos a identidade política como recurso, assim como Mouriaux (2011), Touraine (2006) e Alonso (2009), como apontaremos adiante.

Partimos do pressuposto de que os movimentos sociais na América Latina foram fundamentais para a formação política, lutaram contra os avanços do neoliberalismo, buscaram autonomia e soberania alimentar e reivindicaram mudanças estruturais. A partir desta análise inicial, objetivamos compreender de forma profunda a dinâmica histórica, política, educacional e organizacional dos movimentos sociais do campo como o MST e o Terra Livre em Goiás, e o papel dos saberes do campesinato.

3.1. Os saberes sociais: o saber científico e o saber do campesinato

“O povo nos ensina no dia a dia. E me ensinou a ter mais simplicidade no estilo de vida, compreender as limitações das pessoas.” (Frei Mingas).

A educação não se inicia na escola. A inculcação de saberes formais eurocêtricos se fez presente na história da América Latina e na luta de classes entre diferentes povos. Desde a colonização, os portugueses nos impuseram os costumes, as crenças e a educação do povo europeu. Durante a colonização do Brasil, as ideologias europeias e as visões de mundo eurocêtricas predominavam no campo social e político em todo o território nacional. A

supervalorização de saberes eurocêntricos e científicos definiu: quem “sabe muito” é aquele que está na universidade, na pós-graduação, ou aquele que “estudou”. Há uma legitimação da escola como o único lugar de transferência de saberes. Indagamos: Quais saberes são essenciais para um grupo social histórico e ao mundo e no momento em que vivemos? Cada saber possui valor. Portanto, cabe refletir: Que saberes nos são impostos como primordiais e a partir de quais interesses políticos, culturais e econômicos?

O fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, pois é visível a naturalização das relações sociais de dominação produzidas pela conquista da América Latina e, principalmente, a naturalização da colonialidade do saber. Os saberes de camponeses, quilombolas, indígenas, povos da floresta, os saberes empíricos são menosprezados e pouco valorizados pelas próprias universidades, centros educacionais, pela política, ou seja, pela própria sociedade em geral (QUIJANO, 2004).

Entre as comunidades tradicionais, como as comunidades indígenas, os saberes são ensinados ora espontaneamente, quando, por exemplo, uma criança observa o que o pai ou o avô realiza, e faz posteriormente, ora como se fosse um “segredo” (BRANDÃO, 2012). E o que aprendemos pode ser concebido pelo ensino formal, expressamente representado pelas instituições escolares, as igrejas, as mídias e informações gerais, como pelo ensino não formal, no qual a aprendizagem ocorria desde as primeiras civilizações, como demonstrou Brandão (1995, p. 39): “Durante muitos séculos os pobres da Grécia aprenderam desde criança fora das escolas: nas oficinas e nos campos de lavoura e pastoreio”.

Na América Latina, ocorreram outras “educações populares”, como a educação indígena de povos maias, incas, inúmeros povos que viam na escuta um caráter educativo de maior valor. Entre os saberes indígenas, os rituais ensinam nas festividades entre os grupos, na comunicação oral, na relação com o outro, no respeito aos mais velhos, na coletividade. Esses sentidos pedagógicos das comunidades indígenas inspiraram os mais diversos movimentos sociais da América Latina, como os zapatistas, movimentos de luta pela terra, entre outros que se fundamentavam, principalmente, nas ideias de Simón Bolívar, que defendeu um sistema educacional latino-americano para os pobres, negros e indígenas (STRECK, 2014).

No Brasil Colônia (1500-1822), a educação formal foi associada à vontade europeia de expandir o cristianismo e o capitalismo no mundo. O ensino formal aparece no final do século XVII. Durante esse período, Paiva (1987, p. 57) afirma que “o analfabetismo dominava não somente as massas populares e a pequena burguesia, mas se estendia à alta nobreza e à família real”. O “saber” centralizava-se entre os jesuítas que catequizavam os povos indígenas, sem

respeito às suas línguas, às suas culturas e às suas crenças. Nessa época, verifica-se a falta de acesso à educação aos escravizados e aos filhos de escravos, o que lhes restavam eram os maus-tratos físicos, caso se rebelassem contra as duras jornadas de trabalho.

Após a chegada da Família Real em 1808, observa-se “a criação de escolas superiores e preocupações com o desenvolvimento do ensino para as elites em geral” (PAIVA, 1987, p. 57). Afinal, “apenas” os filhos dos europeus precisavam de instrução. Para que os nativos e mestiços precisariam aprender algo? Isso não seria interessante às elites, pois só seus filhos necessitavam estar preparados para o mundo.

No Brasil Império, com a “independência” em 1822, surgiram novas ideias pedagógicas, porém, havia pouca difusão do ensino popular. Paiva (1987) explicou que foi organizado um sistema educacional popular e gratuito a partir da Lei de 1827, que previa o estabelecimento de escolas primárias em todas as cidades, vilas e povoados e escolas secundárias nas cidades e vilas populosas. Em 1870, o ensino básico passou a ser de responsabilidade das províncias, porém, o mesmo continuava com resultados insuficientes, mesmo com a outorga de 1824, artigo 179, que defendia a gratuidade da instrução primária.

Para Paiva (1987), a educação popular surgiu no final do século XIX para difundir as primeiras instruções básicas do saber ler e do saber escrever. Essa difusão do ensino elementar era complicada, uma vez que grande parte das províncias era controlada pelas oligarquias agrárias. Paiva (1987) deixou claro também que até 1950 a principal preocupação do Estado era com a escolarização da população, para “incluir” o Brasil no *hanking* dos países em desenvolvimento, mas não havia um caráter de educação popular no sentido da consciência crítica.

“Democratizar o ensino” não é apenas expandir o número de escolas, como presenciamos em discursos atuais do neoliberalismo na educação. A partir das concepções críticas de educação, entendemos como democratização da escola a busca de estruturas que rompam com o pensamento que favorece apenas a classe dominante, que não garanta privilégios àqueles que já são privilegiados (SAVIANI, 2007).

Nos anos de 1910/20, com o início da industrialização brasileira e o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, a migração do campo para as cidades se ampliou. Em meio aos ideais republicanos, surge “entusiasmo pela educação”, que previa a universalização do ensino elementar. E ainda o chamado “ruralismo pedagógico”, que segundo Queiroz (1997), objetivava alfabetizar a população rural. Porém, essas ações foram pouco representativas na difusão do ensino devido a alguns fatores como insuficiência de recursos, as distâncias e, principalmente, a atuação de políticas contrárias às oligarquias rurais.

A luta pela educação e por melhores condições de vida e permanência no campo se fragmentou, pois são diferentes perfis de trabalhadores do campo, como assalariados, meeiros, arrendatários, boias-frias, quilombolas e indígenas (GRZYBOWSKI, 1990). Mas o que aproximou a diversidade política e cultural foi a necessidade única de que a formação política pode ser instrumento de transformação da realidade social a qual esses sujeitos constroem.

O saber corresponde a determinados interesses e, por isso, contém a questão de poder e dominação. Para tanto, o conceito de saberes sociais mostra o valor dos saberes para a classe trabalhadora, como explicou Grzybowski (1996 p. 50): “Por ‘saber social’ entendo o conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses”.

Sendo assim, o saber social que educa para a ação política tem essencialmente um caráter de formação política e decorre das classes subalternas. Estes saberes demandam tempo, estão ligados à trajetória dos sujeitos, à participação histórica em ações populares. Desse modo, concordamos com Grzybowski (1990, p. 60) ao afirmar que

[...] há um tempo nas lutas e um tempo para o aprendizado coletivo. A continuação da prática e o acúmulo de experiências permitem um salto na consciência, na socialização política. Trata-se da formação de um saber social com os elementos da prática de luta e com os recursos da própria cultura do grupo. A reapropriação da cultura popular, sua elaboração crítica enquanto negação da cultura dominante, a afirmação do perfil cultural dos trabalhadores, a incorporação de um novo saber obtido na luta e seu uso político pelos movimentos sociais são, sem dúvida, algumas das questões mais importantes que decorrem da irrupção das classes subalternas na arena política, do seu exercício da cidadania.

Entendemos que o saber social é um elemento importante para o fortalecimento das classes sociais e, como afirmou Grzybowski (1996, p. 56), esses saberes “são as práticas educacionais que compõem a educação popular”. Isso porque o saber das organizações religiosas, políticas e de movimentos sociais está permeado de saberes coletivos que viabilizam a luta de classes, de poder e de territórios. Consideramos que os saberes sociais são formações políticas educativas, as quais, apropriadas pelos sujeitos, tornam-se instrumento de luta. Notamos os diferentes saberes pelo mundo. E desses, os formais são supervalorizados em detrimento dos saberes da vida, do cotidiano, do trabalho, da família e da luta popular.

Quanto aos saberes¹⁰⁹, dialogamos com Pessoa (1999c), que apontou questões como: a educação redefine visões de mundo, contribui para o entendimento de correntes filosóficas,

¹⁰⁹ O termo “saberes” será apropriado como por outros autores, Grzybowski (1996) e Pessoa (1999c), e não o termo “senso comum” por opção política e por entender que situam os sujeitos da pesquisa como portadores de conhecimento, sabedoria e elementos próprios de análise filosófica e política.

políticas, além de ser instrumento de luta contra atores hegemônicos, fortalece reivindicações e posicionamentos diante das contestações presentes nos conflitos sociais do campo. Pessoa (1999c) afirma que a educação para as populações camponesas foi desfavorável historicamente no Brasil. A escola significa “controle econômico, social e político da nova ordem”, valorizando apenas os saberes da “casa de saberes”. Ainda segundo esse autor, a escola despreza os saberes “em casa” e os saberes “sem casa”, que estão presentes na luta, nos enfrentamentos, no trabalho, no cotidiano. Esses são pouco apropriados pelo ensino formal. Pessoa (1999c) ressaltou como os saberes não escolares propiciam a consciência de classe que se fortalece com os elementos políticos, coletivos e de transformação social progressivamente, como observou entre os assentados em Goiás.

A legitimação do saber científico é histórica. O desenvolvimento das ciências ocorreu a partir do século XVII, com Francis Bacon (1561-1626), John Locke (1632-1704), Thomas Hobbes (1588-1679) e René Descartes (1596-1650). Naquele momento, iniciou-se o distanciamento entre o discurso científico e o senso comum. A ciência moderna questiona as práticas científicas, a visão engessada entre o sujeito e o objeto, a relação mecânica entre ambos. As diferentes visões de ciência passam a se instrumentalizar e surgem algumas indagações: Para que queremos a ciência? Para que queremos o senso comum? A que e a quem serve o pensamento científico? (SANTOS, 1989).

Por outro lado, nesse caminhar da ciência, Arroyo (2012) afirmou que, há um ocultamento em relação ao campo, nas teorias científicas, pedagógicas, nos espaços escolares, nos currículos e nos livros didáticos. Nesse sentido, existe inegavelmente um ocultamento acerca da história de camponeses, de suas identidades, da exploração do trabalho, da expropriação, da desvalorização de seus saberes, de suas lutas sociais e práticas culturais.

Entendemos como saberes do campo, as práticas cotidianas repassadas historicamente entre camponeses e camponesas, como as técnicas e cultivo e produção, o uso de especificidades no trabalho com as plantas, com os animais, as formas de lidar com os alimentos e sua conservação. Entre as mulheres as práticas artesanais da cozinha, da costura e trato com os remédios medicinais.

Dessa forma, desocultar o campo, por meio de pesquisas ligadas à educação, à terra, aos movimentos sociais e as lutas políticas, são necessárias ações de reafirmação e desmistificação; algo que os movimentos sociais do campo já têm realizado nos últimos anos. Os movimentos sociais do campo, como o MST, em contrapartida à visão unilateral da sociedade de invisibilizar as lutas sociais, têm caminhado no sentido de valorizar as práticas

socioculturais e políticas do campo. As Escolas Famílias Agrícolas e outros espaços formativos também caminham nesse sentido. Não apenas isso, mas buscam horizontalizar as relações na construção de um bloco histórico¹¹⁰ em que a formação coletiva alcance uma práxis que favoreça a classe. É a proposição de um modelo contra-hegemônico de saber, de trabalho e de mobilização coletiva.

Marx (1998), em a *Ideologia Alemã*, buscou elementos na história para explicar o processo de humanização e desumanização. Também Freire (2003) e Arroyo (2014) ressaltaram o modo como vivemos em uma sociedade cada vez mais desumanizada, na qual os sujeitos são explorados e tratados como mercadorias. Sob esta condição, somos levados pelas ideologias do sistema capitalista e nem percebemos como estabelecemos uma relação com o outro coisificada, pouco afetiva e interessada em questões materiais, objetivas e pouco verdadeiras. O desenvolvimento da sociedade, das técnicas e das ciências está vinculado ao capital. As ações da sociedade em relação à ciência produziram tecnologias consequentemente atreladas ao capital. As tecnologias, as técnicas, as pesquisas, as ciências controlaram as pessoas, o que Mészáros (2014) chamou de controle social. A sociedade, a ciência e a educação não escapam dos imperativos mediatizados pela alienação do capital. Sobre a relação entre capital e ciência, Mészáros (2014, p. 269) afirmou que

[...] ao longo de todo o seu desenvolvimento, a ciência moderna foi obrigada a servir com todos os meios a sua disposição à expansão do valor de troca, dentro do quadro de um sistema de produção orientado para o mercado que, em si, estava sujeito aos ditames da concentração e da centralização do capital, assim como à absoluta necessidade do lucro sob as condições da composição orgânica do capital que, do ponto de vista da facilidade de lucro, foi se tornando cada vez pior. Como resultado, a orientação geral da pesquisa importa a ciência pelos imperativos da expansão do capital consistiu em ajudar a deslocar as contradições, em última instância explosivas, inerentes à concentração/centralização crescentes e à piora da composição orgânica do capital.

As relações entre ciência e sociedade foram modificadas, sobretudo a partir da chegada do Iluminismo, no século XVIII, por meio do qual os filósofos explicaram que havia o desejo de separar a fé da razão, a política da religião. A ideia de “desenvolvimento e progresso” primava pela laicização do saber, ou seja, uma ciência “neutra”, longe das explicações teológicas (BUFFA *et al.*, 2003). Com a divisão social do trabalho, as técnicas, a ciência e as tecnologias passaram a ser utilizadas para a reprodução das contradições do próprio capital.

¹¹⁰ Mais adiante aprofundaremos nos conceitos gramscianos.

Produzimos a crítica ao modelo de desenvolvimento da ciência, das técnicas e do próprio capitalismo, mas não negamos a necessidade de esses elementos avançarem. O que questionamos é o mesmo que outros autores, como Frigotto (2010), questionaram, pois se trata de pensar em uma perspectiva de educação, de trabalho e de sociedade que busque o avanço do conhecimento de modo a se aproximar das reais necessidades da humanidade, e não construir um conhecimento que no futuro possa estar contrário a ela mesma.

Realizarmos uma crítica à ciência e à escola instituída na maioria dos territórios no Brasil. Assim como Garske (2006), não acreditamos que o papel da escola deva se restringir à elevação dos níveis de escolaridade. Entendemos que as universidades e escolas devem se preocupar com uma formação integral, próxima da formação humana.

Freire (2003) esclareceu que o processo de desumanização da sociedade não é algo dado, como fato. É possível um caminho de construção da humanização. Todavia, a relação entre sujeitos de forma desumanizada e coisificada se reproduz no espaço escolar da contemporaneidade. O saber sistematizado e instituído por meio da escola, das universidades, legitimou a ideia de ciência de “casa do saber”, conforme Pessoa (1999c). Esses saberes demonstraram interesses pelas concepções urbanas de mundo e pelos valores da sociedade capitalista. Esse modo de perceber e transmitir os conhecimentos negligenciou os saberes camponeses, das populações indígenas e quilombolas, dos grupos sociais que antecederam a institucionalização da escola.

A supervalorização do saber científico atrelado ao capital delineou uma sociedade que supervalorizou a competição, a desigualdade entre sujeitos, a necessidade de superar o outro para se afirmar, a não preocupação com a exclusão social e sim com a reprodução do *status quo*. A crítica é no sentido de refletir sobre um modelo de sociedade despreendido desse pressuposto educacional, político e econômico. O modelo vigente foi capaz de nos ludibriar ao ponto de não enxergarmos alternativas além do capitalismo (MÉSZÁROS, 2008).

Acerca de como o mundo reconfigurou conotações econômicas e formas de manifestações dos saberes, sem mencionar que, a diferença entre o acesso à informação, aos meios de comunicação, e a capacidade de cada país de investir menos ou mais em educação levou a concretização das desigualdades das apropriações de saberes. Neste aspecto, concordamos com Canclini (2005) que ressaltou como a globalização, a midiaticização, a disparidade entre os informados e os que não possuem capital para acessar os meios de formação são responsáveis pela exclusão da maioria da população que se encontra alheia às “benesses e as promessas do capital” dos discursos reproduzidos por meio de afirmações que defendem o avanço tecnológico como o caminho para todas as sociedades.

As desigualdades de acesso aos saberes e as diferenças que dificultam a construção intercultural entre os povos, e não contribui para o fortalecimento do diálogo e da superação de diferenças no quesito desigualdades social e educacional pode ser explicada a partir de alguns dados que apontaram, por exemplo, as diferenças no acesso às tecnologias, as quais Canclini (2005, p. 225) apontou: “97% dos africanos não têm acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, enquanto Europa e Estados Unidos concentram 67% dos usuários da internet.” Esse dado reflete em questões sociais, e aponta uma gota das desigualdades de acesso ao conhecimento, à informação, as tecnologias, e revela desigualdades expressivas.

Em meio à globalização que “desglobaliza” e excluiu a maioria dos povos, Canclini (2005, p. 213) problematizou os efeitos deste fenômeno no âmbito educacional, no que se refere às influências na formação geral dos indivíduos e acrescenta os impactos sociais gerados a partir de um modelo de sociedade dito “globalizado” principalmente nos países pobres, como a “alta concentração de índices de desemprego, pobreza, fracasso escolar e déficit de expectativas, [que] alimentam a desintegração social, criminalidade, frustração e raiva”.

Por outro lado, diante destes fatos, os movimentos sociais avançaram e reagiram na tentativa de minimizar estes impactos sociais trazidos pelo mundo neoliberal. Neste sentido, buscaram a superação de uma representação reducionista do que seja camponês, do que seja o campo e do que seja educação. Os movimentos sociais pensaram a educação não apenas a partir do capital ou para ele. O olhar dos movimentos sociais sai da estreiteza científica posta pelo saber urbanocêntrico e capitalistocêntrico, em um exercício de desocultamento (ARROYO, 2012).

Nesse desocultamento, não cabe aos movimentos sociais deusificar o senso comum e satanizar a ciência. De acordo com Souza (1989), o senso comum como conceito filosófico surgiu no século XVIII, representando interesses por parte da burguesia europeia em combater o irracionalismo. Era um projeto político de ascensão da burguesia. E é contra o senso comum que as ciências sociais são gestadas, isso já no século XIX.

Em primeiro lugar, porque, se é certo que o senso comum é o modo como os grupos ou classes subordinados vivem a sua subordinação, não é menos verdade que, como indicam os estudos sobre as subculturas, essa vivência, longe de ser meramente acomodatória, contém sentidos de resistência que, dadas as condições, podem desenvolver-se e transformar-se em armas de luta (SOUZA, 1989, p. 37).

As ciências humanas e os movimentos sociais de um modo geral apreendem suas pedagogias garantindo o reconhecimento dos sujeitos do campo. Os olhares das ciências

precisam ser no sentido de valorizar a diversidade cultural e política dos sujeitos, não em um olhar fixo, que ora valoriza uma realidade e ora despreza outra. E esse foco deve se atentar à relação entre ciência e conhecimento popular, saber científico e saber comum. Nessa relação, o senso comum, segundo Souza (1989, p. 40), “[...] é prático, transparente, desconfia da opacidade dos objetos, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e coisas, é indisciplinar, imetódico, reproduz espontaneamente no suceder cotidiano da vida. [...] não ensina, persuade”.

A desvalorização histórica dos saberes populares acarretou aos sujeitos sociais a uma crença de que, a partir do momento em que o indivíduo adentra a escola, inicia “o conhecimento” e possivelmente não trabalharia em serviços pesados, como o trabalho no campo. O acesso à escola não garante a inclusão do trabalho e nem condições de trabalho menos degradantes aos que por ela se formam. Principalmente no campo, os pais sentem que os seus filhos, ao iniciarem os estudos, podem se afastar da terra e do campo pela busca de empregos na cidade.

Por outro lado, os saberes do campo, populares e tradicionais continuam sendo valorizados, embora, diante de um mundo dito “globalizado”, como afirmou Canclini (2005, p. 227):

Apesar do reconhecimento desigual que recebem os saberes científicos e os tradicionais e das tendências evolucionistas que desqualificam as culturas indígenas, os saberes autônomos continuam a ser utilizados por amplos setores como recursos para a saúde, o trabalho camponês e a educação cotidiana.

Na contemporaneidade, tanto os movimentos sociais quanto as ciências sociais reconhecem a importância tanto de um quanto do outro. E a sociedade de um modo geral necessita de ambos.

Como os saberes do campesinato se movimentam na sociedade, nos territórios formais, informais, nas lutas das lonas pretas dos acampamentos? Como esses saberes são projetados e como ganham concretude? As pedagogias dos movimentos sociais têm buscado, nas ciências e nos saberes dos próprios sujeitos sociais do campo, novas práticas pedagógicas que fortalecem as escolas públicas populares, as escolas indígenas, as escolas quilombolas, as escolas famílias agrícolas, as juventudes, as organizações populares de associações e cooperativas com perspectivas de valorização do trabalho, das músicas, das místicas, da cultura, das identidades e do modo de viver e produzir no campo (ARROYO, 2014). Buscamos apreender os aprendizados presentes nessas lutas sociais em tempo de

desumanização, e a dimensão desses saberes sociais proporcionados pelo conhecimento construído no coletivo, no dia a dia entre os movimentos sociais do campo.

A educação é um dos vetores, mas não o único, associado ao papel do Estado, da ciência, que problematiza a realidade. A educação formal está no interior das várias escolas do Brasil, a educação dos saberes sociais, realiza-se no movimento de reivindicações, visto que, a educação se constrói no engajamento, na luta política. É esta educação que temos como ponto de partida neste capítulo. Buscaremos entender os princípios educativos dos movimentos sociais do campo em Goiás hoje, a construção do diálogo, as vivências, a repolitização do trabalho, da terra, a construção de novas concepções filosóficas, da vida, do mundo, a valorização das identidades, dos rituais e dos símbolos.

Os saberes sociais estão em diferentes dimensões: no circo, nas artes, em escolas de música, em espaços diversos de trabalho. Todavia, optamos por entender aqueles saberes sociais vinculados à luta pela terra por meio de sujeitos presentes nos sindicatos, assentamentos e acampamentos do campo. A partir de dados do Incra, verificamos que há 308 projetos de assentamento em todo o território de Goiás, em uma área territorial equivalente a 717.879.6346 ha. E há também um total de 13.029 famílias assentadas (INCRA, 2017).

Sendo assim, optamos por sujeitos dos nove municípios já mencionados na introdução desta tese. Iniciamos com uma das entrevistas realizadas no município de Itapuranga, com Sebastião Rafael Gontijo, concedida em três de novembro de 2016. Nesta entrevista, “Tião Lobó,” mineiro de Carmo do Paranaíba, contou que chegou a Goiás em 1966, veio morar com o tio, Francisco da Costa Marinho, em uma fazenda no município da Cidade de Goiás. Participou, em 1967, do Grupo de Jovens “Legião de Maria”. Em 1968, foi membro da Primeira Assembleia Diocesana na Cidade de Ceres e esteve à frente da primeira greve em 1977 dos trabalhadores da educação em Itapuranga. Sebastião vivenciou o período da ditadura no qual os professores eram perseguidos por serem do partido do MDB e não do ARENA. E durante a década de 1970, presenciou a Polícia Federal nas escolas vigiando os professores. Em 1980, iniciou um trabalho de alfabetização de jovens e adultos em parceria com a sua esposa, Perpétua Maria Gontijo. Ambos trabalharam o Método Paulo Freire com indígenas no Amapá e na região do Laranjal, com 28 a 30 pessoas no campo em Itapuranga:

A gente começou a trabalhar na conscientização do trabalhador rural em busca pelos seus direitos, e a gente era mal visto, nós éramos os subversivos, os comunistas da época, todos esses jargões ou apelidos depreciativos que tentaram denigrir nossa imagem foram colocados em cima de nós, inclusive, os próprios familiares nossos nos repreendiam em sentido por temer por nossas vidas, realmente foi um período

um tanto turbulento, nós enfrentamos aí a perseguição por parte da população itapuranguense, sobretudo, quando veio aqui pra Itapuranga um grupo de gaúchos que liderados pelo padre Ivo Poletto, com mais seis leigos, era o Darci Accorsi mais a esposa dele, o Daniel, o Vicente e a Assunta, começa a trabalhar aqui dentro e aí nós começamos um movimento de conscientização conversando com o pessoal na zona rural no sentido de fazer com que eles lutassem pelos seus direitos. Nós tínhamos como base a nossa vizinha Nicarágua, Cuba. Optamos pelo caminho da organização social. (Entrevista, 03/11/2016)

Figura 24 - Educadores da educação popular e alfabetização indígena junto à Diocese de Goiás e CIMI



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

Durante a década de 1980, o casal foi para o Amapá, na região de Oiapoque, para realizar um trabalho de alfabetização entre os indígenas. Sebastião e Perpétua fizeram parte do CIMI e lecionaram para 40 indígenas em 1983. Nesse trabalho, sua esposa afirma: “Onde o Mobral não conseguiu fazer nada a gente conseguiu fazer ler”. Os entrevistados contaram que os professores se reuniam para resolver as questões do analfabetismo e o que mais aprenderam com os indígenas: “Aprendemos a ter uma outra concepção com diferentes culturas, os índios são sábios com a natureza, entre eles, no aspecto social entre eles.”

Além dessa experiência política e formativa, o entrevistado foi para o sul da Guatemala e da Costa Rica. Como professor, compôs equipes de trabalho das Brigadas Internacionalistas, morava em uma fazenda onde se colhia café. A experiência durou três meses e compôs parte das forças armadas sandinistas¹¹¹:

Havia o espírito de solidariedade. Que eles tinham, e de nós com eles. O aprendizado político foi o mais importante. A questão socialista, a solidariedade social, lá aprendemos o que era ser socialista. Além de respeitar as ideias das

¹¹¹ Na Nicarágua, ocorreu entre 1979 e 1990 uma organização popular denominada Frente Sandinista de Libertação Nacional coordenada por Augusto César Sandino e criada por Carlos Fonseca. Essa mobilização tinha por objetivo colocar fim à ditadura de Anastasio Somoza. A ideia de poder e educação popular mesclada aos conceitos marxistas difundiram alguns princípios que aparecem nos movimentos sociais hoje como direção coletiva, disciplina consciente, vinculação da direção às massas (BOGO, 2008).

peessoas, aprendemos que o mais importante é pensar no social, levar isso para nossos alunos. O mais significativo é o aprender e ensinar junto. A gente não é mais do que ninguém e que isso dentro de um trabalho maior ajudava na caminhada. (Entrevista, 03/11/2016)

Quanto ao aspecto pedagógico e didático dessa experiência, os entrevistados afirmaram que elaboraram uma cartilha com 22 palavras geradoras carregadas de significado social. Havia um colega de São Paulo que trazia quadrinhos da história do Brasil. E essa experiência durou oito meses com os próprios professores elaborando o material.

No que se refere aos saberes populares no campo durante a pesquisa, chamou-nos a atenção o depoimento de Frei Mingas sobre os saberes adquiridos em sua prática religiosa de sacerdote, o qual destacou o que aprendeu com camponeses em sua vivência junto à Diocese de Goiás. Os camponeses possuem uma sabedoria da vida capaz de analisar a existência, o trabalho, a fé e a vida. Esses saberes não se encontram em nenhum manual científico, porque está presente nos dizeres do povo:

O que mais aprendi com o povo das comunidades ao longo da caminhada é a capacidade de resistência diante da problemática da vida e a fé em Deus. Muitas vezes eu me perguntei se eu teria coragem como eles. Aprendi também a maneira simples de interpretar o evangelho. O evangelho não é academia, retórica. O evangelho é vida, sabedoria. Admiro a capacidade do povo de saber contemplar a beleza da natureza e saber casar com a palavra de Deus. Um dia uma senhora me disse: “A palavra de Deus é a singeleza de uma flor”. O povo nos ensina no dia a dia. E me ensinou a ter mais simplicidade no estilo de vida, compreender as limitações das pessoas.

Isidoro Revers, entrevistado em 09/05/2019, representante da CPT Nacional, destacou o que mais aprendeu nas experiências com os movimentos sociais do campo: “*Minha capacitação de fazer uma leitura agrária, política e histórica do mundo*”. Isso é um ponto-chave porque mostrou como o ser humano concebe uma visão diferente em relação a diversos temas sociais, políticos, aliados às mudanças nas relações pessoais.

Por que estes saberes não são valorizados nos âmbitos dos saberes escolares? Porque a sociedade se moldou sobre um conceito de mentalismo. O Mentalismo, para Tardif (2014, p. 11), consiste “em reduzir o saber, exclusiva ou principalmente, a processos mentais (representações, crenças, imagens, processamento de informações, esquemas, etc.) cujo suporte é a atividade cognitiva dos indivíduos.” Desconsidera-se o que os sujeitos aprendem em outros âmbitos sociais, como sindicatos, associações, experiências vividas, religiosas, políticas, desprezando assim os saberes sociais. Para Tardif (2014, p. 31), os saberes sociais são “o conjunto dos processos de formação e de aprendizagem elaborados socialmente”.

Coêlho (2009) realizou uma crítica fecunda à forma como as universidades, escolas e espaços de formação têm se preocupado apenas com a eficiência, a funcionalidade, os resultados e a burocratização dos processos. Para esse autor, a formação não pode ser reduzida à ideia de treinamento e operacionalidade. A escola não deve ser uma mera reprodutora do conhecimento, pois necessita primar pela formação integral dos sujeitos, penetrar com rigor e profundidade nos conceitos, na leitura e propiciar uma formação humana aos estudantes, que os provoque para a compreensão da importância do conhecimento, permeada pela valorização dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Vivemos um momento de forte ação do capital, principalmente nos países pobres, em que formulações teórico-políticas alimentam as correntes direitistas, o conservadorismo e o reacionarismo. Em contrapartida, os estudos e as mobilizações que realizam a crítica ao sistema, à emancipação política e social resistem e nos colocam diante de questionamentos importantes: Como continuar nossos diálogos e nossas construções coletivas de realidades que partam das lutas populares fortalecendo os jovens diante das ideologias dominantes, e renovando a organização da razão e de ações que superem a exploração e as injustiças?

Sousa Santos (2006) nos alertou para a superação das monoculturas do saber, para a construção de uma racionalidade que contemple uma conexão entre o saber popular e o saber científico. Para tanto, defende a Epistemologia do Sul, que contraponha a razão proléptica¹¹² e que supere o pensamento colonial. O autor cita a realização de cinco livros organizados por 60 pesquisadores de seis países (Portugal, Colômbia, Brasil, África do Sul, Índia e Moçambique). Essas obras discutem temas relativos à democracia, à economia solidária, ao multiculturalismo, à cidadania cultural, aos direitos indígenas e aos conhecimentos populares. Outras questões são pontuadas, como a negação da neutralidade, a expansão da compreensão do mundo além do viés ocidental e a valorização das experiências locais.

Posteriormente, realizou a crítica à “razão indolente” e à razão metonímica, a que concebe a totalidade feita de partes homogêneas e que contrai o presente. Não podemos isolar o presente do passado nem do futuro, nem deixar as experiências de fora do todo, pois estaríamos “desperdiçando experiências”. Também não podemos opor a razão proléptica expandindo o presente e contraindo o futuro.

¹¹² A razão proléptica, para Boaventura de Sousa Santos, é aquela que se julga saber tudo, não busca alternativas para o futuro, como se esse já estivesse dado. Parte da ideia de progresso e da linearidade. O tempo linear é a segunda monocultura, que acredita no sentido da história e que os países desenvolvidos estão à frente desse processo.

Prossegue Souza Santos (2007) com a diferenciação entre a racionalidade ocidental e a oriental. A primeira é dicotômica e parece ser simétrica, mas possui particularidades. A segunda é mais complexa porque possui uma visão holística, cósmica e global: “Nossa racionalidade se baseia na ideia de transformação do real, mas não na compreensão do real”. O autor sugeriu pensar fora da totalidade a partir da “sociologia das ausências” e mostrar aquilo que é dado como inexistente rompendo com a primeira “monocultura do saber e do rigor”. Esta estabeleceu que apenas o saber científico é o que possui crédito, descredibilizando os conhecimentos alternativos (SOUSA SANTOS, 2007).

Nesta primeira etapa do capítulo, discutimos acerca dos saberes científicos, empíricos, o papel político de cada qual e estabelecemos relações com o tema em estudo. Adiante, a discussão prossegue com um debate de teóricos apontados pelos próprios sujeitos dos movimentos sociais entrevistados, os quais mostraram que são estes autores que fomentam as ações dos movimentos sociais e territoriais do campo na América Latina. E vice-versa. O que não significa pensar que somente as contradições sociais é que fomentam as ações dos sujeitos, como mostramos ao longo desta pesquisa.

Desse modo, elegemos esses autores como sustentadores de um pensar científico mais político ligado à Educação, e optamos por lhes dar crédito, nesta pesquisa, também em função da conjuntura política que vivemos, e que, marginaliza esses pensadores e rebaixando-os como produtores de saberes ideológicos, sem valor, destorcendo a realidade. Quando, na verdade, estes teóricos contribuem com o pensamento social brasileiro e latino americano, desopacizam as artimanhas territoriais e políticas do Estado, da classe dominante e dos setores produtivos não ligados aos interesses das classes populares.

3.2. As pedagogias emancipatórias: uma leitura a partir dos movimentos sociais e de clássicos da educação para o campesinato

*O conhecimento e a ciência se iniciam quando as coisas nos provocam a fazer perguntas.
(Rubem Alves)*

Figura 25 - Crianças “sem terrinhas”: sorrisos de esperança



Fonte: www.mst.org.br.

Freire (2002, p. 22), em suas conversas com os sem terra, ao tratar da educação popular, observou que “[...] é preciso conhecer melhor o que já se conhece”. Chamou atenção para a bifurcação dos saberes realizada pela classe dominante separando da “caneta e da enxada”, ressaltou a importância tanto do saber teórico quanto prático. Contudo, sobre a prática, Freire (2002, p. 24) descreveu: “[...] Mas a prática não é a teoria dela mesma. É preciso que o povo domine porque tem esse direito, domine a prática, ou a teoria da prática, ou o saber teórico. Por que só os intelectuais têm esse direito?” Freire (2002) nos instiga a defender a democratização dos saberes e a aprofundar sobre os saberes populares.

Caldart (2004) compreendeu a experiência formativa dos sujeitos do MST, amparando em autores para relacionar outros universos de luta da classe proletária, como Marx, Hobsbawm, Thompson¹¹³ e Hill. E, a partir de Bosi e Freire, buscou elementos na cultura¹¹⁴ para entender o próprio MST como princípio educativo, percebendo como a cultura e as novas relações históricas e sociais, produzidas por meio do movimento social, são capazes de produzir novos sujeitos, recriando-os.

Caldart (2004) entendeu o MST como um movimento dialético, de fontes teóricas, que na práxis produz sujeitos, forma e constrói novas historicidades de lutas coletivas. Em um país marcado pela escravidão e pelo latifúndio, os movimentos sociais do campo destoam por realizar uma contestação social intensa, dura, incompatível com as ideias da massa. A identidade do assentado apareceu como algo de peso histórico e político. A dimensão da luta por quem passou pelo acampamento e possui terra e renda, o assentado carrega a formação do movimento em suas práticas, formas de pensar e agir e alcança a dimensão do “sujeito como projeto”, que, por uma experiência condicionada, participa do movimento não por escolha, por necessidade e torna-se portador de uma identidade histórica, política e cultural (CALDART, 2004).

Segundo a autora, a sociedade percebe o MST a partir de seus gestos, símbolos, ações e memórias. Caldart (2004) analisou diferentes olhares, por exemplo, o olhar midiático, que sataniza o movimento, o olhar desesperançoso de grande parte da sociedade e o olhar que o vê como sinal de possibilidades. A autora ainda apontou alguns princípios que norteiam o MST, como a metodologia de entender a história “de baixo pra cima”, percebendo-a como processo, conhecendo os processos vividos pelos sujeitos da luta, as origens, para, posteriormente, organizar o trabalho, entendendo o ser humano como produção histórica. Apresentou os

¹¹³ Thompson considera a experiência humana como fundamental no processo histórico e como mediação entre o ser social e a consciência social.

¹¹⁴ Caldart (2004, p. 39) entendeu cultura para além do modo de vida construído no cotidiano, mas “um modo de vida cotidiano construído no movimento”.

“elementos da teoria pedagógica” do movimento, que se pautou em Paulo Freire e Marx, com abordagens que contrariam a ideia de manter o “estado atual das coisas”, mediante um projeto educativo de não apenas competir no mercado, mas com a relação entre vida e educação, entendendo a escola como tempo e espaço de formação e engajamento.

Caldart (2004) mostrou que o MST é capaz de enraizar pessoas e buscar a dimensão de projetos de novos sujeitos sociais. Posteriormente, elencou os principais elementos que contribuíram para a gestação do MST, como a modernização da agricultura, a crise na industrialização, as CEB's, as promessas do “milagre brasileiro”, que trouxe a cidade como panaceia, e o papel fundamental da CPT.

Nesse processo de construção de novos projetos para o campo e de novos sujeitos sociais, o sem terra, ao participar de um movimento social, altera a sua forma de ver o mundo, por meio das atividades desempenhadas nas ocupações nos núcleos de base, da presença nas místicas, na vida diária, no uso das simbologias, na participação nas marchas, na animação, na participação em cursos, na educação, na alimentação, na participação nas assembleias, no cultivo do falar e do escutar, na possibilidade de construir novas relações interpessoais. Esses processos formativos geram sujeitos capazes de contestar e de se rebelar diante da realidade. Essas vivências marcam trajetórias e, mesmo que eles deixem o movimento, passam a ter outra visão sobre o mundo e sobre a luta de classes. E mais do que isso, esses sujeitos percebem a vida em movimento e a capacidade de organização e mudança.

Caldart (2004) apontou que o MST assumiu outras dimensões, redefinições e novos elementos são incorporados a seus discursos. Por exemplo, quando o MST se tornou uma organização social em um movimento de massa, sujeitos provenientes do urbano compuseram o movimento e trouxeram novas formas de ser sem terra. Com a chegada do sem terra ao assentamento, o avanço das políticas neoliberais, como o financiamento no BNDES, as cooperativas, a relação com as agroindústrias, a pressão do governo FHC para metamorfosear o camponês “em pequeno produtor”, são inserções que mesclam os saberes do movimento e a lógica do empreendedorismo no cotidiano dos assentados. Com o avançar do neoliberalismo, houve fóruns, atos públicos e políticos, marchas e protestos, como, por exemplo, contra a venda da Vale. Essas ações são respostas às buscas do movimento por um projeto de desenvolvimento popular para o Brasil.

Caldart (2004) realizou a análise de três momentos relativos à educação no MST. O primeiro refere-se “à luta pela escola na luta pela terra” e que não tem que ser uma escola qualquer, mas uma escola que supere a pedagogia tradicional e incorpore os saberes dos movimentos sociais. Partindo de um princípio do próprio movimento, ocupar a escola,

organizando-a, trabalhando para formalizá-la nos aspectos legais, é o momento maior da luta pelo direito à escola no acampamento. O segundo momento trata-se “da inserção da escola em uma organização social de massas.” É um momento de coletivos do MST, mais articulados, passam a construir o setor da educação, a partir de 1988, potencializando as experiências existentes e desencadeando outras onde o MST ainda não tinha inserção. Seria parte do processo de atuação de núcleos paralelos à escola com uma concepção teórica elaborada, por meio de autores como Paulo Freire, Pistrak, Makarenko, José Martí. O referido movimento reflete sobre o período do acampamento como algo pedagógico, estabelece desdobramentos acerca do cidadão e das experiências das crianças sem terra e de suas famílias. A capacitação de professores é elemento-chave nessa etapa, com oficinas, ampliação do conceito de escola, cirandas, mobilizações infantojuvenis (“Sem terrinhas”), projetos de alfabetização de jovens e adultos, cursos técnicos pelo Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), a administração de cooperativas.

Quanto à “formação dos sujeitos de um projeto popular de educação”, já com encontros entre educadores, como o Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), ocorrido em 1997, efetivaram-se propostas para o MST, não atribuindo o papel somente à escola, principalmente em realidades em que o MST não possui inserção, buscar interlocutores para gerar mecanismos de não se romper com a educação geral, mas criar estratégias nas quais vincule a realidade do campo. Propuseram-se ainda a permanência das disciplinas de cunho científico nas escolas, além de debate sobre a importância da educação popular nas escolas formais, o papel dos educadores nas causas coletivas e delineamento de mecanismos para que as crianças se tornem parte do protagonismo da luta pela terra.

Caldart (2004) na obra¹¹⁵ “Pedagogia do MST” elencou cinco matrizes pedagógicas do MST. A **primeira matriz**: a pedagogia da luta social, que desperta a indignação em relação às injustiças, à opressão e às desigualdades, traz o movimento social como princípio educativo. A **segunda matriz**: a organização coletiva, o enraizamento como uma condição para a formação humana, tendo a organização do movimento como referência para o pertencer, com união e com a identidade coletiva fortalecida no movimento. A **terceira matriz**: educar-se por meio do trabalho e da produção. Lavrar a terra e lavrar a vida, porque a vida é a própria terra, o cultivo do ser humano e da terra. A **quarta matriz**: Pedagogia da cultura. O próprio movimento em suas

¹¹⁵ A obra é referência de base para aqueles que buscam uma docência emancipatória a partir da pedagogia dos movimentos sociais e que objetivam compreender o MST em sua organicidade educativa e coletiva.

intencionalidades já assume práticas culturais por meio dos símbolos, da arte, das místicas, dos dizeres, das bandeiras. E a **quinta matriz**: Pedagogia da história. Os sem terra se educam cultivando sua história e memória.

Entre outros estudos ligados à educação e aos movimentos sociais do campo, destacamos os estudos de Miguel González Arroyo,¹¹⁶ uma das referências da educação por tratar de questões ligadas ao currículo, à educação do campo, à docência, à diversidade cultural dos saberes. O autor propõe que “para outros sujeitos são necessárias outras pedagogias”, ou seja, as especificidades político-culturais de territórios latino-americanos exigem propostas pedagógicas pensadas a partir dos sujeitos em um diálogo de saberes.

As obras de Arroyo têm sido de preciosidade para os estudos de educação no Brasil e na América Latina na contemporaneidade, bem como estudos relacionados à educação do campo, de escolas quilombolas, indígenas e de jovens e adultos. Os movimentos sociais e suas pedagogias buscam novas práticas pedagógicas que se fortalecem por meio das escolas públicas populares, como exemplo, as escolas famílias agrícolas, as escolas do campo com perspectivas de valorização do trabalho, das músicas, das místicas, das culturas, das identidades e dos modos de viver e produzir no campo.

A história dos movimentos sociais no Brasil é o próprio movimento da sociedade, que não se desconecta da educação. Rosar (2011) levantou os diferentes recuos e avanços nos movimentos sociais no contexto neoliberal globalizante. Mostra como essas mudanças interferiram na educação, a partir da consolidação de políticas públicas, reformas educacionais, mudanças legislativas. Inquietamos-nos: O que essas tensões produzidas no campo e pelos movimentos sociais refletem na produção do conhecimento e nas mudanças educacionais do chão da escola? O que os saberes produzidos nos movimentos sociais têm ensinado a partir das práticas políticas gestadas nos movimentos sociais do campo em Goiás?

Vislumbramos a educação como possibilidade de construção de projetos sociais e de transformação, como afirmaram Freire (1987) e Arroyo (2012). Acreditamos na escola como espaço de construção de uma nova cultura, um espaço de mudanças de perspectivas para novos sujeitos, e como espaço de reflexão para a construção de novos sujeitos. Ribeiro (2012) destacou que é preciso uma educação pensada pela própria classe trabalhadora, que busque avanços para a mesma e que se preocupe com a formação política dos sujeitos envolvidos e das lideranças de movimentos sociais. No entanto, para a mudança coletiva, é necessário

¹¹⁶ É um educador espanhol, sociólogo, foi professor na UFMG. O professor acompanhou experiências em escolas, como a experiência da Escola Plural que interveio no fracasso escolar em 200 escolas municipais na periferia de Belo Horizonte, desde 1993 (ARROYO, 2013). Atualmente, realizou críticas severas às escolas militares em entrevistas à revista *Carta Capital*.

passar por uma mudança cultural, uma reforma de práxis como sugeriu Scherer-Warren (1987, p. 63-64):

Para que as classes subalternas emergjam de uma situação de meras reprodutoras do social, e aspirem atuar em movimentos que visem não somente a superação de uma situação econômica de explorados, mas acima de tudo, a hegemonia política e cultural, é que toda a revolução é também um processo de construção nova, de uma reforma intelectual e moral, e exige para esse ato de autoconsciência crítica uma organização e dirigentes.

Nesse sentido, problematizamos o modelo neoliberal hegemônico predominante em nossos espaços de formação formais e, principalmente, na maioria das escolas do campo. Como pensar uma escola sem refletir sobre um projeto de sociedade? Os sujeitos da escola precisam repensá-la como estímulo ao protagonismo político da classe trabalhadora, visto que, a formação política é instrumento de difusão de ideias, filosofias e visões de mundo. Assim, os espaços de formação educacional formais propiciaram a construção de novos sujeitos, novas culturas que levem as classes subalternas a uma emancipação política.

Observamos que o modelo de educação formal brasileiro, no campo e na cidade, valorizou a adoção de métodos pedagógicos fordistas, pensados para o capital, difundiu apenas a necessidade de se passar em vestibulares e concursos de forma automática, sem despertar o sentido crítico, sem repensar a ordem capitalista da estrutura social. Esse modelo de escola não auxiliou nos reconhecermos na história. Esses métodos pedagógicos são pensados por economistas e por psicólogos, pois há atualmente uma exacerbação psicologizante de teorias de autoajuda que adentraram as escolas, e pregam ideologias de que a culpa do ensino é única do trabalho docente. As experiências dos movimentos sociais auxiliaram a pensar e a construir uma escola mais crítica para a construção da consciência de classe dos trabalhadores. É por meio de novas concepções de mundo que vislumbramos a autonomia de pensamento e de trabalho. Se tivermos consciência do mundo, das condições de exploração realizadas pelo capital, não trabalharemos para o capital. Sendo assim explorados (as), empobrecidos (as) e adoecidos (as).

A partir dos pressupostos político-pedagógicos de Miguel Arroyo (2014), os coletivos populares de cada região e município afirmam as pedagogias a serem construídas nos espaços escolares. Assim, inicialmente, é preciso saber: **Quem são os alunos do campo**, do que as famílias vivem, do que trabalham, como vivem, quais as suas perspectivas e visões de mundo. São sujeitos portadores de consciência política? Ou estão desconectados das lutas sociais e políticas? São esses sujeitos que pressionam e afirmam

o modelo de pedagogia a ser praticada. O autor chamou atenção para o **ocultamento em relação ao campo** historicamente construído no Brasil acerca das histórias, identidades, da exploração do trabalho, da expropriação, da desvalorização de saberes e práticas culturais. Desse modo, desocultar o espaço do campo por meio de pesquisas ligadas à educação, às categorias trabalho, ao território, a terra e aos modos de vida. Como reafirmação do que os movimentos sociais do campo já realizaram nos últimos anos.

Após o desocultamento do campo, ocorre a desconstrução da imagem pensada como sujeitos inferiores e passam a repensar outros caminhos. É por meio das leituras, do despertar do senso crítico, do desvelar de sua condição posta como sub-humanos, da reconstrução da autoestima, do ser capaz, do ser “mais”, como afirmou também Freire (1996). São nesses moldes que se gestam novas pedagogias, novas relações entre sujeitos, novas relações de poder e novas práticas educativas e políticas. E assim se delineou o que Arroyo (2014) denominou de “Pedagogias do Sul”. Nessas Pedagogias do Sul, consideramos algumas palavras-chave a partir da leitura e análise das obras de Arroyo, fundamentais para a construção de projetos de educação emancipatória. Essas palavras foram selecionadas no quadro:

Quadro 8 - Palavras-chave como pressupostos para as Pedagogias do Sul com base nas obras de Miguel Arroyo

Imagens/ Desconstrução de epistemologias/ Pedagogia das resistências/ Registros/Culturas
Trabalho/ Interação/ Interdisciplinaridade/ Histórias/ Memórias/ Vivências/ Diálogo
Significados/ Trocas/ Símbolos/ Sentidos/ Práticas inovadoras e transgressoras/ radicalidade
Conflito/ Coletividade/ Diferentes estratégias.

Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

Esse esquema não trata de palavras mágicas para solucionar as tramas da educação no campo e na cidade. Mas parte de pressupostos mais humanizadores de educação, que levem sujeitos ao pensamento crítico, à emancipação e ao desvelar de visões de mundo mais problematizadoras, mais próximas de seu universo de origem e mais coerentes com sua realidade vivida. Sabemos como a educação brasileira é complexa e exige mais do que esse quadro para que as coisas funcionem como necessitam de fato.

Na obra de Arroyo (2014), *Outros sujeitos e outras pedagogias*, há um cruzamento entre conceitos de Paulo Freire e Arroyo, o que o primeiro chama de Pedagogia do oprimido e do opressor, Arroyo chama de **Pedagogia da dominação e da subalternização**. No espaço

educacional, há os discursos que reproduzem ora uma dessas pedagogias, ora outra. Os códigos, os símbolos, os índices, as classificações, as relações de poder, as vivências e os projetos executados em cada escola trouxeram uma perspectiva que pode se aproximar da pedagogia dos dominados, ou da pedagogia dos dominantes.

É por meio das matrizes pedagógicas da luta, da mística, do trabalho e da vivência que se constrói a educação, a partir de um projeto coletivo e popular de sociedade. A educação e seus atores precisam identificar as contradições, compreendê-las e superá-las. A terra e o trabalho como processos formadores de emancipação e resistência reconhecem os sujeitos para a construção de novas práxis pedagógicas.

Torna-se fundamental discutir as relações de trabalho e de exploração presentes no campo e na cidade e a violência do capital sobre os sujeitos, como explicou Arroyo (2012). E mais do que isso, para Arroyo (2014), não basta apenas afirmar que o trabalho, os movimentos sociais e as vivências com a terra e no campo educam. Todas essas coisas somadas humanizam os sujeitos, ressignificam e produzem vida e novos sujeitos.

Arroyo (2013) indagou o espaço desses processos formativos nos currículos educacionais e esclareceu como os currículos tradicionais apresentaram a história ausente dos camponeses, de forma proposital a favor de quem concentra o poder. Contudo, o currículo torna-se espaço de disputa de classe social, espaço em disputa para reconhecimento e legitimação de grupos sociais. Para Arroyo (2013), os currículos escolares precisam colocar como ponto central a valorização da cultura porque ela produz modos de vida.

Nas análises de Arroyo, o autor associou os elementos das **resistências políticas às resistências epistemológicas**. Ele mostrou como cada uma dessas vertentes está entrelaçada à outra, ou seja, não é possível pensar na resistência de grupos subalternizados sem uma episteme da resistência, sem conceitos, sem ciência, sem formação, sem uma maneira de produzir pedagogias que reflitam no seio da resistência social, política e cultural dos povos do campo.

Neste ponto de partida, no qual foram enfocadas as pedagogias das resistências, Arroyo (2014, p. 38) mostrou como os movimentos sociais do campo contestam “o pensamento em que foram inferiorizados”. E nesse processo de contestação produzem as suas próprias pedagogias: a pedagogia dos sem terra, da terra, do direito agrário, das licenciaturas de educação do campo, a pedagogia dos assentamentos, dos acampamentos, das marchas coletivas. Essas ações em construção repolitizam os sujeitos nesses processos formativos.

Por outro lado, Arroyo (2014) se posicionou contra as promessas de inclusão que são reforçadas por meio de discursos pedagógicos. E diz que essas políticas de inclusão surgem

para se prometer a inclusão, mas que na realidade está longínqua dos parâmetros educacionais propostos no Brasil. Classificou ainda de inclusão subalterna o máximo que o Estado conseguiu produzir. Nesse sentido, as desigualdades entre grupos sociais precisam ser sanadas na raiz das questões e não apenas por meio de discursos.

Em outros aspectos ligados à escola, aos saberes e às mídias, Arroyo (2013) mostrou como a crença em uma sociedade da técnica, do progresso, do capital, do trabalho e da ciência desumanizou a escola, a docência e a relação entre professor e aluno. A imagem da mídia e dos governantes criou a falsa ideia de que o professor “bom” é o professor amoroso e o professor “mal” é o grevista, o “baderneiro”, como se o professor competente não pudesse ao mesmo tempo ser afetuoso, ou como se aquele professor que demonstra amor aos alunos não fosse competente, dualidades com um sentido, o de desconstrução do professor politizado como bom professor. Nessa obra, esse autor sinaliza para o fato de que não há como se esquivar, pois nossa docência é uma “humana docência”, assim como o cotidiano escolar, que é permeado de emoções, de subjetividades, de festas, de histórias, de culturas, das identidades, e não apenas espaço de produção científica, visto que, outras práticas de saber são produzidas.

O saber e o ensinar devem se atentar à capacidade de escuta, renovada, atenta, em sintonia com a vida e com o ser humano. No convívio com o outro nos humanizamos, aprendemos cada dia mais, sendo esse o processo de humanização que estamos carentes. Isso porque crescemos rodeados de técnicas, conversamos com nossos amigos com mais frequência por computador e celular e não estabelecemos relações pessoais de diálogo, de construção coletiva. Questionamos o desinteresse dos alunos, mas não questionamos a desumanização da escola, das nossas aulas, a disputa por currículos, os conteúdos prévios, fechados, as relações burocratizadas. Assim, os alunos são nomeados por números, mas não questionamos as inúmeras possibilidades de abrir conteúdos, lançar o novo.

Arroyo (2013) se posicionou contra os legalismos predominantes das escolas atuais, que incentivam a “transgressão” por parte dos professores e de preferência de forma coletiva. Essas ações, para o autor, trouxeram vida à escola, exigem novas formas de recriar os territórios escolares e novos “gestos de liberdade”. Defendeu a perspectiva de que a escola deve valorizar as diferentes formas do uso da mente, da criatividade, do pensamento, da autodescoberta. Despertou-nos para a superação da tradição conteudista e nos indaga: O acesso ao conhecimento possibilita o quê? Sacralizamos a ciência e desprestigiamos os saberes populares? Desmistificamos a sociedade tecnocrática ou a reforçamos em nossos discursos de ameaças aos alunos a partir da reprovação? Os avanços nos debates científicos e

acadêmicos estabelecidos em congressos da educação, seminários, contribuíram em que medida para o professor da educação “básica”?

Para Arroyo (2013), é necessário fortalecermos os professores em suas práticas, em seu trabalho e na valorização de seus saberes, identificar as contradições, compreendê-las e buscar superá-las. Entendemos a educação como um dos vetores, mas não o único, associado ao papel do Estado e de outros setores da economia. E a terra e o trabalho como processos formadores de emancipação e resistência reconheceram os sujeitos para a construção de uma nova práxis pedagógica. Portanto, torna-se fundamental discutir as relações de trabalho e de explorações presentes no campo e a violência do capital sobre os sujeitos, como explicou Arroyo (2012, p. 89):

Que centralidade dar na história da nossa pedagogia a esses processos tão antipedagógicos de exploração do trabalho humano? Como incorporar essa história nos currículos de formação docente e de educação básica? Como garantir o direito dos trabalhadores do campo e de todos os trabalhadores a saber-se nessa história tão exploradora e violenta do trabalho? [...] Reconhecer essas formas diversas de relações de trabalho no campo é uma exigência para a construção de outras escolas no campo, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, das florestas, do cerrado ou do semiárido. Outras formas de aprofundar no trabalho como princípio educativo. Outra escola do trabalho.

Arroyo (2012) afirmou que são as próprias tensões do campo que questionaram, qual o currículo, qual identidade docente, qual opção política, e que projeto de educação queremos construir. Essas tensões no campo pressionaram as tendências pedagógicas a abrir as visões reducionistas de educação. A educação e a realidade social do campo necessitam de conectividade como um movimento socioeducativo. A luta por educação humanizadora coincidiu com luta pela terra, território, trabalho e identidades. Não é possível pensar um projeto de sociedade para um grupo a partir de outro projeto de sociedade. Portanto, o autor ressaltou a necessidade de programar, na educação básica, a história do trabalho no Brasil, a violência do capital, as explorações nas relações, para se potencializar a tomada de consciência para uma educação emancipadora.

Com perspectivas filosóficas e educativas a favor da classe operária, semelhante às ideias de Miguel Arroyo, temos os escritos de Gramsci em outro momento histórico, político e social. Antonio Gramsci (1891-1937) era italiano, nascido em Ales, na Sardenha, e viveu acontecimentos importantes, como a Primeira Guerra Mundial, a ascensão do fordismo e o surgimento dos partidos comunistas. Formou-se em Letras, em Turim. Admirava as ideias de Lenin e sabia da necessidade de se fundar um “Novo Partido Comunista”. Inscreveu-se no PSI (Partido Socialista Italiano) em 1913. A bagagem teórica gramsciana baseava-se no idealismo

neo-hegeliano de filósofos como Benedetto Croce e Giovanni Gentile. A obra *Escritos políticos* foi escrita entre 1916 e 1920, antes de ser preso (NOSELLA, 2010).

Antonio Gramsci ficou preso por 20 anos e morreu três dias depois de livre, pela saúde debilitada. Seu primeiro livro publicado foi *Concepção dialética da história*. Mesmo preso, escreveu 33 cadernos, *Os Cadernos do Cárcere*, dos quais 29 foram publicados. Escreveu ainda vários artigos denunciando o fascismo de Benito Mussolini. Para Monasta (2010), os fascistas reconheciam a força do pensamento gramsciano, por isso deveriam combatê-lo.

O pensamento gramsciano ganha força a partir de 1970 e principalmente nos anos 1980 no Brasil, com ascensão dos movimentos operários e das lutas populares. Seu pensamento possui influência também de Karl Marx e Friedrich Engels, pois observou que o sujeito é fruto das condições que são dadas e que lhe permitem a sua formação histórica, política e cultural, mas vê a possibilidade de esse sujeito intervir no social, no seu contexto vivenciado por meio da práxis revolucionária (COUTINHO, 2012).

Entre os aparatos utilizados por Gramsci na construção de seus conceitos, tem-se o amparo na obra *Para a crítica da Economia Política*, de Marx (1978), a qual o autor afirmou que é no campo político-ideológico que se trava o enfrentamento entre classes sociais. Assim como Marx, ele parte da ideia de que o sujeito necessita de uma tomada da consciência de classe, não pensando somente nos interesses econômicos e corporativos, mas passando dessa dimensão para um aspecto mais direcionado à formação do sujeito histórico-cultural, que se liberta da sua condição e adquire autonomia no pensar e no agir (**catarse**), o sujeito consciente, coletivo, representante de um bloco que busca a hegemonia. Seria a elevação da “classe-em-si” para a “classe-para-si” (COUTINHO, 2012). Para Gramsci (1999 *apud* LOMBARDI, 2013), o momento da catarse é o ponto de partida da filosofia da práxis.

Gramsci (1982, p. 126), no *Caderno 12*, defendeu uma escola socialista e criticou a escola tradicional que dividiu o ensino em clássico (classe dominante) e profissional (classes instrumentais). Nessa obra, Gramsci examinou de perto o papel dos intelectuais na sociedade: todo homem é um **intelectual**, todos possuem faculdades intelectuais e racionais, mas nem todos têm a função social de intelectuais ou agem como tal. Desempenham atividades intelectuais todos os membros de partidos políticos, sindicatos ou de organizações sociais. Segundo sua análise, “não há atividade humana da qual se exclua a intervenção intelectual; separar o ‘*homo faber*’ do ‘*homo sapiens*’”, pois cada um é, a seu modo, um filósofo, um artista, participa de uma concepção do mundo, possui uma consciente linha moral. O intelectual tradicional é o literato, o filósofo, o artista e, por isso, Gramsci afirmou que “os jornalistas, que acreditam ser literatos, filósofos e artistas, também acreditam ser os

verdadeiros intelectuais”, enquanto que modernamente é a formação técnica a que serve como base do novo tipo de intelectual, um “construtor, organizador, persuasor”, que deve partir “da técnica-trabalho para a técnica-ciência e a concepção humano-histórica, sem a qual permanece especialista e não se torna dirigente”. O grupo social emergente labuta por conquistar a hegemonia política, almeja a própria ideologia intelectual tradicional, concomitantemente, forma seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1982).

A organicidade dos intelectuais se mede pela maior ou menor conexão que mantém com o grupo social ao qual se relacionam: eles operam tanto na sociedade civil quanto na sociedade política (Estado). A necessidade de criar uma cultura própria dos trabalhadores relaciona-se com o apelo de Gramsci por um tipo de educação que permite o surgimento de intelectuais que partilhem das paixões das massas de trabalhadores. Nesse aspecto, os adeptos da educação adulta popular tomam Gramsci como uma referência, cujo sistema educacional pode ser definido dentro do âmbito da pedagogia crítica (BARATTA, 2011).

Gramsci reforçou a ideia de intelectual orgânico, aquele que está a favor de um determinado grupo social e se comunica com a classe trabalhadora estando à frente dos movimentos sociais, com o papel de construir um novo **bloco histórico (o bloco histórico seria composto pela realidade social e pelas superestruturas)**. Esse novo bloco histórico teria novas relações de produção e o trabalho emancipado. Discutia a educação popular, destinada à classe trabalhadora e adulta, com formação para a militância, e ressaltou o pedagógico além da escola. Conceituou a ideia de estrutura, que seria os aparatos materiais e econômicos que regem a estrutura ou sistema social e a **superestrutura (sociedade civil somada à sociedade política)**, representada pelos aparatos ideológicos que criaram um sistema social, político e intelectual, e que deveríamos pensar na estrutura e na superestrutura de forma dialética. Para Gramsci, a superestrutura teria um peso maior, ou seja, as ideologias teriam mais força do que a estrutura, ou a dimensão material. Deste modo, conforme Coutinho (2012), sua teoria social difere de Marx, pois coloca a superestrutura política como elemento determinante do processo histórico e não a base econômica. Entretanto, não se afastou das ideias e categorias de análises marxistas.

Gramsci, na raiz de suas influências dos escritos ligados à educação, tem como base os princípios da educação moderna com referência em Rousseau e Pestalozzi. O respectivo autor trouxe o conceito de práxis à educação, observando que essa necessita ser ao mesmo tempo crítica, criativa, clássica, intelectual e profissional. Segundo Baratta (2011), Gramsci questionou a separação ideológica produzida pelo governo italiano entre formação técnica/profissional e formação científica/cultural.

Monasta (2010) mencionou que em todos os *Cadernos do Cárcere* de Gramsci havia o caráter educativo, e não somente quando ele se referia à educação diretamente. Ainda para Monasta (2010), a mensagem principal de Gramsci foi, a cultura está profundamente ligada ao poder da classe dominante. Seria para Antonio Gramsci, a educação e a cultura uma nova estratégia socialista para o Ocidente? As batalhas das ideias como um canal para se contrapor à guerra de classes. Gramsci relacionou a cultura e a educação, ideais conjuntos, para construção da práxis filosófica, nos quais esses instrumentos seriam capazes de retirar o sujeito de sua forma amorfa, ou seja, a transformação social passa pela questão cultural. A “elevação cultural” levaria à consciência de classe e à construção de lideranças. O pedagógico em Gramsci está além da escola, visto que seus artigos não tinham uma função meramente informativa, mas também formativa. Ressaltou a importância da educação na construção de uma sociedade menos desigual e buscava uma escola para a vida, com formação de militâncias, engendrando o aspecto político ao educativo. Assim, segundo Torres (2004), para Gramsci a construção da soberania popular passava por espaços de formação.

Em Gramsci, a escola, na perspectiva da classe operária, tem tarefas a cumprir, enquanto se faz em uma das estratégias de "guerra de posição". Assim, sua **proposta de escola é unitária**¹¹⁷ (contemplando trabalho, ciência e cultura), comum (pública) e desinteressada (formação integral do ser para todas as expectativas e possibilidades da vida, além do mercado) (SILVA, 2010). Gramsci desenvolveu o conceito de escola ligado ao de **hegemonia**. A escola seria um desses aparelhos de hegemonia, que tanto serve para reproduzir o Estado burguês, no preparo de peças para o capital, como pode propiciar a crítica e a consciência da necessidade de superá-lo. A sociedade civil mais sociedade política seriam a hegemonia transfigurada de coerção. Hegemonia é, pois, ligada à ideia de dominação. Segundo Fontes e Pronko (2013), este conceito, para Gramsci, refere-se ao sistema de alianças que a classe operária deveria criar para derrubar o Estado burguês.

No *Caderno do Cárcere*, Gramsci (Caderno 11, p. 70) comentou que a formação em massa dos sujeitos “estandardizou os indivíduos.” E destacou: “Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos”. Somos seres modernos e com ideias das cavernas, como destacou em *A concepção dialética da história*. A educação, a formação dos sujeitos e a transformação social dependem do tipo de relação que

¹¹⁷ Para Gramsci (1982, p. 125), “O Advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo”. Busca uma humanização do sujeito, é ativa, desperta no sujeito a autonomia do pensar.

estabelecemos com a história, com o outro, com as ações sobre o mundo, com a nossa capacidade de organização e mudança, bem como pelo conformismo ou pela rebeldia.

Gramsci parte do princípio de que a **sociedade civil** é representada pelos homens, opinião pública, igrejas, escolas, famílias e associações como instrumento capaz de minar a ordem estabelecida. Coutinho (2012) esclareceu que a diferença entre Gramsci e Marx, na concepção de sociedade civil, é que o último usou o termo para se referir às relações sociais de produção na economia e Gramsci designou sociedade civil como todas as organizações que elaboram e difundem as ideologias. A **sociedade política** seria representada pelo governo, polícia, forças armadas, administração, burocracia e aparelhos de repressão. E o Estado seria a soma da sociedade civil com a sociedade política, ou Estado, “ampliado ou integral”, como destaca Coutinho (2012). Também, com base em Marx e Engels, analisou-se o papel coercitivo do Estado, que reprime, violenta e desestabiliza as organizações políticas da classe trabalhadora. Gramsci se opôs às ideias de Althusser, pois, para ele, os educadores seriam capazes de construir as contra-hegemonia e as novas concepções de mundo. Pensava em uma escola que não servisse às relações sociais capitalistas, pois a educação e a cultura seriam agentes de mudança (BARATTA, 2011).

Gramsci acreditava na soberania popular construída por meio da educação. Ressaltou o papel da hegemonia, na qual um grupo social objetiva dominar o outro e utiliza da ideologia para inculcar tal fato. Porém, para Gramsci, a realidade social, sobretudo, cria as ideologias e não as ideologias que criam as realidades sociais. O autor preocupava-se com a forma como o senso comum das classes subalternas não é elaborado por elas, mas adquirido de relações sociais e históricas, portanto, a própria classe subalterna com consciência de classe legitima a ideologia do dominador. Para Gramsci, a hegemonia rege a sociedade pelo consenso e a ditadura pela coerção (SILVA, 2010).

A educação é essencial à sociedade, porém, é importante desconfiar de discursos que prometem uma educação para a cidadania ou uma educação para o trabalho, por exemplo. Isso porque, no contexto capitalista em que vivemos, as oportunidades de acesso à educação não são sinônimos de possibilidades de trabalho justo a todos. Pelo contrário, grande parte dos indivíduos é excluída do universo do trabalho formal, de concursos públicos, de universidades e de inúmeras situações seletivas propostas no trabalho e na própria educação.

Em tempos de “mitos” no Brasil, a educação nunca foi tão necessária. Jair Bolsonaro, presidente atual brasileiro, é considerado por seus eleitores um mito. A educação dominante, produzida pela classe dominante, também reproduz mitos, por exemplo, o mito da preguiça e da desonestidade do brasileiro. Freire (2015) cita o mito da propriedade privada como reforma

agrária, como um não direito à classe trabalhadora. O autor acrescenta ainda o mito da classe trabalhadora como inferior à classe dominante, os mitos das políticas de pão e circo. Desse modo, a educação é muito importante para desvelar esses mitos e problematizá-los. Possibilita conviver com o outro e aprender. É a partir da educação que confrontamos o que pensamos e como agimos. Durante os processos de aprendizagem concebidos por meio da educação, iniciamos mudanças pessoais e coletivas. Portanto, a educação é um dos caminhos que transformam e institui avanços para o mundo.

Pensando nesse papel social fundamental da educação, procuramos relacionar os pressupostos políticos e pedagógicos de Paulo Reglus Neves Freire¹¹⁸ como alternativas de “aprender para a vida”, aprender com as árvores, com os bichos, com os brinquedos, com as pessoas, com seus medos (BRANDÃO, 2001). Nesse aprender com o mundo, está um ponto-chave da nossa pesquisa: Os saberes sociais apreendidos na luta pela terra em Goiás.

Segundo Brandão (2001), Freire considerava o que aprendia com a vida, tudo se aprendia, tudo se criava e se inventava. E nestas experiências de vida e de educação se gestam as linguagens de nossos mundos, a “palavramundo”. E criando nossas linguagens, nossas palavras, nossos mundos, podemos as utopias possíveis, as novas realidades.

Os escritos de Paulo Freire influenciaram o pensamento de diferentes pesquisadores e educadores de várias partes do mundo, como Bolívia, Chile, Colômbia, EUA, África e Europa. Suas contribuições foram pertinentes às temáticas do pensamento educacional relacionadas com a educação popular, a alfabetização de jovens e adultos, a educação indígena e os estudos de interculturalidade. Esses estudos, baseados no pensamento freireano, fortaleceram debates no interior dos movimentos sociais, sindicatos, movimentos de base, comunidades rurais e da periferia, organizações religiosas e universitárias.

Freire (2014), em seus princípios políticos e pedagógicos, evidenciou a preocupação com o papel da educação em instrumentalizar os sujeitos para que esses refletissem sobre a própria condição de massificado e explorado. Para isso, amparou-se principalmente no “sujeito inacabado”, que busca mudanças, ser a mudança, não se acomodar, libertar-se, conscientizar-se na relação com o outro e com o meio. Os textos e obras de Paulo Freire trouxeram outras categorias importantes, que partem do conflito entre classes sociais e são discutidas ao longo das várias obras do autor, como:

¹¹⁸ Nascido em 19/09/1921, em Recife (PE).

Quadro 9 – Palavras-chave dos textos de Paulo Freire

Realidade; Universo Vocabular; Opressor/ Oprimido; Tema Gerador; História; Utopia.
Conscientização; Consciência crítica e consciência ingênua; Consciência real e consciência possível.
Texto/Contexto; Leitura do mundo e da palavra; Liberdade; Criatividade; Esperança.
Diálogo; Educação domesticadora e educação libertadora; Educador/ educando.
Concepção bancária e concepção problematizadora; Educação e massificação.
Universo temático; Situações-limite; Codificação/descodificação.
Autonomia; Exclusão Social; realidade estática e realidade mutável.
Saber ignorância; Pensar certo; Sujeito; Inacabamento.

Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2019).

Os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e os Círculos de Cultura começaram em 1959/1960, período que coincidiu com os anos mais efervescentes da educação popular no Brasil, conforme Bezerra (1980). Para a autora, as atividades de educação popular intensas foram do período de 1959 a 1964. Esta época foi marcada, sobretudo, pela pressão de diferentes movimentos de base que exigiam as “reformas de base”, como a reforma agrária, a reforma política, a reforma bancária, contra a perda de autonomia econômica que o Brasil enfrentava.

Foi no MCP que Paulo Freire iniciou a alfabetização de adultos em Recife e posteriormente a expandiu para Angicos (RN). Do Rio Grande do Norte essa concepção pedagógica conquistou diferentes espaços no Brasil, principalmente em regiões empobrecidas, como o Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Entre os principais objetivos do MCP, Cunha (1999 *apud* RISSO, 2007, p. 2) destacou:

[...] a) promover e incentivar, com a ajuda de particulares e do poder público, a educação de crianças e adultos. b) atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que a assegure, também, de acordo com a constituição, o ensino religioso facultativo; c) proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; d) colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; e) formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.

A conscientização se iniciou pelo processo de alfabetização, que, por sua vez, era essencial, tendo em vista que, 50% da população brasileira era analfabeta até meados do

século XX, o que não era pouco. E o diálogo tornou-se fundamental para a construção de novos sujeitos históricos (BRANDÃO, 1980).

Contudo, Paiva (1987) define a educação popular como a que atende aos interesses da classe trabalhadora e de outras camadas sociais. Para a autora, a educação popular é externa ao sistema formal de ensino. Já Streck (2014, p. 41) destacou outra concepção de educação latino-americana de José Julián Martí Pérez, cubano que se aproximou dos ideais políticos e pedagógicos de Paulo Freire: “Para Martí, a educação popular não é mera instrução, contradizendo o cientificismo positivista, mas é aquela que precisa partir da realidade cultural e social do povo para, então, compreendê-la e transformá-la”.

Para Freire, a educação popular era tanto uma experiência que se realiza no âmbito não governamental, como também uma política pública. Freire tinha a clareza e a maturidade de que, para construir alternativas e alianças que favorecessem o poder popular em alguns momentos, haveria de realizar atividades dialéticas com o poder público. As atividades de conscientização, politização e organização popular eram um processo lento. E qualquer passo que avancemos em direção à coletividade e às propostas mais humanizadoras e críticas, para Freire, pode ser considerado importante e libertador (TORRES, 2004).

Já Nascimento (2011, p. 112) ressaltou que a educação popular se define na práxis. Consideramos que é por meio da educação popular não institucionalizada que ocorre a formação política, o enfrentamento, a ação contra-hegemônica.

A práxis revolucionária não acontece na educação formal, institucionalizada, pelo contrário, é a partir de experiências processuais que não se tornaram manipuladas e controladas de imediato pelo sistema educacional formal legalmente instituído que surgem as principais alternativas de educabilidade política e alternativa à concepção de mundo hegemônica.

E, para Brandão (2012), não é possível definir a educação especificamente no tempo e no espaço, pois seus resultados inerentes à formação política são multiplicados por meio de saberes compartilhados, dos quais as classes populares são protagonistas. A educação popular, conforme Brandão (2012, p.15), é definida a partir de quatro vieses, ou sentidos diferentes. O primeiro seria “a educação da comunidade primitiva anterior à divisão social do saber”; o segundo seria “como a educação do ensino público”; o terceiro, “como a educação das classes populares”; e o quarto, “como a educação da sociedade igualitária”. Cada qual representa interesses de classes e para ser realmente popular necessita despertar a consciência crítica e não ser um aparato ideológico do Estado, pois, nesse caso, a educação popular torna-se uma técnica a mais do próprio sistema capitalista.

Este enlace entre política, educação e cultura é engendrado em contrapartida à lógica hegemônica de dominação capitalista implantada nas primeiras décadas do século XX, no governo de Getúlio Vargas. Contabilizou-se que houve cerca de 20.000 mil círculos de cultura de alfabetização em todo o Brasil. O governo de Vargas caracterizou-se por uma forte onda nacionalista, de centralização e intervencionismo estatal, além das tendências populistas durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Na década de 1930, não houve a ampliação significativa das oportunidades de ensino, uma vez que interessava ao Estado um saber mecanizado, como mão de obra apenas para reproduzir a lógica do sistema capitalista.

Até a década de 1950, Brandão (2012) afirma que a educação popular era entendida como educação pública. Contudo, foi a partir de 1960 que a ideia de educação popular atrelou-se à concepção de cultura, resistência, política. A educação popular passou a ser uma contraposição às formas econômicas e culturais hegemônicas de dominação impostas.

Para Brandão (2009), a educação popular não é popular apenas porque se destina ao povo. Não é porque se destina ao povo que a formação tem de ser menor ou mediocrizada pelo poder estatal. Ao contrário, a educação é popular justamente porque instrumentaliza uma nova hegemonia, é um trabalho de emancipação do poder da classe trabalhadora. É importante entender a educação popular como algo presente entre nós, que extrapola o tempo e o espaço.

As práticas pedagógicas e políticas de Paulo Freire, a educação e a educação popular foram e são instrumentos de conscientização com populações do campo e da cidade. E essa conscientização necessariamente exigiu uma transposição da consciência ingênua (conclusões apressadas, superficiais, que aceitam o passado como melhor) para a consciência crítica (análise profunda, realidade mutável, que indaga, questiona, dialoga) (FREIRE, 2014).

Não é tarefa simples sair da condição de consciência intransitiva para uma consciência transitiva, como propõe Barreiro (2000). O sistema capitalista, as formas de alienação, o poder do Estado pensado sob a égide da classe dominante tentam de todas as formas cooptarem as organizações populares, suas formas de expressão e principalmente suas organizações educacionais que conduzam a um pensamento crítico. É bem mais cômodo ficar em uma zona de estabilidade sem motivações, sem interesses coletivos, com dificuldades de discernimento, buscar explicações teológicas para conflitos sociais e políticos, ausentar-se da participação política e conscientemente não se engajar. A consciência intransitiva é acomodada, mas não é a que liberta.

A educação popular compõe a história da luta de classes brasileira. Não é peça de museu, como nos induzem, nem está prestes a ser enterrada como pseudoeducadores, políticos, empresários e jornalistas que insistem em afirmar e acusar os educadores populares

de ensinar apenas ideologias¹¹⁹, e não conhecimento científico. Ora, se a educação popular não estivesse viva e não tivesse força na contemporaneidade, presente nos movimentos sociais, estudantis, nos movimentos de base, circulando nos corredores das universidades, no interior das escolas, das associações, em sindicatos, em reuniões, nas igrejas, nos espaços educativos, não incomodaria.

Entretanto, o método de Paulo Freire fez parte de uma educação problematizadora cujos conteúdos partiam do universo vocabular e vivido. Diferentes movimentos de educação popular adotaram o método de Paulo Freire, principalmente no período entre 1962 e 1964 e após a abertura política nos anos de 1980 (BEISEGEL, 2010). Metodologicamente, os temas geradores, como forma de organização do currículo, foram palavras que surgiram dos problemas advindos da realidade, da escuta do universo vocabular, da pesquisa junto às comunidades e de seus problemas. As sílabas para a alfabetização surgiam no momento da aula a partir de nomes de alunos, os quais iam criando outras palavras a partir das apreendidas. Por exemplo:

Quadro 10 - Método Paulo Freire

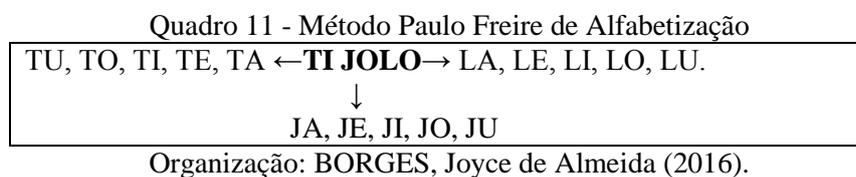
Um nome próprio ensina outras sílabas
BENEDITO
BANADATA
BENEDETE
BINIDITI
BONODOTO
BUNUDUTU
Outras palavras
NADA, BANANA, BATATA

Organização: BORGES, Joyce de A. (2016).

A seleção de palavras geradoras partia de critérios como o entrosamento com a realidade social, as dificuldades fonéticas, as situações vividas. Aprendia-se para atuar no contexto experienciado. Sobre o método, Freire (2015) destaca que é um método de aprendizagem e não de ensino. As palavras geradoras do Método Paulo Freire, utilizadas nos projetos de alfabetização, também eram cultura, pois partiam do cotidiano dos educandos. Isso porque, após descobrir as palavras geradoras, a próxima etapa para os sujeitos seria intervir nas atividades comunitárias, associações. Diante do resultado positivo desse método

¹¹⁹ O Programa Escola Sem Partido tornou-se Lei n.º 3.670/2017. Foi proposto por políticos e advogados para garantir a isenção de ideologias políticas nas escolas (escolasempartido.org). Na verdade, refere-se a uma forma de coibir o posicionamento político de professores e alunos e de despolitizar o espaço escolar.

de alfabetização, o governo brasileiro previa ampliá-lo para o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Segue outro exemplo, para entendermos este processo de alfabetização:



No processo de alfabetização, fazia-se a problematização da realidade. A educação e a educação popular em Paulo Freire implicam conceitos de humanização, liberdade, autonomia, reflexão e conscientização. E não era qualquer palavra escolhida, mas a que portasse riqueza fonêmica/fonética, de significação, conscientização e politização (FREIRE, 1996). Era, pois, uma abordagem alfabetizadora que partia do contexto político e social da América Latina, debatendo a dependência neocolonial e analisando as formas de dominação contemporâneas e o processo de acumulação capitalista.

De acordo com Freire (1985), a consciência do sujeito é reelaborada. A percepção sobre a dominação, a escravização dos sujeitos e a forma como o mundo é concebido para uma minoria fazem parte da metodologia dos círculos de cultura. O que podemos sintetizar na problematização do vivido, nos círculos de cultura, foram a valorização do saber dos alunos, a sua leitura de mundo, a codificação e decodificação, a alfabetização política e a construção do conhecimento a partir de temas geradores. Este método foi aplicado junto ao Projeto do Pronera, que detalharemos mais adiante com a educadora do Movimento Terra Livre.

É imprescindível ressaltar que as ideias de Paulo Freire receberam influências tanto do existencialismo de Jean Paul Sartre (1905-1980) como das críticas ao capitalismo de Karl Marx¹²⁰ (1818-1883). Os pressupostos freireanos também se amparavam em teóricos do pensamento moderno clássico, como Antonio Gramsci (1891-1937), e da teoria pedagógica progressista da Escola Nova, de John Dewey (1859-1952), que considerou a cooperação, a mudança social, a relação com o meio, o protagonismo dos educandos. E, como contribuição para essa formação pedagógica, ressaltamos a Escola de Frankfurt, com Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973) e Herbert Marcuse (1898-1979).

¹²⁰ As categorias do Materialismo Histórico Dialético estão presentes nas análises teóricas e nos princípios políticos e pedagógicos de Paulo Freire. Por exemplo, a alienação, as formas de opressão e violência vividas pelo povo, a exploração no trabalho, as desigualdades entre classes sociais (TORRES; MORROW, 2004).

Além disso, as concepções cristãs provenientes da corrente filosófica francesa do Personalismo¹²¹ de Emmanuel Mounier (“Evangelho dos pobres”), Lebreton, Jacques Maritain, Teilhard de Chardin foram base para o pensamento freireano. Sobretudo, os ideais políticos de Paulo Freire iam ao encontro dos princípios da Juventude Universitária Católica (JUC), que trouxeram, em seu cerne, o comprometimento com o engajamento social e a realidade dos sujeitos, como considerou Rodrigues (2008).

No entanto, é evidente o lema da Ação Católica, “Ver, julgar e agir”, presente no Método Paulo Freire de alfabetização. Por exemplo, nas fichas de cultura, nos exercícios propostos, nas discussões de trabalho, percebe-se o caráter de observar, analisar e intervir em temas profundamente ligados ao cotidiano dos educandos, implicando mudanças, incentivos à participação, à formação e principalmente à ação.

Durante os anos 1960, efervesceram as músicas de protesto, o teatro, a arte. As ideias da classe média intelectualizada mesclam-se às ideias populares, fazendo ebulir os movimentos sociais, a migração campo-cidade se intensifica, a popularização das ideologias norte-americanas por meio do cinema e da televisão. Nesse período, as ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas fortalecem a fetichização em torno do modelo capitalista de produção baseado na industrialização, na cultura norte-americana, no consumo e na produção de bens materiais a serviço da classe dominante. Era a pseudoideia desenvolvimentista econômica, posteriormente reforçada no governo de Juscelino Kubitschek, que visava reafirmar uma estrutura social de dominação (FREIRE, 2003).

Em contrapartida a esta conjuntura, Freire (2014) desenvolveu uma práxis que possibilitou a formação crítica da classe trabalhadora e não apenas como massa de manobra. Freire questionou fortemente a ideia de se menosprezar a cultura latino-americana em detrimento da valorização dos ideais culturais norte-americanos e europeus. Para isso, fortaleceu o conceito de mudança, que implicou o reconhecimento do sujeito em sua história, a qual ele a transformou e não se adapta fatalisticamente a uma realidade desumanizante. A crítica de Freire era, sobretudo, propagada sob as influências do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). E essas críticas somavam-se aos ideais sindicalistas, esquerdistas, comunistas, que se delinearão em forças coletivas pelo Brasil.

Desse modo, Freire questionava a elitização da cultura, defendia as culturas populares como resistências lógicas hegemônicas de produção, modos de vida e práticas políticas. Nesse ínterim, Paulo Freire foi diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife e

¹²¹ O Personalismo foi criado por Charles Renouvier e diz respeito a “toda doutrina que atribui às pessoas um lugar importante na realidade” (FREIRE, 2003).

coordenou o Plano de Alfabetização de junho de 1963 a abril de 1964. Em seus discursos, questionava as promessas vazias destinadas ao povo, defendia a conscientização por meio da educação e da cultura como forma de contrapor a qualquer forma de dominação imposta às classes trabalhadoras. Consideramos que esses movimentos educacionais e ações políticas desenvolvidas no Brasil objetivavam garantir o direito de acesso à educação para as classes de trabalhadores, e trouxeram mudanças sociopolíticas no cenário educacional brasileiro. Esses projetos de educação popular no Brasil ganharam força expressiva a partir da “Pedagogia do Oprimido¹²²”, que surgiu no Brasil com Paulo Freire (1987).

A práxis possibilitaria que o saber se construísse a partir da realidade vivida, das palavras do cotidiano, das práticas coletivas e da cultura popular. Isso resultou em um Movimento da Educação que se espalhou no Nordeste e na América Latina a partir de 1950/1960. Com a ditadura militar (1964-1985), essa metodologia política de ensinar foi abafada pela força dos poderes dirigentes.

A luta pela educação popular no Brasil, no contexto da ditadura militar, misturou-se a diferentes bandeiras de luta: a reforma agrária, a sindicalização rural, melhores condições de trabalho no campo etc. O golpe militar de 1964 dificultou enormemente a efetivação dos trabalhos populares de Paulo Freire. Após o golpe militar, Freire escreve a obra *Pedagogia do Oprimido*. Esse livro surgiu juntamente ao Movimento de Educação de Base (MEB) desde 1960, que realizava um trabalho de alfabetização e educação popular pelo Brasil, isso no governo de Jânio Quadros, numa parceria entre Igreja e Estado, conforme Rodrigues (2008).

Nesse contexto, O MEB iniciou seus trabalhos de alfabetização popular em 1961. Esse ator social teve papéis significativos na luta pela alfabetização de jovens e adultos em Goiás e, no âmbito nacional, incentivou, por exemplo, campanhas como a do “voto do analfabeto”. Outros atores importantes contribuíram para a formação política e instrumentalização da classe trabalhadora junto ao MEB, como a JUC (Juventude Universitária Católica), a UNE (União Nacional dos Estudantes) e os CPC (Centro Popular de Cultura). Afirmamos que a ala esquerda e progressista da Igreja Católica defendeu reformas de base, a partir de padres como Almerly Bezerra, Henrique Claudio de L. Vaz, Pereira, Dom Hélder Câmara, Dom Fernando. E não podemos deixar de mencionar a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, promovida pela Secretaria Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte, em 1961 (RODRIGUES, 2008). Ou seja, uma gama de ações promovia cultura, educação e política. O

¹²² A obra *Pedagogia do Oprimido* foi traduzida para mais de 17 línguas. Paulo Freire usava o termo “opressores e oprimidos” para revelar como as classes sociais são antagônicas e como o papel da luta política e da educação pode contribuir para a transformação da realidade e a emancipação humana. O autor afirmava que o opressor se fazia presente no interior do oprimido.

Estado propunha projetos educacionais tecnicistas que objetivavam controlar o ensino, destacando-se, entre esses, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e o Projeto Minerva (Curso Supletivo de Primeiro Grau).

Devido a tais concepções políticas e pedagógicas, Freire foi preso durante 75 dias, os quais classificou como algo não demorado e dramático, mas apenas “suficiente para aprender algumas coisas” (BARRETO, 1998). Durante a prisão, Freire não alfabetizou para evitar mais processos e perseguições, embora houvesse o desejo e a necessidade. Posteriormente, foram 16 anos de exílio, que resultaram em experiências de educação na Nicarágua, alfabetização sandinista no Chile, na Bolívia, no México e nos EUA, além de assessorias em trabalhos de movimentos de educação popular na Tanzânia e na Guiné-Bissau. Para Freire, o período de exílio foi extremamente pedagógico.

Freire retornou ao Brasil em junho de 1980 (BEISEGEL, 2010) e filiou-se ao PT (Partido dos Trabalhadores). Durante o período de abertura política, a partir da década de 1980, com a ascensão dos movimentos sociais do campo no Brasil, com 80% da população latino-americana vivendo em situações de miséria, repolitiza-se a ideia da Pedagogia do Oprimido. E a educação popular se ressignificou, sobretudo à luz dos gritos de luta e marchas dos movimentos sociais, as vozes das populações pobres revelam os aspectos negligenciados ligados principalmente à moradia, à terra, à cultura e à saúde.

A partir de 1980, com as ações políticas dos movimentos sociais do campo, como o MST principalmente, a ideia de cultura se amplia em novos sentidos polissêmicos por meio do território, em uma perspectiva de frentes de luta e de conquistas da terra com projetos que latinoamericanizassem a educação, a produção de alimentos e a emancipação econômica.

Seguindo sua prática política e pedagógica, no período em que Freire esteve à frente da Secretaria da Educação de São Paulo, ele articulou o processo de alfabetização via Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), em parceria com a SME de São Paulo e com os movimentos sociais de educação popular. O Mova foi importante porque estabeleceu um diálogo com os movimentos sociais. Era uma parceria entre o Instituto Paulo Freire, a Petrobrás e a Federação Única dos Petroleiros. Esse movimento foi um marco, propunha a indicação de educadores e educadoras populares da própria comunidade, porém, foi substituído pelo Programa Brasil Alfabetizado, em 2003, que descaracterizou as propostas iniciais.

Outro posto simbolicamente importante diante de seus princípios político-pedagógicos foi assumir a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em janeiro de 1989,

permanecendo até maio de 1991. Paulo Freire¹²³ esteve diante de 700 escolas, em situações precárias, com sinais de políticas neoliberais implementadas na educação. Nesse momento, demonstrava entusiasmo pela educação, visitava cotidianamente as escolas, dialogava com coordenadores, diretores e professores, realizava chamadas para o envolvimento dos sujeitos no espaço escolar e se interessava por questões curriculares (FREIRE, 2001).

A classe dominante no Brasil cooptou o discurso popular a seu favor e criou ideologias de que o pobre não se interessa pelos estudos ou pela educação. Mas o que historicamente ocorreu foi a negação ao acesso às informações escolásticas, políticas e o controle dos espaços educacionais. Portanto, a educação brasileira desde o início foi politizada, o problema foi a politização a favor da classe dominante (FREIRE, 2014).

Muitos projetos de educação popular foram incorporados ao Estado, perdendo de vista os ideais políticos e pedagógicos de Paulo Freire, as concepções críticas da formação, disciplinas de formação filosófica e política, como ocorreram no processo de privatização e neoliberalização das universidades e escolas em toda a América Latina. Presenciamos programas e formação com carga horária reduzida, cursos técnicos de formação duvidosa, aligeiramento de formações de profissionais com o uso indevido da categoria popular, ou de termos com alcunhas de cursos de formação, que, na verdade, às vezes mais excluem do que incluem a classe trabalhadora. De certa forma, esses cursos conferem o direito à certificação de escolaridade e sem formação crítica emancipatória, como prevê a educação popular.

No que se refere às contribuições político-pedagógicas de Paulo Freire para a educação atual no Brasil e em toda a América Latina, pontuamos a crítica à expulsão escolar erroneamente denominada de evasão escolar, a qual Freire (1983) considerava um dos problemas cruciais na educação. É a partir dessa crítica freireana que o Estado pensou em projetos educacionais que inserissem jovens trabalhadores da periferia no espaço escolar, e projetos que auxiliassem na permanência de adultos não alfabetizados na escola, no campo e na cidade. Esses ideais influenciam novas perspectivas para a população do campo.

Consideramos a pertinência da influência de Paulo Freire em teóricos que pensam a educação hoje no Brasil e na América Latina. Sabemos que são vários, mas vamos arriscar a citar apenas alguns, como Moacir Gadotti, Miguel Arroyo, Carlos Rodrigues Brandão, Roseli Caldart, e outros estudiosos da educação popular. Freire influenciou teóricos estrangeiros

¹²³Freire recebeu, após seu retorno ao Brasil, 30 títulos de *Honoris Causa* das universidades do Brasil, da América e da Europa. Durante o ano de sua morte, 1997, ainda publicou livros, artigos, deu entrevistas, e seu legado intelectual e de práxis política permaneceu.

também e um deles, Pierre Furter, um educador suíço que contribuiu para as discussões da educação, e educação permanente (FÁVERO; FREITAS, 2011).

Portanto, ao elucidar as interfaces e ramificações dos pressupostos políticos e pedagógicos de Paulo Freire, notamos que os seus escritos ganharam notoriedade na América Latina e principalmente em discussões da educação e movimentos sociais. Freire contribuiu para as mudanças das políticas públicas hoje conquistadas na educação do campo¹²⁴ provenientes, sobretudo, do esforço dos movimentos sociais de luta pela terra. A proposta da educação do campo visualiza a dimensão educativa do agir político como o carro-chefe da construção de novos ideais e de propostas para a educação das populações do campo.

Nessa perspectiva, várias conquistas dos movimentos populares do campo foram alcançadas, como cursos de Formação em Educação do Campo e Pedagogia da Terra, desenvolvidos pelo Pronera, cursos de pós-graduação, formações técnicas em Agroecologia, recursos para projetos em parcerias com as Escolas Famílias Agrícolas com as políticas do Projovem Campo¹²⁵, Saberes da Terra e Pronacampo. Como um dos resultados desse processo, mais de 30 mil jovens e adultos assentados foram beneficiados pelo Pronera, e a formação de mais de três mil educadores mediante convênios com 50 universidades públicas e privadas (VENDRAMINI, 2010).

As ideias freireanas amparam professores e estudantes e diferentes sujeitos envolvidos em educação nos mais distintos eventos de educação¹²⁶, seja em referenciais teóricos, na luta da Educação de Jovens e Adultos, ou no apoio à própria educação pública de um modo geral, uma vez que a defendeu e lutou cotidianamente por ela. Na práxis, em greves e lutas de trabalhadores da educação, Paulo Freire como uma grande referência, lembrado em discursos de mobilização e inspirando lideranças.

Mesmo diante de que, as mobilizações sociais entre a juventude e a classe trabalhadora geral, seja, no âmbito partidário, na representação sindical ou em frentes de luta, ambas dificultadas pela descrença da população, as estratégias hoje de organização política ainda

¹²⁴ O Movimento de Educação do Campo surgiu a partir dos anseios dos movimentos populares do campo que buscam uma educação que leve em consideração as especificidades dos povos do campo e foi uma iniciativa que se concretizou desde 1997 com a Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”, realizada em Luziânia, e em 1998 com ENERA, o primeiro “Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária”, promovido pelo MST, UnB, Unesco, Unicef e CNBB. É um luta pela democratização e por melhorias na educação das populações que moram no campo.

¹²⁵ Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada. Foram programas aplicados após a criação da Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), implantada em 2005.

¹²⁶ O Conselho Latino-Americano de Educação de Adultos (CEAAL), para Brandão (2009), tem sido o mais importante porta-voz da educação popular freireana. E, para Feldmann (2015), ele representa uma refundamentação da educação popular.

possui como centro a **conscientização**, o elemento maior da educação popular. A conscientização emerge dos moldes freireanos na realização da leitura de mundo, da palavra, da ideia de sujeito inacabado. Oriundo de raízes da humanização, da consciência da opressão, da consciência do oprimido, da consciência do mundo e do outro, uma construção da “cabeça de luta”, como afirmou as lideranças políticas nos embates atuais. O próprio sujeito que constrói sua “cabeça de luta” põe-se frente ao mundo, aos outros, e se afirma em mudança.

A educação ou a educação popular é mediadora da conscientização. Porém, é o sujeito quem se emancipa com sua prática no trabalho, no campo, na cidade, que se conscientiza da exploração vivida cotidianamente e dos desgastes físicos excessivos. Presenciamos, em diferentes territórios de educação, as concepções freireanas moldando ideias, ações políticas, debates, em propostas pedagógicas de escolas alternativas, como as escolas do campo com a Pedagogia da Alternância. Os escritos freireanos são a base de documentos pedagógicos recentes em escolas, em sindicatos, em relatórios, em projetos políticos de cursos de formação dos mais diversos e em livros de editoras populares. Isso nos permite afirmar que há uma gramática do pensamento freireano no Brasil e em todo o mundo que se especializou nos conceitos e práxis de alfabetização e nos modos de trabalhar com a classe pobre.

Os aparatos da classe dominante ainda são os mesmos: assistencialismo, clientelismo, pseudodiscursos democratas e votos de cabresto. Atrelado a isso, Barreiro (2000) sintetizou as formas de dominação da ação cultural explicitadas por Paulo Freire: a conquista, a desarticulação popular, a manipulação e a invasão cultural. Em contrapartida a essa lógica, cabe-nos a articulação popular, a colaboração, as resistências, perder o “medo à liberdade” e a mudança, a busca pela intervenção dialogal, a tomada de decisões, as críticas ao assistencialismo e refletir sobre a consciência de opressão e de oprimido.

Diante disso, consideramos que a educação popular é um projeto alternativo de resistência ao modelo hegemônico de educação proposto pelo neoliberalismo e pelo capitalismo atual. O sistema e as classes dominantes que defendem a lógica capitalista querem uma educação fragilizada, na qual o indivíduo não reflita, não interrogue, não questione, não critique, seja massa de manobra e reproduza apenas as ideologias que favoreçam o sistema. Assim, cabe reforçar que, a educação popular não é apenas a que democratiza o acesso básico às escolas, é a que desperte a consciência política e a luta de classes. Há uma episteme da educação popular, a qual, no Brasil, Paulo Freire é o protagonista, junto a outros teóricos latino-americanos já citados.

No entanto, sabemos que as estratégias de ação e a conjuntura política do Brasil e da América Latina hoje são completamente diferentes dos anos 1960 e 1980. Assim, as

metodologias de mobilização, de adequação aos movimentos de frentes populares, de cooptação de lideranças, necessitam passar por outras reformulações para que a educação popular na contemporaneidade continue a obter resultados interessantes (BARREIRO, 2000).

Assim, a partir da ruptura com a lógica do capital, pensamos a educação integral do sujeito não apenas como o simples acesso à sala de aula, em uma escola que não seja mais um mecanismo de *apartheid* social, partindo da concepção de emancipação humana, como contraponto à alienação. Sem utopismos irrealistas, entendemos a educação popular como algo necessário e afirmamos: é preciso reinventar a utopia, renovar-se de esperanças com os pequenos passos que constroem alternativas e resistências.

E, nessa construção, os pressupostos políticos e pedagógicos de Paulo Freire nos auxiliam a entender que a conscientização política realizada durante a educação popular se dá, sobretudo, como descoberta do próprio ser humano. A soma da consciência histórica com a tomada de consciência pode ser capaz de mudar circunstâncias, alterar modos de vida, subordinações, relações sociais, pode construir de fato a libertação tão mencionada por Freire.

Entre uma das moradoras de Goiás que atuou junto aos movimentos sociais do campo na Cidade de Goiás, entrevistamos no dia 23/10/2016, Helzamara de Carvalho, nascida em Bento Fernandes, no Rio Grande do Norte, filha de camponesa, o irmão mais novo é assentado e o tio é militante do MST. Conhecida como Mara, ela destacou que suas primeiras experiências de atuação coletiva se deram aos 14 anos de idade, junto à Pastoral da Criança e da Juventude, coordenando atividades na PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular), com propostas ligadas ao meio rural, na qual aprendeu algumas técnicas ligadas ao “Ver, Agir e Julgar”. Essas pastorais congregavam uma rede de juventude que integrava a metodologia de educação popular na Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. Elas contemplavam os ideais de Padre Murilo, que pensava propostas de resistências para o campo e para a cidade.

A entrevistada trabalhou na secretaria do MST, atuando em Natal, e essa inserção junto aos movimentos serviu de acúmulo e suporte para ingressar na 1ª Turma de Direito Agrário, que buscou integrar estudantes de 19 estados, com recursos do Pronera, tendo como foco a Pedagogia da Alternância. Mara ressaltou que essa turma foi um marco histórico e político na Cidade de Goiás, que é reduto de representantes ligados à UDR, com a história dos assentamentos, ou seja, lugar de luta e resistência. Ela destacou que a presença dessa turma na cidade retomou os movimentos sociais do campo e da periferia da cidade e garantiu àqueles que não tiveram a oportunidade de estudar uma possível inserção no universo acadêmico. O maior aprendizado de Euzamara de Carvalho, de 34 anos, junto aos movimentos e em sua atuação com a educação popular é assim sintetizado:

As minhas maiores experiências marcantes na pegada da educação popular foi de lidar com diferentes sujeitos em todas as suas dimensões. Isso a partir de referências de educadoras, na maioria mulheres. E que é difícil aglomerar o saber sistematizado com o saber cotidiano, das experiências. Para além da luta, da resistência, os maiores legados vêm da troca com os sujeitos em movimento. Da Pedagogia Freireana aprendi a fazer referência sempre a partir do nosso lugar de fala. (Entrevista, 23/10/2016)

A entrevista apontou que, mesmo diante da conjuntura política de enfrentamento travada no Brasil, as vozes do campo e da cidade, por meio do engajamento político de sujeitos das mais diferentes militâncias e de protagonismos sociais, ainda estão vivas e em movimento pelo Brasil afora e em Goiás. Essas ações sofreram grande influência de estudiosos como Paulo Freire, Miguel Arroyo e Antonio Gramsci, por isso a utilização desses autores na construção teórica do trabalho.

Desse modo, realizamos a discussão de categorias centrais de autores que amparam os discursos da práxis dos movimentos sociais, no eixo formação política, educação e novos sujeitos históricos. Posterior a este momento, a tese caminha para uma reflexão inicial da teoria de movimentos sociais num âmbito mais genérico, até irmos afunilando para questões específicas dos movimentos sociais do campo, suas demandas, pautas e ações no cenário político. Após essa etapa, apresentaremos os elementos empíricos identificados na pesquisa.

3.3. Perspectivas teóricas dos movimentos sociais do campo

“Las luchas campesinas e indígenas en ‘nuestra América’ por la tierra y territorios de vida son luchas frente a los territorios del capital.”
(Prof. Dr. Luciano Concheiro-Bórquez/Universidad Nacional Autónoma de México)¹²⁷.

“Eu fico com dó de quem tá hoje nas barracas. Hoje acabou o espaço de lutar pela terra. Não é fácil para quem tá agora. Os movimentos perderam a voz.” (Zezinho, assentado que sofreu perseguição e hoje trabalha e reside no assentamento Serra Dourada-Município de Goiás).

As identidades históricas, indígenas e negras ficaram à margem do processo de dominação produzido pela conquista e essas relações de dominação foram naturalizadas. A estrutura de exploração da América Latina resultou no enriquecimento da Europa, colocando-a no “centro” do mundo. Na América Latina, a realidade de pobreza predominante foi endossada pelos problemas sociais históricos, como as dívidas externas, as corrupções, os baixos salários, a exploração de mão de obra, os modelos de desenvolvimento implantados, as

¹²⁷ Reflexão realizada durante a disciplina de “Movimentos Sociais na América Latina”, no IESA-UFG, cursada em outubro e novembro de 2015 e fevereiro de 2016.

desigualdades regionais, os golpes políticos, as ditaduras, o imperialismo, a concentração de terra, de renda, as desigualdades nos acessos às tecnologias, entre outros (QUIJANO, 2004).

A colonização possibilitou o engendramento das forças produtivas capitalistas que marcaram o continente onde prevaleceram políticas imperialistas¹²⁸, sob a influência de vários países, com ações territoriais capazes de legitimar a globalização, além da crescente ocupação ambiental de áreas de recursos naturais. Entretanto, os movimentos indígenas, camponeses, de mulheres, do campo e da cidade reagiram a essas formas de dominação.

Na América Latina¹²⁹, o modelo de sociedade moderna foi pautado pelos padrões ocidentais de produção capitalista e ganhou maior expressividade somente em meados do século XIX e início do século XX. E estes elementos foram elencados por Ianni (1976):

- O processo de intensificação da urbanização e das ideologias urbanas marcam os modos de vida e o aumento do consumo;
- A migração campo-cidade impulsionada pelo avanço da concentração de terras;
- A chegada da modernização da agricultura e de pacotes tecnológicos de produção;
- O desenvolvimento dos meios de comunicação como o rádio e a televisão;
- Intensificação das ações neoliberais via Estado com práticas populistas que não resolvem na raiz os problemas sociais emergentes;
- Projetos para o capital e não para a soberania das populações locais;
- A chegada das transnacionais e de modelos desenvolvimentistas que valorizam a produção para o mercado externo de *commodities*.

Vergés (2011) destacou o aumento da violência, da pobreza e da exploração no campo contra os campesíndios¹³⁰. Esse autor esclareceu como esses conflitos tiveram consequências

¹²⁸ O Imperialismo foi a partilha do mundo entre as grandes potências econômicas. Essa forma de atuação política se deu em diferentes níveis, em vários países do mundo, onde se prevalece o domínio do poder econômico de determinados povos sobre outros. Na América Latina, predominou o imperialismo militarista, além de ações camufladas como a coadunação das elites às classes industriais e comerciais em interesses econômicos e políticos. No Brasil colônia, a Europa exercia o domínio. No século XX, os EUA exerceram grande imperialismo em nosso território, e hoje essa relação se expande por meio das ações dos países europeus e asiáticos (DICIONÁRIO GRAMSCIANO, 2017).

¹²⁹ Não temos a pretensão de aprofundar sobre os movimentos sociais da América Latina, pois seria tema para outra pesquisa, portanto, neste item são alguns apontamentos. E de antemão dizemos que estamos cientes de vários pesquisadores dos movimentos sociais da América Latina, entre eles representantes da Teoria da Dependência, como Quijano, Amin e Scherer-Warren, que apresentam elementos importantes da história e das relações econômicas de dependência presentes na América Latina. E dizemos também que existem outros autores que estudam há bastante tempo a América Latina, que extrapolam a discussão de movimentos sociais que consideramos importantes, como Carlos Walter Porto-Gonçalves, que realiza estudos sobre a política e os territórios principalmente no México.

¹³⁰ Quem se interessar em aprofundar sobre este termo, ler a obra de Armando Bartra Vergés, *Campesíndios* (2011).

históricas, políticas, antropológicas e linguísticas. Vergés (2011), em relação ao campesinato, ressaltou o processo de pauperização, proletarização e marginalização¹³¹ dos camponeses.

Sob este contexto latino-americano, no século XX, os movimentos sociais reivindicaram a não privatização do petróleo, da terra, da energia elétrica. E, ao defenderem a soberania alimentar, formularam pautas necessárias a partir de demandas urgentes e não de bandeiras sem fundamento ou apenas “anárquica”, como a mídia reforça cotidianamente. A partir da década de 1980, com a intensificação de políticas neoliberais, as reações sociais aproveitaram o período de abertura política em vários países para se articular e reivindicar pautas sociais. Demandas surgem da necessidade de maior autonomia para os povos, menos subalternidade e da necessidade de garantir direitos básicos (SVAMPA, 2010).

Nesse sentido, como trataremos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e do Movimento Terra Livre, optamos por percorrer alguns elementos históricos e teóricos ligados aos movimentos sociais. Desse modo, Domingues (2007) destacou que o principal movimento social na América Latina foi o movimento operário, posteriormente apareceram o movimento feminista, o movimento camponês e outros inúmeros movimentos comunitários. Com as transformações políticas, os movimentos sociais iniciaram uma expansão a partir das demandas que surgiram, como, por exemplo, o aumento de desempregados na Argentina após o Peronismo¹³² e as migrações campo-cidade.

Quanto aos movimentos do campo, Lúa *et al.* (1988, p. 77) citaram as principais demandas da América Latina: “*Las demandas más importantes son titulación y confirmación de bienes comunales, uso y disfrute de recursos naturales, entrega de tierras, tenencia de la tierra, mejoras en la producción y comercialización, créditos, sindicalización y rescate de la cultura.*” Lúa *et al.* (1988) destacaram, como característica histórica dos movimentos sociais da América Latina, a filiação partidária, por exemplo, no México, a Unión de Trabajadores Agrícolas (UNTA-PST), a luta pela transformação de latifúndios em terras coletivas para trabalhadores agrícolas e diaristas.

¹³¹ Exemplo de marginalização camponesa indígena latino-americana é o caso da Bolívia, onde, após os anos de 1940, com a Revolução Boliviana de 1952, as terras indígenas foram expropriadas por donos de minas. Os indígenas se articularam por meio da Confederación Obrera Boliviana (COB) para legalizar e reivindicar a redistribuição de terras. Sem outras políticas de incentivos a outros produtos agrícolas, os camponeses bolivianos se viram como única alternativa para a sobrevivência, o plantio de coca, e se tornaram vítimas de redes mafiosas de tráfico (QUIJANO, 2004).

¹³² O Peronismo foi um período político na Argentina iniciado na década de 1940, em que Juan Domingo Perón passou a adotar práticas que favoreciam os trabalhadores e medidas mais populares de caráter nacionalista, em um regime duro e repressivo.

Segundo Galvão (2011, p.115), alguns objetivos podem ser refletidos diante das mobilizações coletivas realizadas no Brasil e em outros países. São pautas que partiram de várias demandas sociais e convergem lutas de diferentes movimentos sociais, do campo e da cidade:

1. Demandas pontuais ao Estado: subsídios para subsistência imediata (como os movimentos dos “sem”);
2. Luta por reformas (econômicas, como a distribuição de renda; das instituições políticas, como mais participação, democratização), ampliação da cidadania e preservação e ampliação de direitos sociais (que, ao longo da década de 1990, assume uma perspectiva antineoliberal);
3. Mudanças das práticas e dos valores sociais: novas relações de gênero raciais, de preferência sexual;
4. Luta antissistêmica: questiona os fundamentos da sociedade capitalista e propõe formas de emancipação social.

E outros autores, como Altieri (2012), já partem de outros olhares, descrevem a situação do campo da América Latina como um continente que permitiu a entrada de produtos transgênicos e de vários agrotóxicos. Isso gerou mudanças nos hábitos alimentares das populações tradicionais em virtude de políticas agrícolas que não incentivaram as produções locais, resultando em danos ambientais de grave patamar. Altieri (2012) alertou quanto à chegada das multinacionais no campo como um marco que impactou o desenvolvimento no campo. Além da chegada da Monsanto, Syngenta, Bayer, Unilever, Pioner, a liberação dos transgênicos, o cultivo de produção com alto índice de agrotóxicos, as monoculturas, o controle das sementes, a produção de biodiesel influenciaram diretamente a situação econômica e política do campesinato em toda a América Latina. Desse modo, existem novas relações no modo de vida das populações tanto do campo como da cidade.

Essa realidade histórica desencadeou as reações sociais por meio da articulação em movimentos que irão defender a terra, os territórios e a pensar alternativas mais autônomas para os povos da América Latina, para além da reprimarização¹³³ da economia agroexportadora e da exportação de *commodities*.

Nos territórios camponeses, segundo Altieri (2012), a maioria da população da América Latina cultiva pequenas parcelas de terra com sistemas para o autoconsumo, predominando as unidades de produção camponesas e indígenas. Essas populações cultivam

¹³³ A economia brasileira passa a centrar novamente nos produtos agrícolas de gênero alimentício e primários do Brasil no mercado internacional, o que os próprios camponeses classificam como desequilíbrio na balança comercial porque o Brasil continua exportando produtos baratos e importando produtos caros.

38% do total de terras destinadas à agricultura, em 60,5 milhões de hectares. No Brasil, há 4,8 milhões de famílias camponesas em 30% das terras agrícolas.

As áreas de produção em territórios de reforma agrária mudaram parte da configuração territorial no Brasil. Segundo os dados pesquisados por Pietrafesa (2016), de 1994 a 2014, do governo FHC ao governo Dilma, foram assentadas mais de um milhão de famílias, num total de 72.323.116 hectares. Essas ocupações territoriais foram realizadas a partir de lutas e de demarcações de terras de interesses entre os grandes produtores e os movimentos sociais do campo.

Diante dessa conjuntura política, agrária e econômica da América Latina, Veltmeyer (2017) observou que os impactos ambientais se alastraram em nosso continente. A luta social se firmou contra as operações do capital extrativista, contra as políticas contraditórias de desenvolvimento. Ressaltou o aumento dos conflitos ligados à mineração, por exemplo, e trouxe dados dos 184 conflitos por recursos naturais, estando 154 ligados à mineração, o que afeta cerca de 222 comunidades. As resistências se mantêm diante de ofensivas do capital.

Entretanto, os estudos de movimentos sociais, segundo Gohn (1997), concentraram seus esforços em compreender os movimentos sociais libertários ou emancipatórios de indígenas, negros, mulheres, nas lutas sociais urbanas e rurais. Fruto desses processos do século XX, Gohn (1997) citou a Revolução Mexicana (1910-1940) como uma das reações de maior marco histórico e político latino-americano. Nessa revolução, a luta foi pelo reconhecimento dos *ejidos*¹³⁴.

Entre outros enfoques de movimentos sociais do campo no Brasil, destacamos os apontamentos de Fernandes (2005), que abordou as concepções de movimentos socioterritoriais a partir das relações que transformam o espaço em território por meio das ações, intencionalidades, os conflitos, a territorialização do capital, a monopolização do capital, a conquista de novos territórios, as desigualdades. Para esse autor, os movimentos socioterritoriais são aqueles que têm no território a reprodução dos sujeitos, seus modos de vida e sua cultura. Já os movimentos socioespaciais são aqueles que atuam em diferentes escalas e com inúmeras estratégias.

Altieri (2012) elencou elementos que auxiliaram nas novas relações para o campo como políticas com os objetivos de redução da pobreza no campo, a valorização da segurança alimentar, a autonomia dos povos, o manejo ecológico dos recursos produtivos, o

¹³⁴ Os *ejidos* são territórios comunais cujos membros têm direito de usufruto em geral na forma de uma gleba individual de terras. Os *ejidos* foram bem sucedidos na América Latina até o século XIX. Ganham grandes conotações durante a Revolução Mexicana para a consolidação de propriedades coletivas e garantia de direitos à terra aos indígenas.

estabelecimento de políticas de apoio, entre outras possíveis alternativas, que estão em construção entre as resistências dos territórios latino-americanos.

Concheiro-Borquéz (2014) ressaltou o fato de a produção no campo da América Latina ter sustentado países ricos, principalmente por meio da produção de oleaginosas, de grãos, de cereais. Concheiro-Borquéz (2014) destacou a produção indígena de milho (*maíz*), feijão, café, trigo, algodão, batatas, frutas e a *milpa*¹³⁵ (policultura) como traço marcante do cotidiano do campo. A maneira de plantar alimentos de forma consorciada compõe agrossistemas diversificados com conhecimentos camponeses que convergem para os pressupostos agroecológicos dos movimentos sociais, como o MST. Segundo Altieri (2012, p. 160), “Na América Latina, mais de 40% da mandioca, 60% do milho e 80% dos feijões são cultivados em consórcio com outras culturas.” Essa produção em consórcio atinge um patamar considerável e é parte da identidade histórica dos povos tradicionais e da cultura ameríndia.

Concheiro-Borquéz (2014) defendeu um novo modo de vida para a população latino-americana e de todo o mundo. O *buen vivir* é uma proposta de experiências de autonomia e formas produtivas que se contrapõem à crise civilizatória capitalista. Seu surgimento foi com as populações indígenas mexicanas. Sobre isso, Concheiro-Borquéz e Berlanga (2014, p. 185) afirmaram:

[...] buscan la edificación de una alternativa al modo de vida del capital, producción-consumo de mercancías que persigue la ganancia. Frente a esto, emergen diferentes proyectos, entre ellos las autonomías zapatistas y las más de 2 mil experiencias (de autonomía, de agroecología, de formas productivas, de consumo responsable, de otro tipo de banca, de otra moneda, por mencionar algunas) que bañan principalmente el mundo rural, y están encaminados a construir alternativas.

Na perspectiva do *buen vivir*, os movimentos sociais do campo buscam, na Agroecologia¹³⁶ e na defesa das sementes crioulas, uma renovação de postura filosófica, política e cultural por meio da soberania alimentar latino-americana (DOMINGUES, 2007). O MST hoje é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. Em 2017, produziu 27 mil toneladas, exportando 30% da produção para países como EUA, Alemanha, Espanha, Nova Zelândia, Noruega, Chile e México. Participa de 17 feiras estaduais, uma nacional, possui projetos de recuperação de nascentes, milho crioulo, ganhou prêmios de luta pela paz, pela

¹³⁵ A *milpa* é marcada pelos policultivos, assim como também na África Ocidental.

¹³⁶ A Agroecologia não é só uma “bandeira” de luta, pois se faz presente nas práticas de cultivo dos movimentos sociais e nos modos de vida das populações do campo. É uma resistência política de cultivar alimentos sem agrotóxicos e, por meio dela, buscar o sustento das famílias e uma fonte de renda (ALTIERI, 2012).

reforma agrária. Escolas dos assentamentos do MST receberam prêmios por projetos relacionados à sustentabilidade e aos direitos humanos (MST).

Os movimentos sociais, tanto no campo como na cidade, apresentam estruturas formativas e políticas que questionam a estrutura social engendrada pelo capitalismo. A precarização do trabalho, as contradições entre o capital e a classe trabalhadora e os saberes adquiridos na luta levaram a sociedade a se articular em movimentos diversos.

Muitos movimentos sociais fizeram-se presentes na história do Brasil, como, por exemplo, Canudos, Contestado, Revolta dos Malês. Antes do Golpe Militar de 1964, as Ligas Camponesas no Nordeste tiveram expressividade e foram duramente reprimidas, levando à organização de sindicatos e à formação de novos movimentos sociais. Essas frentes trouxeram contribuições dos partidos, das igrejas e do protagonismo dos camponeses, como mencionamos. O Nordeste possui uma força política no Brasil, como observamos nas últimas eleições presidenciais.

Sobre o MST, esse movimento surgiu no Rio Grande do Sul, em 1979, com a primeira ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta. Teve apoio da CPT, das CEB, do CIMI, da OAB, da Igreja Luterana, sindicatos e partidos políticos. Em vários estados ebuliram ocupações, como São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, até que, em 1984, durante o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, funda e inicia-se a organização do movimento de forma sistematizada (MORISSAWA, 2001).

No Brasil, o MST é considerado um dos movimentos sociais de maior força política no cenário mundial e junto à Via Campesina buscam direitos ligados à luta pela terra e a outros setores sociais, como educação, saúde, trabalho, aposentadoria e moradia. O MST junto a outros movimentos, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Terra Livre (TL), possuem ações e estratégias políticas (DOMINGUES, 2007).

Na obra *Brava Gente*, de Stédille¹³⁷ e Fernandes (1999), foi realizada uma apresentação histórica e política do MST no Brasil na qual o autor ressalta os princípios e as raízes do movimento. O autor evidenciou fatos ligados à constituição inicial do movimento de 1979 a 1997, e um destes fatos citados, por exemplo, foi a relação do movimento com a CPT¹³⁸, a

¹³⁷ João Pedro Stédille foi um dos fundadores do MST. Nascido no Sul com origem rural e italiana, possui pós-graduação pela UNAM, foi membro da cooperativa de uva e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul. Assessorou a CPT e trabalhou na Secretaria de Agricultura.

¹³⁸ Stédille (1999) afirmou que a CPT aglutinou várias vertentes religiosas e organizações. Se não fosse ela, haveria mais fracionamentos na luta. Para ele, a CPT teve um papel importantíssimo na conscientização dos camponeses no Brasil.

Teologia da Libertação, a mística e a Bíblia. Stédille também destacou que, durante a ditadura militar, era o sindicato quem realizava a luta pela reforma agrária.

Um dos momentos importantes do MST citado pelo mesmo autor foi o momento das marchas que poderia ter tido outros desdobramentos e encaminhado propostas políticas fundamentais para o país.

Figura 26 - MST em Marcha



Fonte: www.mst.org.br.

Esta marcha apareceu em outros estudos de movimentos sociais como o de Medeiros (2017), que analisou a estruturação do MST no Tocantins e suas práticas formativas a partir do acampamento Padre Josimo; Morissawa (2001), que levantou a história do MST, a história agrária do Brasil e de movimentos sociais do campo; Caldart (2004), que foi uma das primeiras teses sobre a “Pedagogia do MST”, a qual a desmembramos ao longo deste capítulo; Garske (2006), que problematizou a intencionalidade do MST e de suas práticas pedagógicas, bem como o despertar dos sem terra pelo saber e importância do conhecimento para seus filhos, entre outros aspectos; Rosar (2011), com as práticas dos movimentos sociais e seus ensinamentos historicamente no Brasil; e Ribeiro (2010), na mesma perspectiva.

A partir de 2016, no Brasil, os movimentos sociais do campo sofreram criminalização em virtude da “direita” retirar do poder Dilma Rousseff¹³⁹ assumindo Michel Temer, o vice-presidente. Nesta conjuntura, inúmeras prisões de lideranças foram realizadas, perseguições, violações de direitos e criminalizações como forma de conter as manifestações e as

¹³⁹ A presidente esteve à frente do governo brasileiro, primeiro como ministra de Minas e Energia, no governo Lula, posteriormente eleita pelo PT entre os anos de 2011 e 2016.

organizações coletivas. A repressão levou ao surgimento de organizações independentes, pois, mesmo com essas pressões, o povo não parou de ir às ruas, não deixou de chamar atenção com o posicionamento contra a Reforma da Previdência, a Reforma do Ensino Médio, e outras reformas que não reestruturaram as questões centrais do sistema capitalista (CAROS AMIGOS, 2017).

Mesmo com esses processos de resistências, enfrentamentos, violências, ainda persistem as terras coletivas de assentamentos e camponeses. No México, as terras coletivas representaram 50% do total das terras, o que diminuiu a concentração de terras. Realidade presente no Brasil, em menor proporção, entre as terras coletivas, podemos citar algumas experiências do MST, de grupos indígenas, os faxinais¹⁴⁰ no Paraná, com pastagens coletivas, as colônias alemãs, como os Muckers no Rio Grande do Sul, os Menonitas em Santa Catarina, japoneses em São Paulo e sul (MARCOS, 1996). E ainda podemos registrar, na complexidade de disputas territoriais, a presença dos maiores latifúndios do Brasil concentrados no norte do país, nas mãos de bancos, de empresas, de multinacionais em oposição aos projetos de terras coletivas.

Se, por um lado, percebemos a criminalização dos movimentos sociais, grevistas, a descrença sindical e partidária, por outro, continuamos considerando o poder de organização dos (as) trabalhadores (as) como alternativa. Segundo Rosar (2011, p. 160),

[...] permanecer na trincheira é a única alternativa que é dada, historicamente, aos trabalhadores que, apesar de submetidos à dominação das classes no poder, mantêm a capacidade inalienável de realizar o combate contra os mecanismos de subordinação do trabalho manual e intelectual, operadas pelo Estado e pelo mercado na sociedade capitalista, fazendo a crítica radical que expõe, em última instância, a falácia do estado populista e da sociedade do conhecimento, como estratégias de tentativa de diluição da luta de classes.

Mediante uma perspectiva histórica dos movimentos sociais no Brasil e um sobrevoo na América Latina, o caminho a seguir é buscar elementos teóricos de classificação e ordenamento dos movimentos sociais, procurando relacioná-los ao nosso tema em estudo. Gohn (1997) ressaltou que a linha de estudo dos novos movimentos sociais concentrou seus enfoques teóricos principalmente na busca por autonomia e identidade dos movimentos. Fato relacionado ao descrito por Gohn (1997) como característica dos novos movimentos sociais aparece no depoimento de um dos líderes do MST em Goiás: “Os movimentos surgem não

¹⁴⁰ Os faxinais são áreas de comunidades tradicionais de camponeses localizados no centro-sul do Paraná, destinadas à criação de animais e à policultura. A CPT mapeou a presença de 45 deles.

como correntes de partido e sim com autonomia e com a estrutura horizontalizada. Com objetivos claros”. (Entrevista, 17/12/2017).

Gohn (2014) alertou para não confundir as organizações e eventos de protesto com os movimentos sociais propriamente ditos, com base em Tarrow (1982). Em seus estudos, Gohn (1997) trouxe uma metodologia para as pesquisas relacionadas aos movimentos sociais na América Latina, considerando que necessitamos observar os movimentos sociais pelo ângulo externo e interno. Essa análise pautou-se pela composição dos movimentos, pelos princípios articulatórios, força social, ideologia, cultura política, organização e práticas sociais.

O que analisamos nesses movimentos foram suas estruturas, suas organicidades como espaços de formação e atuação política. No entanto, consideramos ainda oportuno nos perguntarmos, no decorrer desta reflexão: O que é um movimento social? Qual a diferença entre o movimento messiânico e o movimento social? Quais as suas especificidades no Brasil? Como os movimentos sociais se organizam e como se territorializaram no campo?

Para este debate, o conceito de movimento social, proposto por Scherer-Warren (1987, p. 8), apoiado em autores como Gramsci, Marx e Lukács, subsidiou as análises: “Concebo movimento social como um conjunto de relações sociais comandadas por uma dialética de opressão e de libertação”. A autora procurou entender a busca de libertação de grupos subalternizados, dominados e atingidos diretamente pela ação do capital, que são os grupos em foco neste estudo. Contudo, Mouriaux (2011) e autores do pensamento crítico marxista questionaram os limites do conceito de movimentos sociais tendo em vista o desmembramento das mobilizações coletivas.

Em 1829, o francês Charles Fourier foi o primeiro a utilizar o termo movimento social. Na mesma época, Karl Marx utilizou-o na obra *A miséria da filosofia*. Até os anos de 1960, os estudos de movimentos sociais focavam nos *movimientos obreros* ou movimentos operários (SEONI *et al.*, 2009). Assim, o movimento operário marcou a modernidade em todo o mundo. Entretanto, segundo Mouriaux (2011), os estudos de movimentos sociais franceses avançaram. Sendo assim, os movimentos sociais na França pluralizaram-se diante de demandas diversas, ligadas à ecologia, aos direitos humanos, ao consumo, ao desemprego, entre outras.

Por volta de 1840, Lorenz Von Stein defendeu a necessidade de estudos que se dedicassem aos movimentos sociais pelo fato de o proletariado francês, o comunismo e o socialismo emergirem. A partir de 1950, as contribuições do marxismo foram incorporadas às análises dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1987).

Historicamente, as pesquisas com o tema de movimentos sociais, em 1960, possuíam um caráter sociopsicológico, principalmente a corrente norte-americana da Escola de

Chicago, com Herbert Blumer. Nessa corrente, eram interpretados os comportamentos coletivos dos indivíduos. Os estudos clássicos norte-americanos analisavam os comportamentos racionais e irracionais, as tensões, insatisfações, ações coletivas e as reações (GOHN, 1997). Nesses estudos sociais norte-americanos, destacou-se a “Teoria de Mobilização de Recursos” (TMR), representada por McCarthy e Zald (ALONSO, 2009), a qual os teóricos estudam a racionalidade, defendem a organização de associações para gerir os movimentos sociais. No entanto, preocupavam-se com as causas das questões sociais e não em explicar o processo de mobilização social. A ação coletiva, nessa corrente, aconteceria por meio da presença de recursos materiais e humanos, visto que as mobilizações nos EUA, nos anos 1960, pautavam-se por conquistas de direitos civis e privações materiais.

A Teoria de Mobilização de Recursos constituída nos EUA, a Teoria do Processo Político (TPP), acoplou casos europeus em suas análises. Desse modo, Tilly (1975) estudou o movimento revolucionário na França e Sidney Tarrow¹⁴¹ (1993) explicou o processo de redemocratização na Itália. Essa corrente avançou mostrando que a solidariedade por si só “não gera ação”, sendo preciso estabelecer canais de mobilização (ALONSO, 2009).

Na teoria norte-americana de movimentos sociais, Blumer (*apud* GOHN, 1997) afirmou que os movimentos sociais seriam o resultado de uma insatisfação individual que motivou a busca por mudanças coletivas. Para esse autor, os movimentos genéricos podem ser exemplificados pelos movimentos de jovens, de mulheres e de operários; os movimentos específicos apresentam metas bem definidas, lideranças conhecidas e reconhecidas, havendo consciência coletiva; os movimentos reformistas e revolucionários podem ser classificados como específicos, com estratégias e ideologias; e os expressivos tiveram objetivos definidos que se cristalizaram, como os religiosos.

A partir da corrente dos movimentos sociais europeus, observam-se diferentes abordagens em relação aos movimentos sociais. Portanto, há polarizações, como as concepções do modelo clássico europeu, que parte da mobilização de massas por mudanças e da interpretação histórica das revoluções, como, por exemplo, a Revolução Francesa. Existem ainda outros estudos, destacando-se as análises do francês Alain Touraine (1985) e do sociólogo italiano Alberto Melucci (ALONSO, 2009), que conceberam os sujeitos dos movimentos como agentes dinâmicos capazes de aprender coletivamente e construir ações

¹⁴¹ Os aportes analíticos de movimentos sociais nos permitiram entender que os estudos de Tarrow sobre movimentos sociais partem da Teoria do Processo Político e de determinantes externos, a partir de 1980, com ênfase nas relações da sociedade com o capitalismo (LIMA; ARAÚJO, 2010).

críticas. Para esses autores, os movimentos sociais são indispensáveis, porém, não são capazes de provocar mudanças por si mesmas.

Melucci¹⁴², em suas análises acerca dos novos movimentos sociais, parte de uma abordagem que estuda os determinantes internos, realiza críticas aos estudos marxistas e busca algumas categorias-chave para entender a dinâmica dos movimentos, como identidade, nacionalismo, globalização, democracia, cidadania, multiculturalismo, cultura e desigualdade social. O autor amparou-se na categoria identidade coletiva para explicar o que unifica os movimentos, levando em consideração as motivações, o sentido e se afastando das análises conjunturais (LIMA; ARAÚJO, 2010).

Todavia, Touraine (1989) concordou que o individualismo interferiu diretamente na organização social dos movimentos na contemporaneidade. Além disso, Touraine (2006) afirmou que não é qualquer tipo de ação coletiva que pode ser classificada como movimentos sociais. Para esse autor, os movimentos sociais apresentaram um impacto maior na vida social opondo-se à dominação, que é um conjunto de ações sobre o sistema de informação e educação. Não necessariamente um movimento social é um conflito armado, visto que pode haver ações de intervenção de outras formas.

Para Melucci (1980), os padrões de dominação da sociedade se afirmaram por meio da ciência e da tecnocracia, significando que os movimentos sociais não controlam o Estado, a técnica e a ciência. Podem ainda ter dificuldades de se opor a essa estrutura já consolidada pelos moldes do capitalismo. Melucci (*apud* GOHN, 1997) discutiu como a autonomia e a ideologia foram categorias centrais para compreender os movimentos, pois, a partir delas, traçam-se estratégias para o próprio movimento, sua reprodução, suas ações coletivas. Esse autor, assim como Touraine (2006), percebeu a importância das lideranças para a construção da identidade coletiva e da práxis transformadora, como pode ocorrer entre os processos formativos investigados nesta tese. Esse fato foi explicado nas entrelinhas de várias entrevistas.

O movimento social é fruto de uma tensão e de conflitos territoriais, políticos, sociais, econômicos e culturais. Porém, o fato de existir um conflito por si só não o classifica como movimento social. De acordo com Nunes (2014), o que define um movimento social é a identificação do adversário social, a referência a temas culturais comuns e um projeto cultural associado a um conflito social.

¹⁴² Os estudos desse teórico propõem uma redefinição para movimentos sociais e ações coletivas não como fenômenos empíricos, mas como categorias analíticas (NUNES, 2014).

Touraine (1989), não sugeriu uma análise de movimentos sociais colocando-os como portadores únicos de transformações sociais, para o autor seria utópico tê-los como agentes únicos de enfrentamento e de ações coletivas. Assim, um movimento social é, ao mesmo tempo, um conflito e um projeto. Esse autor considerou o papel do Estado como força social de mudança histórica.

Estudos sociológicos, como o de Scherer-Warren e o de Luchmann (2004) no Brasil, afirmaram que as análises de movimentos sociais concentraram seus esforços, a partir de 1970, em interpretar fenômenos urbanos como o sindicalismo, cujas análises baseavam-se no paradigma marxista clássico da luta de classe, com base em Castells¹⁴³, Lojkine, Borja, entre outros. Alguns estudos de caso apareceram em artigos e dissertações.

Posteriormente, outros autores debateram as “Teorias dos Novos Movimentos Sociais” (TNMS), como Touraine, Melucci, Guattari, Thompson, Castoriadis, cujas análises centravam-se nos aspectos político-institucionais dos movimentos e em sua capacidade de intervenção, além de mostrarem a relação entre a sociedade e a esfera pública.

Para a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, segundo Alonso (2009, p. 60), “Os ‘novos sujeitos’ não seriam classes, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões da normalidade sociocultural”, somando-se os negros, indígenas, homossexuais, mulheres, grupos latino-americanos que reordenam os territórios.

Nos anos de 1980, os movimentos sociais mais progressistas atuavam com uma agenda emancipatória pré-estabelecida. Diagnosticavam realidades, construíram propostas e articulavam as ações coletivas. Esses movimentos possuíam laços de sociabilidade fortalecidos pelas comunidades de bairros, associações que fortaleciam os discursos, e essas particularidades históricas e cotidianas favoreciam as ações de estratégias no campo da práxis. Havia uma ação maior dos professores universitários, pois esses estavam vinculados aos movimentos de forma mais direta e os movimentos sociais não eram apenas objeto de estudo, como se vê na maioria das universidades (GOHN, 2003).

Na década de 1990, com o avanço neoliberal, a intensificação da globalização, ações da FAO, da OMC, a consolidação do capital, o fortalecimento de movimentos internacionais de resistências e do capital, os eixos de ações ambientalistas e de gênero se estruturaram e os estudos analíticos dos movimentos sociais se complexificaram em virtude de novos atores que recompuseram, como as ONGs, os fóruns sociais, as associações, as marchas, o Movimento

¹⁴³ Manuel Castells é classificado como um neomarxista e estuda os Novos Movimentos Sociais. Parte do conceito de rede para explicar os fenômenos sociais, bem como a revolução das tecnologias de informação, a crise do Estado e do capitalismo e o florescimento dos movimentos sociais. Para esse autor, os movimentos sociais estão baseados em identidades de resistências.

de Economia Solidária e o surgimento de movimentos com pautas diferenciadas. Esses movimentos trouxeram, em seus discursos, categorias ligadas ao campo do direito, como cidadania, sociedade civil, Estado, e as correntes teóricas passaram a estudá-los sem perder de vista o fato de que os conflitos entre classes não se findaram (SCHERER-WARREN; LUCHMANN, 2004).

Desse modo, os movimentos sociais foram relacionados a outros instrumentos de luta e às hierarquias capitalistas de movimentos sociais capturados pelo Estado, ou postos em condição de subalternidade. Além disso, os movimentos sociais se multiplicaram, passaram a atuar na Constituinte, ganharam novas identidades. Nesse sentido, ressaltamos a conquista de políticas públicas e as novas organizações em redes como elementos dos novos movimentos sociais. Rosar (2011) levantou os diferentes recuos e avanços dos movimentos sociais brasileiros no contexto neoliberal globalizante e mostrou como essas mudanças interferiram na educação, no campo, a partir da consolidação de políticas públicas, de reformas educacionais e de mudanças legislativas.

No século XXI, o Fórum Social Mundial¹⁴⁴ apareceu como um marco histórico importante na tentativa de unir esses movimentos e promover um debate entre os diferentes grupos sociais. Nesses debates, as categorias paz, justiça social, ecologia, soberania alimentar, democracia, aparecem como ideias e princípios de demandas para uma nova sociedade. Os próprios líderes de movimentos ressaltam a necessidade de “uma unidade de luta” na qual os objetivos convirjam e as estratégias obtenham resultados (SOUSA SANTOS, 2007).

Com o avanço do Neoliberalismo, movimentos sociais ligados à educação, à moradia, à questão racial, aos direitos sexuais, à ecologia, contra o desemprego, contra a globalização também ganharam forças. Scherer-Warren (2006) classificou três níveis de organização da sociedade civil, sendo o primeiro o associativismo local, o segundo as possibilidades on-line e o terceiro as manifestações de esfera pública. Consideramos que os movimentos sociais do campo manifestam-se por meio das três esferas mencionadas.

Nesse cenário, as mobilizações realizadas via redes midiáticas¹⁴⁵ criaram novas formas de protesto, o reconhecimento pelos direitos dos sujeitos são visibilizados, a organização e o debate. Embora essas mudanças tecnológicas na mesma medida em que auxiliaram a

¹⁴⁴Boaventura de Sousa Santos, sociólogo, nascido em Coimbra, foi um dos idealizadores do Fórum Social Mundial.

¹⁴⁵Gohn (2003) mostrou que as estratégias dos movimentos sociais têm apresentado novos elementos, como as pressões virtuais, que fortalecem reivindicações locais, significam pressão indireta, direta e instrumento de denúncia de muitas questões sociais que até então estavam invisibilizadas.

possibilidade de construir debates coletivos, do nível local ao nacional, também dificultaram as organizações políticas, porque a grande parte dos indivíduos contenta-se em realizar suas “mobilizações sociais” por meio do computador, e se considera pertencente a um movimento social por opinar via internet sobre qualquer fato histórico ou político. Segundo Scherer-Warren (2006), isso pouco contribuiu para os avanços das organizações e mobilizações coletivas no âmbito profundo de questões sérias e de interesse popular.

Buscamos, em autores como Melucci, alguns elementos para entender os Novos Movimentos Sociais. Gohn (1997) afirmou que a autonomia e a ideologia são categorias centrais para entendermos os movimentos, pois a partir delas traçam-se estratégias para o próprio movimento, sua reprodução, suas ações coletivas. Esse autor, como Touraine (1989), percebeu a importância das lideranças para a construção da identidade coletiva e da práxis transformadora, assim como ocorreu entre as práticas educativas investigadas nesta tese.

Nesta análise de movimentos sociais, chama atenção autores que afirmaram que os movimentos populares estão “fatiados”, como Barker (2014), visto que não apresentam características homogêneas e possuem dificuldades de se comunicarem uns com os outros. O mesmo autor nos alertou para a “onda de protestos” sem ciclos, sem discussões contínuas. Entretanto, considerou o protesto como uma forma legítima de estratégia política e observou que uma onda de protesto frequente exige inovação tática.

Vakaloulis (2000) pontuou que as relações de forças, o sentimento de impotência dos indivíduos, a captura das subjetividades por meio do capital, a dificuldade de unir, de refletir, de deslocar, além das tentativas de desqualificar os movimentos geraram dispositivos desfavoráveis às lutas sociais e às ações coletivas. Desse modo, a discussão teórica de movimentos sociais foi realizada para que relacionássemos ao empírico as análises objetivadas nesta pesquisa.

Desse momento em diante, defenderemos parte essencial da tese desta pesquisa. Porque mostraremos diretamente como os saberes sociais no interior dos movimentos sociais do campo (MST, Terra Livre) possibilitaram a territorialização e a reterritorialização dos camponeses em Goiás. Conforme os objetivos iniciais da pesquisa, analisaremos os saberes e suas potencialidades nos processos educativos e as memórias dos sujeitos dos movimentos sociais do campo em Goiás.

3.3.1. Processos educativos na disputa pela terra em Goiás: o acampamento do MST Dom Tomás Balduino em Corumbá de Goiás

“A gente soube combater a repressão com alimentos. Em questão de minutos o gado comeu tudo o que a gente plantou...” (Assentada hoje em Formosa, que passou pelo acampamento em Corumbá de Goiás de 2014/2015).

“Se tivéssemos feito um movimento apenas pra lutar por terra, esse movimento já teria terminado.” (Stédile, 1999).

Apontamos como os movimentos sociais foram se territorializando no Brasil ao longo da história, os movimentos messiânicos, organizados, espontâneos, as violências sofridas pelas lideranças, os conflitos, as dificuldades nas organizações internas, nas bases, principalmente no momento em que o país viveu um golpe traçado pelos partidos de direita, pelo Judiciário e pela mídia hegemônica (CAROS AMIGOS, 2017).

Antes do golpe de 1964, as ligas camponesas foram abafadas pelo poder coercitivo do Estado porque defendiam a reforma agrária. Ao passar dos anos, principalmente após a década de 1970, com a modernização da agricultura, a chegada de hidrelétricas, a presença de multinacionais, a industrialização, o avanço das fronteiras agrícolas e o aumento da migração campo-cidade, as contradições do latifúndio, do capital e do desenvolvimento urbano propiciaram o aumento de riquezas em uma lógica de desenvolvimento desigual e combinado. Isso propiciou a retomada da luta pela terra, levando à formação de processos ocupatórios de movimentos sociais do campo.

É nessa conjuntura que reforçamos como o MST se territorializou como o maior movimento social do campo de toda a América Latina. Sua força se expressa por meio da união de pessoas do campo, da periferia da cidade e dos municípios do interior de Goiás, representada na figura 27:

Figura 27 - Acampamento Dom Tomás Balduino em Corumbá de Goiás (2015)



Fonte: Acervo Gwatá (UEG).

O panorama de disputas territoriais no campo em Goiás delineou-se com alguns dados que consideramos pertinentes em nossas análises. De acordo com os fatos políticos e sociais apontados no segundo e no terceiro capítulos, notamos que o estado de Goiás é um território onde o capital hegemônico de representantes do agronegócio se consolidou sob os moldes de uma ideia de desenvolvimento que não levou em consideração os interesses de camponeses, sem terra, trabalhadores assalariados do campo. Em Goiás, avançaram as frentes do capital sem preocupação com os seus impactos no processo, nos aspectos físicos, sociais e culturais.

O MST foi gestado como demanda dos sujeitos do campo, cansados de terem os direitos de acesso à terra negados, serem explorados, na tentativa de obterem autonomia produtiva e geração de renda. A fazenda Santa Mônica foi ocupada¹⁴⁶ por mais de 3 mil famílias¹⁴⁷, no dia 31 de agosto de 2014, ligadas ao MST. A fazenda Santa Mônica é um complexo de sesmária improdutivo, localizado entre os municípios de Corumbá, Alexânia e Abadiânia, a cerca de 110 km de Goiânia. A fazenda tem como proprietário o senador Eunício Oliveira¹⁴⁸ (PMDB-CE) e a área ocupada era de 21 mil hectares. Houve negociações entre o senador e o Incra para a desapropriação, mas o político, que em sua declaração de bens declarou que a fazenda estava avaliada em 300 mil reais, pediu um valor 1357 vezes a mais do valor que havia declarado, 400 milhões de reais, o que inviabilizou a compra por parte de órgãos ligados à Reforma Agrária (TALGA, 2017).

No dia 4 de março de 2015, as três mil famílias acampadas na fazenda foram despejadas por meio de uma liminar judicial deferida em favor de Eunício, expedida pelo juiz da Comarca de Corumbá. Contribuíram para essa ocupação, além dos sujeitos e líderes do MST, o Comitê Dom Tomás Balduino, os Cursos de Pedagogia da Terra, a Licenciatura em Educação do Campo, o Direito Agrário, a Licenciatura em Geografia, as Escolas Famílias Agrícolas, entre outros atores envolvidos. A pesquisa foi realizada em um dos acampamentos provisórios situados no Centro de Formação Hugo Chávez, do MST, no município de Corumbá de Goiás¹⁴⁹.

¹⁴⁶ Optamos pelo termo ocupar por se tratar de um dos princípios de acesso à terra no Brasil realizado pelo MST. A ocupação tornou-se uma estratégia política de resistência e um ato utilizado por outros movimentos sociais, como o movimento estudantil para reivindicações de pautas.

¹⁴⁷ O acampamento Dom Tomás Balduino foi o maior acampamento registrado na história do estado de Goiás e durou de agosto de 2014 a março de 2015, conforme o filme *Acampamento Dom Tomás Balduino*. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=Pk-Fvq9V8Gs. Acesso em: 4 ago. 2017.

¹⁴⁸ Esse senador possui mais de 20 propriedades, num total de 20 mil hectares (TALGA, 2017).

¹⁴⁹ De acordo com o IBGE (2010), o município de Corumbá de Goiás possui uma área de 1.062 km² e sua população é de 10.361 habitantes, sendo que 6.416 residem na zona urbana e 3.945 residem na zona rural.

Durante os seis meses de resistência do acampamento Dom Tomás Balduino, a sua divisão ocorreu a partir de 22 núcleos de base¹⁵⁰ Olga Benário, Chico Mendes I, Chico Mendes II, Hugo Chávez, Conquista, Darci Accorsi, Unidos para Vencer, Terra Nossa, Bandeira da Paz, Jeová Jerê, Soldado de Jesus, Oziel, Guerreiros Abençoados, Derrubando Muralhas, Unidos para Vencer, Liberdade a Porfírio, Esperança, Mão no Arado, Estrela do Oriente, Fênix, Sol da Liberdade. Cada núcleo tinha um total de 100 a 200 famílias.

O tempo em que os camponeses estiveram no local, num espaço pouco maior que 200 hectares, plantaram arroz, milho, feijão, mandioca, abóbora, amendoim, gergelim, hortaliças e legumes, como, por exemplo, o pimentão. Essa produção foi baseada nos princípios agroecológicos de produção, com uso de sementes crioulas, defendidos pela bandeira do MST em suas práticas discursivas e de ação coletiva, com referência na produção sem agrotóxicos, na soberania alimentar e na emancipação de quem produz.

O plantio, um dia após a primeira reintegração de posse, realizada em março de 2015 após a expulsão dos acampados, foi pisoteado por bois. A produção agroecológica pode ser observada na figura a seguir e representa o conhecimento popular presente no acampamento e a territorialização das práticas camponesas por meio de conhecimentos milenares de cultivo e uso de sementes, adubos e hortaliças:

Figura 28 - Plantações agroecológicas do acampamento Dom Tomás Balduino (2014/2015)



Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

Nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2016, participamos do Curso de Formação para Lideranças de Áreas de Reforma Agrária em Corumbá de Goiás. Nesse momento formativo, ocorreram as palestras de lideranças do MST, com Diego Moreira e Geraldo Alves, e de

¹⁵⁰ Um dos principais princípios de organização do MST é a divisão de núcleo e de tarefas.

professores universitários, como Cláudio Maia. Sintetizando as discussões e debates propostos, como as análises de conjuntura política, pontuamos a disputa de espaço nos discursos sociais sob o ponto de vista das hegemonias. E, para se opor a esses discursos hegemônicos, foi preciso agregar forças, algo fundamental diante da ascensão da direita e da captura das subjetividades pelo capitalismo instituído no Brasil. Segundo as lideranças, os movimentos sociais do campo precisam se unificar e não aguardar apenas as decisões e ações por parte das estruturas sindicais. As indagações postas foram: Como buscar uma organização capaz de construir a hegemonia? Como fazer crescer as forças dos movimentos sociais diante das forças do agronegócio? Quais os elementos políticos que fundamentam a formação das lideranças, em que sentido é realizado esta formação? Sob quais condições e objetivos?

Um dos líderes que ministrou a palestra ressaltou a violência do Estado por meio do consenso e da violência direta¹⁵¹. Outras questões levantadas durante este curso serão detalhadas ao longo deste item.

Figura 29 - Curso de Formação de Lideranças do MST no acampamento Dom Tomás Balduino



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2016).

Entre algumas questões de ordem teórica ou de práxis coletiva levantadas, foi apontada a responsabilidade do MST na construção de um projeto coletivo, com caráter político, sindical, de massa e popular. O trabalho de base foi posto como princípio inicial, a partir da mediação e da análise entre os horizontes reais e o que se quer construir. Os discursos das lideranças durante a formação em Corumbá de Goiás vão ao encontro da análise de Stédille (1999, p. 43): “Por mais alto nível que tenha um dirigente, por mais estudado que

¹⁵¹ Fatos importantes para os movimentos sociais pensarem em novas estratégias. Por questões de proteção aos próprios militantes do MST, buscamos fotos que não evidenciassem o rosto dos militantes, como forma de proteger também esses sujeitos que são ameaçados cotidianamente diante das práticas de violência de um Estado repressor.

seja, por mais combativo e lutador que demonstre ser, se não tiver o pé no chão, se não tiver as atividades de base, se não mantiver vínculos com a sua base social, não irá longe”. Ao ouvirmos as lideranças e ao realizarmos leituras ligadas ao MST, o trabalho de base nesse movimento é o ponto de partida para as metodologias de formação, a organização, as táticas de luta, as negociações com o Estado e os capitalistas.

A respeito da base organizacional do MST, Medeiros (2017, p. 95) acrescentou:

Compreende-se, portanto, como “base” de um movimento aquela força social que está sempre na luta cotidiana. Já a “organização política” é composta pelos setores que se integram nos círculos organizativos. Dessa forma, os “militantes e dirigentes” cumprem funções concretas na luta social e na direção política e são quadros formados pelo movimento.

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento de uma organização social da envergadura do MST é a disciplina. Stédille (1999, p. 42) afirmou que sem disciplina e sem respeito às decisões das instâncias não se constrói uma organização. Para ele, a democracia se constrói assim, sem se tratar de militarismo e nem autoritarismo: “tem que ter disciplina, respeitar o coletivo, senão a organização não cresce”.

Entre os elementos também levantados pelos trabalhos de campo realizados foram a cooptação e a repressão como o que mais atrapalham a organização dos movimentos sociais. Diante disso, durante as discussões do curso de formação em Corumbá de Goiás, um fato marcante durante esse encontro de formação foi a presença de Valdir Misnerovicz¹⁵², que, ao reencontrar os companheiros do movimento social durante o curso de formação, houve muita emoção, união, lágrimas e o desejo coletivo de continuar a luta. Valdir ficou preso após a ocupação em Corumbá por 140 dias, quase cinco meses. Durante a prisão, recebeu 200 visitas. Após a sua saída da prisão, a pesquisadora presenciou quatro palestras do líder do MST em Goiás sobre a análise de conjuntura política, a qual, em um de seus depoimentos, ele declarou:

Saio mais fortalecido pela causa. A mídia brasileira sempre se comportou a favor da mídia burguesa, a favor do Estado. A criminalização dos movimentos faz parte do golpe. Não podemos permitir que a mídia criminalize os movimentos, porque se não, não teremos as conquistas que precisamos. Precisamos agora agitar um pouco mais as bandeiras.

Após esse momento, durante o curso de formação, uma das lideranças ressaltou a Agroecologia como princípio do MST, a necessidade de se elevar a participação da base, o

¹⁵² José Valdir Misnerovicz é membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

sentimento de pertença e identidade. Destacou a necessidade de cada assentamento construir um núcleo com a direção do MST: “Só organizar o movimento de massa a luta fica restrita, porque após a conquista a formação ainda precisa fazer sentido. Não basta apenas ocupar a terra, o movimento tem que continuar presente na organização do assentamento”.

Outras lideranças fizeram-se presentes durante o curso de formação para militantes de movimentos sociais do campo em Goiás. Os líderes presentes na formação acrescentaram outros elementos na análise de atuação do MST na contemporaneidade em relação à formação, organização e atuação nos assentamentos, como, por exemplo, o fato de que a organicidade é fortalecida a partir da participação das pessoas. E esclareceram ainda como o movimento necessita ampliar o nível de consciência e de formação dos militantes no fortalecimento do processo de luta. As orientações da direção nacional do MST foram no sentido de problematizar a formação, a organicidade, a atuação do movimento, desde o período do acampamento até a territorialização dos assentamentos:

Nós não podemos permitir que a Rede Globo seja o único veículo que mostre para as pessoas o que é o MST. O jeito de organizar o nosso território, o MST se torna uma referência para a sociedade. O segredo da formação necessita partir da divisão de tarefas e a produção nos assentamentos, a organização necessita de partir de um sentido político. A organicidade tem que organizar o território. Embora existam os limites, os desafios da estrutura organizativa. A formação permanente vinculada ao movimento se faz necessária. Embora muito conteúdo e pouca prática não resolva. É no conflito que aprendemos a negociar. Por onde passa a organicidade? Como fazer com que as ações ganhem materialidade na realidade? A comunidade pode ser um espaço de extensão na ideia de coletividade. Organizar o comando local, pensar na juventude. A organização se dá por meio do trabalho. As marchas, a lona preta, a mística, a agroecologia tudo isso foi importante durante o acampamento, agora a questão é continuar no trabalho com as famílias nos assentamentos. É preciso pensar em ações que superem os problemas e conflitos de cada assentamento.

No momento da exposição da liderança do MST, notamos a importância desse movimento como ator educativo e a importância dessa liderança no fortalecimento, nos debates políticos e na prática em cada núcleo de reforma agrária. Isso se exemplificou com os seguintes questionamentos: “*Quem éramos antes e depois do MST? O quanto melhoramos na nossa compreensão sobre o ser humano. A tarefa é grande, mas não maior que a nossa capacidade. A melhor forma de elevar o conhecimento das pessoas é a participação*”.

Entre os instrumentos formativos do MST, além dos cursos presenciais para lideranças do movimento e dos núcleos de assentamentos, ressaltamos outros instrumentos pedagógicos, como o *site* do MST (www.mst.org.br), que contém livros, artigos, ensaios, revistas, dissertações, teses, boletins, cadernos, jornais, poemas e vídeos. Nesse mesmo *site*, tem-se a biblioteca digital (www.reformaagrariaemdados.org.br), que traz um volume de materiais

interessantes aos membros do movimento e às pessoas de outros movimentos, a professores de diferentes níveis e áreas que auxiliam a compreensão do mundo agrário e a construção de projetos populares de educação do campo, agroecologia e formação política.

Entre os documentos formativos do MST, destacamos os *Cadernos de Formação do MST*, que trazem temas dos mais variados, como cooperação, alfabetização, história do movimento, temas ligados às sementes, plantas medicinais, trabalho de base, comunicação em acampamentos e assentamentos, jogos, brincadeiras, músicas, poesias, mística e organização das escolas. Esses cadernos apresentam uma organização e um caráter formativo importante para os membros dos movimentos e demais interessados nas temáticas tratadas.

Figura 30 - Lideranças do MST e da Via Campesina em Goiás em momentos de vivência e formação no acampamento Corumbá de Goiás



Fonte: Acervo do Núcleo Gwatá (UEG/Cidade de Goiás).
Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2018).

Na figura 30, uma das lideranças atua no MST e Via Campesina há 20 anos. Por necessidade, a família ficou no acampamento. Sobre o acampamento Dom Tomás Balduino, um dos líderes do MST em Goiás realizou algumas considerações:

Uma sociedade que almeja a democracia precisa enfrentar a democracia da terra. O acampamento é fruto de agitações populares nas periferias de Goiânia. Tinha desemprego, problemas sociais, que se casa com o trabalho de base que já se avolumava e tentou encontrar uma área próxima a Goiânia para a ocupação. Muita gente que está há 20 anos na cidade, e outros que nunca estiveram no campo, são costureiras, trabalhadores da construção civil. O movimento representa uma luta para reconstruir sujeitos no Brasil. Sob o instrumento do MST, com o rigor da militância, da formação, pela emancipação social e no pior dos cenários da distribuição de terras. A luta coletiva se dá fazendo formação, desprendimento das amarras que conduzem a sociedade.

Quanto ao aspecto formativo do MST, um dos líderes teceu algumas observações neste capítulo acerca do papel educativo dos movimentos sociais e da atuação atual dos movimentos do campo:

O MST é um grande educador. É um intelectual coletivo. A formação é fundamental, principalmente neste momento agora da nossa sociedade, as formas de mediações precisam ser repensadas, a crise de diálogo que vivemos. A esquerda brasileira precisa retomar o trabalho de base. O MST tem que fazer um balanço crítico e temos que encontrar as bandeiras de luta comuns. A única forma de alterar a correlação de forças é organizar a classe trabalhadora. Operários, camponeses, o povo da periferia, ocupar as ruas para não perdermos direitos históricos. A organização do MST defende um projeto de país. As pessoas precisam entender que as formas de ocupação das ruas não é pra defender a Dilma, mas é pra defender o direito de democracia da classe trabalhadora.

Durante o curso de formação de lideranças, entrevistamos 14 pessoas cuja faixa etária variou de 20 a 56 anos, sendo 8 homens e 6 mulheres. Entre os entrevistados, percebemos que eles vinham de uma trajetória de diferentes municípios, como Anápolis, Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo, Crixás, Goianira e Bonfinópolis. O quadro 12 abaixo mostrou a quantidade de pessoas entrevistadas e a idade de cada uma delas:

Quadro 12 - Entrevistados no Centro de Formação Hugo Chávez em Corumbá de Goiás

Nome	Idade
Entrevistada 01	28
Entrevistado 02	45
Entrevistado 03	40
Entrevistado 04	24
Entrevistada 05	50
Entrevistado 06	40
Entrevistada 07	20
Entrevistado 08	32
Entrevistado 09	46
Entrevistado 10	42
Entrevistada 11	25
Entrevistada 12	42
Entrevistada 13	56
Entrevistado 14	51

Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2016).

Depoimentos chamaram-nos atenção, como o da coordenadora do Núcleo de Educação do Campo, a Entrevistada 01, de 28 anos, que ressaltou que o período da ocupação foi truculento, embora tenha sido um momento em que muitas pessoas construíram novas relações no acampamento. Porém, houve quatro prisões. Em relação ao trabalho da educação do campo com as crianças no acampamento, a líder do setor de educação destacou o caráter

formativo do Espaço da Ciranda e como a educação do campo se manifestou durante o acampamento:

Durante o acampamento buscamos valorizar os saberes que já existem. Que o meio seja impulsionador de novos sujeitos. Buscamos contextualizar a criança porque os pais estão ali. E mostrando que eles também são sujeitos de luta. Inclusive entendendo que as crianças também têm reivindicações. Eles têm a liberdade aqui, o nível de criatividade do MST é infinitamente maior. É a educação do campo e não uma educação bancária. Nossos princípios pedagógicos estão na junção da Pedagogia Socialista, Freireana e popular. Uma educação e uma reflexão construída para a permanência no campo e não ser explorado no campo. A reforma agrária popular pensa em uma educação emancipadora.

Outros entrevistados confirmaram o depoimento da líder do setor educativo do MST em Goiás: “Estando dentro do MST que eu voltei a reativar os cursos, a formação, o MST me resgatou a leitura, a mente, pra aprender coisas boas”. Desse modo, nas entrevistas com a líder do núcleo de educação do campo do MST em Goiás, ela destacou como outros autores, além de Paulo Freire, Antonio Gramsci e Miguel Arroyo, inspiram os educadores do MST. Entre eles, Antón Semiónovich Makarenko¹⁵³ (1888-1939).

De acordo com a pedagogia de Makarenko, o jovem deveria ser educado em uma escola baseada na vida em grupo, no autocontrole, no trabalho e na disciplina. Os jovens, além de seguirem regras disciplinares, eram ouvidos e podiam opinar a respeito das regras em reuniões e votações. Para Makarenko, o coletivo é um organismo social vivo colocado, ao mesmo tempo, como meio e fim da educação. É um conjunto finalizado de indivíduos, ligados entre si pela comum responsabilidade sobre o trabalho e a participação no trabalho coletivo. Makarenko acrescentou que só através do “coletivo” é possível formar “homens novos”, engajados e socialistas para a construção de uma sociedade revolucionária. A relevância do trabalho coletivo para o pedagogo soviético pode ser demonstrada quando esse mencionou que é a participação no trabalho coletivo que permite a cada homem manter relações com os seus semelhantes. Outro pressuposto metodológico de Makarenko é o apelo à moderação permanente quanto a elogios e demonstrações afetivas, como antídoto ao desenvolvimento de sentimentos individualistas entre as crianças (TILLMANN, 2009).

Outro autor citado pela líder do setor educativo do MST em Goiás foi Moisey Mikhaylovich Pistrak (1888-1940). Esse era russo e influenciou as ideias pedagógicas pós-

¹⁵³ Pedagogo ucraniano especialista no trabalho com menores abandonados, especialmente os que viviam nas ruas e estavam no crime. De 1920 a 1928, esteve à frente da direção da Colônia Gorki, instituição rural que atendia crianças e jovens órfãos que haviam vivido na marginalidade. Durante esse período, demonstrou habilidade junto às questões educacionais (TILLMANN, 2009).

Revolução Russa. Pistrak¹⁵⁴ defendeu o trabalho como o principal para a reflexão teórico-pedagógica e para a expressão prática da escola, vinculada à vida da comunidade. Para ele, o projeto pedagógico socialista deveria se basear na ideia do coletivo e partir do movimento mais amplo de transformação social. Como vincular o plano de vida de cada estudante ao processo de transformação social, o qual, o estudo, o trabalho, as atividades culturais e políticas façam parte de um programa de educação para que esse se assumisse como sujeito da construção de uma nova sociedade? Para compreender o trabalho de uma máquina, é preciso sentir diretamente o que é de fato a mecanização da produção (PISTRAK, 2000). A defesa de uma escola humanizadora tem como referência a articulação dialética entre a teoria e a prática e atua como negação à precariedade educativa oferecida aos trabalhadores na Europa, denunciados por Marx em *O Capital*.

Após entrevista realizada com a líder do setor educacional, entrevistamos os assentados presentes no curso de formação, os quais relataram a mudança de visão de mundo. Um deles, nascido em Caiapônia, foi convidado pelo sogro para participar da ocupação. Esse acampado ressaltou que, nos momentos da ocupação, durante os oito meses, sentiu-se “útil” e aprendeu o que era trabalhar no coletivo:

Antes eu achava que era uma bagunça, porque não tinha a convivência. Eu era da classe trabalhadora, era mestre de obra em Goiânia e não sabia o que era a luta de classe, foi com o movimento que eu aprendi o que é o movimento. Na televisão só via quebradeira e não falava o que o movimento queria. O que eu mais aprendi aqui foi o amor à vida. Aqui a gente trabalha na coletividade. A minha visão era outra. Eu aprendi a me doar pelo ser humano, sem ter ganho.

Entre os momentos de formação no interior do MST, Fernandes (2001, p. 281-282) explicou que a ocupação e a etapa de vivência nos acampamentos foram um momento formativo a ser destacado:

[...] a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. [...] A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores. [...].

¹⁵⁴ Para Pistrak, a fábrica é o agente em que se desenvolviam todas as contradições da realidade no início do século XX. Ela é um centro complexo de relações sociais, sendo fundamental a atenção da escola na formação dos alunos para essa questão. As crianças deveriam desenvolver a sua criatividade estudando ao lado dos operários como aprendizes, colaborando para a produção e, ao mesmo tempo, conhecendo a fábrica em todas as suas partes, condição fundamental para a percepção do trabalho de forma científica. "A base da educação comunista é, antes de tudo, o trabalho imaginado na perspectiva de nossa vida moral, o trabalho concebido do ponto de vista social, na base da qual se forja inevitavelmente uma compreensão determinada da realidade atual, o trabalho introduz a criança desde o início na atividade socialmente útil" (PISTRAK, 2000, p. 105-106).

Durante nosso processo de realização da pesquisa, selecionamos algumas palavras-chave que estavam presentes nas entrevistas, que se repetiam, ou expressões que ouvíamos durante a presença com esses sujeitos e nos diálogos realizados. Selecionamos uma gama de palavras que traduz parte dos saberes sociais dos portadores:

Quadro 13 - Principais palavras geradoras dos conceitos utilizados pelos acampados para sintetizar os principais saberes sociais adquiridos durante a permanência no MST em Corumbá de Goiás (2015/2016)		
Formação;	Envolvimento com a comunidade, com a juventude e com as cooperativas;	Cultivo de produtos sem agrotóxicos;
Disciplina pessoal e política;	Função social da terra;	Espírito de companheirismo;
Conscientização;	Ser exemplo;	Superar limites;
Solidariedade;	Conhecimento;	Sustentabilidade;
Não fazer algo sem consultar o coletivo;	Estrutura e organicidade;	Conhecimento sobre o veneno;
Fortalecer os conhecimentos;	Empenho;	Capacidade de operar decisões coletivas e Distribuição de tarefas;
Organização;	Construir sonhos;	Saber reconhecer por meio da crítica e da autocrítica;
Considerar as experiências que já existem;	Território;	Consciência política;
Proteção ao meio ambiente;	Arquitetura coletiva;	Mística revolucionária.

Organização: BORGES, Joyce de Almeida (2017).

As ideias-chave do quadro se intercalam de forma subjetiva à expressividade da organização coletiva remetida a seguir. Elas se manifestaram por meio de práticas coletivas e culturais, como a pamonhada, as reuniões, os embates com gritos coletivos, a presença de bandeiras, foices e símbolos. Além disso, essas palavras-chave estavam presentes nos depoimentos dos entrevistados:

Já sofri discriminação no colégio por ser sem terra, “oh o sem terra chegando”. Hoje se me criticar eu não importo, porque sei da importância dos movimentos e da luta. Aprendi que o MST tem uma organicidade muito ampla. A gente vê agora com uma visão diferente. Comida sem agrotóxico. A maioria das vezes o povo vê a gente de outra forma. Tô muito orgulhoso de fazer parte dos sem terra junto com os companheiros.

O Entrevistado 02, que participou de um dos núcleos do acampamento Dom Tomás, o Núcleo Chico Mendes, relatou os principais momentos de violência ocorridos na ocupação e as formas de aprendizado neste processo:

Vi aqui pessoas se concentrando em torno de um só objetivo. Foi truculento. Tivemos que abrir estrada. Tiramos as viaturas para nossa passagem. Mas aí nós chegou e achou o corredor aberto. Nessa Santa Mônica eu vi gente sendo curado de estresse e problema de saúde. Um dos laços que golpeou a gente foi a sociedade. Tivemos muito apoio, dos sindicatos, igreja. Foi um projeto de sonhos e esperanças. Eu me agrego a essa transformação pensando no futuro dos meus filhos. O que ficou de aprendizagem foi como lidar com pensamentos diferentes. Aprender a trabalhar como classe, a não caçar inimizade, a não ser excluída.

Outros depoimentos, como o da Entrevistada 12, somam-se ao depoimento anterior e trazem aspectos do motivo de esses sujeitos inserirem na luta dos movimentos sociais, as mudanças de concepções político-ideológicas a partir da entrada no acampamento:

Eu saí de Goiânia pra morar em Pirenópolis. Era a ideia de viver isolado no mato. Passei um tempo como naturalista. Estudei até a quinta série. A luta me ensinou a discernir sobre a sociedade e a questão da propriedade. Foi as reuniões que foram despertando isso, uma reunião da frente de massa da Santa Mônica. No começo eu achava que ia ser fácil. Depois eu vi que não ia ser tão fácil assim. Fui entendendo o que era o sistema. Eu estou aqui nesta luta, busco pela militância, pela vontade de ver o Brasil melhor. A parceria aqui e a ideia de sustentabilidade pra mim tem muito valor.

Quanto à juventude e seus envolvimento nas atividades do acampamento Dom Tomás Balduino, outros entrevistados relataram os aprendizados sociais construídos no processo de luta, como a Entrevistada 07:

Eu fiz parte da equipe da juventude. Fui pro acampamento pela minha mãe que já estava lá. Aprendi nesta convivência a ter mais solidariedade e a ser mais humano. Esperamos também conscientizar as pessoas sobre os alimentos saudáveis. Quanto aos momentos de violência sofridos aqui, eu não estava mas o que eu sei é pelo que os outros relatavam. A polícia colocava as pessoas no ônibus e levava para a delegacia. Correria eu sei que teve. Ameaças psicológicas. O que mais aprendi aqui na luta foi ser mais humilde e a se preocupar mais com o outro.

Com relação às formas de violências sofridas no acampamento Dom Tomás Balduino, os entrevistados complementaram e acrescentaram como era a convivência cotidiana:

Antes de ir pro movimento eu fui caminhoneiro e pedreiro. Hoje tô só por conta do movimento. A violência que eu via aqui no Dom Tomás era os policiais dizendo: “Ou sai ou o pau vai quebrar”. Os policiais ficavam fazendo a ronda. Dizendo que tinha bala pra todo mundo. Fazendo a pressão. Nós ficamo ali, pra não deixar que machucasse nenhum companheiro. Durante o período do acampamento aprendemos o que é viver no coletivo. Não se pode isolar, a gente aprende. Brinca. Ensina. Dialoga. É uma coisa muito boa. A formação no movimento é muito importante. Muito proveitoso.

As famílias expulsas da ocupação de Corumbá de Goiás foram pré-assentadas em acampamentos provisórios nos municípios de Santa Helena, Amaralina, Formosa e Corumbá

de Goiás. Em Corumbá de Goiás, os acampados foram para o assentamento Dom José Gomes¹⁵⁵. O município de Santa Helena é um dos que mais têm remanescentes dessa ocupação, com 4 mil acampados hoje no acampamento Leonir Orback. Em Formosa, encontra-se cerca de 500 famílias, dessas, 358 foram pré-assentadas no atual assentamento Dom Tomás Balduino. Em Amaralina, os acampados foram para o assentamento Plínio de Arruda Sampaio (TALGA, 2017).

Figura 31 - Momentos de coletividade e vivência no acampamento em Corumbá de Goiás (2015/2016)



Fonte: Acervo Gwatá (UEG/Cidade de Goiás).

Não objetivamos simplificar o processo formativo no interior do MST, visto que, é sistemático, possui metodologia e disciplina, o que se comprova com atividades voluntárias na biblioteca realizadas em um dos principais espaços de formação de lideranças da América Latina, a Escola Florestan Fernandes¹⁵⁶. O que objetivamos foi mostrar com essas figuras, que os momentos coletivos são permeados por aprendizados, discussões e atividades coletivas, que reforçam nossa tese de que esses movimentos são territórios formativos.

Este subitem apresentou informações relativas aos trabalhos de campo realizados com o MST durante o acampamento em Corumbá de Goiás, em 2015 e na efetivação do curso de formação de lideranças de assentamentos realizado em 2017 no Centro de Formação Hugo Chávez. As análises relacionadas aos saberes foram potencializadas pela vivência no movimento, no tempo de acampamento do Dom Tomás Balduino. Prosseguimos com as territorialidades e saberes do movimento Terra Livre.

¹⁵⁵ Para maiores informações acerca das condições atuais de produção dos assentados que eram de Corumbá de Goiás, ler a tese: *Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente (1970-2015)*, de Edson Batista da Silva.

¹⁵⁶ Em experiência de uma semana nesta escola, observamos como algumas metodologias dos movimentos sociais se territorializam no seu interior. Notamos ainda uma quantidade de cursos formativos para diferentes movimentos sociais do campo e da cidade e pontuamos aulas sistematizadas, momentos de formação com estudo, leitura e exposição, que demonstraram a capacidade de atuação e a organicidade dos movimentos sociais da América Latina. Na oportunidade chegamos a participar de parte de cursos destinados as lideranças.

3.3.2. A luta e os saberes do Movimento Terra Livre em Goiás a partir da territorialização de acampamentos e assentamentos no município de Faina (GO)

“Nós fomos admirados e respeitados no município.”
(Aparecida dos Santos Pereira Siqueira, assentada do Patativa do Assaré).

“Nós aprendemos a ler o mundo”. (Antônio, aluno do Projeto Pronera, Movimento Terra Livre).
“Um aluno que me marcou muito foi o Antônio que não sabia nem pegar no lápis e aprendeu escrever o nome completo. Depois foi se alfabetizando”.
(Edinair Gomes da Silva, professora do Pronera em Faina).

Figura 32 - Acampamento São José - Movimento Terra Livre, em Faina (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2018).

O movimento de luta pela terra no campo e por moradia na cidade, denominado Terra Livre (MTL), surgiu em 2002 a partir de dissidências com o MST. Em Goiás, de 2004-2013, este movimento coordenou quatro acampamentos nos municípios de Jataí, Itauçu, Itarumã e Faina. Em Goiás, o MTL já pode ser considerado um dos movimentos com maior número de ocupações. De 2003 a 2015 foram 45 realizadas. A territorialização do movimento se dá com maior ênfase nas regiões do Triângulo Mineiro e no sudoeste goiano (SILVA, 2018).

Entre algumas demandas do movimento, estão: limitar o tamanho da propriedade em 1000 ha; revogação da medida provisória que proíbe terras ocupadas de serem desapropriadas; assistência técnica e extensão rural ampla e universal; implantação das escolas do campo; criação de varas e promotorias especiais agrárias; desburocratização da legislação para julgamento dos processos agrários; e barrar as mudanças no Código Florestal.

Um elemento interessante da formação dos movimentos sociais do campo são os textos e poesias apresentados nos *sites* desses movimentos, ricos em elementos pedagógicos e de análise crítica. Abaixo, segue um deles, “O sistema”, de Eduardo Galeano:

Os funcionários não funcionam.
 Os políticos falam, mas não dizem.
 Os votantes votam, mas não escolhem.
 Os meios de informação desinformam.
 Os centros de ensino ensinam a ignorar.
 Os juízes condenam as vítimas.
 Os militares estão em guerra contra seus compatriotas.
 Os policiais não combatem os crimes, porque estão ocupados cometendo-os.
 As bancarrotas são socializadas, os lucros são privatizados.
 O dinheiro é mais livre que as pessoas.
 As pessoas estão a serviço das coisas.

A poesia acima pode ser utilizada em uma abordagem de análise de conjuntura, em uma crítica ao sistema capitalista, à política, à ordenação territorial de sujeitos, capital e estado. Outros temas podem ser relacionados e apropriados para o debate e relacionados ao cotidiano de quem esteja presente na discussão.

O Movimento Terra Livre diferencia-se, segundo as próprias lideranças, por apresentar visões e análises críticas sobre os governos de esquerda no Brasil, de Lula e Dilma, o que não significa que pessoas ligadas a outros movimentos de luta pela terra, como o MST, também não as façam. Mas o líder do movimento Terra Livre afirmou que, os movimentos defendem os governos Lula e Dilma, por entenderem que esses governos, por mais que apresentassem limitações diante do processo de reforma agrária no país, ainda estavam mais abertos a garantir os direitos do povo, mais do que os outros governos ligados aos partidos da direita.

O líder do Movimento Terra Livre em Goiás questionou alguns elementos ligados ao Governo Lula, que prometeu realizar a reforma agrária com uma “canetada”. Esse movimento realizou análises que demonstraram como Lula quis agradar a gregos e troianos, e governou também de modo a contribuir para o aumento das riquezas de quem já as concentrava. Em um texto publicado no *site* do Movimento Terra Livre, o líder Zelito afirmou:

A reforma agrária não sai do papel. O último censo agropecuário realizado pelo IBGE constatou que a concentração de terras aumentou no Brasil. Outro dado é o que mostra que aumentou a concentração da produção agropecuária entre o latifúndio e o agronegócio, hoje 70% da produção está concentrada em apenas 4,2% dos estabelecimentos dos empresários rurais. Os estabelecimentos empresariais têm uma rentabilidade média bruta de R\$358,00/ha por ano, enquanto os agricultores camponeses têm uma rentabilidade média bruta de R\$ 677,00/ha por ano.

Nesse mesmo texto, o líder apresenta elementos políticos que apontam os avanços e os limites de programas, como o “Programa de Aquisição de Alimento” (PAA), executado pela Conab, o programa “Luz para Todos”, o “Programa Nacional de Produção e Uso de

Biocombustíveis (PNPB)”. A liderança apresentou elementos que são capazes de pontuar uma análise de conjuntura em vários aspectos ligados ao campo no Brasil durante o Governo Lula. Quanto ao processo de reforma agrária e aos enfrentamentos dos movimentos sociais do campo nesse período, ele acrescentou:

Lula focou o desenvolvimento e não a obtenção de novas terras, como se uma coisa fosse contraposta a outra, quando, na verdade, uma complementa a outra. Ao final não fez obtenção de terras suficientes para assentar as famílias que reivindicam terra e não desenvolveu os assentamentos. Esta dinâmica regressiva se apresenta na diminuição das desapropriações em 2010, que, segundo a CPT, foi de 44% no número de famílias assentadas, 72% na quantidade terras destinadas para reforma agrária, enquanto cerca de três mil comunidades quilombolas continuam aguardando titulação de suas terras em 24 estados.

Infelizmente, com a demora para obter terras, as famílias esvaziaram os acampamentos e com esta desmobilização, sem base social, os movimentos não conseguem ter força para pressionar e negociar novos assentamentos. Outro fator nisto foi o crescimento da economia que aumentou os empregos e as políticas compensatórias de transferência de renda. Com isto muitas famílias que antes, por falta de trabalho, buscavam os acampamentos deixaram de fortalecer o movimento. Portanto, os movimentos camponeses vivem um momento difícil: por um lado desmobilizados, por outro os sem terra nutrem simpatia pelo ex-mandatário do nosso país e pela sua substituta.

O movimento Terra Livre, na região Centro-Oeste, se destacou nas ocupações e na formação de acampamentos. No Brasil, o número de ocupações em 2015 foi um total de 200. Dessas, 24 no Norte, 60 no Nordeste, 50 no Centro-Oeste, 36 no Sudeste e 30 no Sul. No Centro-Oeste, as ocupações, nesse mesmo ano, dividiram-se em: no Distrito Federal, 4, em Goiás foram 19, no Mato Grosso, 11, e no Mato Grosso do Sul foram 16 (PIETRAFESA, 2015).

Entre os movimentos de luta que se territorializaram nas ocupações do Centro-Oeste em 2015, destacam-se: o Terra Livre, com 8 ocupações, o MST, com 4 ocupações, e outros, como a Frente Nacional de Luta, o Movimento Camponês Popular, a Organização Independente, o MAF e os índios (PIETRAFESA, 2015).

Em relação ao Movimento Terra Livre, optamos pelo município de Faina para realizar os trabalhos de campo ligados aos saberes sociais da luta pela terra. Esse município está localizado a 60 km da cidade de Goiás. A opção por este movimento não foi apenas por estar em uma proximidade física com outros municípios pesquisados, mas por ali ter ocorrido uma experiência de alfabetização durante o acampamento nos anos de 2008/2009 e 2015/2016.

O município de Faina apresenta 7.004 habitantes de acordo com o IBGE (2015). Nele estão territorializados quatro acampamentos e três assentamentos. Entre os assentamentos presentes no município, estão Patativa do Assaré, Santa Dica I e II e o 17 de Abril. Desses,

visitamos o Patativa do Assaré em 20 de outubro de 2018. O referido assentamento possui 35 famílias e está localizado a 40 km da cidade. A área de cada parcela é equivalente a 20 hectares de terra. Como o Incra apoiou os assentados na região apenas na distribuição de terras, os assentados reclamaram das más condições das estradas e de outras dificuldades enfrentadas.

No dia 3 de maio de 2019, realizamos uma entrevista no município de Faina, com a Professora Edinair Gomes da Silva, que atuou no Projeto Pronera do Movimento Terra Livre durante quatro anos¹⁵⁷. Em 2008, em parceria com a UEG, realizou-se a alfabetização na EJA. Sobre o contexto escolar rural de Faina, Edinair comentou: “No Faina havia nove escolas no meio rural, com salas multisseriadas. O MTL chega aqui em 2008. Mesmo havendo turmas na cidade os alunos não se motivavam a estudar.”

Nesta discussão, enriquecemos o debate com a análise do professor Pessoa (2007, p. 59):

A educação é campo social de disputa, a realidade da escolarização das populações rurais insere na disputa entre perspectiva da educação rural e da educação do campo. O movimento social do campo tem que se fazer mais presente nas regiões de conflitos para que com força dos camponeses e a política dos movimentos a luta se torne mais justa.

O projeto de alfabetização no Terra Livre foi editado duas vezes, em 2008 e 2009 e em 2015 e 2016. No primeiro projeto, de 2008/2009, foram formadas duas turmas. Já no segundo projeto, de 2015/2016, foram formadas três turmas.

Em fevereiro de 2008 iniciou a formação de educadores, foram cinco dias de aulas com diversos professores de diversas áreas de estudo, cada um mostrava meios de trabalhar com jovens e adultos. Numa perspectiva emancipadora e popular mesmo, diferentemente da educação tradicional. A sala de aula era feita de lona como se fosse uma barraca, as cadeiras foram doadas pela prefeitura municipal, o quadro móvel fixado a parede. As condições eram muito precárias sem luz elétrica usávamos uma luz ligada a uma bateria de carro que era cedida por um educando. Mesmo com muita dificuldade iniciam-se as aulas, com 15 educandos. (SILVA, 2016, p. 30)

A professora ressaltou, durante esse processo, algumas dificuldades enfrentadas, como a distância e a falta de recursos para a realização das aulas. A entrevistada ressaltou ainda a dificuldade de enxergar dos alunos, dificuldades na entrega dos óculos, que ficaram prontos somente no dia da formatura, e a desistência de alguns deles.

¹⁵⁷ Em termos de remuneração, a professora no primeiro projeto recebia uma bolsa de 600 reais e no segundo, no valor de 1200 reais.

O cotidiano das aulas foi descrito e realizado da seguinte maneira, aulas três vezes por semana, com nove horas semanais. Às vezes as aulas coincidiam com feriados, a sexta à noite e completava com o fim de semana. Dentre os elementos, destacamos, nesse cotidiano escolar, segundo a professora, a mística como elemento formativo, a receptividade dos alunos, a vontade de ter terra e a esperança citada na entrevista.

Figura 33 - Projeto Pronera- Acampamento Frei Luiz di Cáprio - Terra Livre



Fonte: Professora Edinair Gomes da Silva. (2015).

Em dois meses aproximadamente, os alunos começaram a ser alfabetizados. A metodologia utilizada foi detalhada pela professora durante a entrevista: “A gente recortava as letras grandes no chão e depois passava para o caderno. Fazíamos também atividades com cartazes que eles mesmos produziam. Tinham Conversas em roda”. Durante a entrevista, a professora citou outras atividades práticas desenvolvidas, como a atividade com as frutas do Cerrado na beira do rio e a de comidas típicas de cada região brasileira.

Entre os temas estudados durante as aulas, a professora comentou alguns que enfatizavam: a história da propriedade da terra, a exploração extrativista, as sesmarias, a exploração dos índios e dos negros, a reforma agrária e o sindicalismo. O material didático utilizado durante as aulas foi consultado e fotografado na figura que segue.

Figura 34 - Material didático utilizado pelo Movimento Terra Livre na Alfabetização

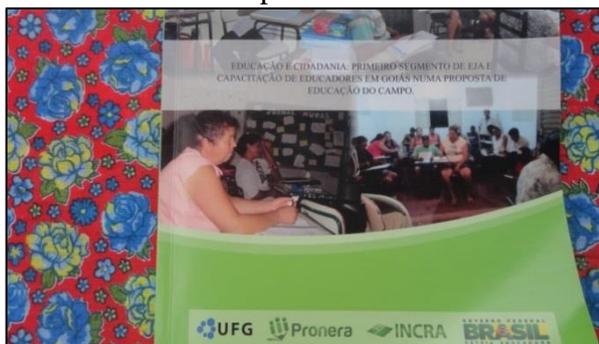


Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2019).

O material didático é sintético e contempla exercícios ligados às áreas de Ciências, Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e História. E é um dos materiais produzidos com as verbas do Pronera. Desse modo, este tipo de material, com o corte de verbas de projetos e ações ligados às universidades na política nacional, estará comprometido.

No trabalho de campo realizado no dia 10 de novembro de 2018, com os assentados do Patativa do Assaré, do Movimento Terra Livre, no município de Faina, entrevistamos dez pessoas. Dessas, oito eram mulheres que estavam realizando o curso de doces e dois eram homens. A idade dos entrevistados variou de 29 a 64 anos, mas a maioria deles estava na faixa acima de 50 anos. Uma das entrevistadas estava com um bebê de colo, de dois meses.

O assentamento Patativa do Assaré foi homologado em 2015 e a energia elétrica veio a partir de 2018. Ou seja, os assentados sofreram cerca de três anos sem eletricidade. As dificuldades de moradia, permanência, a distância do município e outras questões ligadas ao cotidiano e a organização dos camponeses assentados, serão descritos adiante. Os saberes sociais também foram identificados conforme os objetivos iniciais traçados na pesquisa.

A seguir, a figura 35 mostrou algumas das atividades realizadas pelos assentados em suas propriedades e a imagem de moradoras do assentamento Patativa do Assaré. Entre as informações obtidas, destacamos a origem desses assentados (as). Entre os entrevistados, somente um se declarou mineiro, dois “do Faina”, uma de Ceres e outro “goiano”. Os outros não especificaram, mas algumas afirmações remetem à identidade dos assentados: “Sempre morei na fazenda dos outros, ajudava a mexer com o gado, a fazer farinha”.

Figura 35 - Casa de farinha e forno (Assentamento Patativa do Assaré)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2018).

Quanto a outros aspectos dos saberes tradicionais valorizados pelos assentados, podemos ressaltar o cultivo das plantas e quintais medicinais, que revelam o uso da medicina popular alternativa; os frutos do Cerrado revelam a relação com a natureza e com os saberes do mato. A produção de farinha, no interior do assentamento, representa elementos de

reprodução de um saber popular que perdura entre os povos do campo brasileiro e, sobretudo, um saber nordestino que se territorializou em inúmeras regiões do país. Além dos saberes do dia a dia, os saberes da vida, os saberes familiares, que estão presentes neste assentamento e se somam à teia de saberes profundos do campo, que trazem a regionalidade, a diversidade e a riqueza cultural do Brasil e das culturas do interior do país e de Goiás.

Figura 36 - Plantas medicinais e do Cerrado no assentamento Patativa do Assaré em Faina (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2019).

Outro elemento que analisamos é a forma de saber construir a moradia, adequar-se contra as intempéries da natureza e sobreviver no campo. Observamos que a estrutura das moradias dos assentados de Patativa do Assaré, por falta de políticas públicas, encontra-se extremamente precária¹⁵⁸. A figura à esquerda traz a moradia de um casal jovem com três filhos pequenos. As crianças estudam no município de Faina-GO.

Figura 37 - Casas dos assentados no assentamento Patativa do Assaré em Faina (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2019).

¹⁵⁸ Uma das assentadas que mora na casa da figura à esquerda chegou a perguntar se eu não sabia como conseguir ajuda para construir a sua moradia. O sentimento foi de engolir em seco, pega de surpresa, com uma pergunta que a pretensa doutora não ia obter resposta em nenhuma literatura universitária. Foi um sentimento de dor, vazio e de que a pesquisa não conseguiria auxiliar naquilo que era essencial àqueles sujeitos. Os moradores dessa casa eram do município de Aparecida de Goiânia e foram para o assentamento por não terem condições de pagar aluguel, o que revela como os problemas sociais da cidade coadunam com os problemas do campo.

As moradias não possuem folhas de buriti apenas para enfeitar ou refrescar do calor, visto que elas são recursos utilizados pelos moradores como alternativas únicas de morar. Os restos de construções, portas de ferro velho, pneus, janelas que vieram de outros locais, também revelam a condição social desses assentados, que, por falta de verbas, moram nessas condições. Esta pesquisa torna-se instrumento de denúncia diante dos fatos apresentados.

Porém, a maior dificuldade descrita por eles foi a falta de água, além de outras, como aparece em um dos depoimentos: “[...] Aqui mesmo tem situação de quem não tem o que comer”. A falta de água também foi um dos problemas levantados em entrevistas realizadas no município de Goiás.

Em outras informações obtidas, detectamos que o SEBRAE auxiliou com cursos formativos, como o de derivados de leite, de mandioca e pintura. E outros cursos¹⁵⁹ foram citados, como os ofertados pelo Senar e outras instituições de apoio, como os cursos de “inseminação, motor serra, abelha, conserva, suinocultura, primeiros socorros, plantio de banana, pimenta, trançagem de couro”. Entre eles, o curso de doce foi realizado no dia do trabalho de campo.

Figura 38 - Curso de doces no assentamento Patativa do Assaré em Faina (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2019).

A esperança e a “fé em Deus” também fazem parte das narrativas dos assentados. As atividades de lazer citadas por eles apareceram nas entrevistas, estando entre elas: Festas de São João, missas, cultos e festas de crianças. Observamos que as atividades religiosas se mesclam ao lazer e são formas de integração entre os (as) assentados (as).

Entre as demais atividades de trabalho ligadas ao cotidiano no campo, destacaram-se no assentamento: o trabalho com o leite, o queijo, o cultivo de mandioca, de cana de açúcar, a horticultura, o tomate, a abóbora, os pomares e a criação de gado, galinhas e de suínos, conforme a figura 39 a seguir.

¹⁵⁹ Segundo os assentados, os cursos ocorrem numa média de quatro ao ano.

Figura 39 - Criação de suínos no assentamento Patativa do Assaré em Faina (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2019).

Entre os principais aprendizados e saberes sociais registrados pelos assentados, podemos pontuar: “Persistência, lutar pelo que quer mesmo com as dificuldades”; “união, perseverança”; “a diferença é que a gente ficou mais livre. O que a gente produz fica pra gente e não pro patrão”; “Aprende a ter mais união, a correr atrás em grupo”.

Entrevistamos pessoas que ficaram de dois a nove anos acampadas, as quais citaram os aprendizados: “do tempo de acampados”; “A convivência durante o acampamento foi boa, experiência boa, achava que não tinha estrutura para aquilo, tudo misturado”.

Os acampamentos do município são: São José, Chico Mendes, Cora Coralina e Isa Paz. Visitamos o acampamento Cora Coralina onde conversamos brevemente com duas acampadas. Além dessa visita nesse acampamento, realizamos uma entrevista com uma liderança dos acampamentos hoje no município em uma das escolas do Faina. Na entrevista, o líder ressaltou as dificuldades de organização dos (as) camponeses (as), a morosidade para conseguir as terras, comentou sobre a distância entre os assentamentos que dificulta reuniões de formação. Inclusive, uma das formações propostas pelo movimento durante nossa visita a campo foi impossibilitada por esse fator e pelo movimento não ter conseguido transporte e motorista para levar os assentados ao curso que iríamos realizar, o qual pretendia discutir a educação e a conjuntura política. Isso porque o trabalho de campo realizado com o Terra Livre ocorreu uma semana antes do segundo turno das eleições para a presidência do Brasil.

Nesses acampamentos do movimento Terra Livre, verificamos algumas atividades de cultivo e a organização das barracas com folhas de buriti, conforme as imagens coletadas.

Figura 40 - Cultivos no acampamento Cora Coralina em Faina (GO)



Foto: BORGES, Joyce de Almeida (2019).

Nos dias em que realizamos o trabalho de campo, havia alguns acampados nas barracas, com algumas exceções de poucos que moram e permanecem do início ao fim da semana nas barracas ou ranchos. Os entrevistados apontaram que não têm ocorrido conflitos no município na região onde estão acampados e que não presenciaram violência de nenhum gênero nesses territórios.

Após a realização desta etapa com estes dois movimentos sociais do campo, e posteriormente a efetivação dos trabalhos de campo, das leituras e análises, podemos apontar alguns elementos ligados à conclusão da pesquisa, aos quais detalharemos.

CONCLUSÃO

*Malditas sejam
Todas as cercas!
Malditas todas as
propriedades privadas
que nos privam
de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
amanhadas por poucas mãos
para amparar em cercas e bois
e fazer da terra, escrava
e escravos os humanos!*
Dom Pedro Casaldáliga

Esta tese analisou **os saberes e suas potencialidades e as memórias dos sujeitos dos movimentos sociais do campo em Goiás**. Durante a pesquisa, tantas questões nos fazem refletir. Escolher as perguntas exatas a serem respondidas foi tarefa complexa. O desejo de ter razão em algo não sabemos se nos aproximou da ciência, talvez nos aproxima mais da mediocridade, como diria Rubem Alves, porque o que sabemos hoje pode ser transformado adiante, mudado, somado, reconstruído ou desconstruído. Mas, se a ciência exige conclusões, nos atreveremos a apontar algumas.

A **América Latina** possui uma realidade marcada por **enfrentamentos** sociais e a brutalidade do capital em suas faces mais perversas se faz presente. Os resultados de nossa pesquisa apontou que as famílias do campo continuam sendo expulsas pelo próprio estado, pelo setor privado e **73% dos conflitos de terras no campo do Brasil** continuam envolvendo comunidades tradicionais (CPT, 2018). Ou seja, uma luta antiga e permanente. Nesse cenário, os movimentos sociais e as lideranças são instrumentos de contestação e mola propulsora de uma recomposição político-social. Principalmente diante de governos repressivos, a base das lutas sociais pode reagir, reorganizar-se e buscar novas estratégias de ações coletivas.

Na **conjuntura atual** e em estudo, observamos recuos e potencializações dos movimentos sociais do campo no Brasil e em Goiás, novas demandas e novas formas de contestação (ROSAR, 2011). Em tempos de cultos ao ódio e a violência, em que os discursos violentos ganharam legitimação política por meio da “BBB” (bancada do boi, da bala e da Bíblia) esta tese se apresenta como resistência fruto de um projeto popular político o qual o campesinato mostra sua capacidade de autoorganização, de produção e atuação formativa.

A **estrutura do capital no Brasil**, em suas facetas mais perversas, a questão agrária e a forma como se institui a Reforma Agrária neste país nos levam a tecer algumas considerações. A primeira é de que o Centro-Oeste e a Amazônia apresentam uma

concentração fundiária que juntas podem ser classificadas como o “paraíso do latifúndio”. Somente Goiás ainda concentra 9.368 estabelecimentos com mais de mil hectares, ou seja, apenas 5% do território goiano controla 24 milhões de hectares, o que equivale a 50% das terras do estado (OLIVEIRA, 2013). E **as relações de trabalho** no campo ainda carregam resquícios coloniais, com estruturas conservadoras, porém, com recursos tecnológicos avançados.

Mesmo diante desta realidade, consideramos que **o campesinato resiste em Goiás**, se rebela. Mesmo com a captura da subjetividade, com as coibições das ocupações, as interferências em criações de associações, a competição entre os recursos destinados à reforma agrária, as perseguições políticas, ainda estes sujeitos se mantêm na luta (VANDERLEY, 2014). Como afirmou Valdir: “Precisamos agora agitar com mais força as nossas bandeiras”.

O **modelo de educação pública implantado no Brasil** pode ser um dos fatores que não contribuiu para o fortalecimento do campesinato e sua permanência no campo. Contribuiu para sua expulsão, como afirmou Souza (2013) ao colocar em xeque a diminuição violenta das escolas do campo em Goiás com as políticas de nucleação. Como a educação por si só não realiza milagres, questões que já foram postas, como a violência no campo, a propriedade privada concentrada nas mãos de poucos, a falta de investimento por parte do Estado para jovens e sujeitos que moram no campo, também são fatores determinantes para a complexificação dos problemas adjuntos.

A **desnacionalização do campo** é outro fator que chamou atenção, como apontou Carvalho (2013), porque trouxe novas relações de produção para Goiás, interferiu na cultura, na vida e no trabalho. O capital estrangeiro, que controla 58% das terras, de cana de açúcar, das usinas de açúcar e etanol, revelou as territorialidades e os conflitos sociais em várias regiões de Goiás e levou à expropriação dos sujeitos. Não é radicalismo afirmar que a luta é contra o imperialismo, o que ocorre desde a colonização brasileira (FERNANDES, 2014).

As memórias são constituídas de saberes. As **memórias dos sindicalistas** mostraram saberes ricos acerca da análise de conjuntura, da história da luta de classes, das questões da educação e das violências sofridas nos enfrentamentos em Goiás. Os sindicalistas que participaram de outros espaços formativos, como os partidos e as CEB's, possuem uma visão de mundo mais ampla, para além do papel burocrático de um sindicalista. Cada trajetória também está ligada à história de luta do município a qual o sindicato se vincula. Essas visões também são particulares, pois cada qual possui uma experiência diversa, mas que, nesse arcabouço atuou pensando nos camponeses, independentemente dos erros ou acertos.

As entrevistas que apontaram as **memórias de religiosos (as)** esclareceram como as igrejas executaram um papel de missão para além do fator espiritual. E que de fato ocorreu em Goiás um projeto de Igreja que se contrapôs ao modelo do espírito capitalista religioso presente com mais força no discurso atual desses territórios sagrados. A Teologia da Libertação se aproximou em vários aspectos de pressupostos cristãos que pregavam a justiça, a igualdade e a defesa dos menos favorecidos. Isso aconteceu no campo em Goiás, foi comprovado pelos depoimentos de violências sofridas por religiosos mencionados nesta tese.

Entre as **formas de contestações produzidas pelos movimentos sociais do campo**, especificamente o MST, citamos as ocupações do Incra, atos públicos unitários entre movimentos, participações em passeatas nos períodos antes das eleições, bloqueio de rodovias, ocupações de áreas de multinacionais, feiras de reforma agrária, jornadas agroecológicas, feira de troca de sementes, participação em seminários, diversas formações e palestras. Nesta pesquisa, tivemos a oportunidade de participar dessas maneiras de se organizar, agir e contestar, o que representa o desejo das lutas populares do campo em Goiás e materializa discursos agroecológicos e de sustentabilidade ambiental.

Os **níveis organizacionais de movimentos sociais** possuem diferentes particularidades históricas, segundo Scherer-Warren (2006). Partimos do pressuposto de que os movimentos sociais na América Latina contribuíram para a formação política, lutaram contra os avanços do neoliberalismo, buscaram autonomia, soberania alimentar e reivindicaram mudanças estruturais, como apontamos na pesquisa com o MST e o Terra Livre em Goiás. Presenciamos a produção alimentícia em Goiás nos assentamentos, nas feiras, nos acampamentos. Ouvimos as dificuldades relativas à produção, implantação de projetos, falta de água, energia, estradas, recursos, o que dificulta a permanência no campo. Percebemos diferenças entre os assentamentos, na receptividade, organização e práticas cotidianas. No dia a dia do campesinato, presenciamos a força, a garra e a vontade de trabalhar em todos os territórios visitados. A pesquisadora saiu fortalecida e animada para que as lutas no campo permaneçam e os resultados sejam alcançados.

A **formação de quadros e das frentes, a educação, a busca pelo conhecimento** como mecanismo de fortalecer as lutas sociais também foram algo que apareceu nos resultados desta pesquisa, sobretudo no MST e TL. Os cursos de formação presenciados, os debates, os *sites*, as entrevistas realizadas, todo este conjunto comprova a importância desses elementos para os movimentos sociais do campo em Goiás. E, em outra linha de trabalho e atuação, a importância também dos sindicatos e das igrejas.

As memórias das lideranças de movimentos sociais do campo em Goiás são marcadas pelo simbolismo, carregam o peso da história, das suas lutas, revelam lágrimas, dor, força e vontade de vencer. Presenciamos, nos últimos anos, **a perseguição às lideranças de movimentos sociais**, de representantes das classes populares, mortes e assassinatos de inúmeros sujeitos ligados à luta pela terra no Brasil e à luta por demais direitos de povos da cidade. A política nesses territórios desrespeita violentamente as lutas populares, as demandas dos movimentos sociais e as necessidades de trabalhadores e trabalhadoras que estão na ponta da pirâmide na sustentação do capital. As entrevistas mostraram estes fatos histórico-políticos.

Foi possível captar os saberes sociais das lutas políticas? Diante de tanta violência, atrocidades e barbáries, os sujeitos tornam-se importantes no contexto das lutas territoriais no campo em Goiás, como em cada depoimento que destacamos neste trabalho. São os saberes que fortaleceram os processos de resistências e são um dos instrumentos de permanência na luta dos sujeitos violentados pelo capital, pelo latifúndio e pelos grandes capitalistas, como disseram os entrevistados de Corumbá de Goiás.

A **receptividade** dos entrevistados foi diversa, como também a diversidade dos sujeitos. Em sua maioria, eles nos receberam com as mãos abertas, sorriso no rosto, olhares desconfiados, cheiro de trabalho, barulho de máquinas do campo, mãos femininas molhadas, unhas sujas de terra, botas e camisas compridas, os chapéus furados, boas risadas, uma mistura de entrevista com desabafo, tanto dos entrevistados¹⁶⁰ quanto da pesquisadora.

Os **sonhos** da juventude apareceram nos relatos e entrevistas, como a vontade de um deles em desenvolver o criatório de peixes. Diante das condições para permanecer e trabalhar, esses sonhos podem ser esquecidos, amontoados, escondidos, escamoteados e se tornarem algo distante. A mãe com as mãos nas mudas trabalhando e triste por saber que nenhum dos três filhos estará próximo a ela por falta de perspectivas e pelas ideologias urbanas que levarão seus filhos para longe, em um futuro incerto.

O que **difere o movimento Terra Livre do MST na formação** pode estar relacionado a algumas questões. O MST é um movimento mais antigo, consolidado, com aparato maior de recursos, o que reflete conseqüentemente no modo de realizar formação para os quadros, nos encontros e debates que se fortalecem no interior desse movimento. A crise e a falta de apoio aos movimentos sociais atingem todos os movimentos, sejam quais forem, o

¹⁶⁰ Somente uma entrevistada, que não nos recebeu, afirmou que era necessário ligar antes para agendar a visita. Não tiramos sua razão, pelo fato de já se sentirem cansados das perguntas da universidade que não trazem retornos concretos e imediatos a esses trabalhadores.

que nos induz a pensar que, isso interfere diretamente na formação dos sujeitos, Parte dos palestrantes são pessoas dos próprios movimentos ou simpatizantes à causa da Reforma Agrária e que contribuem de alguma maneira. Entretanto, a falta de apoio do estado interfere na mobilização para conseguir ônibus, refeições e questões burocráticas para a realização de eventos, cursos e palestras. Mas questões ideológicas e perseguições também dificulta cada ação do movimento, da formação as ações de ocupação e permanência no campo.

Entretanto, as entrevistas apontadas, descritas e analisadas pontuaram como a formação está para além dos momentos de curso, palestras e debates. Estes apontamentos convergem com as análises teóricas freirianas, de Arroyo e Brandão discutidas neste trabalho. A formação ocorre em muitas instâncias, e cada sujeito a recebe de acordo com sua condição de interpretar e agir sobre a realidade. Os depoimentos de jovens, adultos e idosos, homens e mulheres comprovaram com a participação nestes movimentos sociais do campo são capazes de produzir novos sujeitos históricos.

O **Movimento Terra Livre** é mais recente, com menos recursos financeiros. Percebemos que as lideranças desse movimento têm a necessidade de se vincular a empregos ditos formais para conseguirem o próprio sustento e de suas famílias, dificultando um envolvimento integral com as questões do movimento e acaba interferindo no aspecto formativo também. Isto não significa que, mesmo diante dessa realidade, a formação não aconteça, ocorre com um peso menor que a do MST, com uma estrutura mais local, como os resultados apontados a partir do curso do Pronera, evidenciado nesta pesquisa no município de Faina. Os apontamentos relativos ao Terra Livre trazem abordagens novas aos estudos de movimentos sociais do campo em Goiás.

A pesquisa realizada pontuou diretamente a violência sofrida pelos povos do campo. Os depoimentos colhidos revelaram suas histórias, particularidades, seus saberes, seu cotidiano, seus enfrentamentos, suas contradições. As 60 entrevistas coletadas mostraram parte da identidade, da formação e dos enfrentamentos vivenciados pelo campesinato em Goiás no período de 1980 a 2019. As entrevistas esclareceram como a participação popular ensina e produz formas de resistir nos territórios. E as vivências de cada qual em instâncias distintas se convergem e se comunicavam em alguma medida, o que comprova a tese lançada no início do trabalho.

Muitos geógrafos, historiadores, sociólogos e demais estudiosos já apontaram como o tempo e o espaço são interferem na formação dos sujeitos, na sua forma de perceber o mundo, conduzir a vida e modificar o rumo da história. O que foi dito aqui é uma gota que se soma ao mar da ciência, da pesquisa e do conhecimento. Acreditamos que o esforço em reproduzir as

entrevistas, as análises e as leituras trouxe novos elementos políticos para a compreensão das lutas do campesinato no Brasil e em Goiás. E esta pesquisa é o início de um caminho a ser percorrido, é um estudo de memórias e saberes que se soma à luta destes povos num contexto político nebuloso.

A realização desta pesquisa foi composta de momentos de cansaço, dispersão, dúvidas, inseguranças, ônibus quebrado, carro com farol queimado à noite na saída do assentamento... Este esforço coletivo e a autossatisfação profissional trouxe para a pesquisadora gratificação e aprendizagem. Se não fosse o desejo inicial, as inquietações, a busca, os tropeços, os acertos e erros não chegaria a etapa final. Terminar esta tese sem adoecimento e com um caminho relativamente prazeroso neste percurso de um mundo universitário doentio e competitivo é privilégio de poucos. Agradeço aos que compuseram essa colcha de saberes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A violência do latifúndio moderno colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos**. Goiânia: CPT, 2009. p. 109-118.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CALDART, Roseli *et al.* **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: Edunesp, 2006.
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ALVES, Rubem. **Pedagogia dos caracóis**. São Paulo: Verus, 2011.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ALVES, Amone Inácia. A formação de trabalhadores rurais pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 1, n. 10, p. 91-101, 2011.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, Manoel Correia de. As tentativas de organização das massas rurais – as ligas camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo. In: CLIFFORD, Welch; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Unesp, 2009. p.73-88. (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural).
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16. edição. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano. Economia, urbanização, metropolização**. UFG: Goiânia, 2013.

ARROYO, Miguel González. Trabalho e educação: diversidade e lutas sociais no campo. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n.3. p. 81-93, set./dez. 2012.

ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Unesp, 2011.

BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte e Ciência, 1998.

BARROS, Marcelo *et al.* (Orgs.). **Pelos muitos caminhos de Deus: desafios do pluralismo religioso à Teologia da Libertação**. Goiás: Rede, 2003.

BARKER, Colin. “O movimento como um todo”: ondas e crises. Tradução de Álvaro Bianchi. **Revista Outubro**, n. 22, 2. sem. 2014.

BEISEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2008.

BEISEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Massangana, 2010.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Retratos de assentamentos. **Revista UNIARA**, Araraquara, v. 18, n. 2, 2015.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**. SP: Círculo do livro, 1982.

BETTO, Frei. **A mosca azul: Reflexão sobre o poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 12, n. 14, p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JÚNIOR, João. Associativismo rural e agricultura familiar: o caso de Orizona (GO). **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, p. 137-154, dez. 2004.

BOFF, Leonardo. **O caminhar da Igreja com os oprimidos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOFF, Leonardo. **Nova evangelização: perspectiva dos oprimidos**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BORGES, Elizabeth Maria de Fátima. **Itaçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês**. 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

BORGES, Joyce de Almeida; PIETRAFESA, José Paulo. **Os saberes sociais de lutas coletivas em Goiás a partir dos movimentos camponeses**. In: Do PRODECER ao

MATOPIBA. Consequências da modernização agrícola e as alternativas para o campesinato. Goiânia: Vieira, 2018.

BORGES, Joyce de Almeida; SILVA, Edson Batista da. **As contribuições de Paulo Freire e Miguel Arroyo para uma leitura de educação no/do campo em Goiás na contemporaneidade**. Curitiba: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017.

BORGES, Joyce de Almeida; PIETRAFESA, José Paulo. Uma reflexão acerca dos saberes sociais de lutas coletivas como processo formativo em Goiás. **Revista Territorial**. Goiás. Vol. 5. Nº 2. P. 07-33. jul/dez, 2016.

BORGES, Joyce de Almeida. Experienciando a extensão a partir do curso “Formação política: uma troca de saberes entre a universidade e o campesinato em Itapuranga-GO (2014-2015). **Revista Building the way**. UEG: Itapuranga, 2016.

BORGES, Joyce de Almeida; SILVA, Edson Batista da. A educação do/no campo em Minaçu-Goiás: uma realidade de descaso no cenário educacional brasileiro. Vol 01. Nº 1. Jan/jun. **Revista Elisée**. UEG: Goiânia, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História do menino que lia o mundo**. MST: ITERRA, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Paulo Freire: educação e transformação social**. Recife: UFPE, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Vocações de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 39. n. 138, p. 715-746, set./dez. 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; PESSOA, Jadir de Moraes. **Os rostos do Deus do outro. Mapas, fronteiras, identidades e olhares sobre a religião no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular: Algumas lembranças de cinquenta anos atrás e algumas perguntas para os dias de agora**. (Texto não publicado).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Da educação fundamental ao fundamental na educação**. (Texto não publicado).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caminhos cruzados: formas de pensar e realizar a educação popular na América Latina**. (Texto não publicado).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação pública, educação alternativa, educação popular e educação do campo: Caminhos e convergências, desvios e divergências.** (Texto não publicado).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde: escritos sobre educação popular ontem e agora.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. **Lei n. 9394/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: DOU, 1996.

BRASIL. **Diretrizes operacionais para a educação básica das Escolas do Campo.** Brasília, DF: CNE/MEC, 2002.

BRIGNOLI, Héctor Pérez. **América Central: da colônia à crise atual.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRUM, Argemiro Jacob. **A modernização da agricultura: Trigo e soja.** Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUNI, José Carlos. O silêncio dos sujeitos. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.1, p. 7, 1989.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 2003.

CADERNO DE ESTUDOS ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **Gramsci e a formação política.** Coletivo Pedagógico da ENFF, 2012.

CALÇA, Manoel. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 1, fev. 2010.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Discutindo o paradigma da questão agrária: o movimento desigual e contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. **Revista Entre Lugar**, Dourados-MS, n. 3, p. 17-34, 2011.

CÂMARA, Dom Hélder. **Evangelho com Dom Hélder.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados. Mapas da interculturalidade.** Tradução: Luiz Sérgio Henriques. RJ: UFRJ, 2005.

CANUTO, Antônio; FERNANDES, Frei José; SILVA, Cristiane. (Orgs). **Dom Tomás é terra e dignidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. **Conflitos no Campo. Brasil.** Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: UFG, 1988.

CARVALHO, Horácio Martins de. Camponeses e a necessária busca do tempo perdido. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 100, abr. 2016.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Revista Sem Terra**, Piratininga, p. 33-44, jul. 2013.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARVALHO, Rosa de Fátima P. de; CARVALHO, Osvaldo, P. de. Evolução do trabalho: das comunidades pré-industriais às pós-industriais. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 1, n. 2, jul./dez. 2006.

CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1997.

CHAVEIRO, Eguimar F. **Goiânia: uma metrópole em travessia**. 2001. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.

CPT. **Conflitos no campo no Brasil**. CPT Nacional, 2015.

COÊLHO, Ildeu Moreira. **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia**. Goiânia: PUC Goiás, 2009.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988**. Organizadores: SAUER, Sérgio. [et al.] Brasília: Dex-Unb, 2015.

CONCHEIRO-BÓRQUEZ, Luciano; BERLANGA, Héctor Robles. Tierra, territorio y poder a cien años de la reforma agraria en México: Lucha y resistencia campesindia frente al capital. In: ALMEYRA, Guillermo; CONCHEIRO-BÓRQUEZ, Luciano (Coord.). **Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)**, v. III. Buenos Aires: Ediciones Continente/Clacso, 2014. p. 181-220.

CONCHEIRO-BÓRQUEZ, Luciano; BERLANGA, Héctor Robles. El “*buen vivir*” en México: fundamento para una perspectiva revolucionaria? In: DELGADO-RAMOS, Gian Carlo (Coord.). **Buena vida, buen vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad**. México: UNAM (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades), 2014.

CORA CORALINA. **Poemas dos Becos de Goiás e estórias mais**. 23. ed. São Paulo: Global, 2006.

COSTA, Edmundo Rodrigues. **Conflitos no Campo Brasil**. v. 1. Goiânia: CPT Nacional, 2014. p. 70-76.

COSTA, Ismar da Silva. **Guerra simbólica na fronteira: religião e política em Itapuranga-GO (1950/2000)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2012.

CRHISTOFFOLI, Pedro Ivan. Produção pedagógica dos movimentos sociais e sindicais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Educação do Campo e Pesquisa e reflexão: questões para reflexão**. v.1. Brasília: MDA, 2006. p. 94-102.

CRUZ, José Adelson da. Movimentos sociais e práticas educativas. **Revista Inter-ação**, Goiânia, p. 175-185, jul./ dez. 2004.

DELGADO, Guilherme. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista Reforma Agrária**, edição especial, p. 61-68, jul. 2013.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário/MDA, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DOMINGUES, José Maurício. **Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudios Sociales y Políticos/CLACSO, 2007.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula; cooptação e resistência. In: Movimientos sociales y gobiernos em la región Andina. Resistencias y alternativas- lo político y lo social. **Revista do Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales**, ano VII, n. 19, enero/abr. 2006.

DUARTE, Élio Garcia. **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás**. 1998. 484 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DUSSEL, Enrique D. **Método para uma Filosofia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Edição do Autor, 1998.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Posseiros e invasores: propriedade e luta pela terra em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 71, 2016.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 365-392, jul./dez. 2011.

FELDMANN, Marina Graziela; PEREIRA, Ana Lúcia Nunes. Educação popular na contemporaneidade: outras possibilidades. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 2, p. 10-20, jul./dez. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia dos territórios**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Elienai Constantino; WELCH, Clifford Andrew. **O uso das terras no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. p. 1-8. Disponível em: www.culturavozes.com.br. Acesso em: 10 ago. 2015.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA JÚNIOR, Laerte Guimarães. A expansão da fronteira agrícola e a mudança de uso e cobertura da terra no Centro Sul de Goiás entre 1975-2010. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 116-138, ago. 2013.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do Cristianismo**. Tradução de José da Silva Brandão. Petrópolis: Vozes, 2007.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: PGDR, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCO, Maria Amélia S; GHEDIN, Evandro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 17, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Tradução de Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Paulo Freire: um educador do povo**. São Paulo: MST, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e terra, 2014.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Editora, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L & PM, 1971.

GALVÃO, Andreia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 32. p. 107-126, 2011.

GARSKE, Lindalva Maria Novais. **Educação escolar no MST**: intencionalidades pedagógicas e políticas. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

GERAB, Jorge; ROSSI, Valdemar. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade do campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Orgs.). **História social do campesinato no Brasil – lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014.

- GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, jul./dez. 2009.
- GOMES, Horieste. **Cela 14. Militância, prisão e liberdade**. Goiânia: Editora do Autor, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Análise das situações: correlações de forças**. 2010. 7 p. Disponível em: <http://www.fundacaolaurocampos.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. **Revista Contexto e Educação**, Ijuí, ano 1, n. 4, p. 47-59, out./dez. 1996.
- GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)**. Goiânia: UFG, 2014.
- GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Brasília: Via Campesina, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Paris: França, 1968.
- HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, David. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito: Editorial IAEN, 2014.
- HOBBSBAWM, Eric. J. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, Atílio; GONZÁLEZ, Sabrina (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, 2006.
- HOUTART, François. **A Igreja na revolução da América Latina**. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

IANNI, Octávio. **O jovem radical. Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

IANNI, Octávio. **O imperialismo e a cultura.** Petrópolis: Vozes, 1976.

IANNI, Octávio. **A utopia camponesa.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 9, São Paulo. **Anais.** São Paulo: PUC, 2004.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** Tradução de Maria Elisa Cevasco. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

JORNAL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Edição extra. n. 42. n. 233.

KORSCH, Karl. **Marxismo e Filosofia.** Tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista.** Espanha: Madri, 1985.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória.** Tradução: Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEMES, Kátia da Costa; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Produção familiar em Orizona (GO): desafios e perspectivas frente à modernização agrícola. **Espaço em Revista**, Catalão, n. 2, v. 13, p. 150-169, jul./dez. 2011.

LESSA, Sérgio. **Introdução à Filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Antônia Jesuíta de; ARAÚJO, Nayra Veras. Melucci e Tarrow: revisão teórica sobre movimentos sociais. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 25, jul. 2010.

LIMA, Delcio Monteiro de. **Os demônios descem do norte.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

LOUREIRO, Valderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política.** Goiânia: CEGRAF, 1988.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. **As utopias de Michael Löwy. Reflexões sobre um marxista insubordinado.** São Paulo: Boitempo, 2007.

LÚA, Graciela Flores; SARMIENTO, Luisa; SARMIENTO, Sergio. **Las voces del campo: movimiento campesino y política agraria 1976-1984.** México: Siglo Veintiuno Editores, UNAM, 1988.

MAIA, Cláudio Lopes. Movimentos sociais na fronteira-um estudo de caso: Trombas e Formoso 1950/1960. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, Londrina. **Anais.** Londrina: ANPUH, 2005.

MAIA, Cláudio Lopes. **Os donos da terra: a disputa pela propriedade e o destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso.** 2008. 275 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2008.

MAIA, Lucas. **As classes sociais em *O Capital*.** Minas Gerais: Virtualbooks, 2011.

MARCOS, Valéria de. **Comunidade sinsei (u)topia e territorialidade.** 1996. 433 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária: questão de terra ou de gente?** São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Revista Sociologia**, São Paulo, p. 25-70, maio 1996.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1986.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Roberto de Souza; ROCHA, Eliana do Pilar. Terra e território faxinelense no Paraná: notas sobre a busca de reconhecimento. **Campos Revista de Antropologia**, Curitiba, n. 8, p. 209-212, 2007.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.107-140.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Vol. II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl. **O Capital.** 5. ed. São Paulo: Abril, 1983.

MARX, Karl. Rascunhos da carta a Vera Sassulitch. Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Bezerra. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 22, n. 2, p.10-14, jul./dez. 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. In: _____. **Textos**. São Paulo: sociais. Sqd. p.13-47.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Cláudio Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. 4. ed. São Paulo: Global, 1984.

MATOS, Alderi Souza de. **Caminhada cristã na história**. Minas Gerais: Ultimato, 2005.

MEDELLÍN, Conclusões de. **II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano**. Porto Alegre: Metrópole, 1968.

MEDEIROS, Rejane Cleide. **Práxis política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)-TO: trajetória de organização e formação política**. 2017. 231 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MEDEIROS, L. S.; VIANA, G.; PORTO, C.A. (Coords.). **Relatório final: Violações de direitos no campo – 1946 a 1988**. Relatório da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), Brasília, Senado Federal, 2014 (Relatório de pesquisa) – Disponível em: <http://www.contag.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2018.

MEIHY, Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2004.

MENEZES NETO, Antônio Júlio de. Sindicalismo e tecnologia a pedagogia política no mundo do trabalho rural. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 0, jul./dez. 1996.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia ideologia e ciência social. Ensaio de negação e afirmação**. Tradução: Laboratório do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

MESQUITA, Helena Angélica de. Espaço agrário brasileiro: inclusão e exclusão social. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 28, n. 1. jan./jul. 2008.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba**. 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Igreja, campesinato e luta pela terra no Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13, Costa Rica. **Anais**. Costa Rica: Universidad Nacional, 2011.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução de Paola Nosella. Recife: Massangana, 2010.

MOREIRA, Alberto da Silva. **Religião, transformações culturais e globalização**. Goiânia: PUC, 2011.

MOREIRA, Alberto da Silva. Contribuições da Teologia da Libertação para os movimentos sociais. **Revista Caminhos**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 37-55, jul./dez. 2012.

MOREIRA, Parcival. **Grito sem eco**. Inhumas: Prefeitura Municipal de Inhumas, 2001.

MOREIRA, Ruy. **Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MOURIAUX, René. O movimento social europeu entre sucessos parciais e impotência. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 32. p. 107-126, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no Campo: crime e impunidade**. 1964-1986. 2. ed. São Paulo: Global, 1987.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo e Escola Família Agrícola de Goiás: o caminhar da teimosia de um movimento social educativo**. (Texto não publicado).

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, Cristina. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. **Revista de Sociologia: Problemas e práticas**, Lisboa, n. 75, p. 131-147, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate nos anos 90**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; BALDUÍNO, Dom Tomás *et al.* **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação para adultos.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa**, Lisboa, n. 2. p. 4-23, 2007.

PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Educação e formação política:** um estudo analítico e institucional da Fundação Nativo de Natividade. 1999. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PESSOA, Jadir de Moraes. A terra na construção simbólica. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 1, n.1. Goiânia: IFITEG, 1991.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa.** Goiânia: Editora da UFG, 1999a.

PESSOA, Jadir de Moraes. Aprender e ensinar no cotidiano de assentados rurais em Goiás. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, jan./fev. 1999b

PESSOA, Jadir de Moraes. **A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel.** Campinas, SP: Alínea, 1999c.

PESSOA, Jadir de Moraes. (Org.) **Educação e ruralidades.** Goiânia: UFG, 2007.

PIETRAFESA, José Paulo. Orizona no contexto regional e nacional. In: _____. **A grande travessia:** Agricultura familiar e qualidade de vida. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002.

PIETRAFESA, José Paulo; PIETRAFESA, Pedro. Terra, ocupação e posse: novos desafios aos movimentos sociais frente à ação do capital agrário. Nova ruralidade e o modelo de desenvolvimento no bioma Cerrado: as várias marchas para o Oeste do Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau-SC, n. 3, p. 73-92, 2015.

PIETRAFESA, José Paulo. Protagonismo camponês em conflitos agrários no Brasil contemporâneo: a necessária consolidação de hegemonias. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 40, Caxambu. **Anais.** Caxambu: Anpocs, 2016.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PISTRAK, M. M. **A escola comuna.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRIORI, Angelo. Populações tradicionais, camponeses e trabalhadores rurais sem terra: diálogos, trajetórias e mudanças. **Diálogos**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 105-115, 2013.

QUEIROZ, João Batista P. **O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás.** 1997. 279 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

QUIJANO, Aníbal. **El movimiento indígena y las cuestiones pendientes en América Latina.** São Paulo: Estudios Internacionales, 2004.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/ CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **“Bien vivir”:** entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, n. 122, mayo 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RECLUS, Élisée. A origem da família, do estado e da propriedade. In: _____. **Geografia.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1985.

RESENDE, Anita Cristina A. O processo de individualização: alienação do homem. **Revista Estudos**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 201-215, jan. 2003.

REVERS, Isidoro. **Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Goiás 1973-1993:** concepção e prática sindical a partir da Ação Pastoral da Igreja. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês. Trabalho e educação. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Educação e formação: bandeiras de luta para um movimento social. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 201-217, set./dez. 2012.

ROCHA, Ana Cláudia; RODRIGUES, Andreia K. de S. **Mãpok, vida e memória de um brasileiro: Sebastião Rafael Gontijo.** Monografia: UEG, 2009.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **“Enraizamento de esperança”:** as bases teóricas do Movimento de Educação de Base em Goiás. 2008. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2008.

ROSA, Geraldo Antônio da. **O Contestado:** a práxis educativa de um movimento social. São Paulo: Mercado das Letras, 2011.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. Educação e movimentos sociais: avanços e recuos entre o século XX e o século XXI. **Educação em Revista**, Marília, v.12, n. 2, p. 145-162, jul./dez. 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O discurso da origem da desigualdade**. Tradução de Maria Lacerda de Moura. Edição digital. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 5 jan. 2018.

SALGADO, Suzane L. Educação e formação: bandeira de luta para um movimento social. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 207-217, set./dez. 2012.

SANTOS, Ana Michelle Ferreira Tadeu. O doce amargo na superexploração do trabalhador canavieiro no município de Itaberaí. **Revista Visão Acadêmica**, Cidade de Goiás, abr. 2012.
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia A. de. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia A. de. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; BRUMER, Anita. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais**. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 9, p. 49-72. jul./dez. 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAUER, Sérgio; SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. Violência, repressão e resistências camponesas: reflexões e (re)construções a partir da Comissão da Verdade. Retratos de assentamentos. **Revista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural**, Uniara-SP, 1994.

SAUER, Sérgio. Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. (Orgs.) **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés. (Orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 36, ago. 2010.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João. A reforma agrária assistida pelo “mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, 2011.

SAUER, Sérgio. A política agrária no governo Lula (2003-2010): compromissos e embates na política agrária e agrícola. In: MATTEI, Lauro. (Org.) **Reforma Agrária no Brasil: trajetórias e dilemas**. Florianópolis: Insular, 2017.

SAUER, Sérgio. **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição e cooperação no sul global**. SP: outras expressões, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: UFSC, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p.13-35, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p.109-130, jan./abr. 2006.

SCHLESENER, Anita Helena. As novas condições de subalternidade. In: _____. **Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. p. 135-149.

SCOLESI, Eduardo. **A Reforma Agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005.

SEONI, José; TADDEI Emilio; ALGRANATI, Clara. **El concepto “movimiento social” a la luz de los debates y la experiencia latinoamericana recientes**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O projeto político-pedagógico: uma saída para a escola. IN: AEC – **Para onde vai a escola?** V. 27, n. 107. Abril/jun. Brasília: ACE, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. SP: EPU, 1986.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Russia 1910-1925)**. Tradução de Fernando Andrada Tapia. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma disputa marxista. **Revista Nera, Presidente Prudente**, ano 8, n. 7, p.1-21, jul./dez. 2005.

SILVA, Ana Cristina da. **Território e significações imaginárias no pensamento geográfico brasileiro**. Goiânia: UFG, 2013.

SILVA, Claudinei Fernandes Paulino da. A teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs em diálogo com Dostoiévski: uma análise sociológica religiosa a partir da literatura. **Revista Theos**, Campinas, v. 5, n. 2, dez. 2009.

SILVA, Edson Batista da. **Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente (1970-2015)**. 2018. 526 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2018.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SILVA, José Graziano da. **O que é a questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

SILVA, José Santana. **O sindicalismo rural em Goiás e a Fetaeg: das origens ao fim da oposição sindical (1963-1992).** 2014. 314 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2014.

SILVA, Leonardo Melo. Gramsci: do social ao político. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 56, p. 281-296, maio/ago. 2009.

SILVA, Valtuir Moreira da. **Trabalhadores rurais de Itapuranga: experiências da resistência e organização (1970-80).** 2001. 179 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Conocer desde el sur: para uma política emancipatória.** Peru: Faculdade de Ciências Sociais, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política.** SP: Cortez, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOUZA JÚNIOR, Justino. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital.** São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

SOUZA, Francilane Eulália de; COELHO, José Braga; BORGES, Joyce de Almeida. **Do assentamento do Mosquito ao assentamento Serra Dourada- a luta pela conquista e permanência na terra no município de Goiás (1984-2005).** Cidade de Goiás: UEG, 2005. (Relatório do Projeto de Pesquisa)

SOUZA, Francilane Eulália de. **As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumento para a valorização do território do camponês?** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SOUZA, Luciano Ricardio. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pruriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 8, n. 67, p. 231-249, julho/diciembre, 2011.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Do Vaticano II a um novo concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a igreja.** São Paulo: Loyola, 2004.

STEFANO, Daniela; Mendonça Marisa Luisa. (orgs) **Direitos Humanos no Brasil 2015:** relatório da Rede Social de Justiça e direitos humanos. SP: outras expressões, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STÉDILLE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SVAMPA, Maristella. Movimientos sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios en América Latina. El cambio de época. **Revista OneWorld Perspectivas**, Alemanha: Editorial Board, 2010.

SUZUKI, Júlio César; NABARRO, Sérgio Aparecido. **A renda da terra nos autores clássicos.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16. **Anais.** Porto Alegre: UFRS, 2010.

TALGA, Dagmar Olmo. **Comunicação e luta pela terra em Goiás:** estudo a partir do acampamento Dom Tomás Balduino. 2017. 247 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. Tradução: Ana Maria Sallum. RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil:** continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMAZ JÚNIOR Antonio; MENDONÇA, Marcelo R. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. **Boletín del Instituto de Geografía**, México, n. 55, p. 97-121, 2004.

THOMAZ JÚNIOR Antonio *et al.* **Geografia e trabalho no século XXI.** Presidente Prudente: Centelha, 2012.

THOMPSON, A. **Recompondo a memória:** questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I:** a árvore da liberdade. Tradução de Denis Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TORRES, Carlos; MORROW, Raymond. Gramsci e a educação popular na América Latina. Percepções do debate brasileiro. **Revista Currículo sem Fronteiras**, Canadá, v. 4, n. 2, p. 33-50. jul./dez. 2004.

TOURAINÉ, Alan. **Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina.** Tradução de Iraci Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

TOURAINÉ, Alan. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

VAKALOULIS, Michel. Antagonismo social y acción colectiva. **Revista Osal**, Chile: CEME, 2000.

VASCONCELLOS, Lauro de. **Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo.** Goiânia: UFG, 2013.

VENDRAMINI, Célia Regina. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: Questões para reflexão.** Brasília: MDA/MEC, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Resistência, luta de classe e movimentos sociais na América Latina: dinâmicas contemporâneas.** Tradução de Pedro Pietrafesa. Goiânia: UCG, 2017.

VERGÉS, Armando Bartra. **Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de um continente colonizado.** Bolívia: Edições La Tierra, 2011.

VIANA, Nildo. **A pesquisa em representações cotidianas.** São Paulo: Chiado Editora, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista RESR**, Pato Branco-PR, v. 52. Supl. 1, p. 25-44, 2015.

WEBER, Max. **A ética protestante do capitalismo.** São Paulo: Biblioteca Pioneira das Ciências Sociais, 1992.

XAVIER, Glauber Lopes. Ruralidades e urbanidades: tempos e espaços na vida cotidiana dos “boias-frias” - Goianésia, Goiás. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 24-46, ago. 2011.

Sites

ACERTO DE CONTAS. Disponível em: acertodecontas.blog.br. Acesso em: 4 ago. 2017.

ADUSP. Disponível em: <http://www.adusp.org.br>. Acesso em: 12 ago. 2017.

ARENDDT, Hannah. **Da violência.** Tradução de Maria Cláudia Drummond. 1970. Disponível em: www.sabotagem.revolt.org. Acesso em: 5 fev. 2019.

BRASIL DE FATO. Disponível em: www.brasildefato.com.br. Acesso em: 5 jan. 2019.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Disponível em: cimi.org.br. Acesso em: 12 out. 2018/ 8 jan. 2019.

CONTRAF BRASIL. Disponível em: <http://contrafbrasil.org.br>. Acesso em: 12 ago. 2017.

CPT. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: 5 fev. 2017.

DADOS E TEXTOS SOBRE A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: www.reformaagrariaemdados.org.br. Acesso em: 2 nov. 2017.

DIOCESE DE GOIÁS. Disponível em: www.diocesedegoias.org.br. Acesso em: 12 jul. 2017.

DIREITOS HUMANOS NA INTERNET. Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 12 out. 2018.

Fetaeg.org.br. Acesso: 16 de julho de 2019.

FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 4 ago. 2017.

INCRA. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 4 ago. 2017.

INCRA GOIÁS. incragoias.wordpress.com. Acesso em: 7 jun. 2018.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Disponível em: www.paulofreire.org. Acesso em: 11 ago. 2016.

JORNAL DO TOCANTINS. Disponível em: jornaldotocantins.com.br. Acesso em: 24 out. 2018.

MISSIONÁRIOS COMBONIANOS. Disponível em: www.combonianos.org. Acesso em: 5 jul. 2017.

MST- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 2 nov. 2018.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Disponível em: nacoesunidas.org. Acesso em: 8 jan. 2019.

O ESTADÃO. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br>. Acesso em: 21 abr. 2017.

OVER MUNDO. Disponível em: www.overmundo.com.br. Acesso em: 24 out. 2018.

PNUD BRASIL. Disponível em: www.br.undp.org. Acesso em: 12 mar. 2017.

REDE GLOBO. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em: 8 jan. 2019.

REVISTA CAROS AMIGOS, ano XIX, n. 240, mar. 2017. Disponível em: www.carosamigos.com.br. Acesso em: 20 jul. 2017.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. Disponível em: super.abril.com.br. Acesso em: 20 jul. 2017.

TERRA LIVRE: MOVIMENTO POPULAR DO CAMPO E DA CIDADE. Disponível em: www.terralivre.org. Acesso em: 12 out. 2018.

ÚLTIMO SEGUNDO. Disponível em: ultimosegundo.ig.com.br. Acesso em: 5 jul. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Disponível em: www2.fct.unesp.br. Acesso em: 12 mar. 2019.

Reportagens

ASSASSINATO no campo: fazendeiro Venâncio Ferreira Lima. Goiânia: CPT, 1986. p. 1. Disponível em: www.cptnacional.org.br/http://goo.gl/TJ10. Acesso em: 5 fev. 2017.

ATENTADO contra Pe. Francisco Cavazzuti. **Caminhada**, Goiás, n. 136, jul./ago. 1987, p. 1. Disponível em: www.cptnacional.org.br/http://goo.gl/TJ10. Acesso em: 5 de fev. 2018.
FAMÍLIA de posseiro ameaçada de morte. **O Plantador**, Goiânia, n. 12, p. 1, nov.1987. Disponível em: www.cptnacional.org.br/http://goo.gl/TJ10. Acesso em: 5 fev. 2018.

FREI Marcos é agredido. **Caminhada (Diocese de Goiás)**, n. 23, maio/jun. 1984. Disponível em: www.cptnacional.org.br/http://goo.gl/TJ10. Acesso em: 5 fev. 2017.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Acampamento Dom Tomás Balduino: um símbolo nacional pela reforma agrária. Disponível em: <http://www.org.br/15/02/2015>. Acesso em: 24 dez. 2016.

TIÃO da Paz assassinado (nota de falecimento). Goiânia: CPT, 1984. p. 1. Disponível em: www.cptnacional.org.br/http://goo.gl/TJ10. Acesso em: 5 de fev. de 2017.

23 de outubro de 1986. **O Plantador (CPT-Centro Sul)**, Goiânia, p. 1-2, nov./dez.1986. Disponível em: www.cptnacional.org.br/http://goo.gl/TJ10. Acesso em: 5 fev. 2018.

Documentos em anexo¹⁶¹

Anexo 1- Convocação de Assembleia Geral aos trabalhadores rurais de Itapuranga pelo sindicato. Pauta- reivindicações descontos sindicais aos trabalhadores canavieiros.

Anexo 2- Cartilha de alfabetização. Sindicato de Itapuranga-GO. Não consta ano. (Arquivos do Curso de História da UEG/Itapuranga).

Anexo 3- Carta dos posseiros narrando o caso do Córrego da Onça em Itapuranga (GO).

Anexo 4- Boletim Diocese de Goiás. Goiás. n. 90, 1976.

Anexo 5-Boletim Diocese de Goiás. Ano XII, n. 108, dez. 1979.

Anexo 6- Boletim Diocesano. Ano XX, n. 136, jul./ago. 1987.

Anexo 7-Avaliação Diocese de Goiás. 1979.

Anexo 8-Boletim Diocese de Goiás. Ano XIII, n. 109, maio 1980.

Anexo 9-Caminhada. Diocese de Goiás. Ano XX, n.144. jan./fev. 1989.

Anexo 10- Carta da Diocese em apoio à luta pela terra nos municípios de Itapuranga e Fazenda Nova.

Anexo 11- Roteiro de entrevista a lideranças dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

Anexo 12- Roteiro de entrevista a lideranças de movimentos sociais.

Anexo 13-Roteiro de entrevista a lideranças de assentamentos.

Anexo 14- Roteiro de entrevista a lideranças religiosas.

¹⁶¹Desconsiderar a enumeração dos anexos que está digitalizada nos documentos. A numeração correta é a digitada na parte externa dos documentos.

Anexo 01 Convocação de Assembleia Geral aos trabalhadores rurais de Itapuranga pelo sindicato. Pauta- reivindicações descontos sindicais aos trabalhadores canavieiros.

Anexo 04



Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga
MTPS - 336035/72

SEDE PRÓPRIA: Rua Dr. Olavo Bilac Marinho nº 1.020 - Centro - FONE: (62) 3355-1215
 Cep: 76.680-000 - ITAPURANGA - Goiás

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital, o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAPURANGA, nos termos de seus Estatutos Sociais, convoca todos(as) os(as) trabalhadores(as) empregados(as) rurais do setor sucroenergético de sua base territorial, englobando, entre outras, as funções empregadas no preparo do solo para o plantio, plantio de cana, irrigação, colheita manual e mecanizada da cana, incluindo, entre outras, as funções de cortadores de cana para moagem e para plantio, plantadores de cana, capinadores e tratadores culturais da cana, aplicadores de agrotóxicos, catadores de bituca, empregados na irrigação nas lavouras de cana, apontadores, ajudante geral agrícola, auxiliar agrícola ou auxiliar no campo, serviços gerais agrícolas, auxiliar de bombeiro agrícola, operador de máquinas agrícolas, operador de colheitadeiras, lavadores de máquinas agrícolas, lubrificadores de máquinas agrícolas, coletadores de amostra de cana e controle agrícola, apontadores de produção agrícola, líderes de produção agrícola, líderes de campo, líderes de brigada de incêndio, topógrafo, técnicos agrícolas, encarregados rurais e demais empregados rurais na atividade sucroenergética, para participarem de ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a se realizar no dia 12 De Fevereiro de 2016, na rua 47 nº 1020 centro no Salão Santo Dias, com início às 18:00 horas, em primeira convocação, e às 18:30 horas em segunda e última convocação, para deliberarem sobre a seguinte pauta:

1. Discussão e deliberação sobre as propostas dos trabalhadores a comporem a pauta de reivindicações, após unificação em assembleia estadual, visando a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Canavieiro – 2016/2017;
2. Deliberação sobre a realização da greve para o caso de frustração das negociações da Convenção Coletiva;
3. Deliberação sobre a Contribuição Assistencial, a ser descontada dos empregados rurais do setor canavieiro sindicalizados, nos termos da legislação e orientação jurisprudencial (Precedente Normativo nº 119 do TST) vigentes, referente a 2016.
4. Outros assuntos de interesse da categoria.

Itapuranga-GO, 01 de Fevereiro de 2016.

Generosa Ferraz da Silva
 Generosa Ferraz da Silva (Presidente do STR de Itapuranga)

SINDICATO DOS TRABALHADORES
 RURAIS DE ITAPURANGA
MTPS - 336035/72
 Rua 47 nº 1020 - Centro - CEP 76.680-000
 Fone: (62) 3355-1215 - Itapuranga - GO

Generosa Ferraz da Silva
 - Presidente -

Anexo 02- Cartilha de alfabetização. Sindicato de Itapuranga (GO). Não consta ano. (Arquivos do Curso de História da UEG/Itapuranga).

Anexo 05

Sindicato



sin-di-ca-to

sindicato

sin	sa se si so su
di	da de di do du
ca	ca - - co cu
to	ta te ti to tu
	an en in on un

sin	sa	se	si	so	su
di	da	de	di	do	du
ca	ca	-	-	co	cu
to	ta	te	ti	to	tu
	an	en	in	on	un

SINDICATO

SIN	SA SE SI SO SU
DI	DA DE DI DO DU
CA	CA - - CO CU
TO	TA TE TI TO TU
	AN EN IN ON UN

Anexo 02-Cartilha de alfabetização. Sindicato de Itapuranga (GO). Não consta ano. (Arquivos do Curso de História da UEG/Itapuranga).

Chuva



chu - va

chuva

chu cha che chi cho chu
va va ve vi vo vu

chu cha che chi cho chu
va va ve vi vo vu

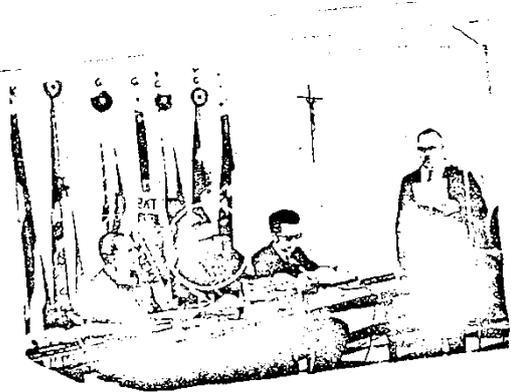
CHUVA

CHU CHA CHE CHI CHO CHU
VA VA VE VI VO VU

Handwriting practice lines consisting of multiple horizontal lines for writing practice.

Anexo 02- Cartilha de alfabetização. Sindicato de Itapuranga (GO). Não consta ano. (Arquivos do Curso de História da UEG/Itapuranga).

governo



go-ver-no

Governo

go	ga	-	-	go	gu
ver	va	ve	vi	vo	vu
no	na	ne	ni	no	nu
	ar	er	ir	or	ur

go	ga	-	-	go	gu
ver	va	ve	vi	vo	vu
no	na	ne	ni	no	nu
	ar	er	ir	or	ur

GOVERNO

GO	GA	-	-	GO	GU
VER	VA	VE	VI	VO	VU
NO	NA	NE	NI	NO	NU
	AR	ER	IR	OR	UR

Anexo 03- Carta dos posseiros narrando o caso do Córrego da Onça em Itapuranga (GO).

Anexo 06

POSSEIROS DO CÔRREGO DA ONÇA

ITAPURANGA (GO)



Nós, mais de trinta (30) famílias de posseiros do Córrego da Onça, estamos sendo intimados com ordem do juiz, com prazo marcado até 03 de setembro / próximo, para entregar nossas terras ao fazendeiro - Fiote Caiado. Nós temos direito a esta terra pelo usucapião.

Moramos aqui há muitos anos, alguns até 50 anos. Encontramos esta terra abandonada, pegamos cada um uma posse e fizemos muitas benfeitorias nela.

De uns tempos pra cá, o Fiote Caiado, dizendo-se dono da terra, entrou na lei para tocar demanda com nós. Em 1974 demos uma procuração ao advogado Warner Carlos Prestes para defender nossos direitos. Nós confiamos nele e ele simplesmente nos enganou, entregando nossas terras ao fazendeiro.

Diante da ameaça de despejo nós mesmos resolvemos defender nossa terra. Para isso precisamos da ajuda de todos.

C O N V I D A M O S todos aqueles que estão do nosso lado para / participar de uma concentração, 5ª feira, dia 28 de agosto, às 2hs. da tarde, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Muito agradecido,

os Posseiros.

Anexo 04- Boletim Diocese de Goiás. Ano XII, n. 108, dez. 1979.

Anexo 04

BOLETIM

DIOCESE de GOIÁS - ANO - XII

DEZEMBRO - 1979 - Nº 108

O NATAL HOJE

Irmãos,

O Natal está acontecendo hoje no meio de uma das maiores crises econômicas do século. Ela é tão forte que está abalando grandes potências no mundo e entre nós está desmoralizando e desmantelando o Governo e seu Ministério.

Se a gente procurar as raízes deste mal enxergará que ele não é o resultado de nenhum terremoto universal, nem de seca geral no mundo. É, sim, o fruto podre da ganância, da dominação e do louco autoritarismo dos pretensos donos do poder.

O pior é que, como sempre, quem paga o preço maior da crise são os pobres. Os países pobres pagam pelos países ricos e em cada país os que pouco ou nada têm pagam pelos que têm tudo. Por exemplo: As fábricas despacham os operários, as fazendas expulsam os lavradores, o governo exonera os funcionários. A grande empresa toma as terras dos Índios. Quando o bolo diminui mandam embora os que precisam de comer.

É bem assim que está acontecendo neste Natal.

E qual é a Boa Nova de Jesus para estes nossos dias? Vejam, Jesus fez duas opções: uma opção radical pelo pobre e uma opção radical pela libertação. Ele é chamado o Salvador e é de fato. A salvação universal que ele nos traz e quer que levemos adiante passa necessariamente pelo pobre e visa libertar a todos da prisão, da cegueira, da opressão. Este Natal está acontecendo numa crise pesada demais para o pobre, mas está acontecendo também na sua libertação. Vai aumentando a iniquidade dos Faraós, mas aumenta também a luta dos Moisés do povo que vão ficando cada vez mais conscientes e tendo maior audiência



Cantemos, pois, ao Senhor pelo seu Natal de hoje. Natal de sofrimento e de esperança. Natal de crise e de libertação.

Tomás, bispo de Goiás.

ACONTECEU NA DIOCESE

NOVENA DE NATAL

A novena de Natal deste ano foi elaborada a partir das sugestões enviadas pelas bases. Ficou muito boa e já está esparramada por todos os lugares.

Cada município fez suas reuniões com representantes de todos os patrimônios e côregos e discutiu sobre o jeito de celebrar o natal de 1979.

Muitos depoimentos foram colhidos mas não é possível escrever o jeito que cada um vai usar para celebrar, porque a criatividade do povo é muito grande.

Uns vão encenar fatos da vida ao lado do fatos do evangelho, outros vão acrescentar outros temas de acordo com sua realidade, vão repartir os dias da

novena pra fazer nos grupos e na Igreja.

Na roça vão fazer os primeiros dias nos grupos e no fim vão reunir os grupos mais vizinhos e celebrar juntos. Outros ainda vão apresentar em forma de teatro, mostrando como Jesus Cristo nasce hoje no meio de nós, mostrando todas as dificuldades que o povo enfrenta para nascer e sobreviver numa sociedade de tanta desigualdade que vem agredindo a natureza humana em todos os sentidos.

O natal será a celebração, da caminhada do povo na sua luta pela libertação, assim como fez Jesus que veio ao mundo, se encarnou na vida e no sofrimento do povo para poder libertá-lo.

CURSO DE CAPACITAÇÃO BÍBLICA

Realizou-se no COM - Centro de Orientação Missionária, em Caxias do Sul, no mês de novembro, mais um curso de Capacitação Bíblica, organizado pelo CEBI, de Angra dos Reis. Foi o segundo curso de um mês, dirigido por Carlos Mesters.

Havia representantes de 25 dioceses do Brasil, 42 agentes, todos engajados com a caminhada de libertação do povo.

O objetivo do curso fixado pelos participantes foi: A partir do povo oprimido fazer uma releitura da Bíblia, em vista da libertação.

Da diocese, estava Nadir que voltou animadíssima com o curso, que foi rico em aprofundamento, troca de experiências e entrosamento. Além dos brasileiros natos ou naturalizados, 10 países participaram do curso. Três Uruguaios que deram ótima contribuição.

3º ENCONTRO DE AGENTES

Mais uma vez em 79 (3a. vez), todos os agentes da Diocese reuniram-se para estudar e aprofundar alguns assuntos. Esta vez foi com a orientação de Frei Mateus' Rocha com o tema: JESUS E SUAS REPRESENTAÇÕES, subdividido nos seguintes títulos:

- Introdução
- Confronto com os Evangelhos
- Problema da Releitura
- O Cânculo Hermenêutico
- As representações Cristológicas
- O Senhor Nato

.3.

- Salvador das almas
- O fundador da Igreja
- O Revolucionário Político
- E uma conclusão.

O conteúdo foi ótimo e clareou muita coisa para a nossa prática. É evidente que ainda ficou muita coisa a ser aprofundada e muita dúvida a clarear. Nas bases vamos reunir companheiros para continuar o estudo.

Outros encontros para 80 já estão programados. O próximo será para 4 a 8 de março, cujo tema será: RELIGIOSIDADE POPULAR, com Eduardo Hoornaert.

ESCOLA DO EVANGELHO

Sábado, dia 2, terminou a 3a. etapa do Curso do Evangelho, aqui no Centro de Treinamento. O Curso visa dar maior formação teológica e sociológica a um pessoal que se propõe exercer ministérios na Igreja.

A 1a. etapa em maio, a 2a. em agosto. A 4a. está prevista para março do ano vindouro.

Os participantes do curso, rapazes e moças, alguns da diocese e outros de fora (Porto Nacional, Rubiataba GO, Marabá PA, Chapecó SC) já se compõem como grupo coeso e de propósitos semelhantes, todos empenhados na caminhada da libertação. No final desta etapa o grupo explicitou a necessidade de se formularem novos conceitos e papeis do ministro dentro do contexto latino-americano, no sentido de atender às novas solicitações do povo, e mesmo as novas exigências de injeção pessoal, de quem se propõe a atividade pastoral, colaborando assim para romper as barreiras que hoje inibem as manifestações das vocações. Aguardemos.

MUTIRÕES

Nesse tempo em que o povo todo faz suas roças, tem acontecido muitos mutirões.

É mutirão de roça, como em Itaguarú onde as mulheres fizeram uma roça comunitária para juntar fundos para o trabalho no sindicato. É mutirão de fiandeiras onde as companheiras se reúnem pra fiar e discutir o melhor jeito de se organizar e entrar na luta.

Com essas reuniões sai muito trabalho feito e a união vai aumentando. As mulheres já estão descobrindo que são muito importantes e que sua tarefa não é só ficar em casa cuidando de panela e filhos. Sua tarefa é igualzinha à do homem. Ela tem, ao lado do homem um compromisso com a luta e está assumindo isso com muita coragem.

O caderno publicado pelo CRD - DOMITILA - está servindo para animar os grupos. Em muitos lugares as donas de casa estão se reunindo para ler e discutir o que está escrito lá, e confrontando com sua prática.

Já viram que estão muito longe de Domitila, mas com união e luta podem chegar lá.

GRUPO DE TEATRO - "O LAVRADOR SEM TERRA"

No sábado, 17 de novembro, no Teatro de Goiânia, foi apresentado por um grupo de jovens de Ceres a peça "LAVRADOR SEM TERRA". No quadro do Festival de Teatro Amador. - É a história, verdadeira, de uma família de pequenos proprietários que vai perdendo a terra, pelo jogo sujo combinado do intermediário, do banco e da grande empresa agrícola. Resultado de quase dois anos de pesquisa e preparação realizadas pelos atores, todos filhos de lavradores, "LAVRADOR SEM TERRA" faz reviver acontecimentos verdadeiros, com as palavras colhidas dos lavradores que sofreram na pele esta espoliação, o que transmite à platéia toda a carga de emoções vividas.

Teatro de "Amadores"? não, mas de jovens comprometidos, solidários com a classe apresentando com segurança, vida, fé e força capaz de comer e despertar. O teatro-jovem está crescendo em to

ma de Goiânia. "LAVRADOR SEM TERRA" marca uma etapa: O

.4.

N O S S A S O L I D A R I E D A D E

Um policial, armado pelas autoridades e a pedido dos patrões, matou o metalúrgico SANTO DIAS DA SILVA. Santo Dias era operário, membro da Pastoral operária e da oposição sindical dos metalúrgicos.

Foi assassinado a queima-roupa e morreu na porta da fábrica, lutando contra a exploração dos patrões, lutando por uma vida mais digna para ele e seus companheiros.

Nós acompanhamos a luta e o sofrimento deles e por isso, junto ao nosso protesto a resposta que os patrões e governo deram aos operários, enviamos nossa solidariedade.

Goiás, 9.11.79.

DOM MAURO MORELLI

Seguimos bem de pertinho o desenvolvimento da greve dos metalúrgicos de São Paulo que tem dado a todas as categorias de lavradores de nossa Diocese um ânimo muito grande nas suas lutas.

Sofremos com amor do líder SANTO DIAS e vivemos também, na sua morte a necessidade de dar a vida pelos irmãos de sofrimento.

Nos alegramos muito com o apoio que a Igreja de São Paulo deu aos grevistas em suas reivindicações tão justas e na sua forma de luta por salários melhores. Por isto ficamos indignados com a morte do companheiro Santo e com os espancamento e prisões dos operários. Para fazer isto, a polícia em defesa dos patrões, chegou mesmo a invadir a Igreja de Santo Amaro em perseguição a estes irmãos, fato este metirosamente negado pelas autoridades.

Mas nosso protesto vem carregado de esperança de chegarmos a uma sociedade baseada nos princípios evangélicos e toda ela construída na luta em que inevitavelmente não falta derramamento de sangue de tantos trabalhadores. A luta continua mais firme porque a morte do companheiro Santo fala mais alto do que quaisquer atos repressivos e temos certeza de que este sangue será a semente de uma coragem maior e da vitória futura do povo oprimido.

Nós representantes de todos os municípios da Diocese de Goiás, pedimos ao senhor que transmita, aos operários a nossa solidariedade; e à Igreja que está em São Paulo, nossa união no apoio que estão prestando aos irmãos em luta

A Coordenação Diocesana

SOFRIMENTO E LUTAS DO POVO

COMPANHEIROS da diocese

Lavadeiras de Goiás fizeram sua Tabela

Na assembléia de 25 de novembro, mais de 200 lavadeiras tomaram a decisão de estabelecer uma única e mesma tabela de preços e intragar às patroas a seguinte carta:

Goiás, 25.11.79

Querida Patrão,

Nois quer primeiro agradecer a confiança que tem em nois. Depois, nois vem, confiada na sua compreensão e na sua humanidade de coração lhe dizer que as lavadeiras de Goiás, como as de muita outra cidade, não suportando mais os sofrimentos e a situação dura da vida e da carístia resolvem tabelar por igual as nossas lavação de roupa. A senhora vê, os preços das coisa como tá. Como é que nois pode sustentar nois os filhos? como é que nois come? Como é que nois calça? Como é que nois veste? Como é que nois pode tratar e tomar remédio? Nois é gente, também e precisamos de que a senhora entenda e ajude a nois, apoiando a nossa resol ção. Deus lhe recompense na medida de sua compreensão e apoio.

As lavadeira de Goiás.

É essa nossa tabela da hoje pra frente

Só lavar:

Taxa fixa por mês .. Cr\$ 200,00
e mais:
Por adulto acima de 15 anos ... Cr\$ 30,00
Por criança abaixo de 15 anos ... Cr\$ 20,00

Lavar e passar

Taxa fixa por mês Cr\$ 300,00
e mais:
Por adulto acima de 15
anos ... Cr\$ 40,00
Por criança abaixo de 15
anos .. Cr\$ 30,00

A Parte:

- Lençol de solteiro vale
3 peças.
- Lençol de casal vale
5 peças.
- Lavar e passar por pe-
ça - Cr\$ 5,00
- Lavar por
libra - Cr\$ 50,00
- Lavar e passar por
libra - Cr\$ 100,00
- Rede grande 30,00
- Rede pequena 20,00
- Tapete grande 20,00
Tapete pequeno 15,00



- .6.
- Tapete comprido (passadeira) - 50,00
 - Cortinado - 50,00
 - Cochonil - 50,00
 - Colcha de casal - 20,00
 - Colcha de solteiro - Cr\$ 10,00
 - Cobertor de casal - Cr\$ 30,00
 - Cobertor de solteiro - Cr\$ 20,00

EMPRESA "REUNIDAS" GRILA TERRA
E DESPEJA LAVRADOR

Em Bacilândia, município de Fazenda Nova, Jandiro, pequeno proprietário de 4 alqueires, foi despejado de seu barraco e de sua terra.

Quatro jagunços, armados, mandados por um tal de Negrão, chegaram à noite, apresentando um falso documento de despejo, ameaçando de morte Jandiro, sua família, mais uma cunhada viúva com 7 filhos, que morava na mesma propriedade.

Encostaram uma carreta, carregaram as poucas coisas que tinham dentro de casa e botaram fogo nos barracos.

Saíram daí com as coisas na carreta e foram jogar numa casa que tinham alugado em Jaupaci. As famílias fugiram apavoradas e refugiaram-se nas casas dos companheiros.

Logo se ficou sabendo que esse Negrão é empregado da fazenda de propriedade da empresa de Ônibus - Reunidas - que faz divisa com a terra de Jandiro, Negrão estava agindo em nome desta fazenda.

No dia seguinte foram feitas as denúncias na delegacia e sindicato.

A polícia e o juiz estão parados.

O sindicato já começou um processo, mas parece que não está usando a força que tem para levar o caso adiante.

Os companheiros lavradores tomando conhecimento do acontecido fizeram duas reuniões, uma em Bacilândia e outra em Fazenda Nova e estão pressionando o sindicato para que tome uma posição em favor do lavrador prejudicado.

Enquanto se tomam providências para a devolução da terra, a comunidade está fazendo campanha de apoio para as duas famílias despejadas.

PREFEITO DE NOVO BRASIL

FECHA POSTO DE SAÚDE

O Prefeito de Novo Brasil não gostou do médico que atendia no Posto, por isto fechou-o. O Médico deu apoio às enfermeiras que não recebiam seus salários e acabaram movendo e ganhando ação judicial contra o Prefeito.

Com estas brigas que tem seu lado positivo de colocar o Prefeito no seu devido lugar, o povo é quem fica prejudicado.

EM ITAPURANGA NÃO TEM

ATENDIMENTO PELO INPS

Todo o pessoal que quer tratar pelo INPS em Itapuranga, tem que ir à Goiânia, Ceres ou Goiás, porque nenhum dos 4 hospitais da cidade tem convênio com o INPS.

Sabe-se que tempos atrás os próprios médicos dos hospitais, uniram-se para não aceitar convênio com o INPS, visando seu lucro no atendimento particular forçado por esta situação.

Isto está se tornando um caso muito grave, porque o povo não tem nem dinheiro para comprar os remédios, como é que vai pagar passagem para ir consultar em outra cidade?

O Posto de saúde que poderia quebrar o galho, não funciona como deveria ser. O povo está se reunindo para tomar providências. Através de um grupo de jovens está fazendo levantamento para ver quantas pessoas descontam o INPS e querem o atendimento na cidade.

Quando terminar o levantamento o povo vai pensar que atitude tomar para exigir mais esse direito que lhe está sendo tomado.

.7.

EM SANTA FÉASSEMBLÉIA DO POVO EXIGE POSTO DE SAÚDE

Aconteceu no dia 15 de novembro em Santa Fé, uma assembleia com a participação de mais de 200 pessoas, que exigiram um Posto de saúde. Santa Fé é distrito de Jussara, a 36 km da sede, não tem nem sequer um Posto de saúde que seria o mínimo necessário para que o povo tivesse pelo menos as vacinas que são obrigatórias.

A idéia de fazer uma assembleia nasceu por causa da péssima situação de saúde do povo, que só numa semana causou a morte de 4 crianças por falta de atendimento e pelo trabalho de conscientização de saúde feito na região.

Essa assembleia foi organizada pelo povo, em forma de comissões com representantes de todas as categorias: lavradores, lavadeiras, domésticas, carpinteiros, sapateiros, boia-fria, pedreiros, barbeiros etc... Aí cada categoria convidou os companheiros de sua classe e uma comissão se encarregou de convidar os companheiros que estão na mesma luta em outros municípios.

O povo se reuniu de manhã bem cedo, bateu papo e cantou até chegar todo mundo.

Ao meio dia começou a assembleia, com a apresentação dos visitantes, colocação da história da caminhada feita até aqui e depois a divisão em grupos onde discutiram os seguintes pontos:

- O direito de ter um Posto de saúde
- Como conseguir e a quem recorrer.
- Como funcionaria este Posto.

Nesses grupos o povo debateu muito e muita idéia saiu, mas a conclusão foi resumida mais ou menos assim:

1. O fato de ter um Posto de Saúde é um direito já passado de hora. Isso é uma migalha do direito que nós temos. É uma obrigação das autoridades de ver isso o quanto antes.

2. O jeito de chegar às autoridades: esse jeito ficou decidido que seria: 1º fazer um abaixo-assinado, 2º chamar o prefeito para entregar esse abaixo-assinado e colocar tudo pra ele numa conversa cara a cara.

3. Nesse posto o médico não poderá chegar pra ganhar dinheiro, mas pra servir o povo. Os enfermeiros e atendentes devem ser do povo e escolhidos pelo povo, sem nenhum apadrinhamento político.

Essas foram as decisões tomadas na Assembleia e o povo está firme nessas exigências e com sua organização já provaram à população, que a força está no povo e não nas promessas das autoridades.

SINDICATO DE GOIÁS

O sindicato de Goiás depois de sua assembleia de fundação já teve mais 2 assembleias e está encaminhando para o reconhecimento.

Os lavradores estão se associando e já foram distribuídas cerca de 250 carteirinhas.

Os companheiros estão animados com a participação e têm expediente todos os dias da semana, menos quarta-feira, que ficou para folga do secretário.



.8.

B A I R R O S D E C E R E S

Os grupos de bairro de Ceres já se reuniram muitas vezes e encontraram um jeito para levantar seus problemas que são muitos.

Vão fazer uma pesquisa de casa em casa. Depois vão fazer uma lista dos problemas principais e começar pelos mais urgentes, pra ver se tem um jeito de melhorar a situação. Eles já descobriram que o povo tem muitos direitos e esses estão sendo negados ou esquecidos pelas autoridades. É bom se unir e lembrar que povo de periferia é gente também. Precisa de água, esgoto, energia, tratamento de saúde e escola que é o mínimo necessário.

USINA DE ALCOOL EM ITAPURANGA:POLÍTICOS APOIAM, POVO REJEITA

Nesse tempo em todo o Brasil a preocupação é combustível:

Resolver o problema do combustível, de qualquer maneira... Aqui no Estado de Goiás, uma das cidades que está sendo indicada para implantação de usina de álcool é Itapuranga.

Para justificar esta nova instalação, os grupos políticos da cidade estão apresentando ao povo alguns pontos que eles consideram positivos:

- cinco mil empregos;
- alfalto;
- faculdades e outras tantas facilidades, que segundo eles vão gerar progresso para Itapuranga.

A Prefeitura Municipal ofereceu 5 alqueires para a construção da Usina, água e energia grátis por cinco anos e todo o maquinário necessário para terraplenagem e construção das instalações.

As condições exigidas para a implantação dessa Usina de álcool são:

- aquisição de 1500 alqueires de terra para plantação da cana;
- os proprietários dessas terras deverão fazer um contrato obrigatório com o Governo por 13 anos só para plantar cana para a usina, der o que der;
- O preço da cana que o produtor vai vender para a usina, será marcado pelo Governo.

O povo que já observou toda essa manobra está contra porque:

- a melhor terra de cultura será ocupada com cana;
- o preço dos mantimentos vai subir porque vai diminuir o povo que planta.
- Virá muita gente de fora e o povo do lugar vai ficar sem trabalho;
- Vai aumentar os boia-fria e muita gente vai ficar vagando pela cidade, sem emprego.
- poluição vai tomar conta da cidade.

Os grupos políticos que mostraram as "vantagens" vendo as reclamações do povo, ficaram com raiva e estão ameaçando sequestrar e expulsar pessoas ligadas à Igreja.

Ficamos nos perguntando: o que realmente querem esses grupos? Melhorar a situação do povo, garantindo-lhes melhores condições de trabalho, ou roubar-lhes o pouco de terra que ainda resta para produzir alimentos e colgar nela a cana, cujo resultado não beneficiará o povo em nada?



.9.

A VOZ DOS TRABALHADORES:

A "Voz dos Trabalhadores" jornal que nasceu depois de muita luta, bate-papo, assembléias e reuniões, é a grande conquista feita pelos trabalhadores através do Movimento do Custo de Vida do Estado de Goiás.

Esse jornal está inteirinho nas mãos do Trabalhador, onde ele poderá contar suas lutas e vitórias com seu jeito e sua linguagem.

Por isso, e pelo valor que ele tem, deve merecer todo o apoio tanto da classe como dos que apoiam a luta.

Já saiu o número ZERO e, pelo que se sabe, agradou muito por tratar assuntos da vida do povo, com letra grande e linguagem simples.

Vamos difundir o jornal, mandar notícias e recursos para que o número 1 saia logo.

CORTARAM O CONTRATO DA IRMÃ ESTER

A Secretária de Educação de Goiás cortou o contrato da Irmã Ester Chini que desde 1971 vem lecionando em Britânia no Colégio Estadual e, inclusive, a pedido da população, aceitou a direção do mesmo Colégio até o ano passado. Este não é um caso isolado de discriminação do poder político estadual contra a Igreja de Goiás. Até agora já dispensaram ou expulsaram por estarem ligados à Diocese os seguintes: Adésio Silva, Irmã Umbelina, Alzira Campos, Nello, Irmã Cira, Marina e Gaudioso Vieira.

A T E N Ç Ã O

Caso se apresente a você uma tal Maria Alice de Souza, loura, aparentando 40 anos, dizendo-se ligada à Igreja, recomendada por bispos e padres e até como vítima, tome cuidado!

Ela habilmente procura ajuda, de que não precisa, mas está sobretudo interessada em informações. O próprio Boletim Notícias da CNBB divulgou alerta sobre ela.

NOTÍCIAS

dos companheiros de longe

15 ANOS DO ESTATUTO DA TERRA

Está fazendo 15 anos que o Estatuto da Terra foi aprovado pelo Presidente Castelo Branco em 30 de Novembro de 1964.

Esta é a Lei que aprovou a Reforma Agrária no Brasil. No começo parecia que seria a salvação para a agricultura e para os trabalhadores Rurais. Mas até agora ficou só no papel e na gaveta dos Ministros. A situação dos que trabalham na terra, daquele tempo pra cá, ficou até pior.

E só olhar: aumentou o número e o tamanho das grandes propriedades. Diminuíram as pequenas propriedades, quando o Estatuto da terra marca que deveriam aumentar. O número de trabalhadores rurais sem terra aumentou muito: já são 10 milhões só no Brasil.

1. Como foi feito o estatuto da terra?

Ele foi feito por causa das pressões dos camponeses 'Trabalhadores do campo e da roça'. Mas ele não foi feito pelos trabalhadores. Foi feito por militares, técnicos e deputados que defendiam os interesses dos grandes. Esses deixam um jeito de deixar abertos dois caminhos: Um pra favorecer os grandes - outro para favorecer os trabalhadores rurais. Agora tem um ponto pra notar: eles só tocam pra frente aquilo que favorecia os grandes.

2. Ainda serve o Estatuto da terra?

Ele ainda serve. Tem coisas boas para os trabalhadores. Não é completo e perfeito, mas é um começo. E sendo Lei, dá força para o trabalhador se unir e lutar para que seja aplicada.

O que falta para que esse Estatuto sirva mesmo o trabalhador é mais força política da parte dos trabalhadores. Força política é o poder de influenciar e decidir junto ao Governo. Isso será conseguido com a união e organização da classe dos trabalhadores. Sem essa força, a terra não será distribuída, e nem serão resolvidos os problemas dos pequenos proprietários, dos meeiros, dos agregados, dos posseiros e dos diaristas.

Está na hora dos trabalhadores se unirem e exigir pelo menos a Reforma Agrária que esse estatuto marcou e que foi assinada pelo Governo.

POVO SEM TERRA INVADE FAZENDA

A fazenda Sarandi, é uma área de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. 3.200 Hectares desta fazenda estavam entregues a duas firmas particulares que pagavam uma mixaria pelo arrendamento. Ultimamente o Estado não deu mais arrendamento mas a área não era devolvida.

Na noite de 6 para 7 de setembro, 110 famílias que há um



.11.

ano e meio foram expulsas da Reserva Indígena de Nonoai, entraram juntas tomando posse de 1600 hectares. Estas famílias, depois de muitos meses em ranchos construídos à beira das estradas, passando fome e miséria, desistiram de esperar paradas, uma solução para o seu caso.

Se organizaram por conta e decidiram, no dia 7 de setembro, comemorar sua independência. Elas não aceitaram a ida a Bagé, nem para o norte do Mato Grosso. Entenderam que na própria região havia terra para os trabalhadores sem terra.

Formaram uma comissão e foram pedir ao governo do Estado mantimentos, sementes, medicamentos, assistência e financiamentos. Agora já estão trabalhando e plantando em roças comunitárias.

No fim de setembro, mais de 152 famílias também invadiram e se fixaram na outra área de 1600 hectares. Esse grupo também está se organizando tanto no trabalho, como nas reivindicações junto ao Governo.

MORADORES DA JOÃO VAZ FALAM DE SUAS VITÓRIAS E LUTAS

Como já foi falado no boletim anterior a situação do pessoal ainda continua difícil. Agora a própria prefeitura tem procurado os meios de comunicação (jornais, rádio e televisão), para colocar a população de Goiânia contra os moradores e afastar as pessoas e entidades que estão apoiando.

Mesmo nessa situação, os moradores receberam muito apoio e ajuda de entidades e pessoas que entenderam que sua luta é justa. É, com a coragem e a união eles já conseguiram algumas vitórias:

- a retirada da polícia da área;
- Assinatura do decreto de desapropriação;
- e a construção de uma casa para reuniões.

A luta vai continuar e os moradores continuam contando com o apoio dos companheiros.

As cartas podem ser enviadas para o seguinte endereço_:

CENTRO COMUNITÁRIO TODOS OS SANTOS
BAIRRO DA CAPIJAVA
74.000 GOIÂNIA - GO:

PATRIMÔNIO SE EMANCIPAM

Nesses últimos tempos, no Mato Grosso foram criados 15 novos municípios. Entre eles os mais conhecidos são: Xavantina, Nova Brasília, Água Boa, e Santa Teresinha. O povo de Santa Teresinha organizou um comitê em 1978 que vinha lutando pela emancipação. Agora com a emancipação já venceram uma etapa. Mas a luta continua, e começa uma nova etapa. Um município novo precisa de uma boa administração, de uma política sadia e popular.

O mais importante é, a escolha de uma verdadeira liderança do povo que faça do município e da administração um serviço à comunidade toda e não um negócio particular.

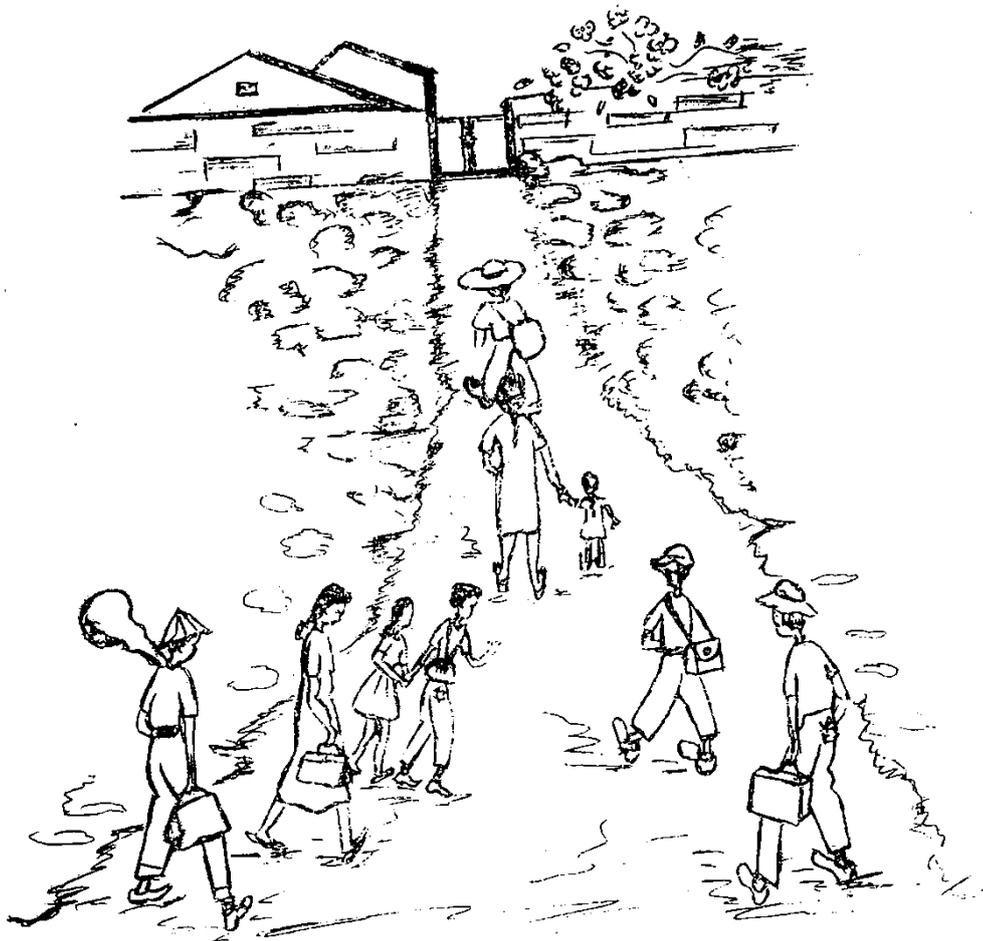
O povo que festeja sua emancipação, não deve esquecer a responsabilidade na luta por uma sociedade mais justa e mais livre.

Anexo 05- Avaliação Diocese de Goiás. 1979.

Anexo 08

AVALIAÇÃO

DIÓCESE DE GOIÁS - 1979



.14.

- . Planejar ações olhando os resultados. Nos planos já prever as possíveis derrotas, para não desanimar os companheiros.
- . Há duas fases de planejamento:
 - Uma com as datas já marcadas (festas) essa pode ser feita a longo prazo.
 - Mas no que toca a realidade é difícil planejar para um ano todo.
- . Na avaliação há dois momentos também:
 - 1) avaliar as ferramentas que se vai usar;
 - 2) avaliar os resultados da tarefa feita.
- . Valorizar mais o trabalho do povo do que contratar agentes de fora.
- . Avaliar também quando escolhemos um companheiro para uma reunião. Ver quem vai ficar fazendo o trabalho pra ele.

Observações:

- . Como poderia estar presente numa avaliação, uma pesquisa?
- . O planejamento deve se subordinar à luta.
- . Esse planejamento e avaliação vai economizar muita energia que assim vai sobrar mais força para a luta.

Palavra de Carlos Brandão

Se fôssemos reunir tudo o que conversamos aqui, a gente podia ficar nas seguintes idéias:
 A gente faz planejamento?
 A gente faz avaliação?
 Ou se faz ou não se faz.

Quando a resposta é positiva, ainda são deficientes porque pegam pedaços isolados da caminhada. Outros não fazem nem planejamento nem avaliação, mas sim Roteiros artificiais, de pouco alcance. Quando se vai olhar o trabalho num prazo mais longo surgem vários problemas.

às vezes dá impressão que planejamento funciona como uma receita de bolo que a gente vai olhando e seguindo de forma rígida. Avaliação é uma revisão, é o pensar sobre nossa caminhada, como estamos caminhando e para onde estamos nos dirigindo. O planejamento faz-se para iniciar uma caminhada.

Se vou correr pra atravessar uma mata durante o dia, tenho que planejar para chegar a atravessá-la durante o dia. Não posso deixar a noite me pegar dentro da mata. Isso é planejar. Uma vez iniciada a caminhada pela mata, depois podem surgir outros imprevistos que vão me obrigar a repensar sobre os meus passos se tenho que andar mais rápido ou mais devagar. Isso é avaliar.

O planejamento deve sempre partir de um todo. Nosso trabalho não é cada festinha, deve abraçar tudo.

A avaliação não pode ser feita sobre um pedaço da caminhada, se pretendemos avaliar nossa opção. Também podemos estar fazendo um trabalho todo certinho e não estar seguindo uma linha de libertação do povo.

O importante é pensar o que é importante no momento e até o que se vai deixar para retomar mais adiante.

Quando se planeja sempre levar em conta o resultado do que foi feito atrás senão a gente fica sem base, sem saber onde se agarrar.

O melhor planejamento é o que sai da base, feito por um grupo que está disposto, vai caminhar e sabe que passos dar.

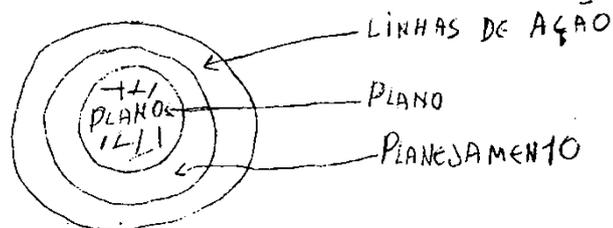
O planejamento não pode ser o mesmo para toda a Diocese. Uma região é diferente da outra. Um quer avançar num ponto, outro noutro.

.15.

PERIGOS E ALERTAS:

- fazer um plano e virar escravo dele.
- A idéia de que da base para a Diocese as dimensões são diferentes.
- Com relação a Diocese eu acho que a gente deve ter linhas de ação. Como idéias que servem para orientar todo o mundo.

Exemplo:



- Há níveis de planos que a Diocese pode apontar, mas nem todas as regiões poderão executar.
- O nosso caso não é apresentar números, como faz o governo, sem se preocupar com a qualidade do serviço.

A gente quer englobar planejamento e prática, aí a gente avalia a prática. Sempre que a prática exige uma avaliação a gente deve reunir, avaliar sem parar o trabalho.

Quanto à pesquisa. Na Diocese foram feitas muitas pesquisas, mas sempre foram de fatias da realidade.

A medida que se está ligado a base não precisa fazer pesquisa para avaliar a base. Se fizer uma pesquisa nas bases é junto com as bases, discutir essa pesquisa juntos e tomar uma atitude. Trocar o nome de pesquisa por avaliação contínua. Ela não é apenas uma ferramenta mas um jeito de trabalho. Ir fazendo esse trabalho e avaliando continuamente, é criar um hábito de avaliação.

Tomar um problema da realidade que envolve o povo, fazer uma pesquisa junto com o povo, avaliar e tomar uma atitude:

- Isso se chama uma avaliação crítica
- Como está a situação?
- O que se vai fazer diante dela?

4º dia: 02.07.79

Começamos o 4º dia, como sempre ao som das violas com o canto: "Somos povo, somos gente".
Uma leitura do Evangelho
E uma oração feita pelo companheiro Jorge.

A Coordenação colocou as propostas de trabalho:

1a. Comissão:

O QUE A IGREJA AJUDA:

- Saúde
- Escola
- Lavadeiras (Periferia)

2a. Comissão

O QUE A IGREJA APOIA

- Movimento dos trabalhadores
- Oposição sindical
- Mov. do Custo de Vida.

As comissões desse trabalho deveriam ver a relação com a Igreja -
Como se dá - Pontos positivos e negativos.

A dinâmica de formação das comissões foi de que, cada participante presente, poderia se inscrever numa dessas 6 comissões. Formadas as comissões, todos saíram para o trabalho que durou até 10 horas.

Antes de ouvirmos o plenário foi lida e aprovada a carta de solidariedade ao companheiro Antonio Alonso, de Bela Vista.

.17.

- Salão de costura formado por domésticas.
- Grupo de Evangelho de domésticas.
- Primeiros contatos em forma de visitas e bate-papos em suas casas.

Pontos negativos

- A Igreja deixou a periferia de lado.
- Há uma certa resistência em reunir diversas crenças juntas.
- Há muitas mudanças- gente chegando e saindo todo o dia.
- Dificuldades de organizar por ser uma população flutuante.

Sugestões

- Dar muita atenção às periferias das cidades e vilas.
 - Fazer visitas e prestar atenção às mudanças.
 - Organizar essas categorias em torno de seus interesses.
- Chegamos à conclusão que esta situação é um desafio para nós.

Alguém observou: Pela pouca participação do pessoal no plenário conclui-se que estas três ferramentas estão ainda muito na mão da Igreja.

2a. COMISSÃO: O QUE A IGREJA APOIAMovimento do Custo de Vida

- O MVC é um movimento que engloba tudo.
- É um movimento de ação e apoio das lutas do povo.
- Como Movimento de massa ele é independente, nasceu sem iniciativa da Igreja e tem uma coordenação independente formada por lavradores, lavadeiras e operários.

Apoio:

- Como a Igreja de Goiás assumiu a luta pelos oprimidos, quando o Movimento pede apoio a Igreja apoia e tenta dialogar.
- O movimento pede apoio a quem ele sabe que não vai cobrar muito mais caro depois.

Pontos negativos:

- Mesmo sendo o MCV um movimento independente, ele sofreu críticas pelo fato de ter sido apoiado por muita gente de Igreja e mesmo porque alguns de seus coordenadores terem pertencido a grupos de E vangelho.
- O fato da dinamização do Movimento estar quase só nas mãos de católicos.

Sugestões:

- Para a Igreja: sentar e perguntar quanto ao jeito de apoiar.
- Como Movimento de massa deve ser apoiado por todos os oprimidos, sem distinção de classe ou religião.

Movimento dos trabalhadores e Oposição SindicalApoio

- No começo a Igreja ajudou, não só apoiou.
- Teve até cursos para líderes aqui na Diocese.
- Agora continua apoiando quando é solicitada.

Pontos positivos

- A ajuda e o apoio da Igreja foi bom, porque senão, hoje nós não teríamos nada em termos de movimento e muito menos de oposição sindical.
- É um dos únicos lugares que se pode contar com o apoio e recursos financeiros.

.18.

- Ajudou a unir e conscientizar a classe.
- Foi muito importante o apoio da Igreja pela sua coragem de falar sobre as opressões e repressões, publicar em jornais e boletins tudo o que acontecia.
- A Oposição Sindical se transformou numa ferramenta de apoio e esclarecimento do povo, dentro daquilo que ele precisa saber e receber.

Pontos negativos

- Um erro quanto ao jeito: em vez da Igreja pegar toda a família do lavrador, ela só pegou o lavrador. Não pensou que a mulher e os filhos também são trabalhadores. Assim a família ficou fora da luta.
- Não sentou para avaliar.
- Reuniões nas casas da Igreja. Daí veio o nome de sindicato do padre ou da freira.
- Isso atrapalhou o entrosamento com companheiros de outras religiões. E o inimigo aproveitou disso pra puxar os companheiros crençantes para o seu lado.

Sugestões:

- É em cima da prática que vamos clareando o jeito de agir.
- Que a Igreja dê uma ajuda assim como quem dá um tapa e esconde a mão. Não ir à frente.
- É preciso da luta para que haja libertação, mesmo diante das dificuldades, não desanimar nenhum companheiro.
- Nós trabalhadores temos que avaliar agora a prática dos sindicatos de oposição que foram eleitos e também apoiar em todas as suas iniciativas.
- O apoio da Igreja deve ser quando a classe pede.

Alertas:

- Prestar muita atenção em tudo o que se faz porque o inimigo está bem organizado e pronto para derrubar as organizações do povo, desorganizando-o, amedrontando-o, ou oferecendo-lhe caminhos fáceis mas falsos...
- Há um perigo de companheiros que estão dispostos a ajudar, mas moram em casas paroquiais. Temos que ver isso.

Observação:

- É difícil determinar em geral, onde a Igreja pode apoiar. Cabe à Igreja ver em cada lugar e cabe aos trabalhadores dialogar com a Igreja sobre isso.
- Houve momentos em que alguns agentes de Pastoral se sentiram como que desempregados. Até houve agente que resolveu se tornar lavrador. O que não deu certo.
- Acho que é um pouco daquilo que está no Evangelho: João Batista era o dono de tudo, depois veio Cristo e ele falou: É bom que eu cresça e que eu diminua...

CONCLUSÕES DE Dom Tonás:

Nessas intervenções a gente percebeu os limites da Igreja. Uns tempos atrás houve confusão, por exemplo, entre grupo de Evangelho e Sindicato. Hoje está claro. Devemos assumir nossos limites. A gente fala muito naquilo que a Igreja ajuda e apoia e se esquece que ela também é ajudada e apoiada. Houve muita claridade para a Igreja e que veio dessas lutas.

ENCERRAMENTO :

- Foi lembrada a proposta de ajuda aos flagelados da Nicarágua.
- A sugestão foi aceita pelo plenário, discutindo a ideia nas bases e prevendo uma data para entrega da ajuda: julho a agosto.

.19.

A Diocese faria um comunicado às bases explicando alguma coisa sobre a campanha.

E, como celebração final, em silêncio ouvimos o resumo da Assembléia escrito em versos pelo companheiro Orlando.

AVALIAÇÃO DIOCESANA - 1979

Orlando

A Igreja de Goiás na sua firme opção de lutar pelo Evangelho na defesa dos irmãos pra luta ficar mais forte precisa avaliação preparar os caminhos que leva a libertação

O bispo e assessoria que procura construir uma Igreja de verdade para Cristo residir convidou as região pra esses dias reunir pra avaliar o trabalho e encontrar pra onde ir.

Recebemos uma proposta que trouxe a coordenação causou grande dificuldade na nossa imaginação na hora dos relatórios foi tirando a conclusão os amigos convidados mostrou pra nós o clarão.

Quando venceu o horário descemos lá pro salão todo o povo foi jantar com muita satisfação uns canta outros sorri trocando opinião tem gente lavando louça e outros na televisão.

Na manhã do dia primeiro pra o trabalho continuar o padre tocou o sino pra o povo levantar para subir lá pro salão e no trabalho pensar se tem pedra ou se tem serra ou mata pra atravessar.

Chegamos na encruzilhada sem saber onde passar pra encontrar o rumo certo e a viagem continuar precisou olhar os pontos conhecer pra onde entrar o Carlos traçou as linhas tentando nós explicar.

Tomamos um cafezinho o trabalho continuou o povo cantava alegre quando Dom Tomás chegou Dario pediu o Carlos relembrar o que passou dividiu o trabalho em grupo a coisa se embananou.

Todos grupos em mesmo pé as horas se terminava Francisco tocou o sino o povo se acompanhava saíram trocando idéias para ver como que estava a crise rondou os grupos que o trabalho avaliava.

Às 15 horas da tarde fizemos a celebração cantando canção amável as cordas do violão o nosso bispo Tomás consagrou o vinho e o pão com as palavras do Evangelho que nos une como irmãos

No outro dia bem cedo conseguiu organizar a equipe de relatório para mais tempo ganhá depois deu ao plenário pra idéias disputar o povo falou bem forte querendo desabafá.

Anexo 06-Caminhada. Diocese de Goiás. Ano XX, nº144. Jan./fev. 1989.

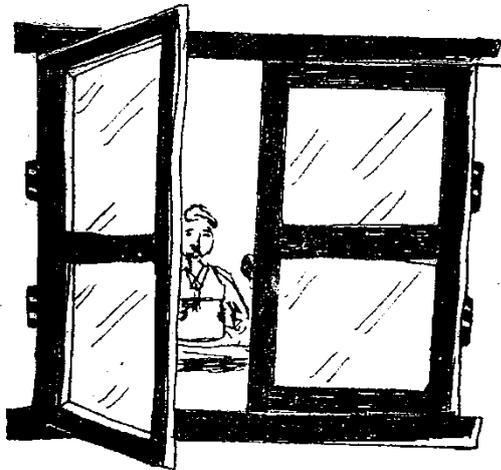
Anexo 09

Caminhada

diocese de goiás

ANO XX nº 144

jan/fev/89



NOS DEIXE VER
O MUNDO COMO É



PALAVRA DO BISPO

Irmão e Irmãs

Realizamos nosso retiro anual de agentes neste mês de fevereiro com a presença também de leigos convidados. Neste encontro deu-se um fato que merece ser compartilhado com nossos Amigos leitores.

Foi um retiro sobretudo de testemunhos dos religiosos e religiosas, dos leigos e leigas e também dos padres. Não tínhamos conseguido o pregador de fora. As reflexões, então, tiveram que ser feitas entre nós mesmos.

Era a 1ª semana da Quaresma, em que se lê nas Missas o Evangelho da tentação de Jesus no deserto. Além disso acabava de ser lançada a Campanha da Fraternidade: "Comunicação para a Verdade e a Paz".

Em razão disso os testemunhos destes três grupos que integraram nossa reunião foram profundamente marcados por esta dupla dimensão de deserto e de comunidade, de solidão e de comunhão, de áspera aridez e de consoladora esperança.

No testemunho dos religiosos, no 1º dia, gostaria de destacar a reflexão do Pe. Feli

pe, beneditino e veterano, que, com tranquilidade e limpidez apresentou-nos a experiência do deserto da fé vivida, dizia, por ele mesmo, por outros religiosos e até por gerações inteiras. É deserto que se situa no extremo oposto da facilidade e do gosto pela oração. Deserto de aridez espiritual e de dureza física e social na luta diária, na convivência árdua com o pobre e oprimido, na difícil partilha com a vida deste. E afirmava com segurança: É justamente a partir da nossa presença junto ao pobre que nasce a verdadeira comunhão a amizade profunda, a transparência na afetividade, a superação das barreiras de idade e de cultura e uma descoberta da verdadeira fragilidade que dá um sentido novo à própria vida de comunidade religiosa.

No 2º dia chamou a atenção de todos o testemunho do jovem casal Donizeti e Rosa que se dispuseram com simplicidade, a partilhar com os demais irmãos aquilo que constitui a própria trama da vida pessoal profunda no engajamento deles nesta Igreja de Goiás.

O bem querer recíproco, a mútua curtição e a alegre descoberta da vivência humana e espiritual estão muito misturados com as aperezas do deserto. Por causa das exigências de distanciamento um do outro em razão da pastoral, por causa da proclamação da vinda do filho em vista de uma maior disponibilidade na ação, por causa da solidão pela condição de leigo na Igreja, solidão também em face dos demais casais, que, não vivendo esta mesma opção, não estão em condições de nutrir com eles a tão desejada partilha de experiências e de compreensão em vista de integrar mais ainda a vida a dois na caminhada eclesial.

No último dia ouvimos e mocionados um testemunho semelhante de João falando do seu terrível fracasso. Foi a vez do Pe. Francisco Cavazzuti, o Chicão, que foi logo dizendo que não desejava para ninguém esta experiência de venda nos olhos o tempo todo e em todo lugar. Contou nos até sua briga com Deus e com o Cristo, na sua reza dos dois terços, pela manhã, sozinho na Igreja. Um terço por devoção outro pela obrigação do breviário. Pede o milagre e o milagre não vem!

Ao contrário dos demais depoimentos, no do Chicão não apareceu a contrapartida ameadora da solidão, da dureza, da escuridão. Só se viu o deserto!... Só o deserto? Não! Nós todos temos certeza que a esperança e a luz vieram com força surpreendente para toda nossa Igreja de Goiás a partir deste deserto aparentemente sem caminhos e deste túnel escuro que não parece ter saída. Com efeito sentimos todos a presença do Chicão entre nós nesta dolorosa condição tem sido uma graça de clarividência, de opção, e de ressurreição, graça que Deus vai derramando sobre muitos que vivem além dos estreitos limites de nossa Diocese.

O Senhor Deus da Comunicação e da Comunhão nos ajude todos a recolher estes acontecimentos, como Maria Mãe de Jesus e meditá-los no coração. Ajude-nos nesta Igreja de Goiás a viver a esperança entre nós, sobretudo entre os agentes de pastoral, para que tenhamos condições de organizá-la no meio do povo em forma de fraterna união para a Verdade e a Paz.

+ Tomás
Bispo de Goiás

Comunicação para a verdade e a paz

NECESSITAMOS DE
UMA INFORMAÇÃO QUE
NOS DEIXE VER O MUNDO
COMO É. NECESSITAMOS
ABRIR UMA OUTRA
JANELA.



Nossa Campanha de Fraternidade é dedicada à Comunicação - Comunicação é diálogo, é Dom de si ao outro. Deus é Comunicação na Trindade. Comunicação na humanidade.

Jesus veio anunciar e comunicou a Boa Nova da Salvação da parte do Pai. Ele se tornou Evangelho para nós. Tornou-se o evangelizador, o anunciador, o comunicador.

Assim como Jesus anunciou, nós também devemos anunciar. Nós somos os colaboradores de Jesus ao anúncio do seu Evangelho.

Hoje os principais instrumentos de comunicação usados pelo povo são televisão, o Rádio. Todos os dias milhões de pessoas, crianças, adultos e velhos vêm a televisão ou ouvem o Rádio. Isso acontece em todos os lugares, nas roças e nas cidades, no país e no mundo.

Qualquer notícia importante, por exemplo a queda do ditador do Paraguai, é sabida em questão de horas ou de minutos no mundo inteiro. Os meios de comunicação usam até satélites que põem a humanidade toda a parados grandes acontecimentos do mundo em questão até de segundos.



Anexo 07- Caminhada (1987)



BOLETIM DIOCESANO - Jul/Ago/87 - Ano XX nº 136



Palavra do Bispo

Irmãos,

"A flor do pau d'arco, - diz o povo - só cai na terra molhada". Por aí é de se prever chuva breve, pois os paus d'arcos de nossa região estão amarelados de flor. Outros estão prenunciando que o ciclo das águas escassas e que nos castigou por estes três anos, já está acabando. É capaz de termos cheias. Estão falando que "quando dobrar o 8, o ano que vem, dobrarão as águas também".

O mês de agosto conta muita coisa para nós. Ele não é tanto o mês do desgosto, como dizem. É o mês da terra grávida da primavera que deve nascer em setembro. E a terra gestante, recolhida na sua penumbra de fumaça de seu encanto e seu antegosto dá alegria.

Jesus chamou a atenção das multidões que se mostravam muito a par dos sinais da chuva e do bom tempo, porém totalmente desatentos a outros sinais, bem mais importantes, do tempo presente.

Este número da nossa "Caminhada" repleto de sinais. Sinais de violência, em consequência do que está sendo gerado no seio do povo.

Violência, por exemplo, do jornal "O Estado de São Paulo" como um Golias investindo com toda força contra Davizinho do CIMI, acusando-o de está conspirando contra a segurança nacional, contra a unidade do Brasil e, pior ainda de estar fazendo negociações internacionais

Violência da UDR, com mobilizações milionárias, e retumbantes declarações publicitárias do seu presidente Ronaldo Curiado oferecendo uma nova receita de Reforma Agrária fabricada pelos latifundiários e que não precisa tocar no sacrosanto direito de propriedade privada. Farsas hipócritas e cínicos!

Violência também em nossas comunidades. Em Fazenda Nova surgiu uma igreja paralela liderada pelo Vice-Prefeito com barracão-capela ao lado da Matriz, com cruz e sininho, com reza e leilão, em frontal oposição à celebração da Paróquia que não se conformando com os abusos dos festejos do ano passado resolveu suprimir a parte financeira este ano e celebrou o novenário nas casas das famílias.

Violência em Carmo do Rio Verde. Desta vez, foi o assassinato do Zallique, estagiário de Direito que vinha apoiando o Sindicato dos Trabalhadores rurais. Daí começaram a jogar a culpa na Irmã Paula, obrigada, infelizmente a se afastar da cidade por falta de segurança de vida.

Será mesmo mês-de-agosto-desgosto?

Eu queria, entretanto, Irmãos, chamar a atenção de vocês para o que está nascendo entre os pobres e oprimidos e está incomodando os donos do poder, os que sempre resolveram tudo na base da violência.

Apesar da Constituinte que está aí e que pode produzir apenas um Estatuto das Elites, está nascendo a consciência, a organização e a articulação dos índios e dos lavradores. Esta caminhada é irreversível. A tendência dela é ir em frente com ou sem Constituição favorável. Eis aí um grande sinal!

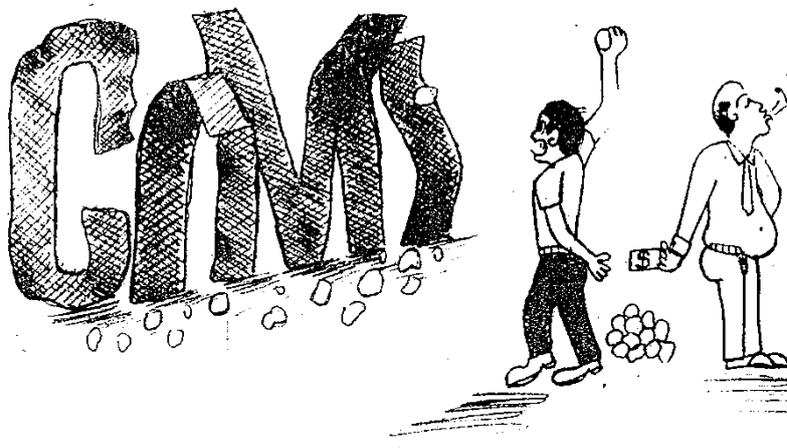
.3.

A nossa Igreja, enfrentando as intrigas, os venenos e até os golpes traiçoeiros dos poderosos da política e do dinheiro, tem testemunhado seu rosto próprio, sua opção pelo Evangelho e pelos pobres. E não vejo que esta opção esteja sofrendo retrocesso, apesar de nossas inúmeras falhas que levantamos com sinceridade em nossa avaliação de agentes nos dias 17 e 18 deste.

Quando o Papa João XXIII sonhava em voz alta com uma "nova primavera" para a Santa Igreja de Deus talvez não suspeitasse no conjunto de acontecimentos que antecedem esta bela estação em termos de violências, de desgostos, como no nosso agosto.

Mas na verdade todo este sofrimento não se compara com o fruto da gestação que está a caminho. Todas estas dores de parto prenunciam algo bem maior e que as compensa superabundantemente: o Mundo Novo anunciado pelo Evangelho do Senhor Jesus.

+ Tomás
Bispo de Goiás



VIOLÊNCIA

MISSA DE SOLIDARIEDADE EM CARMO DO RIO VERDE

Saiu de nossa diocese dia 24 deste, a nossa amiga e irmã Paula. Sua saída foi motivada de várias perseguições e ameaças de morte. Por isso, toda Igreja de Goiás se uniu à comunidade de Carmo do Rio Verde, onde Paula trabalhou durante 4 anos num sentimento de solidariedade e esperança, presente numa Missa presidida por nosso bispo Dom Tomás.

Um grande número de pessoas da comunidade local, vizinhas, de outras regiões e alguns de Goiânia participaram da celebração às 7,30h do dia 23 deste.

Paula já vinha sofrendo perseguições até mesmo antes da morte de Nativo, fatos denunciados por Dom Tomás em sua mensagem lida por ele mesmo durante a celebração.

Diante de tudo isso, fatos escritos num relatório pela própria Paula (que transcrevemos em seguida) e da impunidade de tamanha, Paula tomou a decisão de ir para outro lugar como disse Jesus: "Quando vos perseguirem ide para outro lugar." Isso não significa medo e nem derrota, mas salvar sua vida para continuar na caminhada do anúncio do Evangelho de Jesus Cristo Libertador. Foi uma vitória sobre o poder da morte que está em Carmo do Rio Verde e que sem dúvida é uma vertente de uma guerra fria que se faz presente em todo o país contra os pobres e oprimidos.

RELATÓRIO SOBRE OS FATOS QUE ANTECEDERAM A MORTE DE ZALLIQUE EM CARMO DO RIO VERDE

Para que seja restabelecida a verdade dos fatos perante a Comunidade de Carmo do Rio Verde e região, passo a relatar fielmente o que aconteceu nos dias que antecederam a morte brutal de Zallique:

1. No dia 4 de agosto de 1987, por volta das 16,30 horas presenciei um aglomerado de pessoas diante da Delegacia de Polícia e pude ouvir que estavam ali para reclamar de que o jardineiro que cuidava da praça da Igreja Matriz havia esparramado veneno por toda a praça e que, em virtude disso, algumas galinhas e cachorros pertencentes a moradores da redondeza já haviam morrido envenenados. Por ser esta praça um local onde muitas crianças brincam durante o dia, reclamavam também que, além dos animais, estas do mesmo modo poderiam ser atingidas pelo veneno.

2. Preocupada, julguei conveniente dar ciência do acontecido à Promotora de Justiça da Comarca, pois comunicar apenas ao Delegado de Polícia, sabia ser inútil, pois eu já ouvira pela boca do próprio jardineiro que quem determinara a colocação do veneno na praça havia sido o Prefeito Municipal.

3. Dirigi-me então para o Fórum e pelo caminho encontrei-me com Zallique a quem narrei o que estava se passando. Perguntou-me se eu havia visto alguma galinha morta pelo veneno tendo eu respondido que ouvira apenas a reclamação dos populares. Sugeri então Zallique que buscássemos um fotógrafo que pudesse documentar o fato, o que fizemos imediatamente.

4. Ao retornarmos à Praça com o fotógrafo, encontramos várias pessoas, a maioria crianças, em torno do poço d'água onde várias galinhas estavam mortas. Após fotografada a cena, retiramo-nos do local tendo eu deixado Zallique e o fotógrafo em suas respectivas casas. Neste dia não foi possível conversar com a Promotora de Justiça uma vez que a mesma reside em Uruana e lá se encontrava.

5. No dia seguinte, 5 de agosto, às 13 horas fui novamente ao Fórum, onde, juntamente com Zallique falei com a Promotora sobre o acontecido no dia anterior. Expusemos todos os fatos e como ela (Promotora) entendesse que galinhas não devem ser criadas na cidade, pouca importância deu ao fato do envenenamento.

6. Ainda no Fórum, Zallique mostrou à Promotora o Artigo 132 do Código Penal: "EXPOR A VIDA OU A SAUDE DE OUTREM A PERIGO DIRETO E IMINENTE. Pena: DETENÇÃO DE TRÊS MESES A UM ANO, SE O FATO NÃO CONSTITUI CRIME MAIS GRAVE", reforcei mais uma vez dizendo à Promotora que o veneno estava sendo colocado em bolinhas de carne (algumas crianças já haviam me mostrado) e ponderei que isto colocava em risco a vida destas crianças que ali brincavam. Esta nossa conversa foi presenciada por Adão Onofre Rosa que ali se encontrava para conversar com a Promotora sobre assunto que desconheço.

7. Após esse dia não tornei mais a ver Zallique, nem o jardineiro conhecido por VELA e nem tive conhecimento se a Promotora havia tomado alguma providência sobre o caso.

8. No domingo, 9 de agosto, passei o dia inteiro dentro de casa. Por volta das 18 horas, irmã Margarida, como era seu costume, foi até o jardim da praça para colher algumas flores. Lá chegando, foi expulsa aos gritos pelo jardineiro Vela que, possesso, gritava xingatórios contra mim e contra Zallique.

9. Neste mesmo dia, por volta das 18,30 horas, dentro de casa, onde eu permanecera o dia todo, ouvi três tiros, mas, em momento algum imaginei que pudesse ser Vela atirando em Zallique.

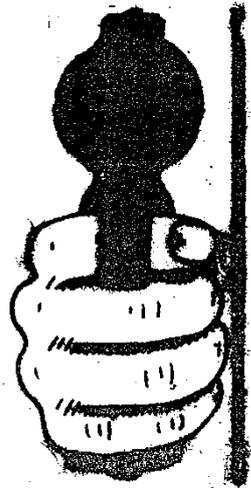
10. Após o crime, diversas pessoas da comunidade pediram-me que saísse da cidade, pois o criminoso voltaria para me matar. Disseram-me ainda que Vela tinha antecedentes criminais era protegido por Geraldo Reis e por José Delotério. Alguém na oportunidade, ainda falou-me: "Eles criaram uma cobra dentro de casa".

11. Diante destas circunstâncias e atendendo ao apelo de diversas pessoas da comunidade, percebendo que corria risco de vida, resolvi me proteger, mas, em

12. Para finalizar, gostaria de relatar que quando conheci Zallique, há dois anos, já era ele uma pessoa comprometida com a justiça e preocupada com a situação do povo sofrido. Até a sua morte sempre o vi como uma pessoa honesta, autêntica e coerente com aquilo que pensava. O resultado desta sua postura o conduziu à participação na Assessoria Jurídica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e à sua militância na executiva do Partido dos Trabalhadores (PT) de Carmo do Rio Verde, sendo que este último fato eu só tomara conhecimento há bem pouco tempo.

Carmo do Rio Verde, 20 de agosto de 1987

Irmã Lúcia Paula Camata



MENSAGEM DO BISPO DOM TOMÁS BALDUINO
AO POVO DE CARMO DO RIO VERDE

Irmãos,

Esta comunidade de Carmo do Rio Verde vem sendo sacudida e traumatizada por uma enorme onda de ameaças e crimes, sobretudo a partir do assassinato de Nativo da Natividade, em outubro de 1985, há quase três anos atrás.

Como Bispo e responsável pela porção católica que aqui vive, tenho como um dever de consciência clarear certos aspectos desta situação aflitiva e pro por uma solução concreta para este intolerável estado de coisas.

A meu ver, Irmãos, a raiz verdadeira deste clima de ameaças, de sobressaltos e de temores do nosso Povo está principalmente na vergonhosa impunidade dos criminosos. Aqui com efeito, tem acontecido crimes de mortes com mandantes e pistoleiros fartamente conhecidos do Poder público e nada acontece aos assassinos.

Ora, foi esta impunidade que abriu caminho para que o Snr. Prefeito Roberto Pascoal Liégio tentasse, com sua camionete, atingir a Irmã Paula em plena via pública.

Foi esta impunidade que facilitou a emboscada armada contra a mesma Irmã Paula, na zona rural, em novembro de 86 e da qual escapou por milagre.

Foi esta impunidade que levou o Governador Henrique Santillo a promover o Snr. Geraldo Reis a Diretor da Superintendência Estadual de Esportes, embora denunciado pelo Representante do Ministério Público por crime de mor

Foi esta impunidade que estimulou o assassinato de Wellington Carlos Zallique de Lima, no dia 9 deste.

Foi esta impunidade que inspirou a publicação da odiosa folha de autoria do Snr. José Delotério Alves, contendo ataques gratuitos e graves ao Sindicato, à Irmã Paula, aos Padres e ao Bispo

folha que deve receber representação criminal em juízo por injúria, calúnia e difamação; folha que lembra panfleto semelhante igualmente indigno e rancoroso, que circulou meses antes da morte de Nativo e cuja autoria e distribuição foi assumida pelo Prefeito Roberto Pascoal Liégio.

A luta dos Sem-terra



MOSQUITO - CONVITE

Queridos amigos e companheiros de caminhada

"Tomareis posse da terra que vosso Deus vos dá, que vos pertence" (Jo. 1,15)

Queremos através deste comunicado convidar todo o povo, para celebrar e comemorar o primeiro aniversário da conquista da Terra no Assentamento Mosquito-Município de Goiás.

Sabemos que esta conquista é fruto de uma longa luta e de uma resistência forte, de um grupo de famílias movido pela necessidade de sobrevivência, e pela fé na força do "Deus que escolhe os oprimidos, os fracos e os humildes da terra" para construir a sua Justiça.

Vamos juntos partilhar com eles a alegria desta festa.

NO DIA 12 DE SETEMBRO

É fácil chegar lá. Chegando na cidade de Goiás, tomar o caminho que passa ao lado da Igreja de Santa Bárbara e seguir as placas indicativas. São 32 km de Goiás.

A celebração terá início às 10:00 horas. É uma pequena Romaria da Terra. Leve sua manta para o almoço. Violeiros e sanfoneiros levem seus instrumentos e suas músicas para animar a celebração.

A tarde poderá haver uma tribuna do povo, músicas e outras atrações. - Ou mesmo conhecer a área e a beleza do rio.

Vamos demonstrar nossa fé engajada e comprometida na construção da Nova Sociedade, realização do Reino de Deus participando desta celebração.

Terra não se ganha se conquista.

Goiás, 8 de agosto de 1987

Comissão organizadora.

FAZENDA RIO VERMELHO

Os Sem Terra acampados há quase um ano na beira do asfalto da BR-153 de Goiânia-Anápolis, resolveram mudar o acampamento para o local de uma das fazendas que eles reivindicam: É a Fazenda Rio Vermelho, no Município de Goiás.

A razão desta mudança foi a demora burocrática da desapropriação, e a necessidade de preparar as roças, pois é tempo de fazer esse serviço.

Entraram no dia 12 de agosto. Eram 65 famílias, agora já aumentaram, pois algumas famílias que tinham ficado para trás estão alcançando o novo acampamento. Estão roçando 1 alqueire de mato por dia. Além disso, cuidam de vigiar o acampamento e mantêm uma comissão em Goiânia, junto ao Incra, para conseguir alimentos.

Até hoje não foram perturbados por ninguém. Teve uma visita da Polícia Federal, que almoçou com eles e recolheu informações; além disso um avião sobrevoou o acampamento. Porém não houve nenhuma ação de despejo. Esperamos que eles consigam paz para chegar a plantar e colher para suas famílias.

Agora vão precisar da solidariedade de todo o mundo para se alimentar até a colheita- Paróquias já enviaram sua ajuda, outras estão realizando campanha para arrecadar alimentos para eles.

FAZENDA ESTIVA

Uma boa notícia: os posseiros da Fazenda Estiva conseguiram a desapropriação da terra. O decreto de desapropriação desta fazenda, que se localiza no município de Goiás e que foi a primeira a ser ocupada por lavradores sem terra nesta região, foi assinado há poucos dias pelo Presidente da República, José Sarney.

Pastoral da Terra e do Partido dos Trabalhadores, permaneceram reunidas do lado de fora da cerca, a noite toda, cantando e rezando e fazendo discursos sobre a situação.

E já no dia seguinte tentaram negociar com o prefeito a liberação da área. O prefeito não foi encontrado na cidade.

O pessoal decidiu construir uma barraca bem grande ali mesmo na rua, onde passou mais uma noite. Apesar do frio intenso as famílias permaneceram firmes e o apoio da comunidade foi decisivo.

No dia 15, o prefeito se comprometeu de conversar com a direção da CELG em Goiânia.

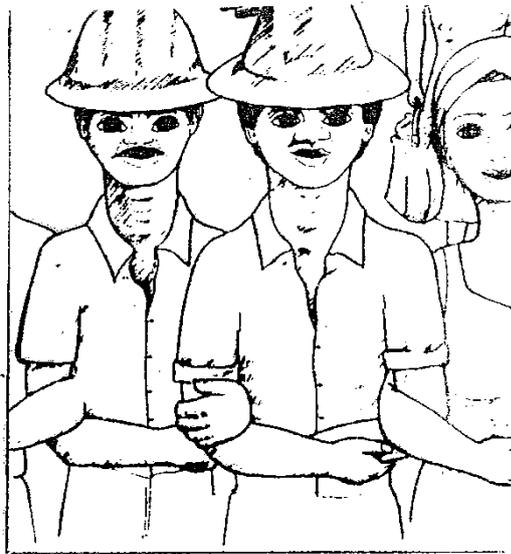
Como as Centrais, não quiseram abrir mão daquele terreno, o prefeito negociou com os acampados e liberou outra área no Bairro de Fatima.

Hoje as famílias estão tranquilas. Já estão construindo suas casinhas em um chão próprio. E o fantasma do aluguel que impedia de comprar alimentação e remédios está definitivamente afastado.

Esta foi uma prova evidente de que o povo fraco, quando se une fica forte, e quando se organiza conquista seus direitos.

Sim, porque alimentação, saúde, moradia, educação, transporte, enfim, são direitos fundamentais de todos nós.

Temos de lutar para conseguí-los.



FAZENDA BURITI QUEIMADO

As quatro famílias da fazenda Buriti Queimado município de Goiás, arroladas num processo de despejo requerido por Gerson Teixeira Rezende funcionário da IQUEGO residente em Goiânia, estão cansados de esperar uma solução.

Essas famílias, sendo que duas D. Francisca e Sr. Lázaro despejados e que continuam fora de suas terras, estão tendo seus bens destruídos. Enquanto o processo anda na Justiça lentamente como uma tartaruga, os "vigias" colocados na área certamente por Gerson Teixeira se acham no "direito" de praticarem a devastação de tudo que ficou fruto do trabalho dessas famílias. Logo depois do despejo eles desmancharam um curral da propriedade de D. Francisca, sumiram com as galinhas, colheram o café, guariroba, na propriedade do sr. Lázaro, desde o despejo sumiram várias ferramentas, danificaram outros pertences e retiraram tábuas de sua casa, e ameaçam vender as madeiras existentes. Grande prova de devastação, sinal de prepotência e violência de todo latifundiário contra os pequenos, foi o fogo colocado na área de outra família, do Sr. Cristiano no último dia 20 que sem controle passou para

A OCUPAÇÃO EM ITABERATÁ DEU CERTO

Este Boletim já publicou, em seu último número, a notícia de uma ocupação em Itaberaí.

Foi no dia 13 de junho. Um grupo de 25 famílias, não suportando mais os altos aluguéis, ocupou uma área urbana, no jardim Aureo Cabral. A área estava abandonada há 8 anos.

A CELG - Centrais Elétricas de Goiás, que se diz dona da área veio com seus funcionários e a polícia e fez o despejo sem nenhuma ordem judicial.

As famílias com a ajuda de populares reconstruíram suas barracas, decididas a permanecer na área.

Mas à noite, 22 horas, a polícia voltou e realizou novo despejo. Muitos objetos foram quebrados, mesas e camas danificadas e até arroz e feijão derrubados na poeira.

A polícia com ajuda do Batalhão de Goiás passou a noite toda vigiando a área, e as famílias juntamente com representantes das Comunidades, da Comissão

Anexo 8- Boletim Diocesano. 1980.

anexo/12

BOLETIM**DIOCESE de GOIÁS - ANO - XIII****DEZEMBRO - 1980 - Nº 110**CARTA DE NATAL

Irmãos,

Estamos chegando ao Natal depois de uma bonita jornada. Os grupos, as famílias e as comunidades se reuniram para refletir, orar e se comprometer.

Alguns de nós fizeram, além disso, um "encontro de oração" em companhia de nosso querido irmão e bispo Dom Pedro Casaldáliga.

Foi bom mesmo! Avançamos deveras na mesma estrada da última Assembleia Diocesana que respondeu aos novos apelos da caminhada da nossa Igreja. Quero dizer, aprofundamos as raízes de nossa opção a serviço do Reino por um relacionamento gratuito de fé com o Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Pedro ajudou muito a nossa turma de padres, religiosos e leigos. Creio que o fato dele estar na mesma mira que mirou e liquidou Dom Romero, abriu o coração de todos nós para o encontro descontraído com o Jesus - em + cruz e também Ressuscitado. Abriu nosso coração ao Povo dos Pobres.

É este o nosso Natal. É o inestimável presente de Deus Pai.

É a recompensa d'Ele para nós e para todos os que O procuram de coração sincero.

Para todos os que não desanimam de caminhar, seja por desvios, seja por atalhos, quer errando, quer acertando, em busca do Reino, a Boa Nova que brilhou entre as palhas do chão de Belém

+ Tomás, Bispo de Goiás.



R E C A D O

1.

1. Ao nosso companheiro e bispo Tomás, que celebrará seu aniversário no dia 31 de dezembro, os nossos cumprimentos e nossos votos de que possa continuar conosco firme e forte na caminhada como o foi até agora.

Que na "fraqueza" do menino de Belém se manifeste a grande força da Ressurreição Libertadora.

Parabéns Tomás, nosso bispo e companheiro de luta.

VIAGEM DE DOM TOMÁS À ITÁLIA

Nessa viagem que Dom Tomás fez à Itália para a visita Ad Limina (ao Papa), esteve visitando também várias comunidades, entre as quais Santo Angelo, em Milão, comunidade-irmã que lá de longe luta conosco pela mesma causa da libertação.

Nessa comunidade Dom Tomás celebrou uma missa dedicada ao sacrifício de Dom Romero e ao povo de El Salvador, da qual participaram centenas de pessoas.

Em Milão ainda, participou de um grande encontro com a presença do Pe. Vito Miracapillo. O povo dessa comunidade fez um abaixo-assinado contra a expulsão do Pe. Vito e a lei dos estrangeiros e o enviou a CNBB para que viesse aos que foram os mandantes de sua expulsão.

Pelas cartas que vieram da Itália, podemos perceber que a presença de Tomás por lá foi muito positiva porque mostrou toda a esperança e o valor da caminhada do povo.

ENCONTRO DIOCESANO DE CATEQUESE

As decisões da Assembleia Diocesana já começaram a ser executadas. Nos dias 24 e 25 de novembro realizou-se o 1º Encontro Diocesano de Catequese. Estavam presentes representantes de quase todos os municípios.

Foi feito um levantamento da situação da Catequese na Diocese e constatou-se que, dado o tempo em que este trabalho ficou sem uma orientação mais direta, muita coisa se tem a fazer.

Para início de conversa se fez uma pequena programação:

- 1) Um encontro de Formação para representantes de todos os municípios, no início de 81, a cargo da Assessoria.
- 2) Formação de uma equipe Diocesana de Catequese escolhida neste encontro de formação.

Além desta programação levantou-se alguns pontos importantes:

- Preocupação com a formação dos catequistas a nível de município e de Diocese;
- Dar preferência a Catequese de pequenos grupos de modo especial nas famílias.
- Integrar a Catequese na Formação Bíblica
- Colocar os trabalhos de Catequese no plano de Pastoral da Diocese com as mesmas linhas prioritárias.

.2.

NOTÍCIAS DAS COMUNIDADES"A IGREJA SE CONSTRÓI NO DIA A DIA DE UM POVO QUE LABUTA EM MUTIRÃO"
(Pedro-Lavrador)

Mutirão é o que não falta em Itaguara. O pessoal faz mutirão direto, se ajudando principalmente na "carpideração", porque o mato cresce mais do que a planta.

Em quase todos os fins de semana tem acontecido mutirões e os companheiros não medem sacrifícios pra atender aos pedidos.

Sábado, dia 13, foi o dia de mutirão na Casa Paroquial. Juntou muitos companheiros e muito trabalho foi feito.

Acreditamos que é com "um povo que labuta em mutirão que trabalha unido que a Igreja vai se construído. É desse jeito também que os trabalhadores vão conquistar a terra, o "seu pedaço de chão, "como o povo canta:

"Mãe do povo de Deus
Maria do nosso chão
Conquista pra nós a terra
Nos braços do mutirão"-.

GOIÁS CAMINHA!

Sempre que se falava em Goiás Velho, nos acompanhava certo preconceito de que tudo era tradicional e resistente à renovação a nível de Pastoral.

Hoje a face está mudando. E a prova disso está na receptividade com que o povo vem aceitando e assumindo a celebração das novenas do Natal, a quadresma, cursos de batismo, encontros de reflexão sobre o Evangelho, a luta por um sindicato autêntico, grupos de lavadeiras lutando pelos direitos da categoria.

Muitos grupos, tanto na roça como na cidade estão se reunindo para celebrar seu Natal em comunidade.

A gente sente que um "espírito novo" está nascendo no meio desse povo. Acreditamos que o Espírito Santo sopra no momento exato da história de cada povo e de cada grupo. Como João Batista falou: "Ele não veio apagar a mecha fumegante, mas reascender um novo espírito sobre o velho - aquilo que deve ser renovado".

Isso conforta na luta do dia a dia. A gente vê que a perseverança no meio da perseguição e da contradição faz nascer o EMANUEL, - O DEUS CONOSCO!

Bairro - JOÃO FRANCISCO

Este bairro da cidade de Goiás, sempre marcado pela violência... Dificilmente passa uma semana sem uma morte criminosa.

Mesmo assim seu povo está se reunindo com trabalhos em grupos nas periferias. Uns se preocupam com a preparação para o Batismo, outros com a primeira Eucaristia e novenas nos grupos de famílias.

Recentemente 10 catequistas prepararam 150 crianças do bairro para a primeira Eucaristia. Jovens estão se organizando para atuar no bairro. As lavadeiras continuam com seu movimento cada dia mais forte e mais reivindicatório, a saúde também está sendo revista para ver onde está a falha, para saber porque o povo está assim tão doente.

O Natal está sendo preparado nos bairros e no dia 24 todos os grupos virão em procissão para celebrarem juntos na catedral o nascimento do Senhor Jesus!

AINDA FALANDO EM NATAL

Em Itaquaru, grande parte do povo está fazendo a novena do Natal. São 6 grupos na cidade e 3 na roça. Uma nova esperança surge através desses encontros onde aparecem claras as lutas do povo e o jeito que Jesus Cristo continua nascendo hoje. A Esperança é a grande luz que ilumina essa dura realidade.

Na noite de Natal todos os grupos se reunirão para celebrar a Missa e cantar a "folia" do Natal feita pelos próprios lavradores.

HEITORAI TAMBÉM DÁ SEU RECADO:

A comunidade de Heitorai continua na sua caminhada pela liberdade. Chega ao fim de mais um ano dando graças pela caminhada feita, pelo êxito vencido no campo dos sacramentos, grupos de Evangelho e lutas do povo. A novena do Natal está sendo feita por 13 grupos e já existe a preocupação de como continuar este clima de luta para 81.

TAQUARAL

Taquaral nesse ano "ressuscitou" várias comunidades no interior e na sede: Sapezinho, Itaquari, Região da Soledade e mais alguns grupos na periferia de Taquaral.

Um grupo ajudando o outro através do apoio em reuniões, cursos etc... Os companheiros estão crescendo na luta.

Os lavradores que não estão satisfeitos em seu sindicato que é pelego, estão cogitando um jeito de discutir qual é a melhor maneira de pressioná-lo para que sirva ao lavrador atendendo os seus direitos. Há várias unidades que os lavradores conseguem ser fortes.

JOVENS DE NOVA GLÓRIA

O grupo de jovens num trabalho de pesquisa para fazer um levantamento sobre a situação do povo de Nova Glória, descobriu um barraco onde vivem 5 mulheres (a mãe e 4 filhas) todas inválidas e deprimidas, vindas há 3 meses de um município vizinho. A mãe uma senhora idosa, duas filhas paralisadas acamadas e as outras duas débeis mentais. Sem casa para morar, alugavam um pequeno barraco e vivem na mais extrema pobreza.

Os jovens chegaram a conclusão que esse era um problema comunitário e urgente que só a comunidade, no momento, poderia resolver sem oneração de ninguém.

Sairam e convidaram representantes de todas as Igrejas de Nova Glória e um representante de cada classe (lavradores, comerciantes, pedreiros madeireiros) que pudessem ajudar a resolver o caso.

Depois de colocado o fato e discutido, todos foram unânimes em concluir que o jeito seria construir uma casinha para elas morar em paz. Nessa mesma reunião dividiram as despesas onde cada classe, de acordo com suas posses, assumiu um pouco, como também as Igrejas.

O passo seguinte será o encaminhamento da aposentadoria. Achamos que isso não é a solução, mas como em nosso país os velhos e doentes não têm uma assistência adequada, a não ser a mísera aposentadoria que até é vergonha falar, e assim mesmo tem que ser mendigada e apadrinhada para se conseguir, o povo num ato comunitário e ecumênico deverá fazer isso, mas não deve deixar de lutar para que essa situação, um dia possa mudar e a pessoa possa ser valorizada pelo fato de ser pessoa e não pelo tanto que ela produz e enquanto produz.

NOVO BRASIL

Nos dias 29 e 30 de novembro houve um Curso Bíblico com a presença de pessoas da cidade de Novo Brasil, Barata Bucaina, São José, Matinha, Lagartixa e de Novo Brasil.

Esteve como assessor do curso o companheiro Galego. O povo gostou muito. E foi visto que a Bíblia é como a lanterna que deve iluminar o caminho da realidade que trilhamos.

IGREJA DO ROSÁRIO

A novena de Nossa Senhora do Rosário foi baseada no tema: Mãe do povo - companheira na caminhada da libertação. A participação popular com seu jeito próprio foi o que marcou mais este trecho da caminhada com leituras e folias para poder entender melhor os mistérios dolorosos na vida do povo das periferias.

A festa de Santa Bárbara (4 de dezembro), que está no seu segundo ano de recuperação, também começa a ser pensada e feita pelo povo. Como fruto desse trabalho conjunto nasceu a necessidade da formação de uma comissão do próprio bairro.

ITABERAÍ

Um jeito próprio para a catequese das crianças. Começou em fevereiro com o estudo de qual participaram 20 catequistas. Foi pensado um jeito que fosse de acordo com a opção Latinoamericana pelos pobres que é também a opção da Diocese.

Houve duas escolhas: 1a. Um catecismo elaborado pelo próprio grupo de catequistas; partindo da conclusão de que os livros ajudam, mas são muito gerais e nós estamos vivendo aqui neste lugar, com este povo e com esses problemas. Procuramos tomar por base a experiência do antigo povo de Deus e junto com esse novo povo de Deus que é o nosso.

2a. Uma mudança pedagógica onde ficou decidido que não se olharia para a capacidade de leitura da criança, porque Jesus sempre privilegiou os analfabetos e simples em primeiro lugar.

As duas escolhas tiveram bastante aceitação e esperamos que para o ano seja ainda melhor.

Ainda em Itaberai. A VISITA DE DOM TOMÁS

O Povo da Capela Nossa Senhora de Fátima ficou feliz com a visita de Dom Tomás por ocasião de sua festa, justamente quando celebravam o tema: A Igreja é uma presença do Povo.

Coincidiu também com os dias da expulsão do Padre Vito. Dom Tomás falou no significado da expulsão e explicou que a causa do julgamento contra o Pe. Vito foi seu trabalho junto aos canavieiros oprimidos do Nordeste e esse ato do governo foi uma comprovação de que o Estatuto dos Estrangeiros foi feito para castigar os que estão lutando ao lado do povo sofrido.

Esta comunidade também escreveu uma carta e fez uma coleta em favor dos flagelados pelo terremoto na Itália.

Na carta, entre outras coisas eles falaram assim: "... Nós não conhecemos o terremoto, mas conhecemos o que significa cair as casas.

Em fevereiro deste ano, centenas de nossas casas caíram como consequência da pobreza que vivemos que é fruto da injustiça...

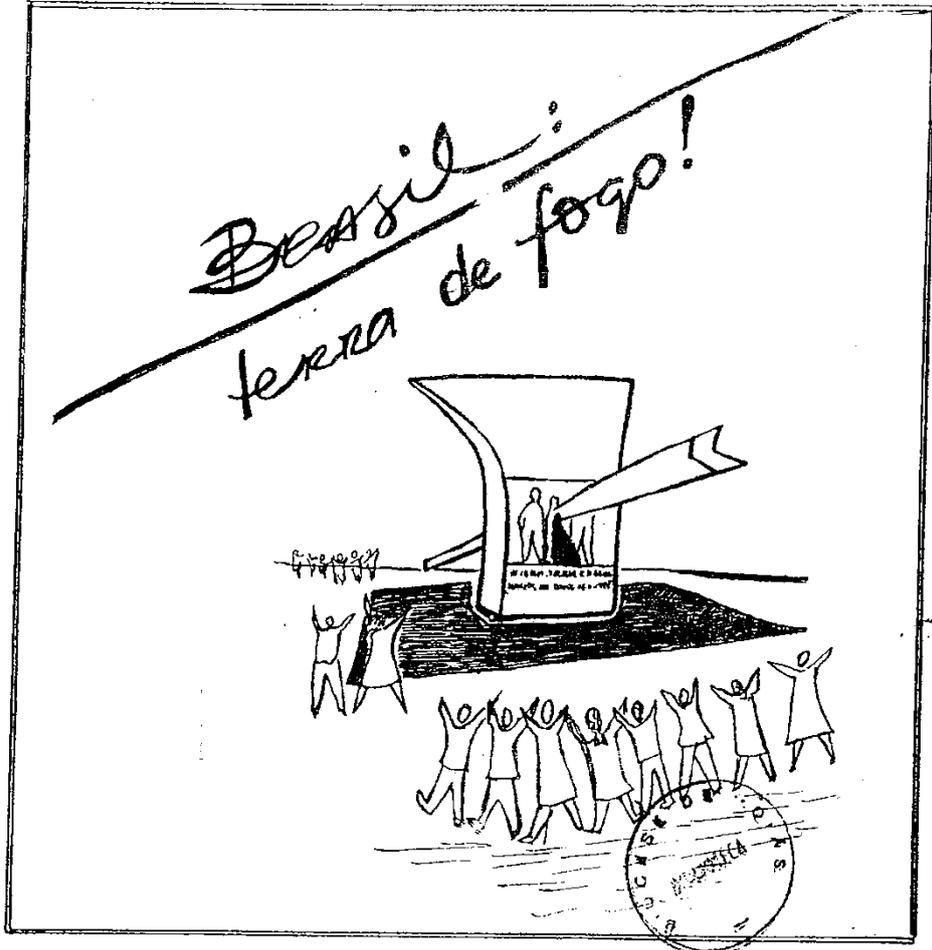
Acitem vocês esses nossos cruzeiros como sinal da nossa solidariedade...

Anexo 9-Caminhada. 1989.

Anexo 13



ANO XXI Nº 145 - 23 de maio/89



METODOLOGIA & POLÍTICA

A Pastoral da Saúde realizou durante os dias 21, 22 e 23 de abril no Centro de Treinamento, um encontro com participação de 35 agentes de saúde dos municípios da Diocese. Durante o encontro a Chica entrevistou a Coordenadora da Pastoral Ir. Dêlcia e a Chica do Hospital Pio X de Ceres:

CA. Qual o objetivo e finalidade deste encontro?

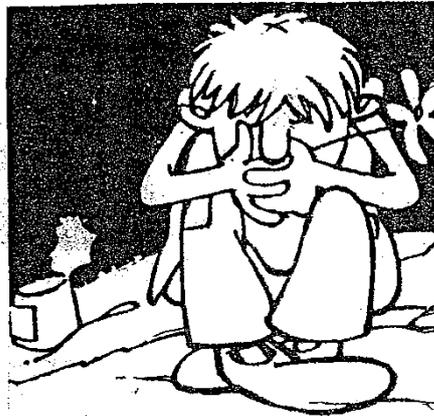
Dêlcia: Com Chica, o objetivo e a finalidade desse encontro, era conhecer um pouco a realidade atual da saúde em nossos municípios e articular mais os trabalhos a nível diocesano, para combater as forças e ferramentas que a gente tem no momento. Rever e aprofundar um pouco a parte da metodologia de trabalho, o jeito que estamos trabalhando junto com o povo. Depois vamos estudar e aprofundar a política de saúde e no final planejar o nosso trabalho na linha da transformação.

CA. Chica, como é que você vê a política de saúde? Ela trouxe algum benefício para o povo?

Chica de Ceres: Bem, a política de saúde que esta se dizendo hoje. Todo mundo está ouvindo falar nessa política, é muito dentro do SUOS por exemplo, é uma conquista do povo. Isso veio através de uma luta muito grande já há vários anos. Agora a questão do atendimento, este é muito precário nos postos de saúde, nos Hospitais conveniados com o SUOS. Fica difícil a gente exigir do atendente de enfermagem que está lá, da enfermeira, do médico, da assistência social que estão com dificuldades de ver sem receber, e a maioria das pessoas sobrevivem desse cenário.

CA. Dêlcia, para finalizar nossa conversa, o que vocês planejaram?

Dêlcia: A gente dividiu os trabalhos por região, cada região planejou a partir de sua realidade. Interessante que todos vão assumir e reforçar os municípios. Em dezembro vamos ter uma troca de experiência a nível diocesano e também uma avaliação, e o novo planejamento. Assumimos também de ir discutindo nos municípios o que que a saúde tem a ver com as eleições presidenciais.



Caminhada
diocese de goiás

É uma publicação de circulação interna da Diocese de Goiás.
Endereço: Cx. Postal, 5 76.600
Goiás-GO. Fone: 062 - 371.1206.

TRABALHO ESCRAVO

Cerca de 40 trabalhadores, inclusive menores, estavam sendo mantidos em regime de escravidão na fazenda das Rãs, município de Bom Jesus da Lapa (BA). O fazendeiro Carlos Boufim, residente em Salvador, disse desconhecer o que se passava em sua fazenda, mas foi indiciado pela polícia. O capataz conseguiu fugir (O Globo, 10 de outubro)

Depois de ouvir as denúncias de 23 menores, a maioria vinda de canaviais de Eunápolis (BA), o juiz da 1ª Vara Cível de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, constatou que a Usina de Alcool Agro-Indústria São João mantinha crianças trabalhando sem contrato, portanto, sem qualquer direito trabalhista. (Jornal do Brasil, 4 de setembro)

O exemplo acima é apenas um dos milhares de casos de escravidão que existem em nosso país.

DEFINE OS CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR.

Art. 19 Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Art. 29 Os crimes definidos nesta lei serão imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de suspensão condicional da pena.

Art. 39 Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.

PENA: RECLUSÃO DE DOIS A CINCO ANOS.

Art. 49 Negar ou obstar emprego em empresa privada.

PENA: RECLUSÃO DE DOIS A CINCO ANOS.

Art. 59 Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.

PENA: RECLUSÃO DE UM A TRÊS ANOS.

Art. Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

PENA: RECLUSÃO DE TRÊS A CINCO ANOS.

Parágrafo único. Se o crime for praticado contra menor de dezoito anos a pena é agravada de 1/3 (um terço).



Art. 79 Impedir o acesso ou impedir hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou qualquer estabelecimento similar.

PENA: RECLUSÃO DE TRÊS A CINCO ANOS.

Art. 119 Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais ou elevadores, escadas de acesso aos mesmos.

PENA: RECLUSÃO DE UM A TRÊS ANOS.

Art. 15 Discriminar alguém por razões econômicas, sociais, políticas ou religiosas, em local de trabalho, em público ou reuniões sociais.

PENA: RECLUSÃO DE DOIS A QUATRO ANOS.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem fizer propaganda de preconceito de raça ou cor.

§ Sendo o ato discriminatório veiculado ou publicado pela imprensa ou qualquer veículo de comunicação social, a pena é agravada de um terço, assegurado ao discriminado o mesmo espaço e tempo para defesa e esclarecimentos que se tomem necessários, independentemente da ação indenizatória cabível.

a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento dos estabelecimentos particulares por prazo não superior a três meses.

art. 17. Em caso de reincidência, a decisão condenatória impõe a pena acessória de cassação da autorização de funcionamento do estabelecimento, se em cidade privada.

Art. 19. O processo judicial para a apuração dos crimes definidos na presente lei terão rito sumário, não podendo ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias para prolação da sentença.



Direitos dos assalariados rurais

Com a nova Constituição, a situação dos trabalhadores rurais assalariados sofreu algumas modificações para melhor. Vejamos:

ANTES

horário de trabalho: 48 horas
hora extra: 25%

férias: remuneração de 30 dias

previdência: Funrural
mulher:

licença gestante: 48 dias
aposentadoria: 65 anos de idade

AGORA

44 horas
50% no mínimo

remuneração de 30 dias e mais um terço

INPS
tem o mesmo direito do homem de ser proprietária de uma peça de terra

120 dias
60 anos para o homem e 55 anos para a mulher

E mais: o empregador rural terá que comprovar de cinco em cinco anos perante a Justiça do Trabalho e na presença do empregado e de representante sindical, que cumpriu suas obrigações trabalhistas. Isso consta do artigo 233 das Disposições Gerais. Já o artigo 10, parágrafo 3º das Disposições Transitórias diz que na primeira comprovação após a promulgação da Constituição poderá ser certificada a regularidade da situação durante todo o período anterior.

É preciso, porém, ficar atento para não perder o direito de reclamar na Justiça esses benefícios. O trabalhador e o sindicato devem saber que é muito importante essa comprovação judicial a que o patrão é obrigado e que qualquer reclamação tem que ser feita neste momento. Se deixarem passar, não adiantará reclamar depois as irregularidades trabalhistas ocorridas naquele período.



Anexo 10- Boletim Diocesano. 1976.

Anexo 14.

#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####
#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####

GOLÁS 1
 Nº 90 97
 JULHO 6

Depois do último Nº do Boletim que tratou do aumento do salário mínimo e sua desproporção com a alta do custo de vida já houve muita novidade, isto é, novos aumentos. A gasolina e o óleo subiram e vão arrastando os preços de tudo na subida. O que caiu foi o valor do cruzeiro, aumentando o desequilíbrio dessa verdadeira gangorra em que os pobres estão descendo sempre mais para baixo.

Em S. Paulo, houve uma assembléia do povo da periferia sobre o custo de vida, reunindo 4.000 pessoas. Analisaram como está insuportável a situação para quem vive de seu trabalho e, no fim, saíram algumas propostas, procurando remédio a essa situação de calamidade: 1) Congelar os preços dos gêneros; 2) Aumentar salário e dar um abono de emergência; 3) Organizar cooperativas; 4) Construir creches, isto é lugares para agasalhar as crianças, permitindo o trabalho de suas mães operárias.

Outro assunto que tem saído muito por toda parte são as eleições que se aproximam. Em alguns lugares, os Bispos estão dando algumas orientações para o povo. No Nordeste até saiu um "ABC" escla-recendo a responsabilidade do voto. Parece que já está na hora de estudar este assunto, conferir com a realidade, a experiência das outras eleições e com o Evangelho. A gente está vendo a movimentação em todas as cidades, novas obras, conserto de ruas e praças. É preciso estudar o sentido de tudo e ver bem o que é que está escondido atrás disto.

Um problema que está preocupando o mundo inteiro é o problema da fome que se apresenta como uma grande ameaça, por causa das mudanças de clima. Nossos irmãos do Nordeste estão sofrendo umas das mais terríveis secas dos últimos tempos. No Amazonas já são as enchentes que estão devastando. Ao lado disto, muita confusão por toda parte: guerras, violências, descompreensão, injustiças... tudo contrário ao plano de Deus que a gente tenta decifrar. Mas sabemos que somos os responsáveis por este plano.

Neste sentido, estamos dando muita importância ao Encontro Inter-Eclesial sobre as comunidades Eclesiais de base porque de certo modo mostra a confiança da Igreja no povo que será o principal executor do plano de Deus. Certamente este encontro vai confirmar a nossa esperança: o povo está despertando para assumir sua responsabilidade, na esperança de um mundo novo em cuja construção está enpenhado. Por isso colocamos uma notícia maior sobre o Encontro-Inter-Eclesial neste Nº.

Outra matéria que achamos de interesse é ainda o problema do homem do campo e a terra. Procuramos dar uma informação para ajudar-nos a enxergar melhor nossa realidade. Tentamos escolher algumas notícias significativas das Regiões.

A Equipe do Boletim gostaria de saber a opinião dos leitores sobre o seu trabalho: se nosso Boletim está sendo um instrumento apropriado, em que é que pode melhorar, o que deve ser corrigido para prestar um melhor serviço. Todos sabem que o nosso objetivo é servir.

A AGRICULTURA E OS AGRICULTORES.

S I T U A Ç Ã O - No Brasil, existem 11 milhões e 400 mil trabalhadores rurais (levantamento do INCRA - 1972). Mais da metade, (acima de 6 milhões) são assalariados temporários - "bóias-frias" ou diaristas. Uns 500 mil são parceiros e arrendatários. 1 milhão e meio são empregados. 2 milhões e meio são pequenos proprietários. 500 mil são posseiros.

Como vivem? O Bispo de Propriá (Sergipe) Dom José Brandão de Castro, escreveu uma carta que foi publicada no jornal "O Estado de S. Paulo" datado de 24 de junho de 1976. A carta resume a situação de quase todos os trabalhadores rurais do Brasil: uma situação de pobreza que muito se parece com a situação dos escravos:

"Até a irrigação que deveria ser um bem - diz o Bispo - tem criado mais problemas sociais do que os existentes antes. Os pobres não têm nem peixe, nem trabalho, nem terra e muitos nem água" e são os prejudicados pelo desenvolvimento. Ele ainda observa que os grandes proprietários não pagam o salário mínimo aos empregados. Não são justos com os parceiros. Quando há uma desapropriação, o grande consegue indenizações melhores; o pequeno proprietário perde a terra por preços ridículos. O capim vai tomando conta das terras de cultura e não sobra mais lugar para o pequeno plantar.

É claro que Dom José Brandão fala mais da situação do Nordeste onde ele vive. Mas está acontecendo o mesmo em todo o Brasil. Os posseiros perdem a terra; os pequenos proprietários acabam vendendo a sua; quem não tem terra não consegue mais lugar para tocar roça. Se de 1967 a 1972, os parceiros diminuíram de 1 milhão a 600 mil; os diaristas aumentaram quase o dobro: de 4 milhões passaram para 7 milhões. Por que acontece tudo isso? Não existe no Brasil uma política que promova o progresso da agricultura?

POLITICA AGRÁRIA - Naquele mesmo jornal, o "Estado de S. Paulo" de 24 de junho, tem a resposta: existe uma política agrária para o progresso da agricultura. Quem nos explica é mesmo o Ministro Paulinelli, falando no "Simposio O HOMEM E O CAMPO" em Brasília. O Ministro diz: "Poderíamos distribuir, de imediato, 100 hectares a quem não tem terra no Brasil". Por que não distribuir? Porque acha um desastre "desmontar o atual processo produtivo". Para ele, a solução é ajudar o "produtor". Mas quem é este produtor? Será o trabalhador rural que labuta de sol a sol, aguando a terra com o seu suor? De jeito nenhum. O "produtor" é o dono da terra, o dono de muita terra que faz os outros trabalharem para aumentar o produto de que ele é o dono. Os 11 milhões e meio de "trabalhadores rurais" não merecem este nome de "produtor". A gente pensa que se estes 11 milhões e meio tivessem terra iam produzir mais. O Ministro pensa o contrário. Ele acha que, para o progresso da agricultura no Brasil, é preciso ajudar os donos que possuem mais terra, que não chegam a ser nem 1 milhão. Por isso é que os lavradores certamente já ouviram falar muito da ajuda do Governo à agricultura mas nunca viram a sua cor nem sentiram o seu cheiro...



CONSEQUENCIAS - Os resultados dessa "política agrária" aparecem na conferência que o presidente da CONTAG fez naquele Simpósio, isto é, encontro de estudos sobre O HOMEM E O CAMPO. Ele se baseou nos dados do INCRA. Os minifundiários sobem a 72% do número total de propriedades, mas só ocupam 12% das terras cadastradas. As empresas rurais são menos de 5% das propriedades e já ocupam 10% das terras. Em contraste, os latifundiários por exploração são 23% dos proprietários e ocupam 73% das terras. Os latifundiários por dimensão correspondem à insignificante percentagem de 0,005% das propriedades mas assim mesmo ocupam 5% das terras. O desequilíbrio está na cara. Calculando por cima, mais de 70% dos proprietários rurais são minifundiários e só ocupam, todos juntos, 12% das terras, enquanto mais de 80% das terras estão nas mãos de uns 25% de latifundiários. A coisa fica ainda mais grave quando se vê que mais de 40% das terras estão nas mãos de menos de 1% dos proprietários.

Quando o Ministro diz que o governo podia distribuir 100 hectares com os sem terra tem razão: "O latifúndio improdutivo é responsável por mais de 70 milhões de hectares de área aproveitável, sem qualquer exploração, sem qualquer destinação econômica".

Mas terá ele razão quando acha que o meio de aumentar a produção é ajudar os grandes? Os dados mostram que a produtividade média do latifúndio por exploração é de Cr\$73,00 por hectare (somente Cr\$47,00 para o latifúndio por dimensão) enquanto a dos minifúndios é de Cr\$240,00 (mais de 3 vezes).

O Presidente da República também falou naquele "Simpósio" e, entre as coisas que estão sendo feitas em favor do mundo rural, falou sobre o aumento de empregos. Para ele, a "ampliação da fronteira agrícola" vai trazer muitas possibilidades para o homem do campo. Esta ampliação está sendo feita sobretudo através do latifúndio que tem mais facilidade de receber ajuda oficial. Mas também neste ponto, os dados do INCRA dão o que pensar. Fazendo o cálculo entre a área e o número de trabalhadores, o resultado era o seguinte, em 1972:

Nos minifúndios, existe uma pessoa ocupada para cada 8 hectares; nas empresas rurais, uma pessoa para cada 15 hectares; nos latifúndios por exploração, uma pessoa para cada 58 hectares; nos latifúndios por dimensão, uma pessoa para cada 9.600 hectares.

E A REFORMA AGRÁRIA? - Em 1968, a FAO (que é um organismo que se ocupa com o problema da alimentação e da fome no mundo) achava que a solução deste problema no Brasil exigia uma Reforma Agrária, com o assentamento de 250.000 famílias por ano. Ora, de lá para cá, nestes 12 anos, 3 milhões de famílias precisavam ter recebido terra. Mas o INCRA deu somente, durante este tempo, 75 mil títulos de propriedade, incluindo os títulos referentes aos programas de colonização que não favorecem o povo rural...

*Todo trabalhador sabe que, enquanto não tiver terra para trabalhar, essa tal de ajuda para o progresso da agricultura vai servir para encher a terra de máquinas modernas e gado, deixando ele, que é o verdadeiro produtor, à beira da estrada, sem carona, fora do progresso.

O presidente da CONTAG falou claro: "Defendemos a Reforma Agrária como a grande medida que transformará o panorama agrário nacional e consequentemente as condições socio-econômicas do HOMEM e do CAMPO". Terminou sua conferência citando o II Plano Nacional de Desenvolvimento que pede "a execução da Reforma Agrária e de Programas de Redistribuição de Terras" onde os abusos no sistema de propriedade estejam impedindo o desenvolvimento tanto da produção como do bem-estar do trabalhador rural.

Anexo 11-Formação sindical pela FETAEG.

Fetaeg e agricultores rurais nas ruas em prol dos direitos dos trabalhadores	A Importância de Preservar O Meio Ambiente	Superação no campo e nos negócios
--	--	-----------------------------------

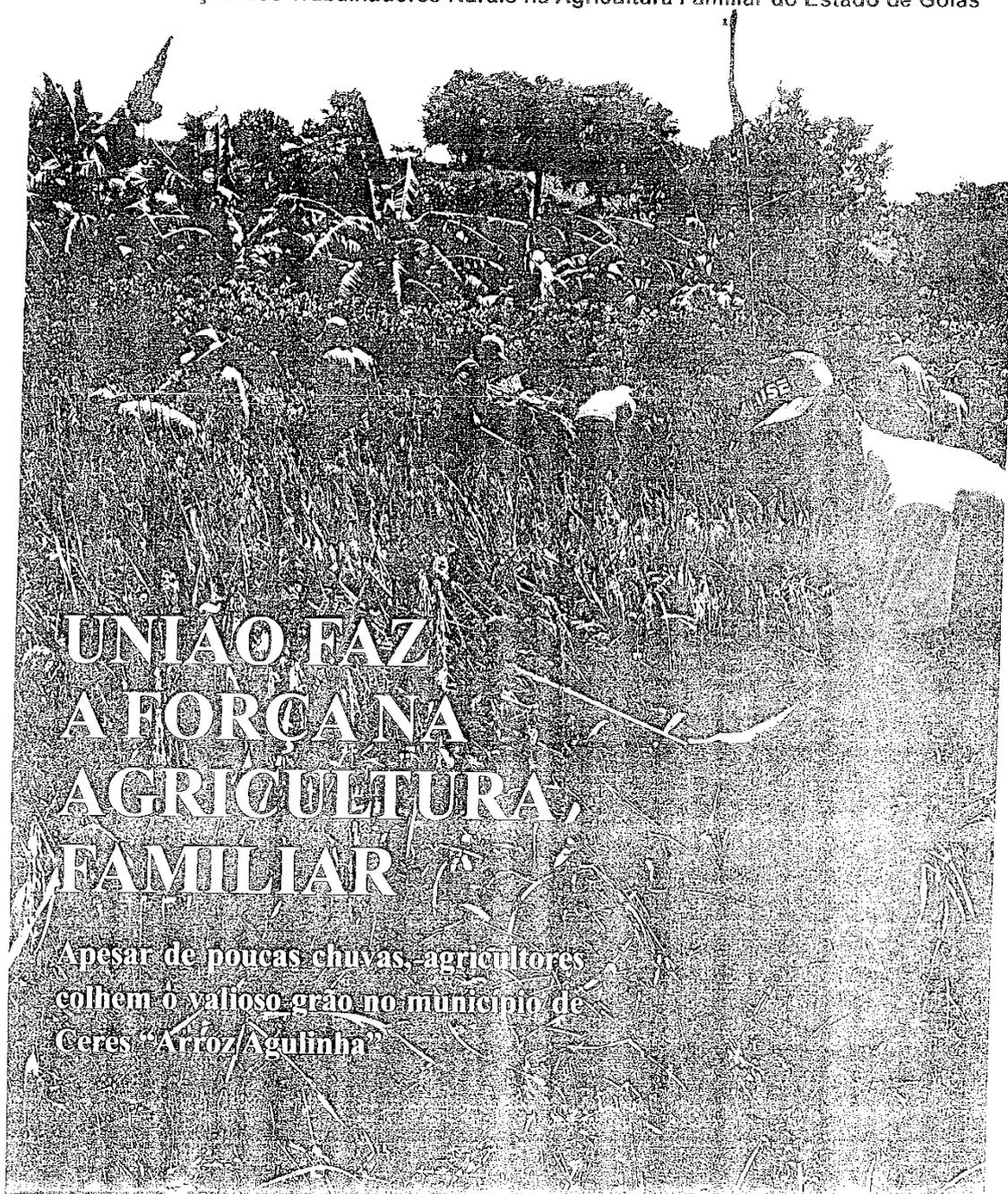
Anos 22



Jornal da

FETAEG

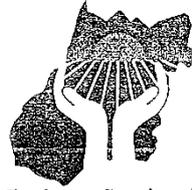
Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás



UNIÃO FAZ A FORÇA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Apesar de poucas chuvas, agricultores colhem o valioso grão no município de Ceres - Arroz/Agulhinha

Tecnologias Alternativas | Agricultor familiar beneficiado com o Pronaf Mais Alimentos | Pimenta: alternativa de cult. com lucro certo em assentime



Jornal da

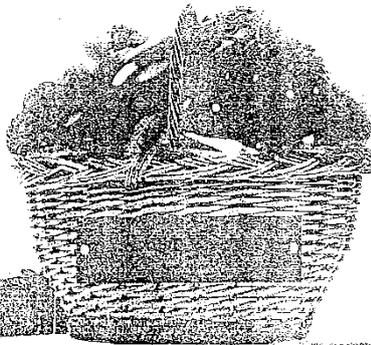
FETAEG

Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás

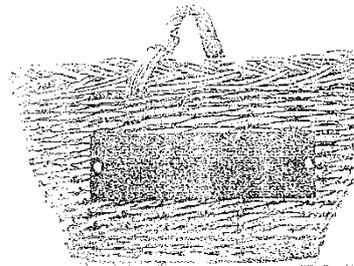
SENHOR(A) PARLAMENTAR, DE QUE LADO VOCÊ ESTÁ?



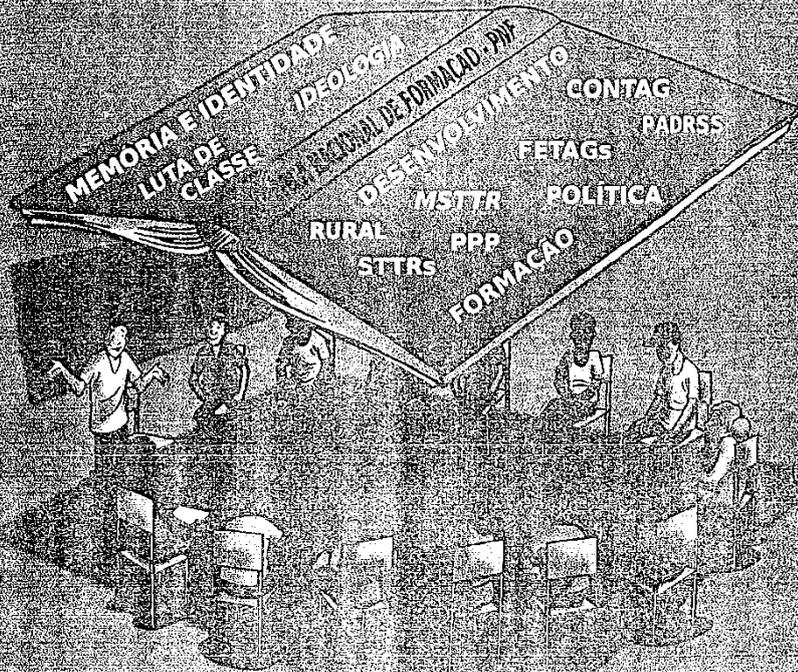
SEM REFORMA DA
PREVIDÊNCIA RURAL



COM REFORMA DA
PREVIDÊNCIA RURAL

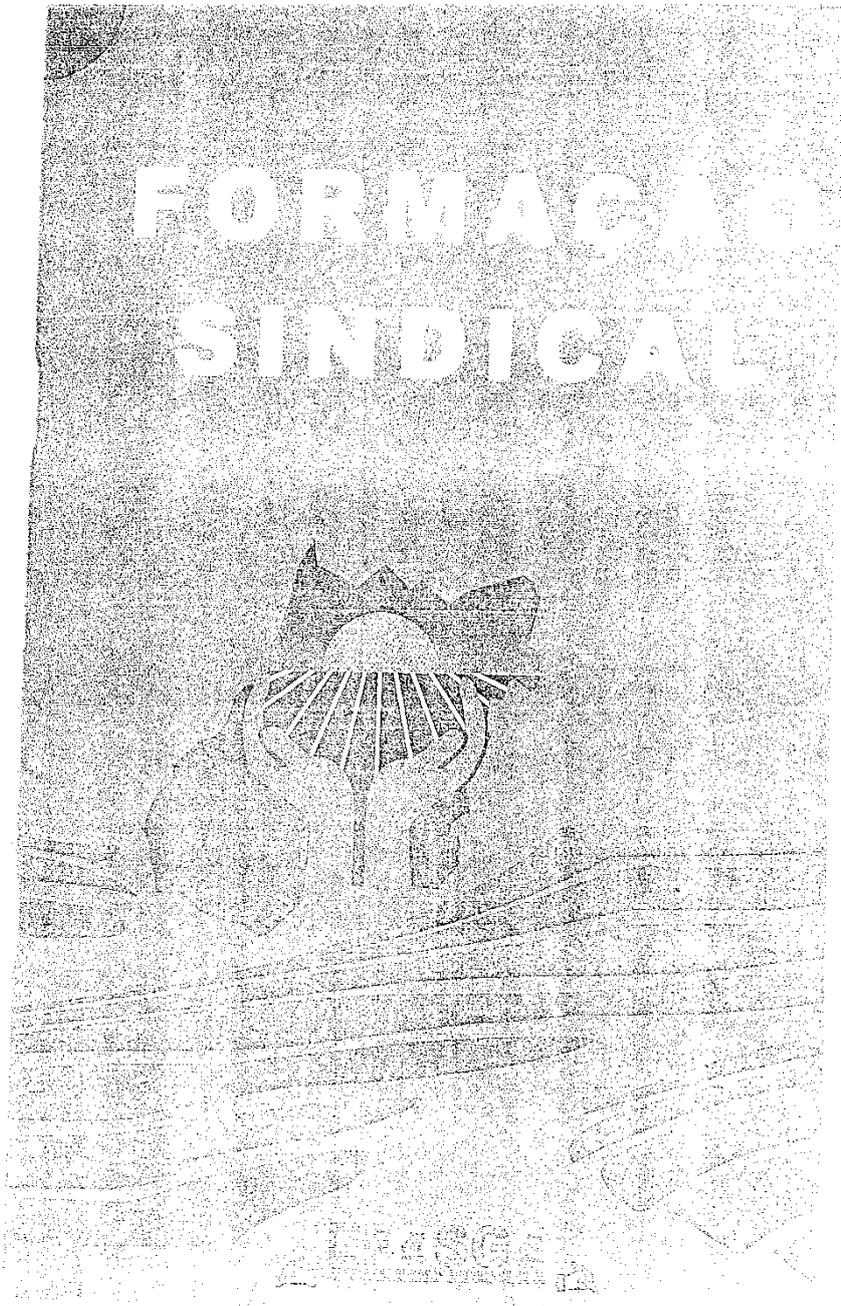


POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO



- PNF -

CONTAG
FILIAL ACUT



Anexo 12- Roteiro de entrevista a lideranças dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

Anexo 26

Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação,
Programa de Pós Graduação em Educação.



Entrevista a lideranças de sindicatos dos trabalhadores rurais

1) Experiência de luta no interior do sindicato: história de militância, quais os movimentos ou momentos históricos que atuou, de que forma:

2) O que mais aprendeu durante este processo de atuação no sindicato?

3) Como você analisa o papel do sindicato junto a população no sentido da formação política, consciência de classe? Esse papel tem sido desempenhado?

Anexo 13- Roteiro de entrevista a lideranças de movimentos sociais.

Anexo 28

**Universidade Federal de Goiás.
Faculdade de Educação.
Programa de Pós Graduação em Educação.**



Entrevista a lideranças de movimentos sociais

1)Experiência de luta nos movimentos sociais: história de militância, quais movimentos atuou, de que forma, os principais enfrentamentos;

2)O que mais aprendeu durante esta troca de saberes com camponeses e camponesas?

3)Quais as perspectivas futuras para as lutas populares na América Latina? Quais os atores sociais têm exercido atuação entre os sujeitos na luta pela terra hoje?

4) O que os movimentos sociais mais ensinam para a sociedade de um modo geral?

5) Como têm sido a atuação do movimento que você participa hoje aqui em Goiás?

6) Quais as formas de violência você já presenciou ao exercer as atividades junto ao movimento social?

7) Qual têm sido o papel do movimento social no sentido de formar novas visões de mundo para os militantes e não militantes? Como têm sido os momentos de debate e reflexão acerca da conjuntura política nacional e das ações do movimento?

Anexo 14- Roteiro de Entrevista a lideranças de assentamentos.

Anexo 14
29

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Questionário aplicado com lideranças regionais de movimentos sociais



Denominação do movimento social: Roteiro de entrevista a lideranças em assentamentos

- 1) A história deste assentamento denota que houve enfrentamentos, disputas entre grupos sociais, sujeitos históricos envolvidos. Você poderia relatar um pouco de como foi este processo inicial de conquista da terra?

- 2) Quais foram os principais conflitos sociais que foram encontrados na constituição deste assentamento? Como pensaram e se organizaram para enfrenta-los? Qual foi o momento mais difícil?

- 3) A partir de sua atuação na luta pela terra em Goiás junto aos camponeses e a classe trabalhadora, o que marcou mais a sua trajetória?

- 4) E o que mais aprendeu com estas pessoas e com estes processos de enfrentamento social no campo?

- 5) Quem eram as pessoas que mais se faziam presentes com palavras de apoio, gestos, ações e incentivos às pessoas que lutavam pela terra aqui?

- 6) Como as formas de aprendizagens iam se constituindo nestes espaços de luta? Comente sobre a troca de experiência entre os camponeses ou as pessoas envolvidas na consolidação do assentamento.

Anexo 15-Roteiro de entrevistas a lideranças religiosas.

Anexo 15
30

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Roteiro de Entrevista a lideranças religiosas**

- 1) Identificação pessoal (nome completo, idade, origem, trajetória dentro da igreja);
- 2) Formação teológica;
- 3) Livros, leituras e processos de aprendizagem que auxiliaram no entendimento do cristianismo e celebração das missas junto ao povo na perspectiva da Teologia da Libertação;
- 4) Comente sua atuação na luta pela terra em Goiás junto aos camponeses e a classe trabalhadora (o que marcou mais a trajetória, enfrentamentos, violências físicas e simbólicas);
- 5) O que mais aprendeu com estas pessoas e com estes processos de enfrentamento social no campo?
- 6) Quem eram as pessoas que mais se faziam presentes com palavras de apoio, gestos, ações e incentivos às pessoas que lutavam pela terra aqui?
- 7) O que mais ensina e considera mais importante em suas pregações;
- 8) Como analisa o papel da Teologia da Libertação na América Latina hoje;
- 9) Como tem sido a atuação da igreja católica junto aos pobres no município atualmente;
- 10) Qual o significado da Diocese de Goiás aqui na região e no Brasil;